II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

DAS APRESENTAÇÕES DE COMUNICAÇÃO EM ST e SL

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS | UFJF
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



ANTONIO DÓ - Reprodução do original publicado no "Estado de Minas", edição de 19-XI-1929
V. pág. 125 e nota n. 32, pág. 122 | Trabalho artístico de Guildázio de Azevedo Silva

II ENCONTRO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA POLÍTICA DA UNIMONTES

CADERNO DE RESUMOS

244 resumos de comunicações apresentadas em 21 Simpósios Temáticos e 6 Sessões de Comunicação Livre, de 7 a 9 de outubro de 2026. Cada Simpósio abre com sua capa e o cronograma de apresentações; os resumos seguem, um por página, com os da coordenação em primeiro lugar.

SUMÁRIO

ST1	Provincianos, marginalizados, fracassados, esquecidos	03
ST2	Primavera nos dentes	20
ST3	Partidos, Estado e sociedade	31
ST4	Entre a diplomacia e o conflito	46
SL2	Sessão de Comunicação Livre 2, junto ao ST4	54
ST5	História do Tempo Presente, Política e Movimentos Sociais	60
ST6	Fascismos e neofascismos	72
ST7	“A República no Brasil é o Regime da Fachada, da Frase e da Pose”	85
ST8	Escravatura e trabalho forçado no Império Português (séculos XV–XX)	95
ST9	Mulheres de Direita nos séculos XX e XXI	106
ST10	Imagem e Imprensa	120
ST11	O tempo como disputa	152
SL1	Sessão de Comunicação Livre 1, junto ao ST11	159
ST12	Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos	164
ST13	Memória, Sensibilidade e Poder	180
ST14	Política ideológica da extrema direita no Brasil e no mundo	205
ST15	Políticas indigenistas na América Latina	221
SL3	Sessão de Comunicação Livre 3, junto ao ST15	226
ST16	Negacionismo e Anticomunismo no Século XXI	231
SL5	Sessão de Comunicação Livre 5, junto ao ST16	236
ST17	História Política, Comunidades Tradicionais e Povos de Terreiro	243
SL6	Sessão de Comunicação Livre 6, junto ao ST17	245
ST18	Direitas em Perspectiva	251
ST19	Jovens e juventudes em movimentos	266
SL4	Sessão de Comunicação Livre 4, junto ao ST19	271
ST20	História, Política e Epistemologias Americanas	278
ST21	Desafios do Tempo Presente	290

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 1

ST1 PROVINCIANOS, MARGINALIZADOS, FRACASSADOS, ESQUECIDOS:

a História Intelectual e seus limites

COORDENADO POR

Fláuio Weinstein Teixeira
Plauto Daniel Santos Alues

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

PROVINCIANOS, MARGINALIZADOS, FRACASSADOS, ESQUECIDOS:

a História Intelectual e seus limites

9 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Flávio Weinstein Teixeira
Doutor em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). flavio.teixeira@ufpe.br

Plauto Daniel Santos Alves
Doutorando em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). plautosalves@gmail.com

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Contra a indústria da seca e pelas Ligas Camponesas: a intelectualidade engajada de Antonio Callado nas reportagens sobre o Nordeste (1959)	14h10
2	Abigail Adams: gênero, cartas e revolução (1774-1776)	14h25
3	Paisagens grizianas: história ambiental a partir da obra de Jayme Griz em oposição a José Lins do Rego e Gilberto Freyre	14h40
4	Quem lembra das mulheres que escreveram: Nísia Floresta e a memória da educação feminina	14h55
5	Da província à região: o CLÃ (re)conta a História da Literatura Cearense (1940-1980)	15h10
6	A primavera da "verdadeira democracia": Henry Maksoud e a difusão do neoliberalismo na esfera pública brasileira na redemocratização (1978-1988)	15h25
7	Antônio Conselheiro e os limites da intelectualidade: escrita, pensamento e ação no sertão	15h40
8	Deolinda Rodrigues: protagonismo e marginalização de uma intelectual e guerrilheira na luta anticolonial de Angola (1939-1967)	15h55
9	O médico e o monstro: Renato Kehl e suas interpretações sobre o alcoolismo	16h15
10	Filologia, trabalho e raça: a trajetória intelectual de Francellino de Andrade na Bahia republicana	16h30
11	Arquitetar um Estado através de memórias: os escritos políticos de Toussaint L'Ouverture e Boisrond-Tonnerre como narrativas que "serviram à história do Haiti" (1802-1804)	16h45
12	A anarquista Emma Goldman, uma intelectual marginal	17h00
13	Nas entrelinhas da intelectualidade piauiense: trajetórias, espaços intelectuais e produção escriturística no Piauí dos anos 1950	17h15
14	A luz da estatística: pensando o Ensaio Demográfico de Jeronimo Martiniano Figueira de Mello para Pernambuco (1852)	17h30
15	Representar para conter: viajantes e a produção de saberes sobre a população negra no Brasil oitocentista	17h45

Da província à região:
o CLÃ (re)conta a História da Literatura Cearense (1940-1980)

Plauto Daniel Santos Alves[1]

Essa comunicação discute como determinados argumentos, além de um vocabulário característico e de certas maneiras de falar próprias ao linguajar de um punhado de escritores atuantes na cidade de Fortaleza/CE e geralmente designados como grupo CLÃ, se deslocaram da cena literária para o universo acadêmico, consolidando-se em meio a uma coleção de narrativas geralmente designada através da expressão História da Literatura Cearense. Estabelece-se como hipótese que essa mudança contextual cuja passagem aconteceu durante um longo período de mais ou menos quatro décadas (1940-1980), suscitou modificações nos significados evocados por esse linguajar, deslocando seus sentidos de um eixo provincionalizador, isto é, voltado para um projeto de tom nacional em que se buscava articular letrados de diversos estados do Brasil a fim de reforçar uma suposta experiência comum, para um tom mais regionalizado em que se assinalam características ligadas a uma certa noção de cearensidade. Para entender como se deu essa transição, analisam-se compêndios de História da Literatura Cearense, periódicos, obras literárias e entrevistas cedidas pelo grupo em questão. Como conclusões, ainda provisórias e incompletas é possível assinalar a centralidade de práticas de mediação cultural geralmente colocadas em segundo plano, como a crítica literária e a atividade editorial; a necessidade de pensar redes intelectuais que vão além do rol de nomes geralmente associados ao grupo CLÃ e o papel naturalizador exercido por narrativas, em regra, atreladas à História da Literatura Cearense que tratam os processos históricos da cultura local como uma eterna sucessão de associações e grêmios letrados.

Palavras-chave: História da Literatura Cearense; Grupo CLÃ; Linguagens políticas.

[1] Coordenador do ST1. Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). plautosalves@gmail.com

Contra a indústria da seca e pelas Ligas Camponesas:
a intelectualidade engajada de Antonio Callado nas reportagens sobre o Nordeste (1959)

João Emanoel Lima de Oliveira [2]

Este trabalho propõe analisar a atuação do jornalista e literato, Antonio Callado, a partir da série jornalística, composta de 10 reportagens, que assinou no Jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro entre os dias 10 e 23 de setembro de 1959, onde apontava a "indústria da seca", no Ceará e na Paraíba, e as Ligas Camponesas de Pernambuco, como os principais sintomas da turbulência social pela qual passava a região Nordeste do Brasil ao final da década de 50. Este trabalho descreve o posicionamento de Antonio Callado enquanto um intelectual que aspirava intervir, por meio do jornalismo de opinião, no campo político e no debate público. Para tanto, aborda-se aqui os itens principais daquela série e a repercussão das reportagens em fontes jornalísticas e nos Anais do Congresso Nacional no ano de 1959, problematizando a atuação de Callado a partir das perspectivas de autores como Enzo Traverso (2014), Edward W. Said (2000) e Carlos Altamirano (2007) sobre o papel do intelectual, visando construir para si a imagem de intelectual engajado. A título de conclusão destas análises, pretende este trabalho propor que a série jornalística e a atuação de Antonio Callado como intelectual contribuíram para a efetivação de dois momentos importantes históricos relacionados à questão agrária no Nordeste, acontecidos logo após a publicação de suas reportagens naquele ano de 1959: a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em dezembro daquele ano e a sanção da lei que autorizou a desapropriação do Engenho Galileia, em Pernambuco, em fevereiro de 1960.

Palavras-chave: Antonio Callado, Intelectual, Engajado.

[2] Mestrando, Universidade Federal do Ceará (UFC). profjoaoemanoelhistoria@gmail.com

Abigail Adams:
gênero, cartas e revolução (1774-1776)

Thais Nelson Migliorini Mena [3]

Abigail e John Adams foram figuras importantes no cenário da Revolução Americana, mas cada um com papel bem diferente do outro. John Adams, sendo homem, foi um líder revolucionário ativo em suas atividades políticas enquanto sua esposa permanecia na esfera doméstica. Embora as suas ações fossem limitadas enquanto mulher, Abigail usa de cartas para se comunicar com o marido nos períodos em que ele estava viajando pela causa revolucionária. Essas cartas tem conteúdos que vão desde amenidades do dia-a-dia como importante troca de informações dos acontecimentos da região em que se encontrava. Este projeto tem como principal objetivo analisar as cartas escritas e entender como ou se elas deram voz a uma personagem histórica que podia facilmente ser anulada pela condição de ser mulher.

Palavras-chave: Revolução Americana; história política; história da mulher

[3] Mestranda, Universidade Estadual Paulista (UNESP). thais.mena@unesp.br

Paisagens grizianas:
história ambiental a partir da obra de Jayme Griz em oposição a José Lins do Rego e Gilberto Freyre

Lucas José da Silva [4]

Esta comunicação objetiva analisar a obra do escritor Jayme Griz (Palmares, 1900 - Recife, 1981) por meio da perspectiva da história ambiental. Compreende-se que os trabalhos do autor são marcados por uma visão profundamente multiespécie, que via o mundo açucareiro de forma integrada, isto é, dotada de certo grau de horizontalidade entre seres humanos, não humanos naturais e sobrenaturais. Distingue-se, assim, das concepções antropocentradas de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre, autores aos quais contrastarei a percepção da relação sociedade-natureza às de Jayme Griz. Não os escolhi por acaso, o primeiro por se tratar de um escritor amplamente conhecido que também narrou o mundo açucareiro, em especial nos seus seis livros conhecidos como "O ciclo da Cana-de-Açúcar". O segundo, por sua vez, tem ampla capilaridade em diversas áreas do conhecimento, assim como guarda similaridade com Jayme Griz por ter escrito sobre elementos fantásticos. Não apenas isso, suas principais contribuições são para o campo da sociologia, com interpretações sobre os processos que teriam levado o Brasil ao que é hoje. Griz também não se limitou à escrita literária, mas dedicou-se a investigações sociológicas sobre o mundo do açúcar com seus ensaios. Este trabalhão se trata, então, de uma história comparativa meio da literatura em estreita conexão com a história ambiental. Soma-se a isso a perspectiva da ecologia decolonial, pensada por Malcom Ferdinand. Nela, compreende-se que a modernidade causou rupturas nas categorias ambientais (humanos superiores à natureza), de gênero (homens superiores às mulheres) e de raça (brancos superiores aos negros). Busco analisar como essas relações também estou presentes na obra de Griz. Seja como um enfrentamento a essas fraturas seja como conformidade.

Palavras-chave: História ambiental; Literatura; Jayme Griz.

[4] Mestrando, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). lucas.jsilva6@ufpe.br

Quem lembra das mulheres que escreveram:
Nísia Floresta e a memória da educação feminina

Maria Tereza Silva Costa [5]

Introdução: No período imperial brasileiro, a educação feminina era marcada por restrições que limitavam a participação das mulheres na sociedade e na produção literária. A formação destinada às meninas priorizava leitura, escrita, trabalhos manuais, fé e moral cristã, restringindo o acesso ao conhecimento e à atuação intelectual. Segundo relatos de ministros do Império, muitos pais não consideravam essencial que suas filhas aprendessem a ler, escrever ou dominassem conhecimentos matemáticos. Apesar dessas limitações, diários e correspondências permitem acessar experiências femininas e evidenciam mulheres como agentes de suas próprias memórias. A escrita possibilitou a passagem do espaço privado para o público, especialmente por meio da imprensa. Após 1808, a circulação de ideias e publicações favoreceu a produção literária, com romances e folhetins alcançando novos leitores. A participação feminina nos periódicos revela a ocupação gradual de espaços de escrita e produção intelectual. Como afirma Souto, "a ausência das mulheres nos espaços intelectualizados não é um fato, mas sim, uma construção histórica pautada nas opressões de gênero" (p. 8). Nesse cenário, romances e folhetins ampliaram as práticas de leitura e contribuíram para questionar papéis atribuídos às mulheres. Destaca-se Nísia Floresta, escritora, educadora e intelectual brasileira do século XIX, cuja atuação em defesa da educação feminina deve ser compreendida a partir das condições históricas de seu tempo. Ao defender uma educação mais ampla, Nísia respondia às desigualdades de seu presente e utilizava a escrita para questionar papéis sociais e reivindicar novas possibilidades de participação. A partir da década de 1830, sua presença na imprensa permitiu ocupar um espaço de debate público predominantemente masculino. Sua trajetória também evidencia o apagamento histórico e a valorização da perspectiva masculina na memória coletiva.

Palavras-chave: Historia das Mulheres; Brasil Império; Produção Intelecual Feminina.

[5] Discente, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). m.terezacosta8@gmail.com

A primavera da "verdadeira democracia":
Henry Maksoud e a difusão do neoliberalismo na esfera pública brasileira na redemocratização (1978-1988)

Rhian Santos Silva [6]

Esta pesquisa busca compreender a atuação do empresário Henry Maksoud (1929-2014) como um intelectual mediador na propagação do pensamento neoliberal durante a redemocratização brasileira, a partir do uso de mecanismos de difusão de ideias na esfera pública. Por meio da análise de seus trabalhos publicados pela Editora Visão, da qual é proprietário, este estudo visa entender como o trabalho do autor estudado foi modificado à luz das exigências constitucionais do país. A hipótese estudada é a de que Henry Maksoud, em uma esfera pública politizada pelo processo de redemocratização, fez uso das discussões constitucionais, do cenário político favorável ao debate de ideias e das ferramentas de propagação de discursos para a difusão do neoliberalismo, ainda fora da hegemonia que passaria a ter na década seguinte. A esfera pública torna-se mais uma das arenas políticas que influenciaram as decisões do país, e Maksoud a utilizava para compartilhar suas ideias.

Por meio da análise discursiva de suas publicações na Editora Visão entre o período abordado – desde livros escritos pelo autor até coletâneas de editoriais e artigos publicados em sua revista – explicitam-se as apropriações da doutrina de Hayek para as principais pautas que circulavam nos espaços de discussão pública. Apesar da predominância de congruências entre as propostas dos autores, identificam-se reapropriações, alterando as propostas iniciais de Hayek e adaptando-as às características nacionais. Já entre as estratégias de mediação identificadas, encontram-se o financiamento das viagens de Hayek ao país, a manutenção de seu investimento na Editora Visão e na tradução de obras estrangeiras, e a liberação do espaço das revistas para autores liberais divulgarem suas ideias.

Fazendo uso de conceitos como hegemonia, de Gramsci, intelectual mediador, de Ângela de Castro Gomes, e esfera pública, de Jürgen Habermas, analisa-se essa difusão do neoliberalismo nos espaços públicos expondo como Henry Maksoud possuía uma complexidade de pensamento que deve ser levada em consideração. Enquadra-se desse modo o empresário como um intelectual mediador do neoliberalismo no Brasil, identificando na análise que o empresário selecionou, adaptou, publicou e inseriu essas ideias nos debates políticos. Entende-se, por fim, que a inserção do neoliberalismo no país passou por agentes privados que acreditavam em seus ideais, obtendo êxito ou fracassando na busca por uma hegemonia política que não estava previamente definida.

Palavras-chave: Henry Maksoud; Neoliberalismo; Intelectual mediador.

[6] Bacharel em História, FFLCH/Universidade de São Paulo (USP). rhiansilva@usp.br

Antônio Conselheiro e os limites da intelectualidade:
escrita, pensamento e ação no sertão

Letícia Queiroz Silva [7]

Antônio Conselheiro constitui uma das figuras centrais da história de Canudos e da experiência social e religiosa do sertão brasileiro no final do século XIX. Sua trajetória esteve marcada pela atuação religiosa, pela liderança exercida sobre os sertanejos e pela formação da comunidade de Belo Monte. Este trabalho propõe analisar Antônio Conselheiro a partir de sua produção escrita, buscando compreender como suas experiências, conhecimentos e interpretações da realidade se articulavam à sua atuação histórica. Para isso, foi analisado o manuscrito Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação (1897), em que o autor formula críticas ao novo regime e aborda questões relacionadas à religião, à política e à organização da sociedade. O manuscrito reúne, além das reflexões religiosas, comentários sobre acontecimentos políticos e sociais de seu tempo, possibilitando analisar a maneira como Conselheiro interpretava as transformações vivenciadas no sertão. A pesquisa também dialoga com a historiografia dedicada a Canudos e ao líder de Belo Monte, considerando as diferentes interpretações construídas sobre sua trajetória e, particularmente, sobre seus escritos. Nesse sentido, busca-se entender como escrita, pensamento e ação se articulavam em sua experiência histórica, considerando sua produção intelectual em relação às condições sociais, culturais e religiosas do sertão. O trabalho parte da perspectiva de que a dimensão intelectual de Conselheiro não deve ser dissociada de sua atuação religiosa, mas compreendida justamente na articulação entre suas crenças, suas experiências e sua interpretação da realidade. Assim, busca-se contribuir para a discussão sobre os limites da intelectualidade e sobre as possibilidades de entender as formas de produção de pensamento constituídas fora dos espaços tradicionalmente associados à figura do intelectual.

Palavras-chave: Antônio Conselheiro; Guerra de Canudos; intelectualidade sertaneja.

[7] Mestra e doutoranda em História, Universidade Federal de Goiás (UFG). leticiaqueirozs2000@gmail.com

Deolinda Rodrigues:
protagonismo e marginalização de uma intelectual e guerrilheira na luta anticolonial de Angola (1939-1967)

Débora de Abreu Alves[8]

Este trabalho analisa a trajetória e a produção escrita de Deolinda Rodrigues, intelectual negra, poetisa, guerrilheira do MPLA e fundadora da Organização da Mulher Angolana (OMA) , cuja trajetória e obra foram historicamente marginalizadas pela historiografia hegemônica que priorizou narrativas masculinas exaltando figuras como Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA). Situada no período de (1939-1967) essa pesquisa toma como fontes primárias suas obras publicadas postumamente, “Diário de um exílio sem regresso (2003) e Cartas de Langidila e outros documentos (2004), examinando como sua escrita articula gênero, raça, subjetividade e resistência, constituindo-se como prática intelectual insurgente contra o colonialismo português e o patriarcado. Deolinda ocupou postos de liderança até então nunca ocupado por mulheres dentro do movimento de libertação,tendo atuado na linha de frente do campo de batalha no comando do Esquadrão Kamy e no movimento literário angolano produzindo poesias que falavam sobre pertencimento e convocavam o povo à luta. Além disso, seu diário publicado postumamente, denunciava tanto a dominação colonial quanto as hierarquias de gênero presentes no próprio movimento revolucionário. Como destaca Margarida Paredes (2015), as mulheres na luta de libertação angolana precisavam "combater duas vezes". O trabalho argumenta que a escrita de Deolinda não é apenas registro pessoal, mas produção de conhecimento que desafia os paradigmas eurocêntricos e androcêntricos da história intelectual . Ao reivindicar o lugar de mulher negra como sujeito produtor de saber e protagonista da história, sua obra insubmissa rompe com a invisibilização que relegou mulheres africanas à periferia da narrativa histórica. Tenciona evidenciar como uma mulher intelectual e guerrilheira foi sistematicamente marginalizada pelos critérios hegemônicos de reconhecimento intelectual mesmo combinando produção teórica, ação política e engajamento revolucionário.

Recuperar sua trajetória e sua escrita é, portanto, um exercício de justiça histórica e de redefinição dos sujeitos reconhecidos como produtores de conhecimento.

Palavras-chave: Deolinda Rodrigues; intelectual; marginalização. Luta anticolonial

[8] Graduada em História e mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). abreudebora619@gmail.com

O médico e o monstro:
Renato Kehl e suas interpretações sobre o alcoolismo

Arthur Luis de Vasconcelos da Costa [9]

Renato Kehl foi o mais importante intelectual do movimento eugênico brasileiro na primeira metade do século XX, atuando como organizador de congressos, autor de uma vasta obra e fundador do Boletim de Eugenia (1929-1933), periódico que serviu como principal tribuna do projeto de regeneração racial no país. Apesar de sua centralidade no debate nacional, a historiografia internacional frequentemente o relegou a uma posição periférica no cenário global da eugenia. Esta comunicação parte do problema de como Kehl, a partir dessa posição ambígua — protagonista no Brasil, mas marginalizado nos grandes centros científicos —, produziu discursos que, por sua vez, marginalizavam segmentos inteiros da população brasileira. O objetivo é analisar a construção discursiva da figura do alcoólatra nos artigos de Kehl publicados no Boletim, identificando os mecanismos retóricos e biológicos que transformaram o alcoolismo em dispositivo de patologização das classes populares. A metodologia emprega a análise histórico-discursiva dos textos de Kehl no periódico, com atenção às estatísticas médicas e aos argumentos hereditários mobilizados. O referencial teórico articula a noção foucaultiana de biopolítica e os estudos de Erving Goffman sobre estigma. Os resultados indicam que Kehl, ao mesmo tempo que reivindicava para si o lugar de porta-voz de uma ciência universal, operou uma seleção rigorosa dos dados: associou o alcoolismo à intoxicação das células germinativas e à degeneração racial, mas direcionou sua condenação moral preferencialmente à cachaça e aos hábitos populares, poupando o vinho e o uísque das elites.

Palavras-chave: Renato Kehl; Eugenia; Alcoolismo; Boletim de Eugenia; História Intelectual.

[9] Mestrando, PPGHIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). vasconcelos.arthur7@hotmail.com

Filologia, trabalho e raça:
a trajetória intelectual de Francellino de Andrade na Bahia republicana

Sthéfano dos Santos[10]

Na presente proposta de trabalho tenho como intenção analisar os vestígios da trajetória intelectual de Francellino de Andrade, professor, filólogo, articulista e representante do operariado na Bahia durante as primeiras décadas da Primeira República, buscando compreender como esse sujeito construiu autoridade pública em diferentes espaços letrados e o que sua atuação nos permite enxergar acerca dos limites impostas pela "cidade das letras". Tomo como principal fonte a obra A língua sem a grammatica: consultorio linguistico e matérias publicadas na imprensa baiana entre 1923 e 1924, que foram assinadas por Francellino. Nesses registros, os escritos gramaticais são compreendidos como intervenções no espaço público, por meio das quais Francellino afirmou sua autoridade intelectual, defendeu a instrução, valorizou o trabalho e enfrentou formas de inferiorização racial. Na análise acompanho a circulação desse intelectual entre o magistério, imprensa, filologia e o associativismo operário. Em 1923, ao responder publicamente a declarações que associavam as categorias "mulato" e "bahiano" a criminalidade, Francellino declarou-se "bahiano e mulato" e contestou essa classificação a partir do próprio domínio da linguagem. No ano seguinte, como representante do Centro Operário da Bahia, aproximou a docência do trabalho ao apresentar a profissão de professor como um operário responsável por "lavrar" a inteligência da criança. Esses rastros demonstram que a autoridade de Francellino se constituiu em instituições científicas, acadêmicas, escolas, jornais, associações e disputas públicas em torno da linguagem, instrução, trabalho e da cidadania. Utilizando a trajetória desse sujeito como lente de análise, pretendo problematizar uma compreensão da história dos intelectuais centrada sobretudo em autores consagrados e instituições de maior prestígio, observando, a partir do caso de Francellino, outras formas de construção e reconhecimento da autoridade intelectual em circuitos regionais, atravessadas pelas relações raciais e sociais do pós-abolição.

Palavras-chave: Francellino de Andrade; intelectualidade negra; pós-abolição; história dos intelectuais; raça.

[10] Doutorando, Universidade de Brasília (UnB). xrsthefano@hotmail.com

Arquitetar um Estado através de memórias:
os escritos políticos de Toussaint L'Ouverture e Boisrond-Tonnerre como narrativas que "serviram à história do Haiti" (1802-1804)

Erika Camila Pereira Nunes[11]

Conforme o poeta martinicano Aimé Césaire, o Haiti foi onde a negritude se levantou pela primeira vez e proclamou sua humanidade. Sua fala reflete a importância do evento fundador do país e um dos maiores acontecimentos políticos da modernidade: a revolução haitiana (1791-1803). Realizada por cerca de meio milhão de escravizados e seus descendentes na então mais próspera colônia das Américas, tal rebelião acabou tornando-se uma revolução que criou o primeiro Estado-nação independente (1804) e primeiro Império Negro da América Latina (1805). Os 13 anos revolucionários reivindicaram não apenas maior autonomia política e econômica da metrópole, mas o fim das desigualdades socioraciais, e da própria instituição Escravidão. Entretanto, o preço pago pelo "levante" foi caro, tanto enquanto ocorria, quanto após sua conclusão. É diante dos desafios da guerra e do pós independência, impostos pelos franceses como retaliação ao movimento, que as plumas do general François Dominique Toussaint L'Ouverture (1743-1803), e do ajudante militar e servidor do governo haitiano Louis Felix Boisrond-Tonnerre (1776-1806) foram mobilizadas entre 1802 e 1804 para justificar as ações revolucionárias do período da guerra de independência (1802-03) e assim registrar outras versões sobre a mesma para o Estado nascente. Somente publicadas na década de 1850 pelo historiador haitiano Joseph Saint-Rémy, as obras Memóires du Général Toussaint L´ouverture écrits par lui-meme pouvant servir a l´histoire de sa vie e Mémoire pour servir à l'histoire d'Haïti são relevantes para se compreender como essas narrativas são construídas balizando ideologicamente a experiência colonial e o racismo como motes. Enquanto as memórias políticas de Toussaint são escritas no cárcere, no qual foi condenado à prisão por liderar a resistência anti-francesa, com o objetivo de se autojustificar perante Napoleão Bonaparte, as de Boisrond-Tonnerre são feitas sob os auspícios do Estado Haitiano para narrar oficialmente seu nascimento e legitimá-lo. Logo, a comunicação objetiva, ao se debruçar sobre essas obras e autores, percebê-las como esforços intelectuais de "artesãos do Estado", consoante Monica Quijano. Argumentamos que elas contribuíram política e ideologicamente para arquitetar e conformar um Estado anti-colonial em bases racializadas. A pesquisa é fruto de reflexões iniciais para a elaboração de nossa dissertação e é desenvolvida numa intersecção entre história social, cultural, política e intelectual.

Palavras-chave: Intelectuais; Estado-nação; Revolução; Haiti; Memórias.

[11] Mestranda em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA). erika.nunes@ufba.br

A anarquista Emma Goldman, uma intelectual marginal

Andrea da Conceição [12]

Esse trabalho decorre de uma investigação em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, nível doutorado, a qual se volta para a trajetória política e intelectual da anarquista Emma Goldman (1869-1940), notadamente entre 1917 e 1939. Na sua obra e na sua vida, Emma conferiu especial atenção não apenas a destituição das amarras que acorrentavam os indivíduos, mas sobretudo a construção da liberdade para alcançar a verdadeira libertação humana. Nesta comunicação, nos debruçaremos sobre a apresentação da construção da face intelectual da anarquista Emma Goldman por meio da sua critica a sua contemporaneidade e a ascenção de governos autoritários. Para tanto, consideraremos a anarquista Emma Goldman como uma intelectual marginal que desafia e ignora as autoridades centrais em busca da construção de uma nova moral responsavel por romper com as amarras impostas pelo capitalismo. Dito isso, observamos o comprometimento da anarquista com a causa revolucionária baseada na sua escrita autobiografica Vivendo a minha vida , publicada em dois volumes 1931 e 1934 responsavel por dotar de sentindo não apenas a identidade goldmaniana, mas sobretudo impor em sua escrita sua narrativa responsavel por evidenciar seu percurso revolucinário. Apresentando uma intelectualidade que não se alinha aos interesses dos pertencentes a classe dominante, uma vez que para a libertária o papel que deveria ser desempenhado pelos intelectualidades é da contrariedade e do estimulo a revolução, abraçando a causa dos menos favorecidos e publiscizando ideias que sejam geradoras de estimulos que busquem o rompimento. Para Goldman era imperativo a revolução, por isso se utilizou de suas memórias e de seus escritos como tensionadores sociais.

Palavras-chave: Intelectualidade feminina; Anarquismo; Revolução.

[12] Doutoranda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). andreea.uerj@gmail.com

Nas entrelinhas da intelectualidade piauiense:
trajetórias, espaços intelectuais e produção escriturística no Piauí dos anos 1950

Kamila Vitória Santos e Silva [13]
Teresinha Queiroz [14]

Este estudo tem como objetivo analisar historicamente a atuação de intelectuais piauienses durante a década de 1950, observando, de forma central, o exercício desses sujeitos no universo da imprensa local desse período. Este recorte temporal se justifica por corresponder a um momento de intensas transformações no cenário político, econômico e cultural brasileiro, no qual também se inserem dinâmicas específicas da realidade piauiense, marcada por debates em torno do desenvolvimento, da identidade regional e da construção de uma memória histórica própria. De forma específica, propomos a investigação do fazer intelectual de Monsenhor Joaquim Chaves, Odilon Nunes e Raimundo Santana, com vistas para os textos escritos em canais impressos, como livros, jornais e revistas, sublinhando os aspectos comuns e divergentes entre esses três importantes nomes do cenário letrado piauiense da segunda metade do século XX. Esses intelectuais, além de produtores de conhecimento, atuaram como mediadores culturais, contribuindo para a valorização da história local, bem como para a consolidação de narrativas que buscavam conferir sentido ao passado e orientar a compreensão do presente. A análise busca compreender não apenas o conteúdo das produções desses autores, mas também as condições de produção, circulação e recepção de seus escritos, considerando a imprensa como um espaço privilegiado de sociabilidade intelectual e de disputa por legitimidade no campo cultural. Nesse sentido, interessa-nos perceber como esses sujeitos mobilizaram estratégias discursivas para afirmar suas interpretações sobre o passado piauiense, bem como de que maneira dialogaram com projetos mais amplos de construção da identidade regional e nacional. Para tanto, adotamos como fonte central os livros, periódicos e revistas publicadas nesse recorte, nos quais destacam-se trabalhos escritos desenvolvidos por essas figuras sobre a história do Piauí. Além disso, consideramos o papel das redes de sociabilidade intelectual e das instituições culturais na difusão dessas produções, atentando para os vínculos estabelecidos entre os autores e os espaços de circulação de suas ideias. A partir da análise dessas fontes, pretende-se evidenciar as relações entre intelectualidade, imprensa e produção historiográfica, destacando como esses elementos se articulam na construção de narrativas históricas sobre o Piauí.

Palavras-chave: História; Historiografia; Intelectuais; Imprensa; Piauí.

[13] Mestranda, PPGHB/Universidade Federal do Piauí (UFPI). kamilavsantos19@ufpi.edu.br

[14] Doutora, PPGHB/Universidade Federal do Piauí (UFPI). teresinhaqueiroz@bol.com.br

A luz da estatística:
pensando o Ensaio Demográfico de Jeronimo Martiniano Figueira de Mello para Pernambuco (1852)

Victor Hugo de Almeida França [15]

Partindo do conceito de Ilha de Letrados de José Murilo de Carvalho (1987), Jeronimo Martiniano Figueira de Mello foi um desses indivíduos que ocupou diversos cargos públicos em sua carreira. Talvez uma de suas maiores atuações e um dos pontos de inflexão de sua vida foi o período em que esteve no cargo de Secretário Provincial de Francisco do Rego Barros, ao ponto que fora contratado para produzir uma estatística civil e política para Pernambuco em 1841, esta estando circunscrita dentro do Projeto de Reorganização e Futuro (Marson, 1986). O ponto que buscamos explorar é: se um Estado Nacional em plena formação requeria funcionários e corpo político, ele deveria também montar sua estrutura administrativa e burocrática, incluindo a conformação de estatísticas populacionais, que denominamos na dissertação de mestrado de política de legibilidade estatística , inspirado no conceito de legibilidade mobilizado por James Scott (1999). Apesar deste ser o único levantamento populacional consolidado disponível para a província de Pernambuco anterior ao Recenseamento de 1872 a obra teve um conturbado processo de produção e publicação e fora por muito tempo relegada ao esquecimento, somente voltando a circulação em 1979, quando a obra foi reeditada pelo Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco. O Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco, datado de 1852, ano que Figueira de Mello entregou os manuscristos à Tipografia do Diário de Pernambuco, teve por objetivo descrever variados aspectos topográficos, geográficos, políticos e sociais e, por fim, organizar dados e produzir mapas populacionais, descrevendo diversos aspectos como a distribuição da população pelo território, indicando idades, cores, condição jurídica, sexo, assim como publicar dados referentes ao fluxo populacional , os quais compreendem os nascimentos-batismos, óbitos e migrações, fatores que alteraram diretamente o tamanho da população. Este trabalho e seu complexo processo de publicação é resultado de dinâmicas e linguagens políticas do século XIX, e reflete as intenções das elites imperiais e pernambucanas para a consolidação de dados sobre a população, o território e a economia, ao ponto de as estatísticas serem consideradas ferramentas imprescindíveis à administração pública oitocentistas (França, 2025).

Palavras-chave: Pernambuco; Estatística; Figueira de Mello; Império Brasileiro.

[15] Doutorando em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). v245515@dac.unicamp.br

Representar para conter:
viajantes e a produção de saberes sobre a população negra no Brasil oitocentista

Yago Santos Valete[16]

O presente trabalho analisa as representações da população negra elaboradas por viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil durante o século XIX, buscando compreender como tais narrativas contribuíram para a produção e circulação de saberes sobre a sociedade brasileira. Inseridos em um contexto marcado pela expansão das ciências, pelo fortalecimento de teorias raciais e pela consolidação de projetos civilizatórios, esses viajantes produziram relatos que ultrapassavam a simples descrição da realidade observada, constituindo interpretações sobre o território, a população e os costumes locais. Dessa forma, seus escritos e imagens participaram ativamente da construção de conhecimentos acerca do Brasil, influenciando percepções que circularam tanto no país quanto no exterior. A pesquisa fundamenta-se na análise de relatos de viagem e representações iconográficas produzidas ao longo do Oitocentos, com especial atenção às formas pelas quais homens e mulheres negros foram descritos e visualmente representados. Parte-se do pressuposto de que tais fontes não constituem registros neutros, mas documentos atravessados por valores, interesses e concepções próprias de seu tempo. Nesse sentido, busca-se identificar os mecanismos discursivos empregados na caracterização da população negra, observando como práticas de observação, classificação e hierarquização foram mobilizadas na elaboração dessas narrativas. Dialogando com os campos da História Intelectual, da História Cultural e dos estudos sobre representação, argumenta-se que os viajantes atuaram como agentes produtores e difusores de saberes, contribuindo para a consolidação de imagens e interpretações acerca da população negra que dialogavam com debates científicos, políticos e sociais do século XIX. Ao refletir sobre a relação entre representação, conhecimento e poder, o trabalho procura evidenciar como esses discursos participaram da construção de determinadas visões sobre os sujeitos negros no Brasil oitocentista. Assim, pretende-se contribuir para as discussões acerca dos processos de produção de saberes e dos limites das narrativas que historicamente representaram grupos marginalizados.

Palavras-chave: Relatos de viagem; População negra; História Intelectual.

[16] Mestrando, PPGH/Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ysvalete.ppgh@uesc.br

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 2

ST2 PRIMAVERA NOS DENTES:
cultura, poder e resistência em tempos de Ditadura Civil Militar no Brasil

COORDENADO POR



Carlos Alberto de M. Silva Mota

PPGH Unimontes Programa de Pós Graduação em História Social | LAPPS UFJF Laboratório de História Política e Social | Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

PRIMAVERA NOS DENTES:

cultura, poder e resistência em tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil

9 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Carlos Alberto de Melo Silva Mota
Doutorando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista: CAPES. carlosalbertomota12@hotmail.com

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Pautas do movimento estudantil em uma universidade agrária: estudantes da Universidade Federal de Viçosa e sua imprensa subversiva na década de 1970	8h10
2	Trabalhadores sob suspeita: a Petrobras e a institucionalização da vigilância política (1967–1971)	8h30
3	Transição Democrática e Meio Rural Norte-Mineiro: a questão da reparação	8h50
4	Resistir é preciso: a atuação política de Alípio de Freitas (1962-1979)	9h10
5	"Eu luto com as palavras": o discurso feminista e a ditadura militar brasileira na obra As Meninas, de Lygia Fagundes Telles (1973-1974)	9h30
6	No limiar de outras histórias de resistência: escritas de si, gênero e raça na ditadura militar brasileira	10h10
7	Hilda Hilst e as representações do autoritarismo na dramaturgia brasileira (1967-1968)	10h30
8	Nos gramados e nas páginas da imprensa: um estudo da representação do jogador Reinaldo no jornal Movimento e na Revista Placar (1978-1982)	11h10
9	O autoritarismo militar brasileiro nos livros didáticos de História: uma análise das representações sobre a ditadura militar em obras recentes	11h30

Pautas do movimento estudantil em uma universidade agrária:
estudantes da Universidade Federal de Viçosa e sua imprensa subversiva na década de 1970

Elilson Pedro Marquez Covre[17]

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir as pautas e ideias que eram reivindicadas e debatidas pelo movimento estudantil da Universidade Federal de Viçosa de 1976 a 1979. Nesse período o Diretório Central dos Estudantes possuía maquinário próprio de imprensa, obtido a partir de recursos financeiros provenientes de percentagens de taxas de matrícula, repassadas pela universidade à entidade. Para a análise serão utilizados os jornais O bandejão, O salada e o Minifúndio. Esses periódicos foram importantes meios para circulação de ideias entre os estudantes, acumulando pautas sobre o cotidiano estudantil, área de formação, situação da educação, formação cidadã e política nacional. Assim, encontramos uma variedade de assuntos abordados ao longo da década, permitindo compreender como o contexto político nacional se fazia presente e era encarado no cotidiano dos estudantes. Além disso, conseguimos conhecer reivindicações e debates particulares do movimento estudantil da UFV, a partir de conteúdos que eram restritos de seu cotidiano acadêmico e área de formação. Associada a essa análise, trazemos à baila o contexto da própria universidade, marcada por um *ethos institucional* que possuía estreita relação com a questão agrária brasileira e paradigmas conservadores em sua administração e relação com o poder (Silva, 2019). Durante a ditadura militar a instituição manteve relações próximas com os militares, evitando embates e se aproximando dos próprios presidentes a partir de homenagens e titulações honoríficas prestadas a Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Contudo, o movimento estudantil atuou na contramão da administração universitária e teve trajetória próxima a entidades estudantis de outras cidades e estados do país, com destacada efervescência política na segunda metade da década de 1970 (Pellicciotta, 1997). Assuntos como "o movimento nacional", greves em outras instituições, repressões e torturas sofridas por estudantes dividiram espaço nas páginas do jornal com debates sobre a formação do engenheiro agrônomo. A partir disso, busca-se compreender as semelhanças e diferenças do movimento com discussões e debates que vinham sendo travados por movimentos de outras instituições e estados, situando-o no contexto histórico e destacando suas particularidades.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Ditadura Militar; imprensa universitária; UFV; Viçosa.

[17] Mestrando em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista: CAPES. covre.elilson@gmail.com

Trabalhadores sob suspeita:
a Petrobras e a institucionalização da vigilância política (1967–1971)

Paula Beraldo Ferreira Lopes[18]

Esta comunicação analisa como os trabalhadores da Petrobras foram colocados sob suspeita permanente pela Divisão de Informações (DIVIN), órgão de vigilância política sediado no Rio de Janeiro e estruturado a partir de 1967, no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Criada em dezembro de 1965 em substituição ao Serviço de Informações da Petrobras (SIPE) e subordinada ao Gabinete da Presidência da estatal, a DIVIN passou a produzir, a partir de 1967, fichas sistemáticas de controle político-social sobre seus funcionários, registrando filiação sindical, opiniões políticas e participação em assembleias e greves. O órgão articulava-se organicamente ao aparato repressivo nacional — SNI, DOPS e DOI-CODI —, compartilhando informações que resultaram em demissões sumárias, indiciamentos em Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e listas de veto que inviabilizaram a reinserção profissional de trabalhadores fichados. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), somente em 1964 foram registradas mais de 3.000 investigações de funcionários, 712 indiciamentos e 516 demissões sumárias na empresa; ao longo da ditadura, a DIVIN produziu aproximadamente 131 mil fichas funcionais. A pesquisa busca compreender como uma estatal criada como símbolo do nacionalismo econômico converteu-se em protagonista ativa da repressão ao trabalho, tratando seus próprios funcionários como alvos permanentes de suspeição. Dialogando com a historiografia sobre a "ditadura empresarial-militar" (Dreifuss, Praun e Costa, Castro) e com a chave sociológica de Florestan Fernandes sobre a repressão preventiva exercida pela burguesia dependente brasileira, argumenta-se que a vigilância da DIVIN não foi um fenômeno episódico ou acessório, mas parte estrutural da reorganização institucional da Petrobras no período. A análise terá como fonte primária central o fundo documental da DIVIN, depositado no Arquivo Nacional, com registros entre fichas e dossiês de trabalhadores, complementado pelos relatórios da CNV e por fontes sindicais do Sindipetro-RJ. O recorte cronológico (1967–1971) corresponde ao período de consolidação dos procedimentos sistemáticos de fichamento e à integração formal da DIVIN ao Sistema Nacional de Informações, permitindo uma análise empírica circunscrita e documentalmente verificável dos mecanismos pelos quais o controle político se traduziu em violência concreta contra a vida e a carreira dos petroleiros.

Palavras-chave: Petrobras; DIVIN; Ditadura civil-militar; Repressão ao trabalho; Direitos humanos.

[18] Mestranda em História, Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus Franca). paula.beraldo@unesp.br

Transição Democrática e Meio Rural Norte-Mineiro:
a questão da reparação

Sady Simões Ribeiro [19]

A Justiça de Transição é um campo de estudos que, se consolidando a partir da década de 2000, ganha espaço em pesquisas contemporâneas sobre mudanças políticas, bem como na fundamentação de práticas estatais e de organizações internacionais. Sua primeira formulação remete aos trabalhos da jurista argentino-estadunidense Ruti G. Teitel, que, em seu livro fundacional "Transitional Justice", de 2000, produz uma análise histórica de práticas jurídicas e políticas que pavimentaram a saída de diversos países de contextos beligerantes ou ditatoriais ao longo do século XX. Conceitos cruciais como o de reparação e de direito à verdade estão presentes nesta obra e posteriormente foram também incorporados pela Organização das Nações Unidas em diversos documentos instrutivos, como o relatório sobre o tema de 2004.

Os pilares definidos pelas Nações Unidas para a sustentação de qualquer processo de transição – consultas públicas, apuração da verdade, justiça criminal, reparação e garantia da não-recorrência – servem de fundamento para uma análise crítica de processos de redemocratização como o vivido no Brasil após o fim da Ditadura Militar (1964-1985). Embora saiba-se, conforme foi discutido por diversos autores, que não houve esforços satisfatórios em searas como a responsabilização criminal dos perpetradores de violências; durante as duas primeiras décadas do século XXI, organizações com financiamento estatal e vários entes da federação produziram relatórios úteis à busca pela verdade. Através deles, pode-se saber da abrangência desses crimes e ulteriormente averiguar se houve reparação. Destarte, a pesquisa a ser comunicada nesta apresentação busca implementar a metodologia delineada por Teitel e o arcabouço avaliativo propugnado pelas Nações Unidas para responder em que medida houve práticas voltadas para a reparação às vítimas de violações transcorridas no Norte de Minas Gerais durante a Ditadura Militar por parte do Estado brasileiro. Para tanto, são utilizados os levantamentos de dados publicizados em documentos como o Relatório Final da Comissão da Verdade de Minas Gerais (2017), o Retrato da Repressão Política no Campo (1962–1985) (Carneiro, Cioccari, 2010) e o dossiê Camponeses Mortos e Desaparecidos (Brasil, 2013). São analisados também como fontes dados e relatos de trabalhos acadêmicos como os dos pesquisadores Arnaldo Zangelmi e Marina Camisasca que abarcam lutas políticas e repressão no meio rural do Estado de Minas Gerais durante o período ditatorial.

Palavras-chave: Norte de Minas Gerais, Justiça de Transição, Meio Rural, Ditadura Militar.

[19] Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). sadysr@hotmail.com

Resistir é preciso:
a atuação política de Alípio de Freitas (1962-1979)

Alicia Moreira Felix[20]

Este trabalho resulta da pesquisa de doutoramento da autora e tem como objetivo analisar a trajetória de resistência do ex-padre português Alípio Cristiano de Freitas à Ditadura Civil-Militar brasileira, entre 1962 e 1979. O recorte compreende o período iniciado com seu afastamento da Igreja em São Luís-MA e sua aproximação com a militância política, passando por sua inserção na luta armada, sua prisão em 1970 e os anos de encarceramento, até sua libertação, em 1979, e a posterior cassação de sua nacionalidade brasileira. Busca-se, a partir desse percurso, compreender as diferentes formas assumidas pela resistência de Alípio diante do avanço da repressão política, considerando as transformações ocorridas em sua atuação e em suas concepções políticas ao longo desse período. A trajetória analisada permite acompanhar o deslocamento de um sujeito que iniciou sua atuação pública no campo religioso e, posteriormente, rompeu com a instituição eclesiástica para assumir a militância revolucionária na Ação Popular e fundar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Nesse processo, interessa compreender como a resistência se constituiu em diferentes espaços e circunstâncias, desde sua atuação política anterior à prisão até as experiências vivenciadas no cárcere. Para a análise, serão mobilizadas como principais fontes o testemunho escrito por Alípio durante o período de encarceramento e publicado posteriormente sob o título Resistir é preciso (1981), além de notícias e matérias publicadas pelo jornal O Fluminense (1979) e o Jornal do Brasil (1970-1975), consultadas no acervo do Arquivo Nacional. Dessa forma, a comunicação pretende discutir a resistência de Alípio de Freitas como uma experiência marcada por rupturas, exílios, permanências e transformações de uma vida múltipla (Dosse, 2009), acompanhando o percurso entre a Igreja, a militância revolucionária e o cárcere.

Palavras-chave: Alípio de Freitas; Resistência; Ditadura Civil-Militar.

[20] Mestra em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR). aliciafelix8@gmail.com

"Eu luto com as palavras":
o discurso feminista e a ditadura militar brasileira na obra As Meninas, de Lygia Fagundes Telles (1973-1974)

Isaac Barbosa Fernandes [21]

A obra de Lygia Fagundes Telles destaca-se na literatura brasileira por abordar questões femininas e sociais. Publicado em 1973, durante a ditadura militar, o romance As Meninas (1973), escrito por Lygia, acompanha Ana Clara, Lia e Lorena, três jovens que vivenciam os conflitos políticos e culturais dos Anos de Chumbo, enquanto se descobrem mulheres, na cidade de São Paulo. A presente pesquisa objetiva analisar o romance, investigando de que maneira a narrativa tensiona os discursos feministas com os discursos morais e patriarcais consolidados no contexto da ditadura militar brasileira. Para tanto, a pesquisa se situa dentro dos campos da História Cultural, dialogando principalmente com Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Sandra Jatahy Pesavento, História das Mulheres e das relações de gênero, mobilizando as contribuições de Joan Scott. Joana Maria Pedro e Judith Butler e ainda dialoga com as produções historiográficas sobre a ditadura militar e a produção cultural nos anos de 1970, debatendo com Rodrigo Patto, Marcos Napolitano e Heloisa Buarque de Holanda. Trata-se de um estudo que utiliza a análise do discurso para a leitura da obra, sendo o princípio da descontinuidade de Michel Foucault de grande valia para o estudo, mas também é usado o paradigma indiciário para a leitura tanto da obra, entendendo que essa é composta de metáforas e analogias, e para também as fontes hemerográficas que serão utilizadas no estudo. Ainda em sua fase inicial, a pesquisa já consegue identificar, especialmente no romance, um rompimento com os ideais de moralidade e feminilidade que o governo militar buscava disseminar no país. Além disso, percebe-se uma denúncia clara ao período de repressão vivido pelo Brasil. Nas fontes hemerográficas, nota-se também que a autora sempre se posicionou de maneira explícita em favor dos ideais feministas, tendo inclusive se filiado ao movimento desde o período universitário. Portanto, As Meninas (1973) não representa apenas as tensões sociais e políticas da ditadura militar brasileira, mas também funciona como um espaço de crítica aos discursos patriarcais e conservadores impostos naquele período.

Palavras-chave: Literatura; Feminismo; Ditadura militar

[21] Graduando, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista: FUNECE. isaa.barbosa@aluno.uece.br

No limiar de outras histórias de resistência:
escritas de si, gênero e raça na ditadura militar brasileira

Jaqueline Rodrigues de Oliveira [22]

Após o fim de regimes autoritários, a abertura e a divulgação de documentos anteriormente sigilosos ou pertencentes à esfera privada e íntima possibilitam novas interpretações sobre o passado e demandam uma revisão contínua da produção historiográfica. A incorporação dessas fontes contribui, ainda, para a recuperação de experiências e vozes historicamente silenciadas. Esse processo, contudo, evidencia que determinados grupos — como negros, mulheres, indígenas, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência, entre outros — permanecem sub-representados na narrativa histórica, em parte devido às dificuldades de acesso, preservação e localização de registros sobre suas trajetórias e formas de atuação. Nesse contexto, arquivos privados, correspondências, diários e memórias constituem fontes fundamentais para a construção de novas narrativas sobre as ditaduras, em diálogo com a renovação da História Política e com as novas reflexões acerca do lugar do indivíduo na História. Partindo dessa perspectiva, esta comunicação propõe uma análise inicial das correspondências da historiadora Maria Yedda Leite Linhares e do sindicalista Lyndolpho Silva, produzidas entre 1964 e 1969, buscando compreender como a escrita epistolar registra experiências, percepções e formas de elaboração da repressão política durante os primeiros anos da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Escrita de Si; Nova História Política

[22] Doutoranda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista: CAPES. jaquelineoliveira.historia@gmail.com

Hilda Hilst e as representações do autoritarismo na dramaturgia brasileira (1967-1968)

Ana Lívia Morais da Silva [23]

A presente pesquisa tem como tema a produção literária de Hilda Hilst – HH – no período da ditadura militar brasileira, cujo objetivo de estudo focaliza os três textos teatrais "A empresa", também conhecida como "A possessa" (1967), "O novo sistema" (1968) e "As aves da noite" (1968). O recorte temporal refere-se ao período de 1967 a 1968, que compreende o período pré-Ato Institucional n°5 (editado em 13 de dezembro de 1968), e sua institucionalização. O objetivo da pesquisa é aprofundar os estudos sobre a literatura de resistência de HH, que trabalhou com os três tipos de gêneros literários e especificamente, nos gêneros lírico e dramático, a escritora forjou a sua resistência à ditadura militar. Apesar de iniciar a representação do autoritarismo na poesia, é por meio da dramaturgia que o imaginário da morte e os símbolos de censura e repressão aparecem de forma mais latente. Deste modo, a problematização central da pesquisa é mapear, analisar e identificar como a linguagem dramática amplia a escrita de resistência de Hilda Hilst. Para a estruturação do trabalho, pautamo-nos a partir do conceito de representação, por Roger Chartier (1990) e (2002), pois visa-se compreender de que modo a literatura teatral de Hilda Hilst apresenta e molda as imagens e símbolos do autoritarismo e da disciplina da sociedade da década de 1960; o conceito de representação permeia toda a construção dessa escrita acadêmica. Para analisar as políticas arbitrária e resistentes que são produzidas na narrativa hilstiana, o arcabouço teórico consiste nos conceitos: intelectual, por Edward Said (2005), vigiar e punir, de Michel Foucault (2014) e biopoder, de Michel Foucault (1999). Por último, a análise da fonte literária baseia-se nos estudos de Sandra Jatahy Pesavento (1995), Rosangela Patriota (2018), Patrice Pavis (2011) e Batista e Rosell (2017). Destarte, essa pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento como trabalho de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceara (PPGHCE/UECE).

Palavras-chave: Hilda Hilst; Ditadura Militar;Representação; Resistência; Censura.

[23] Mestranda, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Analiviamorais1710@gmail.com

Nos gramados e nas páginas da imprensa:
um estudo da representação do jogador Reinaldo no jornal Movimento e na Revista Placar (1978-1982)

Natan Calixto de Moura [24]

No ano de 1978, o jogador Reinaldo ganhou grande destaque nas páginas da imprensa brasileira, sendo representado de maneiras distintas pela Revista Placar e pelo Jornal Movimento. Em janeiro, a Placar estampou sua capa com a manchete "O Brasil com fome de gols", apresentando-o como a principal esperança da Seleção para a Copa da Argentina. A revista reforçava sua imagem de ídolo nacional, lembrando sua performance extraordinária no Campeonato Brasileiro de 1977, quando marcou 28 gols e recebeu a Bola de Prata. O texto e as imagens construíram uma narrativa que o colocava como unanimidade entre dirigentes e jogadores, símbolo da ofensividade e da esperança do futebol brasileiro.Pouco tempo depois, em março, o Jornal Movimento publicou a matéria "Reinaldo: Bom de Bola e Bom de Cuca", que ampliava essa representação ao destacar não apenas o talento esportivo, mas também sua postura crítica diante da ditadura militar e da militarização do futebol. Diferente da Placar, que o retratava sobretudo como craque e ídolo esportivo, o Movimento enfatizava sua consciência política e sua coragem em se posicionar contra o regime, transformando-o em símbolo de resistência e engajamento social. Em 1978, portanto, Reinaldo foi retratado de forma dupla: pela Placar como ídolo esportivo e esperança nacional, e pelo Movimento como voz contestadora e figura politicamente engajada. Essa combinação aborda como a imprensa moldava diferentes dimensões de sua identidade, ora reforçando o espetáculo futebolístico, ora destacando sua relevância como personagem crítico no contexto político brasileiro.

Palavras-chave: Reinaldo; Ditadura civil-militar; Representação; Futebol.

[24] Mestrando, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). calixtonatan05@gmail.com

O autoritarismo militar brasileiro nos livros didáticos de História:
uma análise das representações sobre a ditadura militar em obras recentes

Caio Rodrigues de Sousa [25]
Evandro Araújo Fontinele [26]
João Paulo Charrone [27]

O trabalho busca analisar como a ditadura militar no brasil tem sido representada em alguns dos novos livros didáticos de História do PNLD (2026-2029). Os livros didáticos da área das Ciências Humanas passaram por mudanças drásticas após algumas reformas educacionais realizadas durante e após o governo Temer. Tendo a disciplina de História como foco deste trabalho, entendemos que algumas dessas reformas realizadas, como a do Novo Ensino Médio, prejudicaram o ensino de História. Após a reforma citada, o livro didático de História chegou a ser reduzido em uma única obra que fazia referência à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Uma mudança que acabou por reduzir drasticamente o saber histórico e toda a sua complexidade enquanto ciência, abordando determinados períodos da nossa história de modo brando, como mostra a Carla Silvino (2024). Após o PNLD 2026-2029, o livro didático de História retornou, trazendo consigo os diferentes períodos históricos que até então eram apresentados de forma superficial, buscamos compreender de que forma o período da ditadura militar no Brasil tem sido abordado em alguns desses novos materiais. Para isso, analisamos dois desses novos livros didáticos de História do novo PNLD (2026-2029), o História Por Toda Parte, da editora FTD e o Moderna Plus História, da editora Moderna. Buscamos analisar as representações feitas sobre o período da ditadura militar brasileira nas respectivas obras, bem como entender como as discussões sobre o autoritarismo militar e a violência presentes a partir de 1964 foram abordadas nas páginas desses livros.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação, Livro Didático, Autoritarismo.

[25] Graduando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). caio.sousa@ufpi.edu.br

[26] Graduando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). evandro.fontinele@ufpi.edu.br

[27] Doutor em História (UFPI). charrone@ufpi.edu.br

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 3

ST3 PARTIDOS, ESTADO E SOCIEDADE: disputas Político-Institucionais na conjuntura Democrática (1945-1964)

COORDENADO POR


Herbert Gler M. dos Anjos

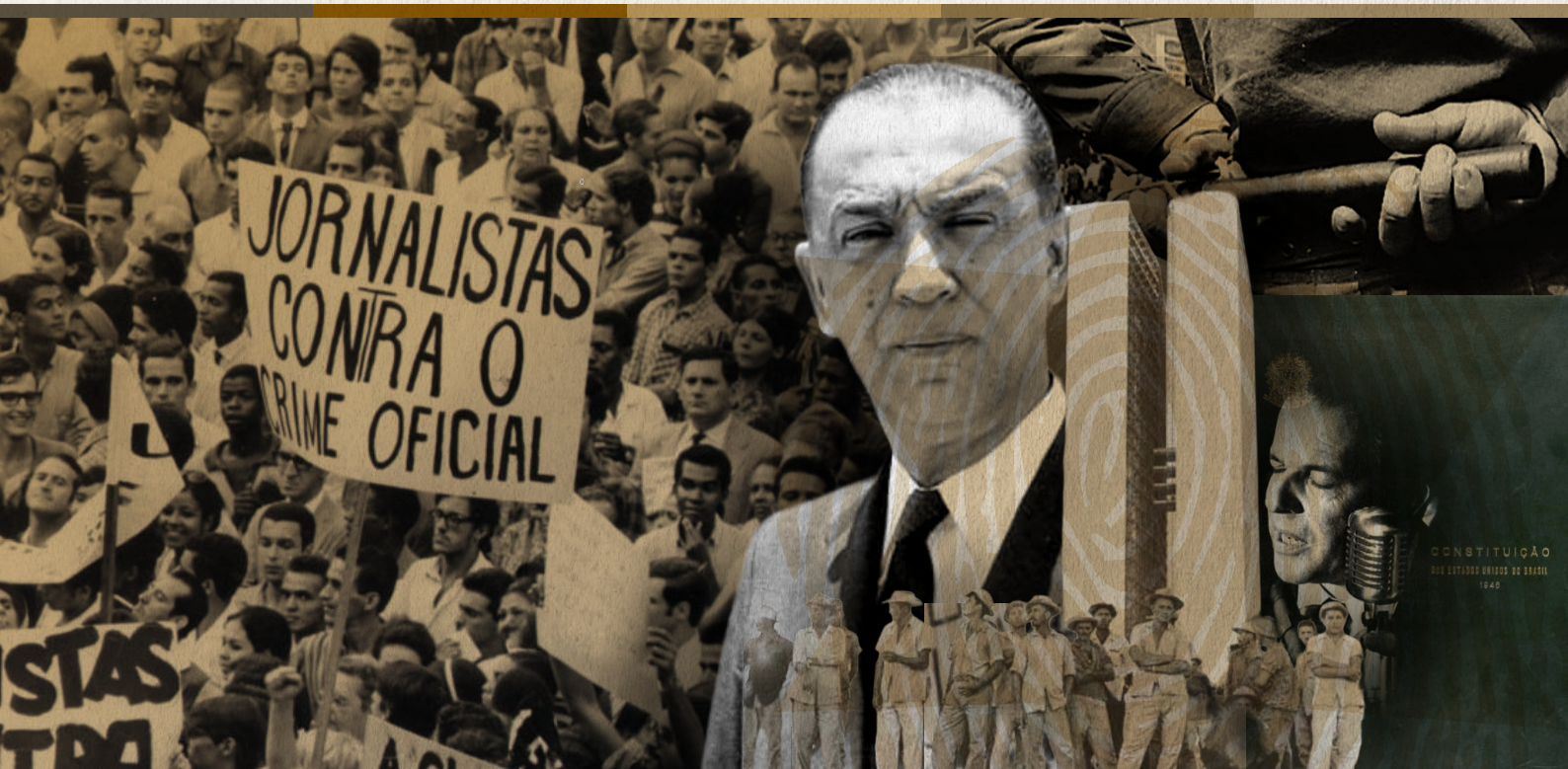

Milene do Carmo Gomes


Samuel D. R. Santos

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

PARTIDOS, ESTADO E SOCIEDADE:

disputas político-institucionais na conjuntura Democrática (1945-1964)

9 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Herbert Gler Mendes dos Anjos
Doutor em História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). herbertglermendes@gmail.com

Milene do Carmo Gomes
Mestranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). milenegomes645@gmail.com

Samuel Davi Rocha Santos
Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). samuel-rocha1999@hotmail.com

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Democracia e crise política no pensamento de Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos (1954-1962)	8h10
2	As eleições presidenciais de 1960 e a política externa como objeto de disputa	8h25
3	Antônio Balbino e a disputa pelo Governo da Bahia: eleições, alianças e trabalhismo em 1954	8h40
4	O projeto integralista de elites dirigentes: o Movimento Águia Branca (1952-1965)	8h55
5	Projetos e política em disputa: o código eleitoral de 1945 e a reorganização das estruturas partidárias	9h10
6	A experiência democrática e o trabalhismo na "Manchester Mineira": análise do PTB na Câmara Municipal de Juiz de Fora	9h25
7	Redes intelectuais, capital simbólico e circulação de ideias: Eugênio Gudin e a construção da legitimidade do neoliberalismo no Brasil (c. 1940-1960)	9h40
8	Os anos 1960 na visão do udenista Oscar Dias Corrêa: do combate a Goulart aos embates com a "Revolução" (1961-1967)	9h55
9	Nas páginas da democracia: entre a emancipação e a moral, ser mulher no Tribuna Popular (1945)	10h10
10	"Vocês que fazem parte desta massa": o sindicalismo rural brasileiro, a Fetag-PB e as lutas do povo do campo em solo paraibano	10h25
11	Entre Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Harold Laski: a construção do socialismo democrático de Roberto Silveira (1947-8)	10h40
12	Atuação política e intelectual de Josué de Castro para uma Reforma Agrária no Brasil (1959-1965)	10h55
13	Uma outra "experiência democrática" dos "anos dourados": as escrevivências na literatura de Carolina Maria de Jesus (1955-1961)	11h25

O projeto integralista de elites dirigentes:
o Movimento Águia Branca (1952-1965)

Milene do Carmo Gomes [28]

Partindo da noção de culturas políticas, o objetivo desta comunicação é investigar e problematizar o projeto político integralista no período republicano, entre 1945 e 1965, especialmente no que concerne à formação de elites dirigentes. O principal objeto empírico da análise é o Movimento Águia Branca, movimento político-cultural vinculado ao integralismo que promoveu a criação de Centros Culturais da Juventude em diferentes regiões do Brasil. A partir desse espaço de formação e mobilização política, busca-se compreender como a juventude foi construída como categoria política e geracional e, simultaneamente, como foi concebida sua preparação para a atuação na vida pública. Tenciona-se, assim, investigar quais valores, atributos e competências eram associados à formação dos sujeitos considerados aptos a exercer funções de liderança e representação da coletividade. A análise parte da hipótese de que a reorganização integralista no pós-1945 não implicou o abandono de concepções hierárquicas de organização social e política, mas sua reelaboração diante das exigências do novo contexto republicano e da atuação partidária por meio do Partido de Representação Popular (PRP). Nesse processo, categorias como autoridade, ordem, representação, democracia, formação e juventude assumiram sentidos específicos e foram articuladas na elaboração de um projeto político que atribuía às elites dirigentes papel central na condução da sociedade. Logo, busca-se compreender de que maneira a defesa da representação política e da participação no regime democrático coexistiu com uma concepção de liderança fundada na formação moral, intelectual e doutrinária de determinados sujeitos. Para isso, serão analisados documentos produzidos pelo Movimento Águia Branca e pelos Centros Culturais da Juventude, articulados a discursos oficiais, documentos partidários e à imprensa integralista. Busca-se, por meio dessa documentação, apreender as práticas de mobilização juvenil e as representações de sociedade, política e liderança que as orientavam. Desse modo, a comunicação pretende problematizar os sentidos atribuídos à democracia pelo integralismo no pós-1945, evidenciando as tensões entre representação e hierarquia, participação e autoridade, bem como o lugar atribuído à formação de elites dirigentes em seu projeto de reorganização política. A partir da perspectiva das culturas políticas, busca-se, portanto, compreender como representações, valores e vocabulários políticos foram articulados na construção de um ideal de liderança, permitindo apreender os sentidos e as disputas em torno da formação política dos sujeitos destinados a ocupar posições de direção na sociedade.

Palavras-chave: Elites; Movimento Águia Branca; PRP.

[28] Coordenadora do ST3. Mestranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). milenegomes645@gmail.com

Os anos 1960 na visão do udenista Oscar Dias Corrêa:
do combate a Goulart aos embates com a "Revolução" (1961-1967)

Samuel Davi Rocha Santos [29]

A presente pesquisa analisa a atuação e o pensamento político do udenista mineiro Oscar Dias Corrêa na conjuntura política brasileira da década de 1960, particularmente entre a posse de João Goulart, em 1961, e os primeiros anos da ditadura militar. A pesquisa utiliza como fontes os discursos parlamentares de Oscar Dias Corrêa registrados no Diário do Congresso Nacional, bem como seus depoimentos e memórias produzidos posteriormente. A metodologia encontra-se ancorada na análise de discurso e na análise das memórias. Deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), Corrêa destacou-se como opositor ao governo Goulart, assumindo posições críticas em relação ao trabalhismo, à atuação dos movimentos sindicais e à presença das esquerdas na política nacional. Diante da crescente radicalização política, utilizando-se de uma retórica que combina o anticomunismo e centralidade do Parlamento, Corrêa apoiou o golpe civil-militar que depôs João Goulart.Entretanto, seu posicionamento diante do novo regime não permaneceu marcado por uma adesão irrestrita. O avanço do autoritarismo e, particularmente, a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em outubro de 1965, contribuíram para o surgimento de divergências entre o parlamentar mineiro e o governo de Castelo Branco. Em suas memórias, Oscar afirma que a "Revolução" o expulsou da vida pública, tendo em vista que, diante dos embates com o Executivo, Oscar não mais se apresenta como candidato ao Parlamento, encerrando sua atuação enquanto deputado federal no ano de 1967.

Palavras-chave: Oscar Dias Corrêa; UDN; Parlamento; História Política

[29] Coordenador do ST3. Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). samuel-rocha1999@hotmail.com

Democracia e crise política no pensamento de Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos (1954-1962)

Cairo de Souza Barbosa [30]

Esta comunicação analisa duas interpretações dos dilemas da democracia brasileira no período anterior ao golpe de 1964: Existe uma crise da democracia no Brasil?, de Florestan Fernandes (1954), e Quem dará o golpe no Brasil?, de Wanderley Guilherme dos Santos (1962). O objetivo é compreender como esses autores diagnosticaram a intensificação dos conflitos políticos e sociais entre as décadas de 1950 e 1960 e quais respostas formularam diante desse cenário. Ancorado nos pressupostos de uma história intelectual renovada, argumenta-se que as interpretações de Florestan e Wanderley repercutem tanto as tradições teóricas e ideológicas às quais se filiavam quanto as amplas transformações do espaço de experiência da política na República de 1946. Embora apresentem diagnósticos distintos sobre a crise em curso, ambos atribuem centralidade ao horizonte de expectativas relacionado à (não) permanência da democracia brasileira.

Palavras-chave: Pensamento político brasileiro; democracia; Florestan Fernandes; Wanderley Guilherme dos Santos.

[30] Doutor em História Social da Cultura (PUC-Rio), professor substituto na UFF e pós-doutorando no IESP-UERJ. cairosbarbosa@gmail.com

As eleições presidenciais de 1960 e a política externa como objeto de disputa

Mateus José da Silva Santos [31]

As eleições presidenciais de 1960 foram marcadas por um intenso debate político envolvendo os rumos de uma sociedade em transformação durante os últimos anos da experiência democrática brasileira. Em meio a um processo de mudança das principais características do sistema político-partidário emergente ao fim do Estado Novo, o pleito em questão assumiu um papel importante diante de uma série de agendas consideradas estratégicas frente aos imperativos de enfrentamento da crise do desenvolvimentismo, atendimento às demandas por reforma social e outras questões tradicionais, a exemplo da segurança nacional. Nesse contexto, a política externa ocupou um espaço relevante dentro das movimentações dos principais candidatos à presidência. Diante de um processo de campanha relativamente antecipado, as perspectivas sobre o lugar a ser ocupado pelo Brasil diante de uma arquitetura internacional em transformação ganharam notoriedade a partir da viagem de Jânio Quadros no primeiro semestre de 1959. Reunindo diferentes experiências na África, Ásia e Europa Oriental, a ação externa do ex-governador de São Paulo se tornou objeto de inquietação no ambiente político doméstico, elevando as expectativas sobre os contornos de seu anunciado projeto de uma política externa vista como independente. Além disso, seu interesse pelo Terceiro Mundo projetou uma série de referenciais sobre suas posições frente a temas diversos, inclusive em questões que lhe faziam interagir direta ou indiretamente com as rotulações nacionalistas ou "entreguistas". Com base nisso, essa comunicação reconstitui a construção da candidatura de Jânio Quadros e sua interação com os desafios de reposicionamento global do Brasil. Por meio das contribuições de Patrick Charaudeau sobre a análise do discurso político, propõe-se uma avaliação de um corpus documental heterogêneo (jornais da grande imprensa carioca, semanários políticos, boletins da cia, obras de época, etc...) sobre a participação janista nas eleições, tendo como ponto de partida o reconhecimento da importância desse processo de elevação da politização sobre a política externa para a conformação de um ambiente plural de discussão sobre os rumos das mudanças empreendidas a partir de 1961.

Palavras-chave: Eleições de 1960; Jânio Quadros; Política Externa Independente ST Preferencial: 3 – Partidos, Estado e Sociedade

[31] Doutor em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). mateus_santos29@hotmail.com

Antônio Balbino e a disputa pelo Governo da Bahia:
eleições, alianças e trabalhismo em 1954

Hebert Santos Oliveira [32]

Este artigo analisa a campanha eleitoral de Antônio Balbino para o Governo da Bahia em 1954, buscando compreender as articulações políticas, partidárias e simbólicas que contribuíram para sua vitória sobre Pedro Calmon. A análise parte da compreensão de que o pleito ocorreu em uma conjuntura marcada pela crise do segundo governo de Getúlio Vargas, pelo suicídio do presidente e pela disputa em torno da apropriação de seu legado político na Bahia. Nesse contexto, examina-se a formação da Frente Trabalhista Democrática, as tensões internas do PTB baiano, especialmente entre Antônio Balbino e Landulfo Alves, e as alianças estabelecidas com diferentes grupos e lideranças, entre elas João Goulart e Juracy Magalhães. A pesquisa também investiga as estratégias utilizadas na construção da imagem de Balbino como candidato identificado com os trabalhadores e, simultaneamente, comprometido com o desenvolvimento econômico e a iniciativa privada. Para interpretar esse processo, mobiliza-se a noção de campo político e capital político de Pierre Bourdieu, compreendendo a campanha como espaço de disputa pela acumulação, reconhecimento e conversão de diferentes recursos políticos em legitimidade eleitoral. A partir de fontes jornalísticas e iconográficas, argumenta-se que a vitória de Balbino resultou da articulação entre capital político pessoal, partidário, relacional e simbólico, especialmente da apropriação da memória de Vargas, convertidos em reconhecimento eleitoral. Conclui-se que a eleição de 1954 representou uma inflexão na política baiana, marcada pela crescente centralidade do desenvolvimentismo e da questão social, sem, contudo, romper com os interesses das elites políticas e econômicas estaduais.

Palavras-chave: Antônio; PTB baiano; Eleições de 1954 INTRODUÇÃO

[32] Doutorando em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em História Social, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do ensino fundamental (SEMEC, Tapiramutá-BA). oliveirahebert1@gmail.com

Projetos e política em disputa:
o código eleitoral de 1945 e a reorganização das estruturas partidárias

Rafael Navarro Costa [33]

Com o fim do Estado Novo e a democratização do país cada vez mais em evidência, a partir de 1942 o grupo político liderado por Vargas passa a pensar sobre os projetos e modelos políticos capazes de minimizar sua perda de influência e poder. Assim, o código eleitoral de 1945, também conhecido como "Lei Agamenom" teve papel de destaque na articulação e negociação política entre o fim do Estado Novo e o início de nossa experiência democrática, com importantes aliados de Getúlio Vargas sendo os responsáveis pela preparação desse documento. A mudança mais debatida pela historiografia é a reorganização dos partidos políticos na década de 1940, tendo como destaque o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Nesse artigo, analisaremos a relação entre as regras eleitorais criadas pelo Código Eleitoral de 1945 e a formação dos partidos políticos de base nacional, sobretudo pensando em como esses partidos precisaram se organizar estruturalmente de forma interna, uma vez que encontravam agora um novo cenário no campo político e eleitoral a partir de 1945.

Palavras-chave: Código Eleitoral de 1945; Partidos Políticos; Campanha e propaganda política;

[33] Doutor em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). rafanavarrocosta@gmail.com

A experiência democrática e o trabalhismo na "Manchester Mineira":
análise do PTB na Câmara Municipal de Juiz de Fora

Isabela Ferreira Oliveira [34]

Na historiografia, compreende-se o período de 1945-1964 como uma das mais consolidadas experiências democráticas do Brasil republicano. Entre elementos como a diminuição do controle de grupos políticos sobre o voto e o sistema partidário nacional, foi consolidada uma nova "cultura política" no Brasil, marcada por uma participação popular na política jamais antes vista. Tal fator suscitou uma ampla agência dos recém-nascidos partidos políticos em embates eleitorais e na defesa ideológica de diferentes projetos para o Brasil. A criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), materializado como plano político-partidário do trabalhismo, se insere nesse contexto. O objetivo desta comunicação é apresentar parte da pesquisa de dissertação da autora, que busca investigar como o PTB se desenvolveu em Juiz de Fora, cidade conhecida como a "Manchester Mineira" da industrialização e de população fortemente operária. Tendo como fonte principal as Atas de Reuniões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, busca-se analisar como os vereadores do PTB se apresentavam naquele espaço deliberativo como continuístas da luta dos trabalhadores, em compromisso com a herança política de Getúlio Vargas e, aos poucos, também em pró de um projeto reformista para o Brasil alinhado à figuras como João Goulart, Leonel Brizola, San Tiago Dantas. Almeja-se, ainda, demonstrar como a defesa desse projeto foi bruscamente interrompida com o golpe civil-militar de 1964 e a perseguição, prisão e cassação de vereadores e deputados do PTB, o fim do partido pelo AI-2 e a transformação de Juiz de Fora em um polo central de repressão política da ditadura.

Palavras-chave: experiência democrática; PTB; trabalhismo; Juiz de Fora; golpe.

[34] Mestranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). isafoliveira182@gmail.com

Redes intelectuais, capital simbólico e circulação de ideias:
Eugênio Gudin e a construção da legitimidade do neoliberalismo no Brasil (c. 1940-1960)

Vítor Francisco Casagranda Zanella [35]

O neoliberalismo, segundo a definição de Dardot e Laval (2016), deve ser interpretado para além de uma doutrina econômica ou uma ideologia política; trata-se da inauguração de uma nova racionalidade, cujas principais características incluem a generalização da concorrência, a necessidade de desenvolvimento do capital humano e a redefinição do Estado como um impulsionador e garantidor jurídico da iniciativa privada. Quanto à história do neoliberalismo, uma historiografia tradicional consolidou o Chile da década de 1970 como "laboratório" do programa neoliberal. Posteriormente, o sucesso da aplicação do modelo pelos governos Thatcher e Reagan teria impulsionado a "exportação" desse ideário para o Brasil durante a década de 1990. Um levantamento bibliográfico parcial, entretanto, demonstrou que o debate sobre o neoliberalismo no Brasil já se fazia presente pelo menos desde a década de 1940 (Borges, 1996; Bielschowsky, 2004), sobretudo por meio da atuação do economista Eugênio Gudin (1886-1986). Este trabalho, recorte de uma pesquisa mais ampla, busca destrinchar o papel de Gudin na recepção e ressignificação à realidade brasileira dos debates sobre o neoliberalismo, a partir da circulação do autor em redes intelectuais entre as décadas de 1940 e 1960. Os referenciais teórico-metodológicos utilizados provêm de estudos do campo da teoria das elites, com ênfase na leitura e análise de produções acadêmicas de Maria Rita Loureiro e Pierre Bourdieu. As fontes consultadas incluem diferentes materiais para reconstruir essas redes intelectuais, tais como as próprias obras de Eugênio Gudin, jornais e biografias sobre o economista. De forma preliminar, pode-se apontar que Gudin desempenhou um papel ativo na legitimação das ideias neoliberais entre as elites dirigentes brasileiras. Assim, o recorte apresentado evidencia tanto as estratégias do economista para mobilizar seus capitais e convertê-los em poder simbólico, favorecendo a circulação do pensamento neoliberal entre diferentes espaços, quanto a necessidade de se revisar a cronologia do neoliberalismo consolidada na historiografia brasileira. Como resultado desse estudo, produziu-se um esboço de uma rede, através do software Pajek, contendo os principais espaços de atuação e circulação dos quais Eugênio Gudin participou durante o recorte temporal estabelecido.

Palavras-chave: Eugênio Gudin; Neoliberalismo; Redes intelectuais.

[35] Graduando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). vitorfzanella@gmail.com

Nas páginas da democracia:
entre a emancipação e a moral, ser mulher no Tribuna Popular (1945)

Danyele Nayara Santos Dias [36]

Durante a redemocratização brasileira de 1945 e a breve legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB), o Tribuna Popular, órgão de imprensa do partido publicado entre 1945 e 1948, consolidou-se como importante instrumento de difusão de projetos políticos e de intervenção no debate público. Resultante de pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em História Social, este trabalho investiga como o periódico participou da construção de representações sobre a participação feminina naquele contexto. Busca-se responder ao seguinte problema: como o Tribuna Popular elaborou modelos de feminilidade e definiu formas consideradas legítimas de inserção das mulheres na vida política e social brasileira? Parte-se da hipótese de que, ao mesmo tempo em que ampliava a visibilidade de trabalhadoras, militantes, intelectuais, mães e demais personagens femininas na esfera pública, o jornal estabelecia parâmetros morais e políticos que delimitavam comportamentos considerados adequados ao projeto democrático defendido pelo PCB. O estudo tem como principal fonte o Tribuna Popular e analisa reportagens, editoriais, discursos de Luís Carlos Prestes, campanhas de alfabetização, notícias internacionais, fotografias, anúncios, colunas de comportamento e notas cotidianas. Metodologicamente, adota-se a perspectiva proposta por Cruz e Peixoto (2007) para o tratamento da imprensa, considerando o periódico em sua materialidade editorial, projeto gráfico, campanhas, temas priorizados e formas de intervenção na agenda pública. Argumenta-se que o jornal não apenas ampliou a presença das mulheres nos debates sobre cidadania, trabalho e participação política, mas também participou da elaboração de referências normativas acerca dos papéis femininos no Brasil do pós-guerra. O trabalho busca contribuir para os debates sobre História das Mulheres, Cultura Política e História da Imprensa.

Palavras-chave: Mulheres; Imprensa Comunista; Cultura Política; Tribuna Popular, PCB.

[36] Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). danyele.dias@educacao.mg.gov.br

"Vocês que fazem parte desta massa":
o sindicalismo rural brasileiro, a Fetag-PB e as lutas do povo do campo em solo paraibano

Jamily Santos Pereira [37]

A quadra histórica anterior ao Golpe Militar de 1964 é reconhecida, em conformidade com os historiadores do Brasil Contemporâneo, como um período de transformações sociais peremptórias, sobretudo quando consideramos a intensa mobilização popular no que respeita às classes subalternas brasileiras. Em se tratando da realidade dos sujeitos do campo, a Conjuntura Democrática (1945-1964) suscitou variados processos de organização das lutas camponesas que buscavam, em suma, promover modificações na estrutura fundiária do país, a qual era marcada por um acesso desigual à terra, e pleitear uma efetiva reforma agrária em solo nacional. Nesse ínterim, cabe destacar o surgimento, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade sindical constituída para conquistar e salvaguardar os direitos dos trabalhadores rurais agricultores familiares, em especial. Tal entidade, ao consolidar-se enquanto partícipe efetiva das movimentações campesinas pátrias, passa a expandir-se ao longo do território brasileiro, engendrando a criação de núcleos estaduais, os quais traduzem-se nas Federações, a exemplo da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba (Fetag-PB). Consolidada ainda no ano supracitado, a Fetag-PB, sediada nas cidades de João Pessoa e Patos, além de possuir base territorial em outros municípios paraibanos, é simbólica do alicerçamento do sindicalismo rural na Paraíba, coexistindo à época, inclusive, com as Ligas Camponesas, precisamente aquela localizada em Sapé. Cumpre salientar, a título de citação, que a existência da Contag relaciona-se com a tentativa de combate à influência das referidas Ligas quanto ao movimento campesino. A fim de compreender de que maneira se deu a atuação da respectiva entidade no que concerne às lutas e movimentações do povo do campo em território paraibano, serão mobilizados os contributos dos estudiosos Antônio Carlos Montenegro (2003), Leonilde Servolo de Medeiros (2001) e Marco Antonio dos Santos Teixeira (2018). Quanto à metodologia, utilizar-se-ão os subsídios intelectuais da História Social das Propriedades e da História Agrária, simbolizados pelas teorias de Maria Linhares (1979), Márcia Motta (2014), Maria Sarita Mota, Maria Verónica e Cristiano Cristillino (2023).

Palavras-chave: Sindicalismo Rural; Reforma Agrária; Contag; Fetag-PB.

[37] Graduanda, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-CFP). jamipereiracz4@gmail.com

Entre Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Harold Laski:
a construção do socialismo democrático de Roberto Silveira (1947-8)

Felipe da Silva Barbosa [38]

O fim do Estado Novo em 1945 levou à reorganização das forças políticas e à formação de novos partidos. Organizados nacionalmente, esses partidos buscavam expressar correntes de pensamento e filiações políticas forjadas durante os anos de governo de Getúlio Vargas, tornando-o o principal elemento de clivagem entre essas organizações. PSD, UDN, PTB, PCB e os demais partidos se relacionavam, portanto, com esse passado, o que pode ser atestado por suas atuações durante o período democrático. Considerando esse contexto, a presente comunicação propõe uma análise das formulações políticas e intelectuais de Roberto Silveira como expressão singular do pensamento e da identidade trabalhista contida no PTB.

Roberto Silveira foi eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1946, aos 23 anos, e, a partir de então, teve uma expressiva carreira política, alcançando, em 1958, o cargo de governador do estado. Sua trajetória política é marcada por episódios simbólicos que o notabilizaram como importante quadro petebista. Além dessa dimensão de suas atividades, a proposta busca avaliar sua atuação nas tribunas da Assembleia e na organização do partido. Para isso, são observadas suas intervenções como deputado, sua penetração no diretório petebista e, em especial, seus esforços doutrinários expressos na publicação de panfletos e em cartas privadas motivadas por esses temas. Ao fim, pretende-se identificar os termos pelos quais Roberto Silveira define o trabalhismo, associando-o ao socialismo democrático e estabelecendo diálogos diretos com sujeitos como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Harold Laski.

Palavras-chave: Trabalhismo; Socialismo democrático; Roberto Silveira; PTB; Experiência democrática.

[38] Doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). felipe.barbosa@ufrj.br

Atuação política e intelectual de Josué de Castro para uma Reforma Agrária no Brasil (1959-1965)

Gustavo Rollnic D'Amorim [39]

Josué de Castro denunciou firmemente o abandono do Nordeste em detrimento da região Sul e as estruturas agrárias arcaicas, responsável pela miséria, desigualdade social, fome e carestia de vida. Enquanto atuava como Embaixador do Brasil na ONU entre 1962 e 1964, Castro escreveu o livro Sete Palmos de Terra e um Caixão para os leitores estadunidenses. Nele, argumentou que o Brasil havia sido "descoberto" duas vezes. A primeira em 1500 pelos portugueses e a segunda em 1960, pelos norte-americanos. Apresentou sua visão acerca da colonização, de como se organizou a estrutura agrária do Nordeste brasileiro, se posicionou politicamente diante da conjuntura nacional e defendeu as Ligas Camponesas. Desmistificou os "perigos" de uma revolução comunista iminente que eram divulgados pela imprensa estadunidense. Foram realizados entrecruzamentos em relação aos argumentos de Castro em Sete Palmos e um de seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados acerca do subdesenvolvimento da região. Ainda no final da década de 1950, o renomado médico e geógrafo apresentou dois projetos para a desapropriação de terras por interesse social. O Projeto de Lei nº 11/1959 foi uma modificação do PL 3.406-D-53, apresentado pelo Poder Executivo, que tramitava no Senado Federal para aprovação. Apenas o artigo que indicava a indenização baseada no valor fiscal declarado pelo proprietário foi apontado pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça como relevante e que apresentava inconstitucionalidade. Este projeto foi emendado pelo então vice-presidente desta mesma comissão, San Tiago Dantas. Já o PL nº 442/1959 dispunha sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para o cultivo de lavouras de subsistência. No título, um projeto de política alimentar e saúde pública. No seu artigo 3º, estava a desapropriação. No Parlamento Nacional predominavam os latifundiários e seus defensores. Com estes dois projetos, o deputado tentou driblar os aparelhos que travavam as tramitações de projetos de lei para uma Reforma Agrária. As articulações político-partidárias de Castro enquanto Deputado Federal pelo PTB - PE ainda se apresentam tímidas na historiografia e este trabalho oferece uma nova contribuição no campo. Este é um recorte de um dos capítulos da dissertação de mestrado do autor, com algumas alterações adaptativas.

Palavras-chave: Josué de Castro; Reforma Agrária; História Política.

[39] Mestre, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). gustavorollnic@gmail.com

Uma outra "experiência democrática" dos "anos dourados":
as escrevivências na literatura de Carolina Maria de Jesus (1955-1961)

João Paulo de Souza [40]

Escritos principalmente entre o período de 1955 a 1961, a literatura de Carolina Maria de Jesus transcorre um período específico da história do Brasil: os chamados "anos dourados". Este período, tido como "experiência democrática", é marcado por grande desenvolvimentismo econômico, tecnológico e industrial, mas com um ideal de "modernidade", que intensifica as desigualdades e marcadores sociais — sejam elas de raça, gênero ou classe. Assim, esta pesquisa busca analisar como a vida e a obra literária de Carolina Maria de Jesus se contrapunha ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, e possibilita montar um panorama do lugar em que sujeitos negros e pobres ocupavam na década de 50, que não se encaixava naquela "modernidade". Partindo das percepções dos "anos dourados" de Vânia Moreira (2008) e do desenvolvimentismo de João de Mello e Fernando Novais (1998), das análises de Carla Pinsky (2014) sobre as mulheres nos dourados; e da perspectiva de gênero, raça e classe na década de 60 de Lélia Gonzalez (2020) e comparando com a literatura de Carolina Maria de Jesus, principalmente de "Quarto de Despejo" (1960) e "Casa de Alvenaria" (1961), é possível perceber diferentes vivências durante esse período de "experiência democrática". Ao descrever seu cotidiano e denunciar a realidade em que vivia em seus diários, Carolina Maria de Jesus "escreve-se inscre-vivendo-se" (Conceição Evaristo, 2026), retratando um "Brasil" que vivia na lama, na sujeira e na podridão, marcada pela fome, miséria, exclusão e marginalização de "negros-favelados". Com isso, os "anos dourados" pertenciam a um grupo bastante específico da sociedade: a classe média brasileira, majoritariamente, branca.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; Escrevivências; Anos Dourados; Experiência democrática; História e Literatura.

[40] Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal da Paraíba (UFPB). joaopaulo.prof.hist@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 4

ST4

ENTRE A DIPLOMACIA E O CONFLITO:
Estado, governo e intervenção política na Época Moderna: circulação de ideias e cultura escrita (séculos XV-XVIII)

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 2

COORDENADO POR


Luciano Cesar da Costa


Rodrigo F. da Costa

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

ENTRE A DIPLOMACIA E O CONFLITO:

Estado, governo e intervenção política na Época Moderna – circulação de ideias e cultura escrita (séculos XV–XVIII)

8 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Rodrigo Franco da Costa
Pós-doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). rodrigo.franco1991@gmail.com

Luciano Cesar da Costa
Doutor, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFF). lucianocesar_3@hotmail.com

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 4 e a Sessão de Comunicação Livre 2, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

8 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Para além do olhar do viajante: população negra, representação e agência no relato de Maximiliano sobre Ilhéus (1860)	14h20
2	O Leviatã Proclama Os Ciganos: Reflexões Sobre Suas Classificações Na América Portuguesa Setecentista	14h40
3	João Pinto Ribeiro e o Discurso sobre os fidalgos e soldados: a polêmica da União das Armas (1632)	15h00
4	Entre a pena e a Censura: Circulação de Informações e Controle Editorial em Aguado e Simón (Sécs. XVI-XVII)	15h20
5	Um passado a ser esquecido? Memórias e a política de silêncio dos expatriados da Confederação do Equador	15h40

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 2

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Entre o Cultural e o Político: A Mistida (1997) de Abdulai Sila como fonte histórica da Guiné-Bissau pós-independência	–
2	O movimento por moradia popular e a limitação da miséria no extremo leste paulistano (1980-1993)	–
3	Da internet ao Congresso Nacional: conteúdo, tramitação e inconstitucionalidade dos projetos de lei do Escola Sem Partido (2014-2023)	–
4	Governança alimentar em disputa: agricultura e desenvolvimento nas normas internacionais (1970-2020)	–
5	Os programas nacionais de combate à esquistossomose e o Nordeste brasileiro (1950-1980)	–

João Pinto Ribeiro e o Discurso sobre os fidalgos e soldados:
a polêmica da União das Armas (1632)

Rodrigo Franco da Costa [41]

Este Simpósio Temático tem como objetivo analisar a obra Discursos sobre Fidalgos e soldados portugueses não militarem em conquistas desta coroa, de João Pinto Ribeiro escrita em 1632. João Pinto Ribeiro foi um republico, agente que objetivava, através de sua atuação escrita, intervir politicamente para a conservação do bem comum de Portugal. João Pinto Ribeiro foi figura de primeira importância para o reino de Portugal durante as décadas de trinta e de quarenta do século XVII, tanto na esfera política quanto no governo lusitano. Pinto Ribeiro foi um importante articulador da Restauração de Portugal, processo de retomada da independência e da autonomia do reino lusitano em relação à Monarquia Hispânica, que desde de 1580 submetia o reino. O letrado desenvolveu sua carreira como Juiz de Fora de Pinhel e Ponte de Lima, posteriormente tornou-se agente do duque de Bragança. Após o processo de Restauração compôs o epicentro do governo de Portugal, tonando-se desembargador do Paço de d. João IV. Ainda na época da dominação da Monarquia Hispânica sobre Portugal, Pinto Ribeiro escreve a obra supracitada com o objetivo de criticar abertamente a União das Armas, medida imposta pelo Conde duque Olivares que desejava centralizar os exércitos de todos os domínios da Monarquia Hispânica em Madrid com o intuito de realizar os feitos militares de interesse da corte de Filipe IV.

Pinto Ribeiro desenvolve uma argumentação jurídica e política criticando o deslocamento dos portugueses das praças do além-mar para seguir as ordens de Castela, localizando as perdas lusitanas de vários domínios em África e Ásia devido a esse escoamento de homens para servir nas guerras que diziam respeito somente ao reino castelhano. Em oposição ao costume do período em que se buscava dissimular as críticas ao governo, João Pinto Ribeiro propôs uma crítica frontal a Olivares, o que lhe rendeu a perda do cargo de Juiz de Fora. É neste momento que ele se torna agente do duque de Bragança, posição que o possibilitaria contribuir com a organização da Restauração de Portugal em primeiro de dezembro de 1640.

Palavras-chave: República; João Pinto Ribeiro; União das Armas.

[41] Coordenador do ST4. Pós-doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). rodrigo.franco1991@gmail.com

Para além do olhar do viajante:
população negra, representação e agência no relato de Maximiliano sobre Ilhéus (1860)

Yago Santos Valete[42]

Este trabalho analisa o relato de viagem de Maximiliano sobre sua passagem por Ilhéus, na segunda metade do século XIX, buscando compreender as representações construídas acerca da população negra e as formas de ação dos sujeitos que aparecem em sua narrativa. Inserido em uma tradição de literatura de viagem marcada pelo olhar estrangeiro sobre a sociedade brasileira, o relato constitui uma fonte relevante para investigar as formas pelas quais os habitantes da região eram observados, classificados e descritos por um viajante europeu. A pesquisa parte da compreensão de que esse tipo de documentação não apresenta uma descrição neutra da realidade, mas é atravessado pelas referências culturais, sociais e intelectuais do autor, produzindo representações sobre raça, trabalho, costumes, civilização e modos de vida. A análise, entretanto, não se limita ao discurso elaborado pelo viajante. Busca-se distinguir aquilo que corresponde às representações produzidas por Maximiliano das situações em que os próprios sujeitos negros aparecem realizando ações e mobilizando conhecimentos e habilidades. Nesse sentido, o relato é analisado também como espaço no qual, mesmo sob o olhar classificatório do observador estrangeiro, podem ser identificadas manifestações de agência. São consideradas descrições relacionadas ao trabalho, ao conhecimento da natureza, às práticas cotidianas, à circulação e às estratégias desenvolvidas pelos sujeitos negros diante das condições sociais vivenciadas em Ilhéus.

Dessa forma, o trabalho procura compreender uma tensão presente na documentação: enquanto Maximiliano constrói determinadas imagens sobre a população negra a partir de seu lugar de viajante estrangeiro, sua própria narrativa registra práticas que permitem perceber esses sujeitos para além das categorias utilizadas para descrevê-los. A pesquisa, portanto, propõe uma leitura do relato que articule discurso, representação e agência, tomando Ilhéus como espaço privilegiado de observação das relações sociais e das experiências da população negra na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Maximiliano; Ilhéus; População negra; Representação; Agência.

[42] Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ysvalete.ppgh@uesc.br

O Leviatã Proclama Os Ciganos:
Reflexões Sobre Suas Classificações Na América Portuguesa Setecentista

Arthur Assunção Costa [43]

O presente trabalho busca analisar as formas de classificação e a nomenclatura que as comunidades romani foram cometidas pelo Império Português no século XVIII. Essa reflexão parte do principio de que o "ser cigano" é um critério ainda muito indefinido dentro das legislações e documentações do período setecentistas. Acreditamos que os processos de exclusão e marginalização além de terem subalternizados essas comunidades também produziram processos de nomeação e classificação. Na mesma medida ressaltamos como as próprias identidades culturais oriundas do interior dessas comunidades refletiam como elementos de choque frente as ideias morais e católicas do império português, causando uma amálgama de signos, simbolos da própria comunidade e da interpretação régia sobre eles, gerando uma forma única de existência desses povos no espaço imperial português. Mais especificamente iremos refletir sobre os conceitos de qualidade, classificação e costume na América Portuguesa, e como esses termos foram manipulados, diretamente e indiretamente pelos vassalos, e como a construção social sobre o "outro" – no nosso caso especialmente as comunidade romani calon, – é construida em conjunto com o analisado, e seus reflexos sobre o espaço se foram de maneira plástica entre os colonos.

Palavras-chave: Ciganos; Império Português; Antigo-Regime.

[43] Mestrando, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista CNPq. arthur.assuncao@estudante.ufjf.br

Entre a pena e a Censura:
Circulação de Informações e Controle Editorial em Aguado e Simón (Sécs. XVI-XVII)

Hugo Cardoso Pedro dos Santos [44]

A comunicação pretende analisar as dinâmicas de produção, circulação de informações e controle editorial das crônicas historiográficas do Novo Reino de Granada nos séculos XVI e XVII, a partir dos relatos dos franciscanos Fray Pedro de Aguado e Fray Pedro Simón. Inseridas no contexto da expansão ultramarina e da consolidação do aparato burocrático-religioso da Monarquia Hispânica, tais obras não apenas registraram o processo de conquista e colonização, mas também estiveram sujeitas aos rígidos mecanismos de censura e fiscalização da Monarquia através do Conselho das Índias. Fray Pedro de Aguado, em sua Recopilación Historial, enfrentou expressiva intervenção censória e barreiras institucionais que impediram a publicação de seu manuscrito no século XVI, evidenciando as tensões entre a escrita missionária franciscana e as diretrizes reais de controle sobre as notícias e acontecimentos do Novo Mundo. Por outro lado, Fray Pedro Simón, em suas Noticias Historiales, operou em um cenário editorial e político distinto no século XVII, lidando com os trâmites, licenças de impressão e redes de aprovação da Cronística de Índias para viabilizar a publicação de sua obra. A análise comparativa de ambas as trajetórias textuais e materiais revela como a circulação do conhecimento sobre as Índias Ocidentais foi ativamente moldada pelas políticas da escrita, pelas redes institucionais e pelos procedimentos de censura prévia. Dessa forma, busca-se compreender o papel da cultura impressa e manuscrita na construção das narrativas sobre o Novo Reino de Granada, evidenciando as disputas políticas e epistêmicas envolvidas na mediação e no controle da informação colonial.

Palavras-chave: Censura; Conselho das Índias; Pedro de Aguado; Pedro Simón.

[44] Mestrando, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). hugocardosopedro98@gmail.com

Um passado a ser esquecido? Memórias e a política de silêncio dos expatriados da Confederação do Equador

Paulo Montini de Assis Souza Júnior [45]

Entre o final de 1824 e o início de 1825, autoridades diplomáticas do Brasil reportaram ao governo imperial sobre as chegadas de dezenas de brasileiros em portos dos Estados Unidos e da França; logo descobririam que aqueles eram rebeldes envolvidos na Confederação do Equador, rebelião militarmente liquidada no segundo semestre de 1824, e fugidos das Comissões Militares instaladas nas províncias revoltosas. Ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro construiu as suas primeiras relações internacionais, ele também empreendeu uma política de vigilância internacional contra estes expatriados: os cônsules e diplomatas avisavam ao governo brasileiro que estes fugitivos vinham se engajando em sociedades políticas republicanas no exterior, conspirando contra a monarquia brasileira e desenvolvendo relações com revolucionários estrangeiros. A política contrarrevolucionária deste primeiro corpo diplomático do Brasil foi justificada pelo fato de que muitos dos expatriados começaram a circular o atlântico revolucionário, indo para Buenos Aires, ao México, à Colômbia e ao Haiti. A abdicação de Pedro I, em Abril de 1831, significou a volta destes antigos confederados que, anistiados a partir deste ano, voltaram à opinião pública e à vida política brasileira. Retomavam o exercício nas instituições políticas do país por vezes relembrando aqueles meses de revolta aberta contra a monarquia, a Constituição de 1824 e o golpe de Pedro I de Novembro de 1823; contudo, resguardaram as suas memórias de expatriação. Neste trabalho, analiso usos dos esquecimentos e silêncios destes antigos confederados. A documentação colhida dos canais diplomáticos brasileiros e de arquivos de Estados estrangeiros me permitiu ver partes do engajamento destes expatriados à causa republicana nos dois lados do Atlântico naqueles últimos anos de Era das Revoluções. Apresento como, apesar da memória positiva construída sobre a rebelião de 1824 nas décadas seguintes pelos antigos confederados, os não-ditos e os silêncios sobre o período de expatriação foram politicamente motivados. O esquecimento deliberado destas relações internacionalistas preservava, afinal, a imagem destes antigos rebeldes que, nos anos regenciais e do Segundo Reinado, se tornavam agentes políticos da mesma monarquia contra a qual se rebelaram anos antes.

Palavras-chave: Brasil Império; Confederação do Equador; Era das Revoluções; Expatriação; Memória

[45] Doutor em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). paulomontini93@hotmail.com

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL2

Sessão de Comunicação Livre 2, realizada junto ao Simpósio Temático 4

8 de outubro das 14h às 18h · Coordenação: Rodrigo Franco da Costa · Luciano Cesar da Costa

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

Entre o Cultural e o Político:
A Mistida (1997) de Abdulai Sila como fonte histórica da Guiné-Bissau pós-independência

Luan Carlos da Silva Santos [46]

A historiografia sobre a Guiné-Bissau pós-independência tende a privilegiar o registro político-institucional, centrado no aparelho estatal e nas disputas de poder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que liderou a luta pela independência do país. Historiadores como Leopoldo Amado e Carlos Lopes, por exemplo, leem a crise de instabilidade política que marcou o país após o golpe de Estado de 1980 sobretudo a partir dessa chave institucional, deixando relativamente à sombra o tecido cultural que, segundo os antropólogos Wilson Trajano Filho e Christoph Kohl, sedimenta a nação "por baixo", nas práticas crioulas cotidianas. Esta comunicação parte da hipótese de que a Literatura, entendida não como reflexo passivo da realidade, mas como discurso que a refrata, é capaz de iluminar precisamente essa camada cultural da experiência histórica guineense que a historiografia política tende a silenciar. Toma-se como objeto o romance Mistida (1997), de Abdulai Sila, terceiro título da trilogia que consagrou o escritor guineense. Argumenta-se que a tensão entre o Cultural e o Político não aparece na obra apenas como tema, mas está inscrita em seu próprio arranjo formal fragmentado. O romance, protagonizado por personagens marginais, como ex-combatentes, governantes caricaturados, mulheres e libertadores, desloca o ponto de observação da crise guineense do topo do Estado para o cotidiano de quem sofre seus efeitos sem participar de suas decisões. A leitura de três capítulos do romance -"Madjudho", "Timba" e "Kambansa" - permite acompanhar essa tensão em sua dimensão simbólica. Filiando-se ao diálogo entre História e Literatura proposto por Antonio Candido, Mikhail Bakhtin e Hayden White, defende-se que Mistida deve ser lida não como pano de fundo de uma crise já descrita alhures, mas como fonte historiográfica em sentido pleno, ou seja, um registro capaz de captar, no nível dos indivíduos e das sociabilidades cotidianas, a persistência de uma nação cultural que a instabilidade do Estado guineense pós-1980 não conseguiu apagar.

Palavras-chave: História e Literatura; Abdulai Sila; Historiografia africana; Fragmentação narrativa

[46] Mestrando em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). luan_silva@id.uff.br

O movimento por moradia popular e a limitação da miséria no extremo leste paulistano (1980-1993)

Luanne Miguel Alvarenga [47]

Os mutirões populares por moradia do extremo leste de São Paulo surgiram em resposta ao cenário urbano superlotado e ao esgotamento das políticas de habitação na cidade, no final do século XX. Inseridos no contexto dos governos militares, os conjuntos habitacionais da cidade de São Paulo respondem às demandas dos mais desfavorecidos, enquanto representam tentativas dos governos autoritários de se manterem no poder por meio da ampliação de projetos populares. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para a memória histórica de uma ação específica dentro da cidade: os chamados mutirões populares, formas coletivas de organização e autoconstrução habitacional protagonizadas por famílias excluídas das políticas formais de moradia, que não tinham condições de arcar com o financiamento necessário. Essas ocupações foram reprimidas, mas tornaram-se frequentes e, por vezes, ocorreram até com financiamento público. No conjunto, o trabalho investiga como os mutirões populares do extremo leste paulistano se organizaram frente às políticas habitacionais das décadas de 1980 e 1990, responsáveis pela construção de duas cidades simbólicas elencadas por Ermínia Maricato: a da acumulação (as áreas centrais e "nobres" da cidade, consideradas desenvolvidas) e a cidade da miséria (a zona periférica, violenta e subdesenvolvida). A análise recai sobre a documentação e a experiência daqueles que compõem o Movimento Sem Terra Leste 1 (MSTL 1), importante movimento por moradia atuante na zona leste paulistana desde a década de 1980. Diante disso, a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin oferece aporte metodológico e organizacional para a compreensão dos diferentes discursos e sentidos atribuídos por esses mutirantes. Assim, parte-se da hipótese de que as habitações populares podem ser entendidas como uma forma de resistência à exclusão, mas também funcionaram como mecanismos de separação utilizados pelas gestões públicas do período, a partir do momento em que o direito de ocupar se dá apenas nas margens da cidade, e não em suas áreas de acumulação.

Palavras-chave: mutirões; habitação; exclusão; resistência

[47] Mestranda, UNESP/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca. luanne.alvarenga@unesp.br

Da internet ao Congresso Nacional:
conteúdo, tramitação e inconstitucionalidade dos projetos de lei do Escola Sem Partido (2014-2023)

João Vitor Romão de Castro [48]

O presente trabalho analisa a atuação do movimento Escola Sem Partido (ESP) no âmbito do Legislativo Federal brasileiro entre 2014 e 2023, investigando os Projetos de Lei (PLs) apresentados com o objetivo de institucionalizar suas pautas no ordenamento jurídico nacional. Utilizando a História do Tempo Presente como marco teórico e a análise de conteúdo como metodologia, examina-se o conteúdo, a tramitação e os fundamentos jurídicos dos principais PLs inspirados no movimento, com destaque para o PL 1411/2015, o PL 246/2019 e o PL 660/2023. A pesquisa demonstra que, embora nenhum dos projetos tenha sido aprovado, a atuação do ESP no parlamento representou uma estratégia coordenada de setores neoliberais e conservadores para impor restrições à autonomia docente e ao pluralismo de ideias no ambiente escolar. Os projetos analisados propunham a criação de canais de denúncia anônima contra professores, a afixação de cartazes com os "deveres do professor" nas salas de aula e a autorização para gravação de aulas por estudantes, medidas que violavam frontalmente princípios constitucionais como a liberdade de ensino e o pluralismo de concepções pedagógicas. Argumenta-se que a tentativa de transformar o discurso do pânico moral em lei evidenciava o caráter autoritário do movimento, que buscava submeter a prática docente a um regime de vigilância e censura. Conclui-se que a atuação legislativa do ESP, embora frustrada no plano federal, contribuiu para a normalização de um discurso de desconfiança em relação aos professores e para a erosão dos fundamentos democráticos da educação brasileira, abrindo caminho para iniciativas similares em âmbitos estaduais e municipais.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Projetos de Lei; Legislativo Federal; Censura educacional; Liberdade de cátedra.

[48] Mestre em História Social, PPGH/Universidade Federal de Alagoas (UFAL). castrovitor922@gmail.com

Governança alimentar em disputa:
agricultura e desenvolvimento nas normas internacionais (1970-2020)

Fabiano Cordeiro César [49]

As convenções, tratados e declarações internacionais sobre agricultura e alimentação produzidos entre 1970 e 2020 constituíram um importante espaço de formulação e disputa de projetos políticos relacionados à produção agrícola, à segurança alimentar e à organização dos sistemas alimentares. Nesse processo, Estados, organismos multilaterais, corporações transnacionais e movimentos sociais participaram, de diferentes formas, da construção de agendas e normas internacionais. Este trabalho busca analisar as tensões presentes nesse corpo documental, particularmente aquelas relacionadas à valorização da modernização e da produtividade agrícola e, simultaneamente, à crescente incorporação de propostas de valorização da agricultura familiar, dos pequenos agricultores e da sustentabilidade. Parte-se da hipótese de que a construção da governança alimentar internacional não ocorreu de maneira linear ou consensual, mas foi atravessada por disputas entre diferentes projetos de desenvolvimento agrícola e de organização dos sistemas alimentares. A partir da análise de documentos produzidos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e de outros organismos internacionais, pretende-se identificar continuidades, rupturas e contradições na formulação dessas agendas ao longo do período. Busca-se, assim, compreender a dimensão política da construção das normas internacionais sobre agricultura e alimentação e os diferentes projetos de sociedade e de desenvolvimento nelas inscritos.

Palavras-chave: Governança alimentar; História Política; Agricultura; Segurança alimentar; Desenvolvimento

[49] Mestre em História Social, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). fabianord.cesar@gmail.com

Os programas nacionais de combate à esquistossomose e o Nordeste brasileiro (1950-1980)

Adriana Mendonça Cunha [50]

Este trabalho analisa os projetos de combate à esquistossomose empreendidos pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1950 e 1980. O foco recai sobre dois programas, o primeiro, elaborado ainda na gestão de Juscelino Kubistchek (1956-1961) a partir da criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e do Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), e um segundo, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante a ditadura militar (1964-1985). Em ambos os casos, os projetos focalizavam áreas rurais, especialmente, no Nordeste, numa clara vinculação entre pobreza, doença e subdesenvolvimento. O objetivo da pesquisa é compreender a importância estratégica que o Nordeste adquiriu no período, marcado pela Guerra Fria e a instauração de um regime autoritário no Brasil, destacando o papel de centros de pesquisa locais como o Instituto Aggeu Magalhães em Pernambuco cujas investigações sobre esquistossomose, lideradas pelo médico Frederico Simões Barbosa, ganhou relevância nacional e internacional no estudo da doença e sua relação com a pobreza. As fontes utilizadas são compostas pelos acervos do INERu e do arquivo de Simões Barbosa disponíveis no acervo histórico da Fiocruz. A pesquisa buscará mostrar como os projetos nacionais de combate a esquistossomose se vinculavam com políticas internacionais de saúde lideradas por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a relação destes programas com agências estadunidenses como os Corpos da Paz, marcando uma reaproximação dos Estados Unidos com o Brasil no contexto pós-Revolução Cubana.

Palavras-chave: Esquistossomose; Frederico Simões Barbosa; Instituto Nacional de Endemias Rurais.

[50] Doutora em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/COC/Fiocruz); professora do IFRN. adriana@getempo.org

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 5

St5 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

COORDENADO POR



Pedro Carvalho Oliveira

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

9 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Pedro Carvalho Oliveira
Doutor, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). pedro.co@univasf.edu.br

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Imprensa e ascensão da extrema direita no Brasil: as eleições de 2018 nos editoriais do jornal O Estado de São Paulo	14h10
2	A presença do passado: violência de gênero e regimes de historicidade no Brasil contemporâneo	14h30
3	Fascismo musical: a presença dos fascismos no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada	14h50
4	Francisco Julião, entre o afeto e o desapreço: um estudo sobre História e Memória	15h10
5	A face dos fascismos: a propaganda fascista em cartazes e panfletos (1922-1933)	15h30
6	A presença do fascismo no Brasil: o caso da Frente Integralista Brasileira	15h50
7	"Sou Messias, mas não faço milagre": um estudo sobre negacionismo e traumas coletivos durante a pandemia de Covid-19	16h10
8	A presença dos fascismos em diferentes olhares: um estudo sobre História e Cinema	16h30
9	O rap contra o esquecimento: memória, terrorismo de Estado e resistência política em Primavera Fascista 2	16h50
10	O Cogumelo Envenenado: o antissemitismo nazista e a educação para o Holocausto	17h10

Imprensa e ascensão da extrema direita no Brasil:
as eleições de 2018 nos editoriais do jornal O Estado de São Paulo

Roberta Lisana Rocha Santos[51]

A presente proposta de comunicação visa discorrer acerca do posicionamento político do jornal O Estado de São Paulo (OESP) durante as eleições de 2018. As hipóteses que norteiam este trabalho partem da perspectiva de que o pleito daquele ano constituiu um momento atípico na cena política nacional, com a eleição do candidato de extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro. Além disso, a chegada do capitão da reserva ao poder político é fruto de um longo processo histórico iniciado no golpe de 2016, que depôs a presidente eleita, Dilma Rousseff. Neste âmbito, a atuação da grande imprensa teve papel basilar, tendo em vista a campanha política protagonizada pela mídia com o intuito de descredibilizar os governos do PT, associada ao debate anticorrupção e à defesa da austeridade fiscal. Logo, a intenção aqui é analisar, a partir dos editoriais publicados pelo OESP durante o primeiro e o segundo turnos do pleito de 2018, o posicionamento assumido pelo jornal nesses dois momentos. Busca-se, ainda, compreender em que medida o veículo contribuiu para a difusão e construção de valores e visões de mundo antipetistas, paralelamente ao crescimento de uma onda conservadora que levou uma parcela da população a embarcar em um projeto marcadamente antidemocrático e autoritário.

Palavras-chave: Antipetismo; eleições e imprensa.

[51] Doutora em História (Unioeste). Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). roberta.lisana@gmail.com

A presença do passado:
violência de gênero e regimes de historicidade no Brasil contemporâneo

Débora Pereira Mendes[52]

Introdução:Este trabalho parte da História do Tempo Presente para analisar a violência doméstica contra a mulher no Brasil como expressão de um passado patriarcal que não se encerrou, mas insiste em atravessar o presente. A "presença da ausência" que interessa a essa área da História se manifesta em estruturas de dominação pretéritas que seguem operando sobre decisões políticas e práticas cotidianas. A permanência da violência de gênero mesmo após a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é um caso exemplar: o patriarcado sobrevive nas redes sociais e nos índices de feminicídio, provando que esse passado se comunica com o presente pela memória e pela linguagem jurídica (TELES; MELO, 2003, p. 14).Método: Adotou-se a revisão bibliográfica de obras da Teoria da História e do Direito, com destaque para os conceitos de regime de historicidade (HARTOG, 2013) e de espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006), articulados à análise da legislação nacional sobre violência contra a mulher.Resultados e Discussão: Koselleck (2006, p. 305) permite compreender a tensão entre experiência e expectativa que moveu o feminismo dos anos 1960-70 a projetar um futuro de igualdade rompendo com o silêncio. Hartog (2013, p. 11) oferece a chave dos "regimes de historicidade": a criminalização dos crimes passionais revela a passagem de um regime em que o passado patriarcal ditava o presente para um regime presentista, no qual a urgência da proteção imediata apaga a profundidade histórica do problema (HARTOG, 2013, p. 28). Bourdieu (2002, p. 7) e Foucault (apud SAFFIOTI, 2004, p. 13) explicam por que essa violência simbólica resiste às mudanças legais: o habitus naturaliza a dominação masculina e exige reeducação das percepções sociais. Chartier (2002, p. 13) mostra que as representações da mulher: de "anjo do lar" a sujeito de direitos, produzem efeitos reais de poder, explicando por que a violência doméstica deixou de ser "segredo de família" e passou a ser questão de Estado (CHARTIER, 2002, p. 85).Considerações Finais: Conclui-se que a Lei Maria da Penha não encerra uma trilha histórica, mas inaugura um campo de disputa entre memória e esquecimento. Reconectar o presente às lutas feministas evita que os avanços sejam capturados por um presentismo que trata a violência de gênero como fenômeno isolado, herança viva de um tempo que se recusa a passar.

Palavras-chave: História do Tempo Presente. Violência de Gênero. Lei Maria da Penha.

[52] Mestranda, PPGH/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista: FAPEMIG. debypmendes@gmail.com

Fascismo musical:
a presença dos fascismos no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada

Iany Lais Carneiro Silva [53]

Esta comunicação propõe uma análise sobre a presença dos fascismos no Brasil e na Argentina a partir da investigação de músicas que fazem apologia aos fascismos. Estas músicas foram produzidas pelas bandas Brigada NS e Comando Blindado (Brasil) e Nüremberg e Ultras Sur (Argentina) nas décadas passadas, em momentos contíguos. Todas elas, concomitantemente, compuseram músicas que sintetizam visões de mundo fascista, as difundem e registram suas especificidades. É justamente este o substrato da nossa investigação: a busca por identificar semelhanças e diferenças entre o comportamento fascista em dois países vizinhos, que compartilham elementos da identidade latino-americana ao mesmo tempo em que possuem suas singularidades. Neste sentido, nossa pesquisa buscou identificar como ideias fascistas têm se comportado nos dois espaços em um passado recente, mantendo relações de ruptura e continuidade com ideias surgidas no início do século XX que ainda influenciam as sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Fascismo; Rock fascista; História Comparada.

[53] Graduanda em História, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Bolsista: Pibid-Capes. iany.carneiro@discente.univasf.edu.br

Francisco Julião, entre o afeto e o desapreço:
um estudo sobre História e Memória

Bruna Rafaella Santana Santos[54]

A presente comunicação se refere a um projeto de pesquisa em fase inicial, que propõe analisar as múltiplas perspectivas sobre Francisco Julião, importante personagem político para a história do Brasil e do Nordeste brasileiro no contexto da Guerra Fria. Do ponto de vista da diplomacia dos Estados Unidos, temerosa de que a revolução social se espalhasse pela América Latina após a Revolução Cubana, Julião era um agitador subversivo. Para o próprio Julião, ele era um militante da causa camponesa, defensor da reforma agrária e dos pobres. Contudo, o que dizem memórias pessoas de pessoas que conviveram com Julião, mantendo com nosso personagem relações complexas? Nosso trabalho examinará Julião na intersecção entre a imagem criada pelos EUA, pelo nosso próprio objeto de estudo e por memórias de pessoas próximas a ele. Para isto, utilizaremos documentos produzidos por diplomatas estadunidenses nos quais analisam o perfil político de Julião, a "Cartilha do Camponês", no qual Julião expressa intenções e discursos políticos próprios e depoimentos pessoas de pessoas que conviveram com ele. Assim, nosso trabalho se dedica a contribuir com as discussões sobre História e Memória.

Palavras-chave: Francisco Julião; História e Memória; Nordeste.

[54] Graduanda em História, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Bolsista: Pibid-Capes/Univasf. santana.rafaella98@gmail.com

A face dos fascismos:
a propaganda fascista em cartazes e panfletos (1922-1933)

Luma Silva de Jesus [55]

A presente comunicação se refere a um projeto de pesquisa em fase inicial, que propõe uma investigação sobre a propaganda fascista em cartazes e panfletos produzidos na Itália e na Alemanha, entre os anos de 1922 (momento em que o fascismo toma o poder em Roma) e 1933 (ano de ascensão do nazismo). Este tipo de propaganda era voltado a persuadir os sujeitos a aderirem aos projetos políticos do fascismo e do nazismo e, ao mesmo tempo, dissuadi-los de abraçarem projetos inimigos, como os sistemas democráticos. Acreditamos que, por se tratar de um produto das relações coletivas no âmbito da difusão ideológica de grandes movimentos, esses cartazes são ricas fontes históricas para pensarmos as adversidades dos fascismos, tanto na Itália quanto na Alemanha. Portanto, pretendemos localizar o que há de comum entre os casos e o que os difere, contribuindo assim para uma visão mais completa do pensamento fascista.

Palavras-chave: Fascismo; nazismo; propaganda.

[55] Graduanda em História, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Bolsista: Pibid-Capes. luma.silva@discente.univasf.edu.br

A presença do fascismo no Brasil:
o caso da Frente Integralista Brasileira

Ráica Ribeiro da Cunha [56]

Esta comunicação tem como objetivo discutir como a Frente Integralista Brasileira (FIB) nos permite compreender de que forma o integralismo se comporta na atualidade. Nos anos 1930, o integralismo foi a versão brasileira do fascismo italiano, que desde a década anterior havia se tornado pujante na Europa como reação à Revolução Russa de 1917 e à crise das democracias liberais. No Brasil, a Ação Integralista Brasileira tornou-se o maior movimento de massas alinhado ao fascismo fora do continente europeu naquela quadra histórica. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial e da queda das ditaduras na Itália e na Alemanha, o integralismo foi alçado ao ostracismo em nosso país, embora tenha buscado meios para continuar atuando. Recentemente, a Frente Integralista Brasileira (FIB) se tornou uma de suas plataformas de sobrevivência. Nosso foco se destinará à página virtual da FIB, onde é possível encontrarmos materiais referentes à sua doutrina e que nos permitirão perceber as rupturas e continuidades entre o integralismo do passado e do presente.

Palavras-chave: Integralismo; fascismo; História do Tempo Presente.

[56] Graduanda em História, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Bolsista: Pibid-Capes. raica.ribeiro@discente.univasf.edu.br

"Sou Messias, mas não faço milagre":
um estudo sobre negacionismo e traumas coletivos durante a pandemia de Covid-19

Raiana de Sousa Reis[57]

A presente comunicação se refere a um projeto de pesquisa em fase inicial, que propõe analisar os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre a pandemia da Covid-19, cujo início se deu em meio ao seu primeiro e único mandato (2019-2022). Do nosso ponto de vista, os discursos políticos produzem sentido e organizam a realidade social, causando severos impactos sobre ela. Neste sentido, entendemos que a linguagem discursiva é um instrumento político de dominação. Nosso propósito é analisar os discursos do ex-presidente sobre a pandemia, tendo em vista sua intenção de protelar as medidas cautelares sugeridas pelos órgãos de saúde para evitar perdas econômicas que comprometessem seu mandato. Ao mesmo tempo, observaremos como estes discursos se amparavam em um aberto negacionismo científico. Com isso, poderemos contribuir para um exame acurado da pandemia da Covid-19 como um trauma coletivo, à luz das investigações propostas pela História do Tempo Presente.

Palavras-chave: pandemia; História Política; História do Tempo Presente.

[57] Graduanda em História, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Bolsista: Pibid-Capes. raiana.sousa@discente.univasf.edu.br

A presença dos fascismos em diferentes olhares:
um estudo sobre História e Cinema

Luana Pereira de Santana Silva [58]

Esta comunicação tem como objetivo discutir a presença dos fascismos na contemporaneidade por meio do cinema, examinando como suas ideias têm sido representadas e como os filmes nos servem de fonte documental para a investigação histórica sobre a forma na qual os fascismos são abordados, definindo uma imagem específica na atualidade. Para tanto, nos debruçaremos sobre três filmes, produzidos nas décadas de 2000 e 2010: A Queda (2004), A Onda (2008) e Jojo Rabbit (2019). Ao fim da Segunda Guerra Mundial e da ruína das ditaduras fascistas na Europa, os fascismos permaneceram vivos tanto na memória das testemunhas da catástrofe humana, quanto no desejo de muitas pessoas em trazê-los de volta após o ostracismo no qual caíram, depois de revelados os crimes de guerra cometidos pelos seus líderes. A presença dos fascismos em nossos dias se faz de diversas formas, inclusive por meio de abordagens cinematográficas que jogam luz sobre esse fenômeno longevo e representam-no de formas distintas em nosso tempo.

Palavras-chave: História e Cinema; nazismo; Tempo Presente.

[58] Graduanda em História, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Bolsista: Pibid-Capes. luana.pssilva@discente.univasf.edu.br

O rap contra o esquecimento:
memória, terrorismo de Estado e resistência política em Primavera Fascista 2

Kelle Shaiene Ferreira [59]
Pedro Paulo da Cunha Ferreira [60]

A História do Tempo Presente dedica-se à investigação das múltiplas formas pelas quais acontecimentos traumáticos continuam produzindo efeitos políticos, sociais e culturais nas sociedades contemporâneas (Rousso, 2016; Hartog, 2013). Nesse contexto, o presente trabalho propõe analisar a canção "Primavera Fascista 2", lançada em 2022 por um coletivo de artistas do rap nacional, como fonte histórica para a compreensão das disputas de memória em torno do autoritarismo e da democracia no Brasil contemporâneo. Partindo da compreensão da música popular como documento histórico (Napolitano, 2002), busca-se examinar como a obra articula memórias da ditadura militar, críticas à violência estatal e percepções sobre a conjuntura política recente. Em diversos momentos, a canção estabelece relações entre passado e presente, denunciando a permanência de práticas autoritárias e seus impactos sobre grupos historicamente marginalizados. Tal perspectiva pode ser observada em versos como: "não acabou em 85", expressão que mobiliza a memória do regime militar para questionar a ideia de ruptura completa com estruturas de violência e exclusão presentes na sociedade brasileira. A pesquisa fundamenta-se nos debates sobre memória social e enquadramentos do passado (Pollak, 1989), bem como nas reflexões acerca das relações entre história, memória e cultura política (Rousso, 2016). Metodologicamente, realiza-se uma análise qualitativa da letra da música, articulada à bibliografia da História do Tempo Presente e aos estudos sobre cultura hip hop e produção de narrativas contra-hegemônicas. Argumenta-se que o rap constitui um espaço de elaboração crítica do passado e do presente, permitindo a construção de interpretações que desafiam narrativas oficiais e disputam sentidos sobre democracia, direitos humanos e justiça social. Dessa forma, o estudo busca demonstrar como "Primavera Fascista 2" opera como um artefato cultural de memória, convertendo experiências históricas e conflitos contemporâneos em linguagem artística e intervenção política, o que a torna uma fonte relevante para a compreensão dos embates em torno do passado vivo que caracterizam o Tempo Presente.

Palavras-chave: História do Tempo Presente; Memória Social; Rap Nacional; Autoritarismo; Cultura Hip Hop.

[59] Graduanda, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). kelle.1498088@discente.uemg.br

[60] Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). pedro.ferreira@uemg.br

O Cogumelo Envenenado:
o antissemitismo nazista e a educação para o Holocausto

Bianca de Jesus Dantas [61]

A presente comunicação se refere a um projeto de pesquisa em fase inicial, que propõe investigar como o nazismo instrumentalizou discursos antissemitas para criar um consenso eliminacionista entre a população alemã durante o Terceiro Reich (1935-1945). Do nosso ponto de vista, o assassinato sistemático de judeus em campos de extermínio empreendido pelos nazistas foi o ápice de uma política de desumanização contínua, iniciada nos primeiros anos de governo do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Tal política foi lastreada por leis e propagandas que imputavam sobre os judeus uma desumanização sistemática, que atravessava até mesmo o sistema escolar. Para comprovarmos isto, nossa pesquisa realizará um estudo de caso sobre o livro paradidático O Cogumelo Envenenado (Der Giftpilz), escrito por Ernst Hiemer, publicado em 1938 por Julius Streicher e amplamente utilizado nas escolas alemãs. O objetivo é compreender como o antissemitismo nazista era ensinado a fim de perceber a lógica eliminacionista de seu projeto político.

Palavras-chave: nazismo; Holocausto; antissemitismo.

[61] Graduanda em História, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Bolsista: Pibid-Capes. bianca.jesus@discente.univasf.edu.br

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 6

ST6 FASCISMOS E NEOFASCISMOS: História, memória e conceitos

COORDENADO POR



Gabriel Lopes Silva

PPGH Unimontes Programa de Pós Graduação em História Social | LAPPS UFJF Laboratório de História Política e Social | Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

FASCISMOS E NEOFASCISMOS:

História, memória e conceitos

9 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Gabriel Lopes Silva
Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/Unimontes). gabriellopessilvamg@gmail.com

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	"Papagaios de Pirata"?: A Questão do Fascismo na Frente Integralista Brasileira (2005-2025)	14h10
2	O discurso integralista no Jornal Paraná-Norte (1935-1939)	14h30
3	A memória do Fascismo na conceitualização do neofascismo: o caso Italiano (2012-2015)	15h10
4	Da Semana de 22 ao Sigma: modernismo, nacionalismo e radicalização política no Brasil	15h30
5	O "ingênuo espírito de uma raça cósmica": A América Latina na obra A Quarta Humanidade (1934), de Plínio Salgado	15h50
6	Cartas de mulheres como resistência à Shoah: escrita, memória e preservação da humanidade	16h10
7	A nova gramática do pensamento nacionalista italiano: a mobilização popular no Fratelli d'Italia	16h30
8	Racionalidade Política e Econômica do Nazismo: Uma Análise Interdisciplinar entre Economia Política, Psicologia de Massas e Biopolítica	16h50
9	Integralismo e Espiritismo: uma análise das aproximações e dos posicionamentos por intermédio da imprensa	17h10
10	"No extremo Norte do Brasil": a Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Amazonas	17h30
11	A anatomia do fascismo: uma leitura crítica sobre as concepções de fascismo atuais e das possibilidades de implementação desse sistema	17h50

"Papagaios de Pirata"?:
A Questão do Fascismo na Frente Integralista Brasileira (2005-2025)

Rafael Eugênio Scalco [62]

O presente trabalho pretende analisar em que medida o movimento neointegralista Frente Integralista Brasileira (FIB) possui inspiração ou pretensão fascista, fazendo usufruto da definição de fascismo proposta por Robert O. Paxton. A FIB é um dos herdeiros ideológicos do que ficou conhecido como Ação Integralista Brasileira, movimento chauvinista de inspiração fascista, ocorrido no Brasil na década de 30. Ao longo do último século, a política e a Formação Histórica Brasileira tiveram ativa participação dos movimentos integralistas, a qual, com sua doutrina, moldaram movimentos e ideias. No tempo presente, esses grupos se organizam através do meio digital, utilizando sítios e veículos de comunicação de fácil acesso para novos militantes. Uma vez que a definição de fascismo como uma ideologia política não é consenso, faz-se necessária uma análise deste. Dessa forma, o trabalho utilizou-se do livro A anatomia do fascismo (2007), do historiador Robert O. Paxton. O autor propõe uma série de estágios pelos quais um movimento político ideológico passaria antes de se tornar, de fato, um regime fascista. O historiador também propõe o uso de uma definição comum, para que movimentos ocorridos em diferentes locais possam ser analisados. Em consonância com a definição proposta pelo autor, bem como de sua série de estágios de um movimento, uma análise será conduzida buscando compreender a tipologia político-ideológica da FIB. Para isso, serão formuladas perguntas com base na definição proposta por Paxton, que serão respondidas através de uma análise, comparando os vídeos e documentos disponíveis no sítio do grupo e na plataforma de vídeos Youtube com a definição do autor.

Palavras-chave: Integralismo; FIB; Fascismo.

[62] Graduado, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). rafael.scalco@acad.ufsm.br

O discurso integralista no Jornal Paraná-Norte (1935-1939)

Thamires Machado do Nascimento Bafa [63]
Victor Hugo Oliveira Gomes [64]

O objetivo do presente trabalho é entender as principais características que constituíram o discurso integralista no jornal "Paraná Norte" entre 1935, ano da primeira eleição municipal, até 1939, ano posterior ao Levante Integralista. Para tanto seguiremos os apontamentos metodológicos propostos por Luca (2008), identificando a linha editorial, colaboradores assíduos,as principais escolhas textuais de título e paradigmas, além das ligações políticas e econômicas cotidianas em âmbito publicitário. Criada oficialmente em outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) apresenta como uma de suas características mais marcantes a construção de rituais e normas, fortemente influenciado pelo modelo fascista italiano. A utilização da camisa verde, a padronização de diferentes momentos da vida e a realização de desfiles públicos são alguns exemplos. No campo ideológico, a escolha de oficializar o movimento a partir da publicação de um Manifesto demonstra o mesmo perfil de padronização e divulgação de ideais. A partir da formação de núcleos locais, as ideologias integralistas encontraram forte ressonância no cenário paranaense. Formado a partir de campanhas de ocupação de empresas paulistas de loteamento e ferrovias, que promoviam discursos fundadores e inimigos da prosperidade, associado a forte presença religiosa no cotidiano das cidades, o Paraná chegou a ter cerca de 40 mil afiliados integralistas na década de 1930. No caso específico da cidade de Londrina, através das publicações do Jornal Paraná Norte, fica evidente que o movimento editorial acompanhou as mudanças políticas nacionais, incorporadas no jornal através da reprodução do discurso varguista e da sua propaganda política. Mesmo que inicialmente cobriram as ações políticas integralistas e incentivaram a atuação do partido nas eleições, a censura e ilegalidade da AIB contribuíram para a caracterização do movimento como extremista e posicionamento explicitamente contrário. Fica evidente que o integralismo no Paraná foi impactado pelas relações ideológicas, econômicas, sociais e culturais que permeavam a sociedade e a formação dos indivíduos daquele contexto. Os meios de comunicação, como importantes veículos de propaganda e ferramenta de poder, permitem compreender melhor as relações entre imprensa, política e sociedade na construção dos imaginários sociais e da esfera pública.

Palavras-chave: Integralismo; Paraná; Jornal Paraná Norte.

[63] Mestranda em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista: CNPq. bafa.thamires@gmail.com

[64] Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Londrina (UEL). vchgomes@gmail.com

A memória do Fascismo na conceitualização do neofascismo:
o caso Italiano (2012-2015)

João Carvalho Calheiros [65]

A Itália se consolidou como o primeiro Estado fascista no mundo, com seu líder Benito Mussolini tendo o fundado na cidade de Milão em 1922. Com o fim da guerra, entretanto, a nova República passava a creditar sua origem às guerrilhas populares que lutaram contra o partido fascista. Dessa disputa de memória e diferentes heranças da Segunda Guerra a política italiana se ergueu. Passados um século desde o ocorrido, a coalizão de extrema-direita liderada pelo Fratelli d'Italia, de Giorgia Meloni, com o apoio do Lega Nord, de Matteo Salvini, conseguiu vencer as eleições gerais de 2022. Meloni e seu partido são herdeiros políticos do MSI, partido criado pelos combatentes vivos da República de Saló, ainda em 1945, no imediato pós-Guerra. Já o Lega Nord era um partido essencialmente regionalista, focado na região norte da Itália. Será com a entrada de Matteo Salvini, atual presidente da liga, que o partido irá se radicalizar em ideais chamados como "populismo de direita". Por último, mas com um foco secundário, o Forza Nationale também integra a coalizão de governo. O partido tinha como líder Silvio Berlusconi, primeiro-ministro nos anos 90 e pioneiro na flexibilização da memória do fascismo e no diálogo com os seus movimentos herdeiros. Berlusconi faleceu em 2023. Dessa forma, é do objetivo desta comunicação procurar entender como os herdeiros políticos de um partido fascista do imediato pós-guerra conseguiram a legitimidade e apoio popular para vencer as eleições do parlamento italiano. Além disso, o uso da memória do fascismo e como o mesmo é reinterpretado pelos partidos e lideranças neofascistas.

Palavras-chave: Fascismo; Memória; Neofascismo; Itália

[65] Mestrando, Universidade Federal Fluminense (UFF). joao_calheiros@id.uff.br

Da Semana de 22 ao Sigma:
modernismo, nacionalismo e radicalização política no Brasil

Bruno das Neves Silva [66]

O presente trabalho investiga os antecedentes sociais, urbanos e culturais que possibilitaram a emergência do modernismo paulista e suas posteriores inflexões nacionalistas, tomando como eixo interpretativo as disputas simbólicas no interior do campo intelectual brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Partindo da experiência contraditória da modernidade na Primeira República marcada por industrialização dependente, urbanização acelerada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais, analisa-se São Paulo como espaço privilegiado de condensação de tensões entre tradição e renovação. A formação da metrópole, a reorganização das elites letradas e a centralidade da imprensa são examinadas à luz das contribuições de Sérgio Miceli, Nicolau Sevcenko, Daniel Pécaut, Eduardo Jardim e Ângela de Castro Gomes, compreendendo o modernismo não apenas como ruptura estética, mas como reconfiguração das posições de poder no campo cultural. Nesse contexto, a atuação de Oswald de Andrade, a polêmica em torno da exposição de Anita Malfatti e a realização da Semana de Arte Moderna são interpretadas como momentos estratégicos de visibilização de um conflito mais amplo: a disputa pela definição da identidade nacional e pelos critérios de legitimidade artística. O estudo sustenta que o modernismo, longe de constituir um bloco homogêneo, foi atravessado por projetos distintos de nacionalidade, cujas divergências se intensificaram ao longo da década de 1920. Ao mapear esses deslocamentos, o trabalho busca evidenciar como determinadas formulações nacionalistas, inicialmente inscritas no debate estético e cultural, foram progressivamente rearticuladas no plano político. Nesse sentido, o trabalho também se propõe a analisar as condições históricas e intelectuais que possibilitaram o surgimento da Ação Integralista Brasileira, compreendendo-a não como fenômeno isolado, mas como desdobramento de disputas anteriores em torno do processo de estabelecimento de uma identidade nacional, associada a um projeto político que buscasse suprimir o regionalismo e a ineficiência da república oligárquica que dava sinais de esgotamento, propondo um modelo de Estado intervencionista e autoritário. Dessa forma, propõe-se uma leitura de continuidade e tensão entre modernismo, nacionalismo e radicalização política, investigando como linguagens forjadas no campo artístico puderam, em determinados contextos, alimentar projetos autoritários na década de 1930.

Palavras-chave: Campo intelectual; Modernidade; Ação Integralista Brasileira.

[66] Mestrando, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). brunonevesteen@gmail.com

O "ingênuo espírito de uma raça cósmica":
A América Latina na obra A Quarta Humanidade (1934), de Plínio Salgado

Diego Monteiro [67]

O presente trabalho analisa as concepções do escritor, intelectual e líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), Plínio Salgado (1895-1975), a respeito da América Latina na obra política e filosófica A Quarta Humanidade, publicada em 1934. Partindo da História Intelectual e da História Transnacional como perspectivas, o estudo investiga quais foram as ideias e os discursos mobilizados pelo autor em relação ao continente latino-americano e ao futuro que o reservava sob uma possível ascensão integralista ao poder. Por meio da análise dos conceitos e ideias levantadas pelo autor em sua obra e da comparação e cruzamento das referências citadas por ele, verificou-se que Plínio Salgado projetou em A Quarta Humanidade a ideia de uma América Latina cujo futuro seria grandioso e mundialmente relevante, com o continente assumindo um papel de protagonista da "história universal". Não obstante, foi possível identificar, em sua obra, influências, adaptações e ressignificações de ideias de outros intelectuais, tais como Alberto Torres, José Vasconcellos e Hermann Keyserling. Espera-se que este estudo possa contribuir para a ampliação das discussões a respeito do integralismo brasileiro e suas relações transnacionais com o continente latino-americano.

Palavras-chave: Plínio Salgado; História Intelectual; História Transnacional; América Latina; Integralismo.

[67] Mestrando em História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista: Fundação Itaipu Parquetec. diegomonteiro1945@gmail.com

Cartas de mulheres como resistência à Shoah:
escrita, memória e preservação da humanidade

Letícia Martins Calheiros[68]

Durante a Shoah, milhões de judeus foram submetidos à perseguição, deportação e extermínio promovidos pelo regime nazista. Nesse cenário, a comunicação por meio do sistema postal sofreu severas restrições, sendo constantemente vigiada e censurada. Ainda assim, cartas, bilhetes e outras formas de correspondência continuaram circulando, muitas vezes clandestinamente, tornando-se não apenas meios de comunicação, mas também formas de testemunhos. A historiografia recente tem ampliado o conceito de resistência, incorporando práticas que ultrapassam a luta armada. Nesse contexto, as cartas escritas, principalmente por mulheres, revelam formas de resistência fundamentadas na preservação da identidade, dos vínculos afetivos e da memória. Esses documentos permitem compreender estratégias cotidianas de sobrevivência e demonstram como a escrita se converteu em um instrumento de denúncia e afirmação da condição humana diante da política de desumanização nazista. A partir disso, este trabalho busca analisar as cartas produzidas por mulheres durante a Shoah como fontes históricas e formas de resistência diante do projeto de desumanização nazista. Parte-se da compreensão de que a resistência não se restringiu às ações armadas, abrangendo também práticas simbólicas, culturais e cotidianas, entre as quais a escrita ocupou um importante lugar. A pesquisa fundamenta-se em bibliografia de memória e resistência, e em cartas preservadas em acervos de instituições dedicadas à memória da Shoah. Ao privilegiar a perspectiva das mulheres, busca-se demonstrar que a escrita constituiu uma prática de enfrentamento ao apagamento promovido pelo regime nazista e um importante instrumento para a preservação da memória coletiva. Ao reconhecer essas correspondências como documentos históricos, amplia-se a compreensão também das múltiplas formas de resistência presentes durante o genocídio nazista e evidencia-se a relevância da perspectiva feminina para os estudos da Shoah. As cartas permanecem, assim, como testemunhos fundamentais da violência sofrida, mas também da capacidade humana de preservar a memória e a humanidade mesmo em condições extremas.

Palavras-chave: Shoah; Mulheres; Cartas; Resistência; Memória.

[68] Doutoranda, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). leticia-calheiros@hotmail.com

A nova gramática do pensamento nacionalista italiano:
a mobilização popular no Fratelli d'Italia

Tarsila Mei Antunes [69]

Este trabalho analisa a reconfiguração do nacionalismo italiano, investigando a transição de um projeto historicamente elitista e voltado ao crescimento expansionista para um modelo pós-fascista focado na recuperação interna e na mobilização e identificação popular. O estudo parte de um resgate da tradição nacionalista do início do século XX, originalmente ancorada na Associazione Nazionalista Italiana (ANI), para examinar de que modo a extrema-direita contemporânea, representada pelo Fratelli d'Italia (FdI) e por Giorgia Meloni, operou uma virada gramatical profunda. Enquanto o nacionalismo pré-fascista se preocupava com a projeção para fora, buscando se apropriar do mundo em contextos coloniais e disputar o espaço na economia global, essa nova lógica redireciona o foco para o espaço interno: o objetivo passa a ser a preservação e a ocupação do território nacional pelos próprios italianos. Nessa dinâmica, o inimigo deixa de ser um rival externo e passa a ser retratado como uma ameaça interna, encarnada na figura do imigrante, alimentando discursos de "substituição étnica" que justificam desde o incentivo ao "Made in Italy" até políticas natalistas voltadas exclusivamente a mães italianas. Apoiando-se na teoria do populismo de Ernesto Laclau, procura-se demonstrar como a política do FdI é sustentado por estratégias de articulação simbólica que reivindicam o "povo" como sujeito político central ao canalizar o profundo descontentamento acumulado ao longo da última década de crises econômicas. Posicionando-se como a verdadeira alternativa de oposição ao sistema, o partido não articula essas demandas populares por sua equivalência lógica, mas sim por uma liga sentimental calcada na frustração e no ressentimento compartilhado. É essa agregação de insatisfações heterogêneas, sob a promessa de resgate e pertencimento, que redefine profundamente os modos de produção da identidade nacional na Itália contemporânea.

Palavras-chave: Nacionalismo; Pós-fascismo; Fratelli d'Italia.

[69] Doutoranda, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista: CNPq. t205988@dac.unicamp.br

Racionalidade Política e Econômica do Nazismo:

Uma Análise Interdisciplinar entre Economia Política, Psicologia de Massas e Biopolítica

Gustavo Ramirez-Aleixo [70]

Esta proposta de comunicação apresenta uma análise interdisciplinar e crítica sobre os fundamentos teóricos da racionalidade política e econômica do nacional-socialismo. O objetivo é compreender o fascismo e o nazismo não apenas como meras anomalias históricas ou ideológicas, mas como fenômenos intrinsecamente vinculados às contradições estruturais do capitalismo e às mutações na gestão do poder moderno. A análise articula-se em torno de quatro eixos principais. O primeiro eixo investiga a dinâmica econômica da acumulação de capital e do imperialismo à luz de teorias clássicas e contemporâneas, utilizando conceitos como a "acumulação por espoliação" de David Harvey para decifrar a expansão territorial do Espaço Vital (Lebensraum) e as privatizações sistemáticas no Terceiro Reich. O segundo eixo aborda os mecanismos de dominação de classe, ideologia e psicologia política, investigando como instituições, rituais simbólicos e a formação do caráter autoritário operam na subjetividade das massas e na fabricação do consentimento em regimes totalitários. O terceiro eixo reconstrói a engenharia biopolítica e necropolítica em torno do racismo, do antissemitismo, do darwinismo social e da eugenia, evidenciando como o Estado assume o papel de "jardineiro" do tecido social, gerindo a vida e definindo quem deve viver e quem pode morrer. Por fim, o quarto eixo mobiliza as contribuições da Filosofia do Comportamento Econômico para analisar a tomada de decisão sob condições de incerteza e crise, demonstrando como a manipulação deliberada de afetos coletivos - em especial a humilhação do pós-guerra e o desejo de restauração da dignidade nacional - atuou como um vetor de ação política e econômica.

Palavras-chave: Racionalidade do Nazismo; Acumulação por Espoliação; Biopolítica; Filosofia do Comportamento Econômico.

[70] Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). gustavoramirezaleixo@gmail.com

Integralismo e Espiritismo:
uma análise das aproximações e dos posicionamentos por intermédio da imprensa

Wayla Silva Sá [71]
Rafael Athaídes [72]

Nesta comunicação apresentaremos resultados parciais do trabalho de Iniciação Científica que investiga a participação dos espíritas no Integralismo, com destaque para as contribuições realizadas por eles ao jornal A Offeensiva, periódico integralista que circulou nacionalmente entre 1934 e 1938, principal portal de transmissão doutrinária da Ação Integralista Brasileira (AIB). Embora a Federação Espiríta Brasileira (FEB), ou as federações espíritas estaduais, não tenham firmado aliança ou declarado apoio publicamente à AIB, isso não impediu que vários espíritas simpatizassem e até mesmo ingressassem nas fileiras integralistas. Diante do exposto, a pesquisa busca compreender como o espiritismo entrou no escopo da "Frente Única Espiritualista" do Integralismo e como a FEB reagiu à possibilidade de aliar-se ao fascismo tupiniquim. Para isso, analisamos também a revista espírita, publicada pela FEB, O Reformador que, semelhantemente ao periódico integralista observado, possui caráter doutrinário e contou com instruções referentes ao posicionamento político esperado dos kardecistas a respeito do Integralismo. Todavia, apesar certos direcionamentos, o kardecismo sustentava o "Princípio da Autonomia", pelo qual cada espirita enquanto indivíduo possuía autonomia para tomar suas decisões, não estando subordinado às instituições ou aos seus "irmãos". O estudo fundamenta-se na perspectiva da formação da AIB apresentada por Odilon Caldeira Neto, juntamente com as discussões acerca das religiões no Integralismo realizadas por Leandro Gonçalves e Everton Pimenta. Ademais, os estudos de Sinuê Miguel a respeito da atuação política da FEB na década de 1930 também estão presentes nos referenciais deste trabalho. Como fontes, utilizamos os periódicos A Offensiva e O Reformador, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

Palavras-chave: Integralismo; Espiritismo, Imprensa.

[71] Graduanda, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). wayla.sa@ufms.br

[72] Doutor, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). rafael.athaides@ufms.br

"No extremo Norte do Brasil":
a Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Amazonas

Davi Monteiro Abreu [73]

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um partido político de cunho fascista surgido em 7 de outubro de 1932, sob a liderança de Plínio Salgado. A AIB era uma organização antiliberal, anticomunista, antissocialista, a qual propusera um estado corporativo, hierarquizado e centralizado na figura de seu líder. A organização fez parte de uma importante conjuntura política, período este compreendido como a "Era Vargas". Sua existência não foi duradoura, mas a entidade teve uma atuação destacada entre os anos de 1932 e 1937.

A organização teve grande alcance nacional. Seus filiados faziam parte das diversas camadas da sociedade e mobilizavam-se para combater o liberalismo, o comunismo, o capitalismo internacional, às sociedades secretas vinculadas ao judaísmo e à Maçonaria (Gonçalves, 2016, p. 124). Estima-se que seu número de filiados chegou a 200 mil adeptos (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020, p. 27).

Ao longo de sua história, a AIB organizou dois congressos nacionais. O primeiro foi realizado em Vitória (Espírito Santo), em 1934, e o segundo ocorreu em Petrópolis (Rio de Janeiro), em 1935. Após o primeiro congresso, os camisas-verdes organizaram caravanas que percorreram boa parte das regiões do Brasil. Durante essas viagens, eles propagavam seus ideais, ganhavam adeptos, elegiam lideranças locais e fundavam novos núcleos.

Uma dessas caravanas aportou, em 1933, no estado do Pará. A "bandeira" era liderada por Gustavo Barroso, que em Belém, palestrou, reuniu-se com autoridades locais, escolheu um chefe provincial e elegeu coordenadores para organizar a entidade no Amazonas.

A vinda de Barroso inaugurou oficialmente os trabalhos da AIB na Amazônia. Depois disso, os camisas-verdes desprenderam grandes esforços para que a organização prosperasse na região. Nesse sentido, nesta comunicação falaremos sobre o início dos trabalhos da AIB na Amazônia, dando ênfase ao estado Amazonas. Assim, são nossos objetivos: 1. Evidenciar e analisar a caravana integralista de Gustavo Barroso e suas consequências para a AIB; 2. Investigar o início dos trabalhos da AIB no estado do Amazonas. Por fim, nesta pesquisa, fazemos uso de fontes jornalísticas, algumas delas produzidas pela AIB, como, A Offensiva, Monitor Integralista, A Razão; e outras não, como, Folha do Norte, O Jornal e A Tarde.

Palavras-chave: Integralismo; Caravana Integralista; Amazônia.

[73] Mestre, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas (UFAM). davi.onlyone@gmail.com

A anatomia do fascismo:
uma leitura crítica sobre as concepções de fascismo atuais e das possibilidades de implementação desse sistema

Felipe Araujo Fernandes [74]

O presente trabalho propõe uma dissecação do fascismo, para pensar a viabilidade (ou não) de implementação desse sistema em nosso contexto contemporâneo. Para tal, tomaremos como base teórica as formulações de Leon Trotsky, em especial seus textos entre 1930 e 1934, período marcado pela ascensão do nacional-socialismo na Alemanha. Partindo da coletânea de ensaios e intervenções políticas reunidas na obra Como esmagar o fascismo, busca-se dissecar a metodologia materialista dialética empregada pelo general e filósofo para combater tanto uma concepção "liberal-democrática" (que reduzia o fenômeno a anomalias morais ou psicologizantes) quanto a linha sectária da formação do "social-fascismo" adotada pelo Komintern stalinista. Para Trotsky, o fascismo não se confunde com ditaduras militares tradicionais ou regimes bonapartistas: ele é a "última carta na manga" da burguesia, atuando na mobilização em massa da pequena burguesia arruinada pela crise do capital financeiro e de setores pauperizados ("lumpem"), constituindo uma força paramilitar plebeia cuja função histórica central consiste na tentativa de extermínio físico e na atomização de todas as instituições da democracia operária (partidos, sindicatos e etc). Com base nesse referencial, a comunicação problematiza a distinção analítica entre fascismo e bonapartismo, evidenciando como a vacilação das forças de esquerda e a incapacidade de forjar uma Frente Única Operária abriram caminho para a consolidação dos regimes totalitários do entreguerras. Por fim, a pesquisa estabelece um diálogo crítico com debates teóricos contemporâneos acerca da chamada "onda neofascista" e a interpretação sobre a emergência da nova extrema-direita global (com nomes como Trump, Bolsonaro e Milei), avaliando em que medida tais governos configuram de fato processos de implantação de sistemas fascistas, tentativas de restauração bonapartista ou outros ensaios de sobrevivência do capitalismo em crise. Examina-se, ainda, os limites de leituras "psicologizantes" e/ou "apocalípticas", que apontam formulações como "microfascismos" ou "fascismo que está em todos nós", argumentando que o diagnóstico da expressão psicológica não substitui a primazia do conflito de classes, da autodefesa de massa e da organização material do trabalho na superação da reação política. Nesse sentido, entender a nós mesmos, o terreno e o inimigo é crucial para eleger como enfrentar os desafios e conflitos que se colocam diante de nós.

Palavras-chave: Fascismo; Leon Trotsky; Bonapartismo; Frente Única Operária; Neofascismo.

[74] Doutor em Filosofia, Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ). felipearaujo.fernandes87@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 7

ST7

"A REPÚBLICA NO BRASIL É O REGIME DA FACHADA, DA FRASE E DA POSE": anticomunismo, relações de poder e suas representações no Brasil do século XX

COORDENADO POR


Mariana Palácio de Melo


Paloma Josué Dias


Rubens de A. Quirino

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



ST7 . CRONOGRAMA

Simpósio Temático 7

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

"A REPÚBLICA NO BRASIL É O REGIME DA FACHADA, DA FRASE E DA POSE":

anticomunismo, relações de poder e suas representações no Brasil do século XX

7 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Mariana Palácio de Melo
Mestranda em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
marianapmelo2019@gmail.com

Paloma Josué Dias
Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História e Culturas Políticas (PPGHC/UFRN).
palomajosuedias@gmail.com

Rubens de Andrade Quirino
Mestrando em História, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
rubensandrade987@gmail.com

SESSÃO ÚNICA

7 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Um olhar político, um intelectual e a imprensa paraibana: análises políticas de Ademar Vidal no jornal A União	8h10
2	Viver do trabalho e escapar da polícia: saúde pública, religiosidade e repressão aos trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro (1895-1929)	8h35
3	Cobre, progresso e imaginário desenvolvimentista: cultura política em Picuí/PB durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)	9h00
4	João Pessoa: mártir da revolução ou estratégia de golpe? A construção de um símbolo político na crise de 1930	9h25
5	Municipalismo-emancipacionista e Comissões Emancipacionistas no Rio Grande do Sul (1988-1996)	9h50
6	A construção do "Brasil Novo": modernização da imprensa no Piauí e a censura no período varguista (1930-1945)	10h15
7	Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, o(s) ISEB(s) e a questão da retomada da cultura brasileira (1958-1962)	10h40
8	A materialidade dos impressos: os periódicos no município de Campanha/MG no século XX	11h05

Um olhar político, um intelectual e a imprensa paraibana:
análises políticas de Ademar Vidal no jornal A União

Maria Joedna Rodrigues Marques [75]

Ademar Vidal (1897-1986) foi um intelectual paraibano que se manteve ativo na imprensa paraibana, entre 1920 e 1940, a partir de colaborações nos periódicos A União, A Novela e Era Nova. Nesses meios comunicativos, as narrativas do intelectual paraibano abordavam temas variados, como análises socioculturais, políticas e críticas literárias. Em particular, destaco os escritos de Ademar Vidal, entre 1924 e 1942, acerca da dimensão política nacional, considerando sua posição posição política e intelectual. Para isso, abordo a sua produção publicada no periódico A União, em decorrência do seu vínculo com o periódico e a circulação dessas publicações. Desta forma, problematizo as análises feitas por Vidal sobre o contexto nacional, com ênfase em narrativas que evidenciam os conceitos de nacionalidade e patriotismo, no intuito de indagar como esses escritos refletem a composição de uma narrativa republicana para o Brasil, ainda na primeira metade do século XX. Como fontes, recorro às digitalizações do periódico A União, resguardados no site do periódico e das versões disponíveis no Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP). Em dimensões teóricas-metodológicas, utilizo as contribuições de José D'Assunção Barros (2019; 2023) acerca do jornal enquanto fonte histórica, para refletir sobre o cenário da imprensa jornalística na Paraíba, aproveito as colocações de Gilson Souto Maior (2023), e no intuito de compreender a atuação intelectual de Vidal, considero as elaborações feitas por Jean-François Sirinelli (2003) Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen (2016); para refletir sobre os usos da categoria política a partir de uma perspectiva social, recorro a René Remond(2003) e Lúcia Lippi Oliveira (1990) para mobilizar a composição do nacional na Primeira República.

Palavras-chave: Ademar Vidal, imprensa, intelectual e Paraíba.

[75] Doutoranda em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista: CAPES. joednnarodrigues@gmail.com

Viver do trabalho e escapar da polícia:
saúde pública, religiosidade e repressão aos trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro (1895-1929)

Lohanne Coelho Toloto [76]

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as identidades de trabalhadores que, além de atuarem no mercado urbano do Rio de Janeiro republicano, atuavam, paralelamente, como lideranças religiosas de cultos afro-brasileiros. Nesse sentido, ao articularmos processos judiciais e inquéritos policiais, salvaguardados no Arquivo Nacional, com as políticas públicas vigentes da época, como o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891 – fontes que orientam a pesquisa -, perpassamos pelas questões que envolvem saúde pública, religiosidade e repressão policial que fizeram parte da experiência desses trabalhadores. Assim, a partir de uma abordagem interseccional, que articula nacionalidade, classe, raça e gênero (Davis, 2016; Scott, 1995), e em conjunto com o olhar da história translocal (De Vito, 2015), pretendemos articular os campos de estudos da História do Trabalho e do Pós-Abolição, uma vez que a questão cultural (aqui, materializada na questão religiosa) não se dissocia do âmbito laboral. Como referencial bibliográfico, apoiamo-nos em pesquisas que articulam os embates sobre assistência à saúde, práticas de cura, repressão policial e relações culturais (Sampaio, 2007; Possidônio, 2020; Pimenta, 2022, Pereira, 2020). Dado o exposto, busca-se ampliar o entendimento sobre a reorganização do trabalho no pós-Abolição, destacando a atuação desses trabalhadores frente ao controle social, politicas higienistas e perseguições policiais que caminharam lado a lado nas estratégias de manutenção da ordem republicana.

Palavras-chave: Políticas públicas; cultura popular; repressão policial.

[76] Mestranda em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). lohannecoelho.puc@gmail.com

Cobre, progresso e imaginário desenvolvimentista:
cultura política em Picuí/PB durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Evilly Milly dos Santos Pereira [77]

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma foram construídas as representações sobre as jazidas de cobre de Picuí/PB, localizadas no Seridó Paraibano, inserindo-as em uma cultura política de projetos desenvolvimentista, que vislumbrava um cenário de crescimento econômico e modernização regional durante o contexto da Segunda Guerra Mundial. Conforme Gomes (2010), no início do século XX, especialmente durante a vigência do Estado Novo, consolidou-se no Brasil um projeto de progresso nacional e modernização baseado na exploração dos recursos minerais, no avanço industrial e na integração do território nacional. A pesquisa ampara-se teoricamente na concepção da Nova História Política de René Rémond(1994), que compreende a política como um vetor determinante das relações sociopolíticas e das relações de poder, ultrapassando a dimensão estritamente partidária. Nessa perspectiva, mobilizam-se também os conceitos de Serge Berstein (1998), especialmente sua compreensão de cultura política como um conjunto de valores, crenças e representações compartilhadas que orientam a ação dos grupos sociais, as relações de poder e a organização da sociedade.No caso deste trabalho, tais elementos são analisados a partir do ideário desenvolvimentista brasileiro, propagado durante o Estado Novo. Metodologicamente, o trabalho utiliza periódicos, compreendidos não como meros reprodutores de informações, mas como importantes fontes históricas para o métier do historiador, conforme destaca Tânia de Luca (2008). Além disso, são analisadas fontes institucionais, como os relatórios do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Por fim, argumenta-se, ainda que de forma preliminar, que as jazidas de cobre picuienses foram transformadas em uma promessa política vinculada ao projeto nacional desenvolvimentista durante a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Cultura Política; História Política; cobre; desenvolvimento; Seridó paraibano.

[77] Mestranda em História dos Sertões, Programa de Pós-Graduação em História e Culturas Políticas (PPGHC/UFRN). Bolsista: CAPES. evillypereiramest@gmail.com

João Pessoa:
mártir da revolução ou estratégia de golpe? A construção de um símbolo político na crise de 1930

Lindemberg Cavalcante Trigueiro [78]

Este artigo analisa o processo de construção da imagem de João Pessoa como mártir da "Revolução" de 1930, investigando de que maneira seu assassinato foi apropriado politicamente pelos grupos ligados à Aliança Liberal e incorporado às narrativas que legitimaram a deposição de Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Partindo da compreensão de que os acontecimentos históricos adquirem significados políticos por meio de disputas de representação, o estudo busca compreender como um crime inicialmente vinculado a conflitos políticos e pessoais na Paraíba foi transformado em símbolo nacional da crise da Primeira República. A pesquisa dialoga com as interpretações de Boris Fausto (1995) sobre a "Revolução" de 1930, com as contribuições de Maria Helena Capelato (1989) acerca da imprensa e da propaganda política, e com os estudos de Tânia Regina de Luca (2005) sobre a utilização dos periódicos como fontes históricas e de Marialva Barbosa (2007) e Ana Paula Goulart Ribeiro sobre a produção de representações na cultura política. Metodologicamente, fundamenta-se na análise de fontes jornalísticas produzidas entre julho e outubro de 1930. Argumenta-se que a construção simbólica de João Pessoa como mártir desempenhou papel fundamental na mobilização política que antecedeu a chamada Revolução de 1930, contribuindo para a legitimação da ruptura institucional e para a consolidação de uma narrativa favorável ao movimento liderado por Vargas.

Palavras-chave: João Pessoa; Imprensa; Crise de 1930.

[78] Mestrando em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH-UFRPE). Lindembergtrigueirobx2@gmail.com

Municipalismo-emancipacionista e Comissões Emancipacionistas no Rio Grande do Sul (1988-1996)

Vítor Mateus Viebrantz [79]

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989 inaugurou um novo ciclo de criação de municípios, estabelecendo os fundamentos jurídicos que possibilitaram a multiplicação dos processos emancipacionistas ao longo da década de 1990 no estado sulino. Nesse contexto, as Comissões Emancipacionistas assumiram papel central na condução dos pedidos de emancipação, articulando interesses locais, produzindo documentação, organizando consultas plebiscitárias e estabelecendo interlocução com os diferentes níveis da administração pública. Esta comunicação propõe analisar as Comissões Emancipacionistas como agentes políticos inseridos no municipalismo-emancipacionista (1988-1996). Interessa compreender como a legislação não apenas regulamentou os procedimentos emancipatórios, mas também produziu mecanismos de legitimação política ao definir competências, atribuições e formas de representação que conferiram autoridade às comissões perante as comunidades locais e o Estado. A análise concentra-se no arcabouço normativo constituído pela Constituição Federal de 1988, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, pelas leis complementares estaduais que disciplinaram as emancipações municipais e pelos dispositivos que regulamentaram a organização e a atuação das Comissões Emancipacionistas. A investigação busca compreender como esse conjunto normativo produziu as condições de legitimidade que possibilitaram às comissões atuar como representantes das comunidades interessadas na emancipação, delimitando suas competências, atribuições e formas de reconhecimento político ao longo dos processos, entendendo as emancipações municipais como produção política. A partir desse percurso, a comunicação discute as Comissões Emancipacionistas como agentes políticos constituídos no interior do municipalismo-emancipacionista, considerando as relações de poder que atravessaram sua atuação e os mecanismos de legitimação produzidos pela legislação. Ao deslocar a atenção para essas organizações, o trabalho pretende contribuir para a História Política das emancipações municipais, tomando a produção histórica da legitimidade e da representação política local como problema de investigação.

Palavras-chave: Comissões Emancipacionistas; História Política; Municipalismo-emancipacionista.

[79] Mestre, graduado e doutorando em História, Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista: PROSUC/CAPES. 171405@upf.br

A construção do "Brasil Novo":
modernização da imprensa no Piauí e a censura no período varguista (1930-1945)

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior [80]

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de modernização implementado na imprensa piauiense e os mecanismos de controle exercidos pelo poder varguista no Piauí (1930 – 1945). Visando atender os objetivos da pesquisa, usou-se uma multiplicidade de fontes, como os jornais Diário Oficial, Gazeta, Monitor Comercial e O Piauí. No que tange a imprensa e ao período varguista, utilizou-se as obras de Marialva Barbosa (2007), Maria Helena Capelato (1999) e Thamyres Oliveira (2016), que auxiliaram nas reflexões sobre a propaganda política no período e a censura praticada pelos agentes do poder varguista. Observou-se que o governo nacional disseminou forte apararato de controle para os estados da federação, como foi o caso do Piauí. Dentro desse cenário modernizador brasileiro, em que consta a criação do Departamento Estadual de Propaganda – DIP, houve uma intensa campanha patriótica para celebrar as figuras do presidente Getúlio Vargas e do seu poder político por todo o país. Em território piauiense foi criado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP, que disseminava uma propaganda positiva do presidente e do interventor Leônidas de Castro Melo na imprensa local. Esse mesmo departamento ficava responsável por exercer forte controle sobre as publicações que circulavam em território piauiense e se essas notícias estavam alinhadas ao projeto político varguista. Nesse sentido, notou-se que a imprensa piauiense nutria profundos vínculos com a proposta política do presidente em disseminar uma imagem de país unido e coeso em torno das pretensões do regime. Entretanto, percebe-se posturas dissonantes que ecoaram nos períodicos ou que sofreram as sansões da época por não se enquadrarem nas normativas getulistas.

Palavras-chave: Período varguista; Modernização; Imprensa; Censura; Piauí.

[80] Doutor em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Universidade Estadual do Piauí (UESPI). josejunior@srn.uespi.br

Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, o(s) ISEB(s) e a questão da retomada da cultura brasileira (1958-1962)

Francisco Berdaky Gerlach [81]

Esta pesquisa surge a partir de estudos sobre cultura e identidade nacional durante a Quarta República Brasileira (1945 – 1964). Aprofunda-se nas formulações sobre esses temas enquanto desenvolvidos pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em específico por dois de seus membros, o filósofo Roland Corbisier (1914-2005) e o historiador Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Dividindo a história do instituto em duas fases, uma inicial juscelinista e com viés nacional-desenvolvimentista (1955-1961) e outra marxista-leninista e defensora das reformas de base propostas por João Goulart (1961-1964), entende-se que é uma constante entre as duas fases a rechaça ao colonialismo e imperialismo perpetrado de forma direta e indireta pelo EUA e pela Europa em território latino-americano, assim como a importância da confluência entre o "popular" e o "nacional" para a elaboração de uma cultura "verdadeiramente" nacional, embora ocorram divergências teóricas importantes sobre os significados exatos dos termos apresentados. Essas divergências advém ainda da posição que cada pensador ocupava nesse debate, tanto no próprio instituto como na sociedade em geral; Corbisier era um filósofo paulista que vinha cada vez mais se aproximando do debate sobre a realidade material do país após anos de negligência com essas questões, enquanto Sodré era parte das Forças Armadas e ocupava um papel destacado na militância e no debate sobre o comunismo no país. Portanto, a partir do livro "Formulação e Problema da Cultura Brasileira" (1958), de Corbisier, e o texto "Quem é o Povo no Brasil?" (1962), publicado por Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro, pretende-se responder as seguintes perguntas: de que maneira a cultura brasileira foi tratada pelos autores nas diferentes fases do ISEB? Qual a relação entre as ideias propagadas e a construção do Estado brasileiro nas respectivas fases do instituto? De que forma a noção de povo é trabalhada pelos autores? Dessa maneira, é possível traçar a maneira como ideias sobre o desenvolvimento nacional circulavam, levando em conta ainda os espaços que esses intelectuais ocuparam nesse debate.

Palavras-chave: Cultura; ISEB; Desenvolvimento; Intelectuais; Estado

[81] Mestrando, Universidade Federal do Paraná (UFPR). francisco.gerlach@ufpr.br

A materialidade dos impressos:
os periódicos no município de Campanha/MG no século XX

Josiane de Paula Nunes[82]
Syang de Paiva Donisete[83]

A imprensa periódica constitui-se em uma vasta e importante fonte para a compreensão das dinâmicas políticas, culturais e sociais de uma determinada sociedade. Nessa direção, este trabalho analisa os periódicos publicados na cidade de Campanha, Minas Gerais, entre 1901 e 1985. Partindo da compreensão da imprensa como fonte e objeto de pesquisa, busca-se identificar jornais e revistas em circulação, bem como examinar suas materialidades e a circulação de ideias para além do eixo Rio–São Paulo.

Com ênfase na análise da materialidade e dos aspectos gráficos, tipográficos e editoriais, busca-se compreender os elementos centrais do contexto de produção e das dinâmicas locais de comunicação, identificando elementos como formato, periodicidade, número de páginas, diagramação, caricaturas e fotografias. Ao realizar esse levantamento, torna-se possível mensurar a relevância da imprensa local, evidenciada tanto pelo número expressivo de impressos quanto pelo engajamento político dos redatores e editores dos jornais em circulação.

O referencial teórico-metodológico articula pressupostos da Nova História Política e da História Cultural, privilegiando o estudo das práticas de produção e circulação dos impressos. Cabe enfatizar que o conjunto documental analisado encontra-se, em sua maior parte, disponível para consulta no Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Atualmente, a instituição, sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, é responsável pela salvaguarda de ao menos um exemplar da quase totalidade dos jornais produzidos no município ao longo dos séculos XIX e XX.

Tal acervo constitui-se como fonte fundamental para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história local e regional, assegurando a preservação da memória impressa e o acesso público a documentos centrais para a compreensão do sul de Minas Gerais. Nesse sentido, o estudo e a ampla divulgação desses periódicos revelam-se etapas essenciais para potencializar o uso acadêmico do acervo, ampliar sua visibilidade e garantir a democratização do acesso às fontes históricas.

Palavras-chave: Materialidades; periódicos; Campanha/MG.

[82] Profa. Dra., Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Campanha. josiane.nunes@uemg.br

[83] Graduanda em História, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Campanha. Bolsista: PAPq/UEMG. Syang.241209844@discente.uemg.br

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 8

St8 ESCRAVATURA E TRABALHO FORÇADO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCULOS XV – XX)

COORDENADO POR


Tiago Moura Gonçalves


André Ribeiro Fernandes

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS UFJF
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



ST8 . CRONOGRAMA

Simpósio Temático 8

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

ESCRAVATURA E TRABALHO FORÇADO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCULOS XV–XX)

9 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H

GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Tiago Moura Gonçalves
Mestrando, Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC), Universidade de Coimbra.
tiagogoncalves024@gmail.com

André Ribeiro Fernandes
Doutorando, Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC), Universidade de Coimbra. Bolsista: Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).
andrefernandes5200@gmail.com

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	O Estado dentro do Estado?: O despotismo colonial na Companhia de Diamantes de Angola, 1917-1975	8h10
2	Navios em lastro: estratégia de ocultação do tráfico atlântico ilegal de escravizados entre Angola e Pernambuco (1831-1850)	8h30
3	Francisco do Rego Barros e o tráfico ilegal de escravizados para Pernambuco após 1831	8h50
4	Entre a difusão e a concentração da propriedade: redes sociais e reprodução da escravatura em Vila do Conde (1626-1650)	9h10
5	Entre a Cobra e o Acauã: Antônia, o vigário do Acari e a trama das vontades na Ribeira do Acauã, Seridó, Província do Rio Grande do Norte (Século XIX)	9h30
6	O episcopado e o batismo de escravos no império português: o caso de Cabo Verde (1622-1705)	10h10
7	"Celebrados pela insinuação dos que a governam": os casamentos da "índia" Felícia (Estado do Grão-Pará e Maranhão, século XVIII)	10h30
8	Da abolição da escravatura ao trabalho forçado no Império Português de Oitocentos	10h50
9	Corpos armados e vadiagem: controle jurídico-policial e resistência negra no Brasil imperial e pós-emancipação	11h10

O episcopado e o batismo de escravos no império português:
o caso de Cabo Verde (1622-1705)

Tiago Manuel Moura Gonçalves [84]

A escravatura tem sido estudada, do ponto de vista historiográfico, por uma perspetiva estritamente económica, e com uma metodologia quantitativa. Só mais recentemente se tem dado atenção à história social do escravo (o caso de A.C. Saunders) e à história das resistências (Arlindo Caldeira, por exemplo). As dimensões religiosas da escravatura foram até então, grosso modo, descuradas (com algumas exceções, é claro), e é nesse sentido que este trabalho procura contribuir. As preocupações pastorais em relação ao escravo, particularmente a questão do batismo, dominaram a discussão teológica dos séculos XVII e XVIII. Foi deste quadro mental que o bispo de Cabo Verde Frei Vitoriano (1651-1705) era devedor. Empenhado em batizar todos os escravos, desde que devidamente catequizados, o bispo afrontou institucionalmente a Companhia de Cacheu e, mais tarde, o governador de Cabo Verde. Em todo o caso, auxiliou-se sempre da coroa portuguesa, na figura do Conselho Ultramarino e do governador, para ver atendidas as suas solicitações. Frei Vitorino personificou, na prática, uma dupla imagem: a de um bispo "político" e, simultaneamente, a de um prelado imbuído de preocupações pastorais. A nossa análise começa, no entanto, antes do governo desse bispo (1687-1705). Inicia-se em 1622, data em que o rei D. Filipe III de Espanha (II de Portugal), por recomendação da Mesa da Consciência e Ordens, criou em 1622 a Junta do Batismo dos Escravos de Cabo Verde e Guiné. Usaremos diversa documentação do Conselho Ultramarino, nomeadamente, as correspondências com o episcopado. Convirá ainda perceber-se o cenário geral, isto é, as dimensões religiosas da escravatura (primeiro tópico) – evolução do pensamento teológico-moralista e os posicionamentos oficiais da Igreja Católica - e, seguidamente, os enquadramentos jurídicos, quer da condição do escravo, quer das referências ao batismo (segundo tópico).

Palavras-chave: episcopado; Conselho Ultramarino; Cabo Verde; batismo de escravos.

[84] Coordenador do ST8. Mestrando em História Moderna, Universidade de Coimbra. tiagogoncalves024@gmail.com

O Estado dentro do Estado?:

O despotismo colonial na Companhia de Diamantes de Angola, 1917-1975

Luiz Eduardo Larrosa [85]

O objetivo da comunicação é tratar sobre as relações de trabalho na Diamang (Companhia de Diamantes de Angola) e o seu envolvimento com a totalidade da exploração colonial portuguesa em Angola, principalmente no que concerne à instrumentalização de leis e autoridades tradicionais – sobas/sobetas – e o trabalho nas minas como ferramenta civilizacional. Baseado nos arquivos do SPAMOI (Serviço de Propaganda e Assistência à Mão de Obra Indígena) e do acervo fotográfico da companhia A documentação pode proporcionar discussões acerca do colonialismo português, principalmente no ímpeto colonial na conformação de relações sociais em torno da exploração das jazidas, ímpeto este que se baseava no trabalho forçado – shibalo – deslocamentos forçados e castigos físicos, assim como toda uma estrutura de poder direcionada à captação de mão de obra – capitas, chefes de posto e sobas. Os relatórios deixam claro a necessidade da administração da empresa de atribuir aspectos civilizacionais à tomada violenta da população para o trabalho, baseando-se em campanhas higienistas, criação de mercados indígenas, aldeias padrão, etc. O intuito é demonstrar como a estrutura de capital privado da Diamang se confunde com o próprio estado colonial português no processo de dominação colonial e questionar os aspectos de um "Estado dentro do Estado". A empresa obtinha o monopólio da assistência religiosa, dos serviços de saúde, trabalho e moradia, além de entregar os dividendos provenientes das atividades extrativistas de diamantes a acionistas estrangeiros e ao próprio estado português. A pesquisa se baseia no conceito de despotismo descentralizado do antropólogo Mahmood Mamdani em que analisa a instrumentalização da dominação do estado colonial em seu âmbito rural e urbano com a finalidade de incorporar os nativos à estrutura de dominação na concepção de um estado bifurcado, além de trabalhar com as elaborações de Claude Meillassoux a respeito de um modo de produção doméstico e nos questionamentos de Philip Abrams sobre o estudo do estado moderno.

Palavras-chave: Colonialismo português; Trabalhos forçados; Estado-nação.

[85] Graduando, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista: CAPES. luizeduardolarros@gmail.com

Navios em lastro:
estratégia de ocultação do tráfico atlântico ilegal de escravizados entre Angola e Pernambuco (1831-1850)

Débora Vitória da Silva Matos[86]

A presente proposta de comunicação trata-se de um projeto de mestrado em fase inicial. No foco desta pesquisa buscamos analisar os fluxos de navios com cargas declaradas "em lastro" entre Angola e Pernambuco no século XIX, mais precisamente no período de ilegalidade e aumento da repressão contra o tráfico (1830-1850). Como a historiografia tem salientado, e como este trabalho pretende acentuar, essa expressão possui implicações mais complexas, tendo sido utilizada como disfarce pelos traficantes que ancoravam no porto do Recife após longas viagens até a África, assim mobilizamos o conceito de estratégia. Temos constatado por meio do Boletim Official do Governo Geral da Província de Angola navios que saiam do porto do Recife e outros portos brasileiros com essa declaração. Para a elaboração desta pesquisa, utilizaremos como fontes o jornal Diario de Pernambuco, o já referido Boletim de Angola, jornal O Carapuceiro (PE) e o Trans-Atlantic Slave Trade Database (TSTD), realizando uma análise quantitativa e qualitativa dos dados. Assim, buscamos contribuir para os estudos sobre o tráfico atlântico ilegal ao abordar a movimentação dos navios que chegavam e saíam com essa declaração suspeita, trazendo essa dimensão estratégica do contrabando de seres humanos.

Palavras-chave: Angola, Pernambuco, Navios em lastro, Século XIX

[86] Mestranda em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). debora.vsmatos@ufpe.br

Francisco do Rego Barros e o tráfico ilegal de escravizados para Pernambuco após 1831

Thais Adriana de Oliveira [87]

A presente proposta trata-se de uma comunicação do projeto de mestrado em fase inicial, continuação de pesquisas realizadas na graduação sobre o tráfico transatlântico de escravizados. O projeto objetiva analisar a relação de Francisco do Rego Barros presidente da província de Pernambuco pelo Partido Conservador entre 1837 e 1845 com o acobertamento do tráfico ilegal de escravizados. Os anos finais da década de 1830 são descritos pela historiografia por historiadores como Marcus Carvalho e Paulo Cadena, como um dos mais importantes para a entrada ilegal de escravizados em Pernambuco, território que ficava atrás apenas do Rio de Janeiro e Bahia. Em perspectiva nacional, o período também coincide com a regência de Pedro de Araújo Lima, político conservador que chegou ao poder com ajuda de traficantes de escravizados, seu apoio impulsionou também a vitória de Rego Barros em Pernambuco. Assim, buscamos Compreender o local ocupado por Pernambuco dentro da dinâmica do tráfico ilegal no Brasil, com os desembarques clandestinos ocorridos após 1831 e outras articulações e investigar a relação de Francisco do Rego Barros com os traficantes de escravizados entre as vistas grossas e acobertamentos. A partir das críticas e denúncias identificadas e coletadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os Ofícios da Presidência analisaremos esta relação tendo como principal plano de fundo a Repartição de Obras Públicas, denunciada pela oposição do governo que boa parte dos gastos com as obras, na realidade, foram parar nos bolsos dos "empreiteiros-traficantes" e seus sócios, gastando bem mais do que deveriam.

Palavras-chave: Tráfico de escravizados; Século XIX; Pernambuco; História Política; Elites.

[87] Mestranda em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). thais.adrianao@ufpe.br

Entre a difusão e a concentração da propriedade:
redes sociais e reprodução da escravatura em Vila do Conde (1626-1650)

Simão Bessa [88]

Esta comunicação procura analisar os mecanismos sociais e económicos que contribuíam para a reprodução da propriedade de pessoas escravizadas em Vila do Conde, ao longo do segundo quartel do século XVII. Partindo da questão da difusão ou concentração da propriedade, pretende-se compreender de que forma as relações estabelecidas entre os proprietários condicionavam o acesso, a transmissão e a manutenção da posse de pessoas escravizadas. A hipótese de partida é que a reprodução da propriedade não dependia exclusivamente da profissão ou da capacidade económica individual, podendo também ser favorecida pela integração dos proprietários em redes de parentesco, sociabilidade e relações económicas.

Para testar esta hipótese, recorre-se ao cruzamento de fontes paroquiais e notariais, articulado com metodologias de análise de redes sociais. Este procedimento permite reconstruir as relações estabelecidas entre os proprietários e identificar padrões de proximidade, interdependência e concentração que permanecem pouco visíveis quando estes agentes são analisados isoladamente. Procura-se perceber se a propriedade de pessoas escravizadas estava disseminada por diferentes grupos sociais ou se a sua reprodução era favorecida pela inserção dos proprietários em determinados círculos relacionais.

A historiografia portuguesa sobre a escravatura na Época Moderna tem privilegiado a caracterização social e profissional dos proprietários e debatido a distribuição da propriedade entre diferentes grupos. Neste âmbito, Didier Lahon, partindo do caso de Lisboa, defendeu uma difusão relativamente alargada da propriedade, atribuindo um peso significativo aos oficiais mecânicos. Jorge Fonseca, por sua vez, sustentou que, no sul de Portugal, apesar da heterogeneidade dos proprietários, a posse de pessoas escravizadas se concentrava sobretudo nos grupos com maior capacidade económica. Embora estas interpretações permitam compreender importantes características da estrutura da propriedade, permanecem menos exploradas as relações estabelecidas entre os próprios proprietários e o modo como estas poderiam favorecer a continuidade da escravatura. Ao deslocar o foco das características individuais dos proprietários para as redes sociais em que estes se inseriam, esta investigação procura identificar uma dimensão relacional da persistência da escravatura. A partir de um estudo de escala local, a comunicação procura, assim, contribuir para uma compreensão mais ampla das condições sociais e económicas que sustentavam a permanência da escravatura no Império Português, demonstrando o potencial da análise de redes para o estudo das estruturas que permitiam a sua reprodução.

Palavras-chave: escravatura, proprietários de pessoas escravizadas, análise de redes sociais, Vila do Conde, História Moderna

[88] Mestrando em História (especialidade em História Social), Universidade de Évora. m63858@alunos.uevora.pt

Entre a Cobra e o Acauã:

Antônia, o vigário do Acari e a trama das vontades na Ribeira do Acauã, Seridó, Província do Rio Grande do Norte (Século XIX)

Kelven Eduardo Dantas Messias [89]

O trabalho analisa a trajetória de Antônia, mulher negra nascida cativa, e sua relação concubinária com o Padre Tomás Pereira de Araújo, vigário de Acari, investigando como as dinâmicas de poder e as alianças de parentesco reconfiguraram as fronteiras da escravidão no Seridó oitocentista. Sob o questionamento central: "o filho de um padre pode ser escravo?", a discussão mapeia as estratégias sociais que permitiram transformar uma prole sacrílega em herdeiros livres, proprietários e letrados. A metodologia baseia-se na Micro-história e no Método Onomástico, realizando o cruzamento nominativo de fontes paroquiais e cartoriais segundo Carlo Ginzburg e Carlos Poni. Teoricamente, a pesquisa articula os conceitos de genealogias mestiças, formulado por Helder Macedo, as dinâmicas de mestiçagens, esquadrinhadas por Eduardo Paiva, as "qualidades da escravidão", sistematizada por Roberto Guedes e Moisés Soares e família clerical, proposto por Edriana Nolasco, além de debater as redes de compadrio, partindo das noções de Antônio Arantes Neto e Donald Ramos, e a "economia moral do dom", sistematizado por António Hespanha e Ângela Xavier, mobilizada por Giovanna Gorgônio, no contextodo Seridó. Antônia nasceu em 1827 na Fazenda Cobra, marcada como "N.C.". Pertencente a uma linhagem matrifocal encabeçada por Josefa, ela foi transferida como bem informal para a casa paroquial antes da partilha oficial de seu antigo senhor, consolidando uma família clerical de portas adentro. Para livrar a prole do cativeiro, que legalmente seguia o ventre, o Padre Tomás utilizou o "poder da pena". No batismo do primogênito Manoel (1849), o vigário rasurou o termo "escrava" e registrou "liberta", embora em 1850 Antônia tenha reaparecido como "escrava" ao apadrinhar outro cativo. Essa dissimulação paroquial funcionava como dom de reconhecimento social para afastar os estigmas do cativeiro. A blindagem da prole também se valeu de um compadrio vertical e endogâmico, escolhendo irmãos do vigário como padrinhos. O ápice do projeto ocorreu em 1869 com a Escritura Pública de Perfilhação, em que o cativeiro de Antônia foi civilmente silenciado sob a justificativa de "fragilidade humana". O êxito das estratégias culmina no letramento do primogênito e da caçula, cujas assinaturas de próprio punho na escritura coroam a sua inserção definitiva na elite da terra do Seridó.

Palavras-chave: Genealogias mestiças, família clerical, compadrio, escravidão, Vila do Acari.

[89] Graduando, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista: PIBIC/UFRN. kelven.eduardo.dantas.127@ufrn.edu.br

"Celebrados pela insinuação dos que a governam":
os casamentos da "índia" Felícia (Estado do Grão-Pará e Maranhão, século XVIII)

Júlia Resende de Paoli[90]

No dia 5 de dezembro de 1760, o navio Nossa Senhora da Madre de Deus e São José e Almas, proveniente do Estado do Grão-Pará e Maranhão, aportou em Lisboa. Parte do trabalho do capitão da nau consistia em entregar Felícia Ana, "índia", escravizada e bígama, à Inquisição. Ela, que, antes de cruzar o Atlântico, jamais saíra do bispado do Pará, foi imediatamente conduzida aos cárceres por um familiar do Santo Ofício. Permaneceu presa durante quase um ano. Situação que já conhecia, visto que, antes da travessia, enfrentara mais de três anos de prisão no aljube episcopal da cidade de Belém. Mas quem foi Felícia Ana, que nasceu livre e, no entanto, foi formalmente escravizada, assim permanecendo mesmo após a proibição da escravização indígena? E o que a levou a casar uma segunda vez, sendo vivo o seu primeiro marido? Este trabalho, baseado essencialmente na análise e na interpretação do Processo 2911 da Inquisição de Lisboa, pretende responder a estas perguntas. Para tal, adotaram-se métodos da Micro-História, aplicados de forma a fazer história a partir de baixo (history from below), e seguiram-se perspetivas vinculadas a correntes como a História da Escravidão, Histórias das Mulheres e do Género e História das Mentalidades. Por meio do estudo das relações de Felícia Ana, com o seu senhor, com os seus maridos, com os párocos e com os Tribunais da Fé e os seus agentes, que tinham muito a dizer sobre os "índios" e as suas práticas, argumentar-se-á que, por mais que as instituições com que ela conviveu tenham forçado as suas ações e a despojado da sua autonomia, foi impossível extirpar desta mulher as suas subjetividades e a sua humanidade.

Palavras-chave: Escravidão; Bigamia feminina; Tribunais da Fé; Ameríndios; História das Mulheres.

[90] Mestranda em História da Época Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. julia.depaoli.uni@gmail.com

Da abolição da escravatura ao trabalho forçado no Império Português de Oitocentos

Bruno Ricardo Rodrigues Pereira [91]

Ao longo do século XIX, a progressiva abolição do tráfico e da escravatura no Império Português alterou profundamente o enquadramento jurídico das relações laborais sem, contudo, eliminar a coerção sobre a mão de obra africana. Partindo desta aparente contradição, procuramos compreender de que modo a abolição da escravatura reconfigurou as formas de dominação laboral no espaço colonial português, desde as primeiras medidas abolicionistas até à sua institucionalização no final do século.

A análise acompanha a transformação das bases jurídicas e institucionais que regularam o trabalho colonial, atendendo à consolidação de categorias de transição como as de liberto, serviçal e indígena. Argumenta-se que a rutura jurídica representada pela abolição coexistiu com modalidades de recrutamento compulsório, tutela e obrigatoriedade do trabalho, culminando no Regulamento de 1899. Longe de ser um processo linear, esta metamorfose da coerção laboral foi permanentemente moldada pelo escrutínio e pressão internacional, com destaque para a diplomacia britânica e, mais tarde, pelas denúncias contra o recrutamento nas plantações de São Tomé e Príncipe, e, de igual modo, pelas diversas formas de resistência e agência das populações colonizadas, que limitaram e redefiniram as dinâmicas de exploração no terreno.

Esta transição enquadra-se na consolidação do projeto imperial oitocentista, legitimado pela retórica da "missão civilizadora". A associação entre trabalho, disciplina e "civilização" contribuiu para justificar a extração de trabalho forçado como imperativo moral e de viabilidade económica das colónias. A partir de legislação, debates parlamentares, relatórios e testemunhos coevos, em diálogo com a historiografia, este trabalho problematiza as continuidades e transformações das relações coercivas de trabalho, articulando as dimensões institucionais, a economia colonial e as respostas das populações africanas face ao colonialismo moderno.

Palavras-chave: Abolicionismo; Trabalho forçado; Resistência africana; Império colonial português.

[91] Mestre em Ensino de História e mestrando em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 20brrp02@gmail.com

Corpos armados e vadiagem:
controle jurídico-policial e resistência negra no Brasil imperial e pós-emancipação

Felipe Araujo Fernandes [92]

O presente trabalho analisa a estruturação dos mecanismos jurídico-policiais de controle e repressão voltados contra as populações negras escravizadas e libertas no Brasil ao longo do século XIX e na transição republicana. Investiga-se como a regulação estatal — materializada nos Códigos de Posturas, no Código Criminal do Império de 1830 e, posteriormente, no Código Penal republicano de 1890 — operou para interditar o porte de armas, tipificar a "vadiagem" e coibir manifestações culturais e práticas corporais urbanas, com ênfase na repressão sistemática à capoeiragem. A partir de uma perspectiva crítica da história social e política, examina-se como a arquitetura legal do Estado imperial articulou o combate à posse de instrumentos cortantes e perfurantes (armas, ferramentas e até instrumentos musicais) à constante vigilância das ruas e do espaço público, expressando o temor das elites senhoriais diante da iminência de revoltas de escravizados, quilombos e insurreições populares. Longe de constituir mera salvaguarda da ordem pública neutra, as medidas restritivas e as polícias funcionaram como dispositivos de manutenção da hierarquia racialista e da disciplina laboral forçada, estigmatizando o ócio e a sociabilidade autônoma dos negros (e pobres) sob o rótulo penal de vadiagem. Em contrapartida, a pesquisa problematiza as estratégias de sobrevivência e insurgência elaboradas pelos sujeitos oprimidos, com destaque para a Capoeira. Nesse contexto adverso, a capoeira e a ressignificação de utensílios do cotidiano constituíram táticas decisivas de autodefesa físico-conceitual, organização coletiva e resistência corporal frente à violência institucionalizada do aparelho repressivo. Ao historicizar as permanências dessas gramáticas coercitivas entre a ordem monárquica e o alvorecer da República, a comunicação demonstra que a criminalização dos corpos em movimento/resistência e o cerceamento do direito à autodefesa (dos pobres) foram pilares indispensáveis na tentativa de neutralizar as lutas de libertação da população negra no Brasil. Assim, é interessante notar um uso ambíguo e conveniente de termos como autodefesa, violência e "vadiagem", de acordo com a classe social à qual são associados.

Palavras-chave: Capoeira; Controle Social; Legislação Imperial; Vadiagem; Práticas Corporais de Resistência.

[92] Doutor em Filosofia, Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ). felipearaujo.fernandes87@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 9

St9 MULHERES DE DIREITA NOS SÉCULOS XX E XXI

COORDENADO POR



Eduardo dos Santos Chaves

PPGH Unimontes PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL | LAPPS ufjf LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL | Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

MULHERES DE DIREITA NOS SÉCULOS XX E XXI

7 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Eduardo dos Santos Chaves

SESSÃO ÚNICA

7 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Entre o carisma e a autoridade da pregação pentecostal: o efeito Helena Raquel no Congresso Gideões Missionários da Última Hora - GMUH (2026)	14h10
2	"A mão que embala o berço governa o mundo": a construção do perfil e da moral da mulher integralista por meio da revista Anauê! (1935-1937)	14h25
3	Sentinelas da Ordem: A Ação Democrática Feminina Gaúcha e o Golpe de 1964	14h40
4	"A verdadeira feminista": O pensamento feminista de Lily Lages (1931-1933)	14h55
5	Mundos do trabalho e as blusas-verdes da Ação Integralista Brasileira (1935-1937)	15h10
6	O Movimento das Tradwives no Contexto de Ascensão das Direitas no Brasil	15h25
7	"Substantivo Feminino" e a memória da ditadura militar e das mulheres conservadoras do Rio Grande do Sul	15h40
8	"Schema das theses a serem desenvolvidas pelas blusas-verdes em todos os núcleos do paíz": as mulheres e a Ação Integralista Brasileira (1932-1937)	15h55
9	Thatcher e a reprodução social do thatcherismo: um projeto de política, de economia e de gênero	16h10
10	Militância feminina de direita: a análise da participação das mulheres no Portugal do Estado Novo e da ditadura civil-militar brasileira	16h40
11	Entre a passividade doméstica e o duro serviço da Pátria: agência feminina na revista falangista Medina (1941-1945)	16h55
12	"Mulheres x Erika Hilton": os ataques de uma deputada de direita à eleição de Erika Hilton (Cmulher, 2026)	17h10

"Substantivo Feminino" e a memória da ditadura militar e das mulheres conservadoras do Rio Grande do Sul

Eduardo dos Santos Chaves [93]

A comunicação analisa os embates entre a história e a memória do movimento ambientalista do Rio Grande do Sul e da ditadura militar por meio do documentário "Substantivo Feminino", lançado em 2017. Procurando narrar parte da história do movimento ambientalista gaúcho, o documentário discorre a respeito da trajetória de duas mulheres militantes, Magda Renner e Giselda Castro, vistas como "pioneiras" da luta em defesa da natureza no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade da década de 1970. O principal objetivo deste trabalho é compreender de que maneira o documentário contribui com a construção de uma memória coletiva que enaltece as trajetórias das personagens, silenciando parte do histórico da organização que deu origem a militância ambientalista, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), entidade que elas fundaram, construíram e militaram, e, cuja atuação entre 1964 e 1985 oscilou entre aderir e se acomodar ao regime ditatorial. A ADFG foi uma entre muitas das entidades criadas entre 1962 e 1964 no Brasil, compostas por mulheres conservadoras, oriundas das elites e das classes médias, que tomaram as mais diferentes ruas das cidades brasileiras em oposição ao governo de João Goulart (1961-1964). Dessa forma, durante a ditadura a maior parte dessas organizações de mulheres comportou-se de modo adesista em relação à ditadura militar ou paulatinamente inseriram-se nos denominados "jogos de acomodação", como foi o caso da ADFG. A questão desta comunicação, no entanto, é analisar como se operacionalizou a construção de memória sobre a ADFG na história recente, procurando compreender, desse modo, os contextos políticos em que ela se expressou, quais atores sociais se envolveram com sua elaboração e, sobretudo, como ela dialoga com uma construção de memória cuja origem se desenvolveu após a Lei de Anistia de 1979. A comunicação se insere nas discussões relacionadas à história das mulheres conservadoras e de direita, bem como nos debates sobre as tensões entre a memória e a história das direitas durante a ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Mulheres de Direita; Ditadura Militar; Memória.

[93] Coordenador do ST9. Doutor, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). educhaves4@gmail.com

Entre o carisma e a autoridade da pregação pentecostal:
o efeito Helena Raquel no Congresso Gideões Missionários da Última Hora - GMUH (2026)

Matheus Marques Gobetti[94]

A seguinte comunicação tem como objetivo apresentar em análises preliminares a pastora Helena Raquel e sua ministração no 41° Congresso Internacional de Missões Gideões Missionários da Última Hora (GMUH), sediado em Camboriú - SC, em maio de 2026. O evento realizado anualmente desde 1983 assumiu grandes proporções políticas e midiáticas durante a segunda década do século XXI e a recente exposição bíblica da pastora Helena assumiu grande repercussão pública, rompendo com os limites litúrgicos do discurso da pregação pentecostal tradicional, tornando-se, portanto, um rico material de análise de um outro revestimento político-social, veiculado no maior palco do pentecostalismo enquanto fenômeno evangélico brasileiro. O GMUH situa-se enquanto vitrine da representação evangélica pentecostal em seus âmbitos mais relevantes e promissores: a ação missionária, a música gospel e a pregação pentecostal, bem como seu recente potencial político alinhado à Direita. Portanto, utilizou-se como fontes os sites e vídeos produzidos pela própria organização do GMUH e a pregação da pastora Helena Raquel disponível no canal oficial do evento no Youtube. Foi realizado um levantamento da estrutura do congresso de missões GMUH e sua história recente enquanto clímax do movimento pentecostal institucionalizado no Brasil e como núcleo de análise a pesquisa direcionou-se para a análise do discurso da pregadora Helena Raquel no 41° Congresso do GMUH, sua repercussão midiática nos âmbitos secular e religioso, bem como de sua trajetória ministerial para fins de legitimação pública ao apresentar-se em dia e horário nobres no evento. A temática central de sua fala se ateve a uma denúncia em tom exortativo, utilizando-se de levantamento de dados acerca de taxas de violência contra a mulher e abuso infantil no Brasil. O firme incentivo para que mulheres e crianças que a assistiam denunciassem discando 180 causou grande comoção pública, sobretudo de âmbitos extra denominacionais os quais viram em sua fala uma outra forma de ser mulher evangélica conservadora em um meio marcado pela história política recente do país por forte alinhamento à Direita e constante distanciamento da luta por direitos sociais. A afirmativa de que não possui nenhum alinhamento a qualquer movimento feminista, situa a figura de Helena Raquel a outro âmbito de agenciamento feminino conservador, o que justifica a relevância da temática para os estudos políticos, de gênero e sobre o conservadorismo feminino no Brasil.

Palavras-chave: Conservadorismo feminino; Direita evangélica; Pregação pentecostal; Helena Raquel; GMUH.

[94] Graduando, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista: Programa de Educação Tutorial (PET-História UFPR). gobetti.ufpr@gmail.com

"A mão que embala o berço governa o mundo":
a construção do perfil e da moral da mulher integralista por meio da revista Anauê! (1935-1937)

Rodrigo Carvalho do Nascimento [95]

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar como a Ação Integralista Brasileira (AIB) lançou mão de diversos mecanismos e estratégias para construir/preservar a moral e o perfil de suas militantes, através da revista Anauê!. Esse importante impresso, criado em 1935, representou uma ruptura no modelo de imprensa e também na estrutura organizacional da AIB, que passava a se apresentar como um partido. Durante sua existência legal (1932- 1937), a AIB contou com o apoio não só de homens (camisas-verdes), como também de mulheres (blusas-verdes), já que, para atingir suas pretensões, designou diferentes funções de acordo com o sexo para a sua militância. Segundo Cavalari (1999, p. 59), "ao homem cabiam o raciocínio, a análise e a abstração, já à mulher cabiam a sensibilidade, os sacrifícios e as renúncias". Mesmo com essa diferenciação, os militantes integralistas tinham papéis complementares no interior da organização, onde, de diferentes modos, colaboravam para o seu crescimento. No que tange à atuação feminina nas fileiras do integralismo, nota-se um investimento em designá-las como responsáveis pelo futuro não só da organização e de sua cultura política, mas, ainda, da pátria. A atuação feminina nas fileiras integralistas não se restringia a execução de atividades nos setores da organização, mas envolvia, sobretudo, a construção de um modelo de conduta. A formação das blusas-verdes ultrapassava sua atuação institucional, atingindo questões do seu cotidiano e demonstrando que a moral feminina tornava-se um elemento importante ao projeto político e doutrinário integralista. Nesse sentido, torna-se importante verificar como, através dessa revista, o integralismo buscou construir um modelo ideal de mulher, moralizada e dócil.

Palavras-chave: História; Integralismo; Blusas-Verdes; Moral.

[95] Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), Universidade Federal do Piauí (UFPI). rodrigo.nascimento@ufpi.edu.br

Sentinelas da Ordem:
A Ação Democrática Feminina Gaúcha e o Golpe de 1964

Pedro Heineck Moraes [96]

Esta comunicação investiga a atuação política das mulheres da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) na conjuntura do golpe civil-militar de 1964, em Porto Alegre. Situada no campo da mobilização feminina anticomunista que antecedeu e legitimou a o golpe de 1964 (ao lado de organizações como a CAMDE e a União Cívica Feminina), a ADFG constitui um caso privilegiado para pensar as direitas e a constituição das mulheres como sujeitos políticos do conservadorismo. O problema que orienta a pesquisa reside no aparente paradoxo dessa mobilização: mulheres que ocupam o espaço público justamente para reafirmar a própria domesticidade, acionando um repertório de gênero ancorado no maternalismo, na religião e na defesa da tríade "Deus, Pátria e Família". A hipótese central é a de que tal atuação não se reduz a uma extensão do lar à rua nem a uma adesão passiva ao discurso masculino da ordem, configurando-se como uma forma situada de agência, um meio-termo entre subordinação e autonomia, que instrumentaliza o ideário da domesticidade como recurso de intervenção pública. Sustenta-se, ainda, que o operador central dessa mobilização foi de ordem afetiva: o medo anticomunista, a indignação moral e a devoção religiosa funcionaram como uma fronteira emocional que delimitava os contornos da feminilidade legítima e sancionava sua transgressão. Metodologicamente, este trabalho se faz através do cruzamento de fontes distintas: a documentação hemerográfica gaúcha do período e os registros produzidos pela própria organização e por seus círculos de mobilização. O tratamento privilegia a análise do discurso e a atenção ao repertório afetivo e moral dessas mulheres, reconstituindo tanto sua atuação pública quanto a gramática emocional que lhe conferia legitimidade.

Palavras-chave: Anticomunismo; Ação Democrática Feminina Gaúcha; Mulheres de Direita.

[96] Mestrando, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista: CNPq. pedroheineckmoraes@yahoo.com.br

"A verdadeira feminista":
O pensamento feminista de Lily Lages (1931-1933)

Francine Leôncio Mendonça de França [97]

Esta pesquisa faz parte do projeto de mestrado em andamento: "Traçando histórias do movimento feminista em Alagoas: a atuação da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (1932-1960)", e propõe analisar o pensamento de Lily Lages acerca do que deveria ser o feminismo em sua perspectiva, nos primeiros anos de sua atuação como feminista organizada. O destaque dado à Lily se dá pela sua trajetória acadêmica e política de destaque na década de 1930, que além de médica foi a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada na Assembleia Legislativa de Alagoas, em 1934. Lily também foi a fundadora da filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em Alagoas (1932), onde colocou seu ideal de feminismo em prática. Pela sua posição social, textos de sua autoria e notícias sobre a atuação da Federação Alagoana pelo Progresso Femino são publicadas pelos jornais, ressaltando sua contribuição para a sociedade alagoana e para o engrandecimento da mulher. Compreendemos o feminismo como um campo político em disputa desde seus primeiros momentos, sendo atribuído ao termo diferentes significados a depender do grupo ou indivíduo que faz seu uso (Glaucia Fraccaro, 2018, p.11). Portanto, identificamos o feminismo de Lily Lages como "feminismo liberal", que segundo Joana Maria Pedro (2006, p. 271, nota n. 34) é um "movimento que luta pela promoção de valores individuais, pela igualdade entre homens e mulheres, e que reivindica leis que promovam essa igualdade completa.", alinhado com os ideais da FBPF mas com forte viés eugenista devido a formação acadêmica de Lily. Como fontes principais, foram utilizados dois discursos de Lily publicados pela Imprensa Oficial (Maceió) em 1932: seu discurso proferido na cerimônia de posse na Academia Guimarães Passos (setembro de 1931) e na sessão solene de fundação da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (13/05/1932). Além de uma publicação no Jornal de Alagoas, "Avante Mulheres" de 23 de março de 1933.

Palavras-chave: História de Alagoas; História das mulheres; Feminismo.

[97] Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Alagoas (UFAL). francine.franca@ichca.ufal.br

Mundos do trabalho e as blusas-verdes da Ação Integralista Brasileira (1935-1937)

Júlio Bueno Rosa Neto [98]

As três primeiras décadas do século XX ficaram grifadas na História do Brasil republicano como um período de intensas mudanças administrativas, econômicas, culturais, paisagísticas, no avanço de políticas estatais e dos direitos civis. Neste contexto, a condição das mulheres no Brasil sofreu significativas alterações ao conquistarem mais espaço de atuação política nos mundos do trabalho, a partir da criação ou maior participação das militantes, assalariadas ou autônomas, em coletivos e associações de classe, assim como na representação política, ainda que tímida, na democracia liberal com o acesso das mulheres ao direito, ainda que facultativo, de votarem e serem votadas sem restrições impostas no Código Eleitoral de 1932, com a promulgação da Constituição Federal de 1934. Levando em consideração o panorama geral apresentado, esta comunicação de pesquisa pretende abordar como a Ação Integralista Brasileira (AIB) mobilizou as suas militantes no espaço público, principalmente a partir do "Ano Verde" (1936) — considerado um momento de relevante expansão dos núcleos integralistas pelo País —, para a arregimentação do operariado e das camadas populares, visando o processo eleitoral previsto para 1938, por meio das atividades profissionais envoltas da reprodução social do trabalho e do cuidado. Ademais, irei tratar a respeito da atuação das blusas verdes nos órgãos sindicais internos da AIB, a maior organização latinoamericana de extrema direita do século passado, e das suas reivindicações trabalhistas enquanto mulheres pertencentes a classe trabalhadora. Para realizar a análise documental crítica desta comunicação de trabalho, irei utilizar a imprensa integralista, em especial o jornal de maior circulação e distribuição em âmbito nacional, A Offensiva, assim como outras fontes oficiais, deste partido político.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; Blusas-verdes; Mundos do Trabalho.

[98] Doutorando, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). bueno.julio@unifesp.br

O Movimento das Tradwives no Contexto de Ascensão das Direitas no Brasil

Maria Eduarda Finger [99]
Yasmin Vieira Favaron [100]

O movimento tradwife tem ganhado espaço nas redes sociais a partir da divulgação de conteúdos que valorizam uma concepção "tradicional" de feminilidade, fortemente caracterizada pela valorização da maternidade, do casamento, da dedicação ao lar e pela ideia do homem como provedor e autoridade familiar. Nesse sentido, a construção da figura da tradwife está diretamente relacionada à idealização de um passado no qual as mulheres são representadas de maneira associada à estética burguesa dos anos 1950, cuidando da casa, dos filhos e do marido, expondo uma feminilidade considerada desejável e que estaria sendo ameaçada pelas transformações sociais — geralmente associadas a conquistas dos campos progressistas. Esses discursos fazem mais do que recuperar um passado; eles realizam uma seleção e uma ressignificação de determinadas experiências históricas, apresentadas como um modelo para o presente. Ainda que não possa ser compreendido como um movimento heterogêneo, e que na maioria das vezes os conteúdos não apresentem inicialmente um caráter político explícito, os ideais mobilizados relacionam-se diretamente às concepções mobilizadas pelas direitas conservadoras. Sobretudo no que tange o ataque às pautas progressistas e a oposição a ideais associados aos movimentos feministas. No contexto brasileiro, esses discursos encontram espaço em um cenário de fortalecimento do conservadorismo e das direitas nos últimos anos, especialmente na esfera digital. A partir disso, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira o movimento tradwife mobiliza um passado idealizado dos papéis de gênero do século XX, e como isso está ligado ao crescimento do conservadorismo e ascensão das direitas contemporâneas? A pesquisa propõe, assim, por meio de estudo bibliográfico e da análise das mídias digitais, apresentar reflexões acerca dos usos do passado e sua relação política. Espera-se que essa investigação contribua para traçar um panorama do movimento tradwife no Brasil bem como para elucidar aspectos do papel das mulheres no contexto da escalada de um conservadorismo ligado à direita em ascensão.

Palavras-chave: Tradwife; Usos do Passado; Direitas.

[99] Mestranda em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista: CAPES. mariaeduardafinger19@gmail.com

[100] Mestranda em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista: CAPES. yafavaron@gmail.com

"Schema das theses a serem desenvolvidas pelas blusas-verdes em todos os núcleos do paíz":

as mulheres e a Ação Integralista Brasileira (1932-1937)

Gabriela Rodrigues de Almeida [101]

No interior da Ação Integralista Brasileira, considerado o movimento fascista mais bem sucedido fora da Europa (Pinto, 2021), as mulheres ocupavam um papel bem definido, marcado por uma concepção patriarcal que delimitava funções e expectativas para sua atuação. Embora participassem do movimento como oradoras, enfermeiras, professoras e militantes em diferentes frentes, o integralismo buscava conciliar essa presença no espaço público com a manutenção de um papel considerado "natural" no âmbito doméstico, reafirmando a centralidade da família e da maternidade na ordem social defendida pelo movimento (Simões; Gonçalves, 2012). A institucionalização dessa participação ocorreu em 1936, com a criação da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e de Plinianos (S.N.A.F.P.), responsável por organizar e mobilizar mulheres e jovens integralistas, especialmente no contexto da aproximação das eleições presidenciais de 1937 e da candidatura de Plínio Salgado, principal líder do movimento. Nesse cenário, a imprensa integralista e a atuação das blusas-verdes assumiram papel fundamental na difusão da doutrina e na mobilização de novos militantes (Oliveira, 2009). Surge, nesse contexto, o "Schema das theses a serem desenvolvidas", documento elaborado pela S.N.A.F.P. a fim de apresentar e discutir o papel da mulher no movimento e no Estado Integral. Portanto, o trabalho tem como objetivo analisar de que modo o "Schema das theses [...]" funcionou como instrumento de organização da militância feminina, evidenciando como tal militância se articulou à produção intelectual no interior da imprensa integralista. Metodologicamente, a pesquisa articula as contribuições da História Intelectual, mobilizando as noções de cultura política (Berstein, 1998), práticas e representações (Chartier, 1990) e gênero como categoria de análise (Scott, 1995), de modo a compreender e evidenciar que a atuação das blusas-verdes ultrapassava a simples reprodução da doutrina, constituindo-se também como uma forma de mediação intelectual e de (re)interpretação da doutrina integralista.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; mulheres fascistas; imprensa.

[101] Mestranda em História, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). gabriela.rdalmeida30@gmail.com

Thatcher e a reprodução social do thatcherismo:
um projeto de política, de economia e de gênero

Luís Henrique Fonseca Assumpção[102]

Esta proposta de comunicação tem como objeto o Thatcherismo, entendido como um conjunto estratégico ligado ao projeto político neoliberal de Margaret Thatcher no Reino Unido. O tema central é a reconfiguração do contrato de gênero promovida por esse projeto e a agência política das mulheres conservadoras na sua viabilização.

A pesquisa toma como ponto de partida a polêmica entre Stuart Hall e Bob Jessop. Stuart Hall, ao definir o conceito de "populismo autoritário", caracteriza o Thatcherismo como uma complexa articulação ideológica que cooptou o senso comum da classe trabalhadora, fundindo elementos moralistas e reacionários com a racionalidade neoliberal. Bob Jessop, por sua vez, aborda o fenômeno pela lente da economia política e da reestruturação do Estado. Ele foca na desarticulação de instituições coletivas, sindicatos e na priorização da competitividade internacional, consolidando o Estado como agente do mercado.

O conceito de thatcherismo ganha ainda novos contornos a partir das contribuições analíticas ligadas à dimensão da reprodução social e da agência feminina. Autoras como Beatrix Campbell e Laura Beers analisaram que o projeto neoliberal britânico demandou a transferência da provisão de bem-estar do Estado para a esfera privada, um movimento que dependeu diretamente da reativação de um contrato de gênero tradicionalista. Nesse sentido, nossa defesa é de que o Thatcherismo operou tanto como projeto ideológico (como argumenta Stuart Hall), como quanto projeto político (como argumentou Jessop), como quanto, ainda, um projeto de gênero. Isso se deu mediante a mobilização política de mulheres de direita, convertendo-as em sujeitos estratégicos para a austeridade a partir de imagens como a da "dona de casa prudente" – importante tanto para a justificativa da competência da gestão de Estado (comparada a das mulheres em seus lares) quanto para exclusão de opositoras femininas que escapavam ao ideal preconizado por Thatcher.

Em poucas palavras, portanto, o Thatcherismo é uma estratégia de mobilização de gênero, empregada por Margaret Thatcher, que imprime às mulheres um ideal. Tal estratégia foi operada pelo ativismo de mulheres de direita, que colocavam as "virtudes" das "mulheres do lar" como paradigma para a administração pública e para o combate aos opositores políticos.

A pesquisa ainda debate as marcas e os legados do Thatcherismo na ascensão de novas direitas no século XXI.

Palavras-chave: Thatcherismo; Mulheres de Direita; Reprodução Social.

[102] Mestrando, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista: CAPES. luisfahenrique@gmail.com

Militância feminina de direita:
a análise da participação das mulheres no Portugal do Estado Novo e da ditadura civil-militar brasileira

Lara Coletto[103]

A participação feminina é elemento revelador de uma série de práticas que antecedem os golpes e/ou contribuem na manutenção de regimes ditatoriais de longa duração como os casos do Portugal do Estado Novo e do Brasil da ditadura civil-militar. A ideia de crise do mundo cristão, elemento que compõe o conceito de cidadania por essas sociedades construído dará o aval à participação política feminina em uma dinâmica completamente diferente daquela advinda do estopim revolucionário, de base feminista. A tutela masculina como viabilizadora da inserção das esposas no ambiente público e a impossibilidade do uso do conceito de manipulação favorece o entendimento dos posicionamentos políticos das mulheres como produto da realidade por elas vivenciada. A postura cristã e conservadora norteia a prática política das personagens que lutam inclusive, para a manutenção dessa mesma estrutura social, projetando sua sobrevivência a longo prazo. Utilizando-se do repertório constituinte do ser mãe, com o dever de cuidar e educar, as senhoras conservadoras atuam politicamente apenas nessas duas instâncias, a assistencialista e a educacional. Ajustando o foco para mais distante dos dois objetos analisados, percebe-se que a análise desses casos possibilita a compreensão do papel feminino na elaboração, criação e legitimação de regimes de cunho autoritário, contrapondo a categoria de mulher de esquerda. Militante de um outro projeto de mundo, a mulher conservadora criará a sua versão de participação política, destinada a acentuar o discurso de que ser feminino é equivalente a pertencer ao ambiente privado. Contraditória ou não, foi chave importante para os regimes português e brasileiro.

Palavras-chave: mulheres de direita; ditadura civil-militar; Estado Novo português.

[103] Doutoranda em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista: CAPES. lara.coletto@edu.pucrs.br

Entre a passividade doméstica e o duro serviço da Pátria:
agência feminina na revista falangista Medina (1941-1945)

Gabriela Rocha [104]

Nossa análise se insere no campo historiográfico que examina as experiências e a agência de mulheres em regimes fascistas desenvolvido a partir dos anos 80. No presente trabalho, buscamos analisar a construção da identidade de "militantes" na revista Medina (1941-1945), editada pela Seção feminina (SF) da Falange Espanhola Tradicionalista (FET), partido único e movimento fascista na Espanha de Franco. Em vista da discussão acerca da agência, partimos dos problemas historiográficos identificados por Victoria Loree Enders. Segundo Enders (1998), ao longo dos anos, a historiografia privilegiou o estudo das mulheres de esquerda, resistentes ao regime franquista e "vencedoras" da restauração democrática, contribuindo para a consolidação da imagem das mulheres de direita como "submissas", "retrógradas" e "cúmplices" do regime. Contudo, argumentamos que, ao analisar as páginas de Medina (1941-1945), uma das revistas oficiais da SF, encontramos uma imagem distinta. Após a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), as mulheres da SF compreendiam suas experiências como heroicas e indispensáveis para a reconstrução nacional na medida em que transmitiam os valores da Nova Espanha e sacrificavam a tranquilidade doméstica nas atividades da FET. Por meio da análise da revista, demonstramos como as falangistas aproveitavam da mobilização das massas femininas para ultrapassar os limites normativos impostos pelo fascismo. Nesse sentido, as ambivalências das experiências das mulheres em regimes autoritários e movimentos fascistas nos propõem desafios analíticos, sobretudo na aplicação do conceito de "agência" para além de um sinônimo de "resistência" e, por conseguinte, na localização de possibilidades de reprodução consciente de normas sociais. Ademais, buscamos também identificar as formas de agência feminina no espaço doméstico, recusando a sua oposição à esfera política e a representação das donas de casa como atores políticos "parciais" ou "imperfeitos". Portanto, entre o retrato da passividade doméstica e a afirmação do duro serviço da Pátria, reside a formação da consciência política e da agência feminina falangista.

Palavras-chave: Agência; Falange Espanhola; Franquismo; Medina; Seção Feminina.

[104] Bacharel em História, Universidade de São Paulo (USP). gabriela25ro@usp.br

"Mulheres x Erika Hilton":
os ataques de uma deputada de direita à eleição de Erika Hilton (Cmulher, 2026)

Bruna Busnello[105]
Luiza Waulczinski[106]

Em 11 de março de 2026, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) foi eleita a primeira mulher trans a presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados do Brasil. A posse da presidenta foi legítima, mas provocou diversas reações da oposição, por não ser uma mulher cisgênero. Aqui, entendemos que o gênero não é essencialmente biológico, mas sim, resultado de construções sociais e culturais (Nascimento, 2023). As críticas emergiram de diversas formas: nas reuniões da comissão com deputadas interrompendo-a sucessivamente; em publicações nas redes sociais e até mesmo na mídia televisiva. Neste artigo, destacamos os ataques realizados nas publicações do Instagram de Julia Zanatta (PL), deputada federal eleita por Santa Catarina. Especificamente, analisamos três publicações das semanas em que ocorreu a eleição. A estratégia da deputada de direita, ao usar o Instagram como palco para o debate público, com uma quantidade notável de seguidores/as, tal como, com uma boa interação entre os conteúdos postados, curtidas e comentários, movimenta e alimenta o discurso neoconservador, alinhado a moralidade e à defesa da família e das crianças, pautas enriquecedoras da extrema direita brasileira. A violência e a misoginia se conectam a esses discursos quando deslegitimam e não reconhecem a autoafirmação de Erika Hilton como mulher. Para além disso, como contrapartida, observamos também a forma como Erika Hilton resistiu a essas críticas, em duas publicações feitas em sua rede social. Nossa metodologia compreende as redes sociais digitais como fontes históricas, portanto, realizamos as mesmas perguntas que faríamos à quaisquer outras fontes: quem, o que, quando, onde e por quê? (Maynard, 2022). Como resultados prévios, notamos que as violências contra Erika assumiram um duplo caráter: violência política de gênero e violência digital (Bacci, 2025). Além disso, as publicações são carregadas de um teor misógino e transfóbico e colocam a categoria de "mulher" em disputa, representando a face da direita contemporânea. Não obstante, percebemos que as redes sociais também podem ser úteis como um lugar de práticas de resistência.

Palavras-chave: mulheres na política; misoginia; Instagram; violência política de gênero.

[105] Doutoranda em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). bruna.busnello16@gmail.com

[106] Doutoranda em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). luizaraquelw@hotmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 10

St10 IMAGEM E IMPRENSA:
Atos políticos, cultura visual e intencionalidade

COORDENADO POR


Gustavo Elian Siqueira Montes


Thaissa Lima Duarte

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

IMAGEM E IMPRENSA:

atos políticos, cultura visual e intencionalidade

7 E 9 DE OUTUBRO, DAS 14H ÀS 18H

GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Gustavo Elian Siqueira Montes
Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduado e Pesquisador em Comunicação Social. contato@gustavoelian.com

Thaissa Emanuelle Lima Duarte
Mestranda e Graduada em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
thaissaemanuellys2@hotmail.com

SESSÃO 1

7 de outubro, das 14h às 18h · Eixo: Estado, autoritarismos e Guerra Fria: a imprensa como campo de poder

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	"E ao público letrado, nós o saudamos": a atuação de um médico negro no O Musaico na Província da Bahia, 1840-1850	14h10
2	Enquadramentos do poder: a circularidade da fotografia e a construção do imaginário republicano na imprensa partidária gaúcha (1914-1918)	14h25
3	Cultura visual e performatividade política: a Campanha Civilista de Rui Barbosa debatida e ilustrada pela imprensa carioca, em 1910	14h40
4	Integralismo e a fabricação do passado: memória, esquecimento e temporalidade entre O Legionário e o site da Frente Integralista Brasileira (FIB)	14h55
5	O mito político Barbarossa nas páginas do jornal satírico berlinense Kladderadatsch	15h10
6	O testemunho gráfico-narrativo da construção do inimigo "anti-Espanha": a guerra contra os "los eternos disidentes, a los rencorosos, a los egoístas"	15h25
7	Repercussões da Revolução Chinesa no Brasil: as interpretações no Partido Comunista do Brasil (PCB) a partir do jornal Voz Operária (1949-1950)	15h40
8	Manchetes de papel, porões de sangue: a fabricação do consenso no Clarín e as contra-narrativas do Le Monde e do COBA na Copa de 78 e na Ditadura Argentina	15h55
9	Casa, cidadania e Estado: o Conjunto Habitacional de Realengo nas representações da imprensa	16h10
10	O Nanico: imprensa alternativa no Pará durante a Ditadura Militar	16h25
11	Sociedade civil, hegemonia e poder simbólico: uma análise da revista Manchete (1960-1985)	16h40
12	Qualificar para transformar: a imprensa oitocentista e os saberes sobre o espaço no Norte de Minas Gerais (1884-1894)	16h55

SESSÃO 2

9 de outubro, das 14h às 18h · Eixo: Corpo, gênero, colonialidade e cultura visual: a imprensa entre margens e presente

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Sob o olhar da lei e da imprensa: a regulação social das viúvas no Brasil oitocentista	14h10
2	Impressões de feminilidade: a memória gráfica na Revista Flor de Liz (1926-1927)	14h25
3	Feminilidades políticas: primeiro-damismo e a produção de regimes de verdade na imprensa brasileira (1985-2024)	14h40
4	A imprensa lésbica portuguesa e o resgate da memória: a revista Lilás e a leitura da escritora brasileira Cassandra Rios sob a ditadura salazarista	14h55
5	Representações políticas na revista Veja durante o governo de Dilma Rousseff	15h10
6	Quando a imprensa define a magia: discurso, criminalização e disputas pelos saberes de cura no Rio de Janeiro (1890-1942)	15h25
7	Imagética da miséria e lusotropicalismo: homologias discursivas nas representações do Nordeste e da África no Diário de Pernambuco (1960-1964)	15h40
8	"Coque não muda: fome, crime e promiscuidade. Mas continua divertido": a construção de imaginários urbanos na imprensa do Diário de Pernambuco (1976)	15h55
9	Imprensa no Mandato Britânico da Palestina: o caso do The Palestine Post nos anos 1930	16h10
10	Promessas de progresso nas páginas da imprensa: representações políticas sobre a CEPALMA nas décadas de 1960 e 1970	16h25
11	Representações do cotidiano infantil no álbum Historia Gráfica de la Revolución Mexicana	16h40
12	Quando a imprensa escreveu a vitória: capas de revistas e a construção da imagem de Ronald Reagan em 1981	16h55
13	Delação e representação em perspectiva: historicizando construtos visuais e linguísticos em fotografias de guerra a partir de Mohammed Salem (2023)	17h10
14	Da fita cassete ao algoritmo: imagem, imprensa e soberania narrativa na história do midiativismo indígena no Brasil (1970-2025)	17h25
15	"A guerra teve um sentido": a apropriação política da vitória sobre o nazi-fascismo no Tribuna Popular (1945)	17h40

Performances semióticas na imprensa:
signos intencionados pela Gazeta de Notícias na transição do império à república (1888-1890)

Gustavo Elian Siqueira Montes [107]

Esta comunicação apresenta resultados de uma pesquisa que investiga como a Gazeta de Notícias, periódico fundado no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1875 por Ferreira de Araújo, mobilizou recursos discursivos e visuais para significar a transição do Império à República (1888-1890). Parte-se da compreensão da imprensa não como espelho neutro dos acontecimentos, mas como agente histórico e espaço de representação do real, conforme propõe Maria Helena Capelato (1988), em diálogo com De Luca (2005) e Cruz e Peixoto (2007), que atribuem ao periódico oitocentista o estatuto de linguagem e prática social constitutivas do próprio tecido histórico. Consolidada como o principal veículo da imprensa popular de massa no Brasil, ao romper com o modelo de assinaturas aristocráticas e abrigar em suas páginas nomes como Machado de Assis, José do Patrocínio e Raul Pompéia, a Gazeta de Notícias constitui corpus documental privilegiado para observar como a linguagem impressa operou escolhas editoriais intencionais diante de dois acontecimentos fundantes da história política brasileira: a abolição da escravidão e a proclamação da República. A pesquisa reuniu 1.062 exemplares do periódico, referentes aos anos de 1888 a 1890, consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, sobre os quais se aplicará dupla metodologia: um levantamento quantitativo das inserções e colunas de conteúdo republicano e imperial nas capas do jornal, e uma análise semiótica de matriz peirceana (ícone, índice e símbolo) das imagens veiculadas ao longo de 1889, ano de maior densidade imagética do periódico. Busca-se, com isso, evidenciar de que forma a Gazeta de Notícias, entre a defesa velada de interesses e a pretensão de imparcialidade noticiosa, produziu performances semióticas que intencionavam e disputavam os sentidos da transição política em curso.

Palavras-chave: Gazeta de Notícias; Imprensa oitocentista; Semiótica; Transição Império-República.

[107] Coordenador do ST10. Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduado e Pesquisador em Comunicação Social. contato@gustavoelian.com

O Enquadramento do Flagelo:
Cidade e Memória no Gazeta do Norte (1939-1944)

Thaissa Emanuelle Lima Duarte [108]

Esta comunicação tem como objetivo dialogar com a comunidade acadêmica a respeito do andamento da pesquisa de mestrado, sobretudo no que tange à metodologia de análise de Imprensa e de sua utilização como objeto de pesquisa. Nesse sentido, a dissertação busca analisar o posicionamento e os recursos discursivos mobilizados pelo jornal Gazeta do Norte (1939-1944) acerca dos sujeitos migrantes marginalizados retidos na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Desde a consolidação do município como "ponta de trilho" da Estrada de Ferro Central do Brasil, a cidade se transformara para atender uma modernização progressista, pensada pelas elites montesclarenses e reverberada pela Imprensa. No contexto do Estado Novo varguista, a atuação da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes (ITM) transformou Montes Claros em um ponto estratégico de triagem e controle da mobilidade nacional nordeste-sudeste. Diante do retido fluxo de trabalhadores recusados nas inspeções sanitárias, a imprensa local, enquanto espaço de construção de memórias e porta-voz dos interesses da elite política e econômica, construiu e veiculou termos estigmatizantes como "flagelados", "retirantes" e "problema". Fundamentando-se nos aportes teóricos sobre memória e cidade (Michel Pollak, Pierre Nora, Déa Fenelon), a pesquisa aborda o periódico não como mero repositório de dados factuais, mas como prática social e força ativa na disputa pela memória urbana. Investiga-se como a linguagem jornalística operou um trabalho de enquadramento de memória que contrapôs a construção de um ideal de cidade moderna, sanada e progressista à marginalização simbólica e social dos sujeitos migrantes.

Palavras-chave: Cidade, Gazeta do Norte, Memória, Montes Claros.

[108] Coordenadora do ST10. Mestranda e Graduada em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). thaissaemanuellys2@hotmail.com

"E ao público letrado, nós o saudamos":
a atuação de um médico negro no O Musaico na Província da Bahia, 1840-1850

Bento Chastinet [109]

Neste trabalho, analisaremos a atuação do médico negro e professor, o Doutor Malaquias Álvares dos Santos, no periódico O Musaico, na Província da Bahia, entre os anos de 1840 e 1850. O Diretor Malaquias, além da organização do periódico, escreveu artigos e romances em formato de folhetim, fez traduções e compartilhou o trabalho no jornalismo com seu irmão, o então estudante de medicina Luís Álvares, e outros homens formados na Faculdade de Medicina da Bahia, onde também foi estudante e depois se tornaria professor da cadeira de Medicina Legal. Para tanto, a partir dos pressupostos teóricos da História Social e das contribuições da Micro-História, além de perscrutarmos sua atuação na arena pública oitocentista, problematizaremos também a inserção de homens negros no mundo branco das letras, seja através da escrita e publicação de notícias nas folhas baianas, seja por meio de suas próprias produções literárias. Em seguida, percorreremos as disputas e querelas entre os articulistas na imprensa baiana e alhures – das quais o Doutor Malaquias Álvares dos Santos fazia parte – e que estavam na ordem do dia e no bico das penas, manifestando-se na publicação das folhas. Portanto, por meio da documentação hemerográfica disponibilizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e de outros documentos coadjuvantes, como inventários post-mortem, testamentos, dicionários e obras literárias, analisaremos a relação deste médico negro em particular com o mundo branco letrado, à luz das redes de sociabilidades – como a imprensa e a Sociedade Instrutiva – nas quais agia.

Palavras-chave: Faculdade de Medicina da Bahia Imprensa oitocentista; Médicos negros.

[109] Doutorando em História Social, PPGH/Universidade Federal da Bahia (UFBA). chastinet.a@gmail.com

Enquadramentos do poder:
a circularidade da fotografia e a construção do imaginário republicano na imprensa partidária gaúcha (1914-1918)

Samuel Sias Teixeira Furtado[110]

O Brasil, no início do século XX, atravessava um período de busca por identidade após a queda da Monarquia, enquanto as lideranças republicanas empenhavam-se na consolidação de um imaginário social fundamentado nos ideais positivistas e nos valores do novo regime. Para isso, os jornais partidários A Federação, de Porto Alegre, e Diário Popular, de Pelotas, se aproveitaram da crescente popularização da fotografia como um instrumento de difusão de uma identidade alinhada aos ideais republicanos de progresso e modernidade. A presente comunicação propõe apresentar um recorte de como essas narrativas visuais foram produzidas entre 1914 e 1918, buscando compreender de que forma as fotografias publicadas por esses periódicos contribuíram para a construção do imaginário republicano no Rio Grande do Sul. Esse projeto político foi concebido especialmente a partir do olhar de uma elite masculina, branca e militar que possuía influência econômica e política suficiente para controlar importantes meios de informação da região e, por meio deles, promover determinadas representações da realidade social e política por meio da cultura visual. A partir dessa proposta, a comunicação se desenvolve por meio da comparação entre a forma como os dois jornais construíram suas narrativas imagéticas. Embora apresentassem singularidades na organização de suas páginas, na seleção de conteúdo e na elaboração de seus discursos, ambos compartilhavam o objetivo de fortalecer uma identidade republicana sob o prisma da ordem, do progresso e da modernização, fato evidenciado pela presença notável de uma circularidade das mesmas imagens fotográficas entre os dois impressos ao longo do período analisado. Paralelamente, torna-se necessário questionar a reduzida presença das camadas populares e, especialmente, da população negra nas primeiras fotografias publicadas pelos periódicos. Inseridos em um projeto de modernização marcado por referências eurocêntricas, esses grupos sociais foram frequentemente excluídos das representações visuais que buscavam definir a imagem da República e das próprias cidades. Dessa forma, a comunicação procura refletir sobre como a fotografia atuou simultaneamente na legitimação de lideranças republicanas e na construção de uma memória visual que privilegiou as elites políticas e relegou outros grupos sociais à invisibilidade.

Palavras-chave: Fotografia; Imprensa Partidária; Imaginário Republicano; Cultura Visual;

[110] Mestrando, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). samuelsiast7@gmail.com

Cultura visual e performatividade política:
a Campanha Civilista de Rui Barbosa debatida e ilustrada pela imprensa carioca, em 1910

Mariana Freitas de Andrade[111]

Este trabalho analisa o papel da imprensa ilustrada e do humor gráfico na construção de imaginários políticos durante a Campanha Civilista de Rui Barbosa à presidência da República, em 1910. Em uma conjuntura marcada pela acentuada polarização, a imprensa brasileira assumiu posição central na formação do debate público, dividindo-se entre defensores e opositores da candidatura de Barbosa e convertendo jornais e revistas em espaços privilegiados de confronto ideológico. A articulação entre texto, imagem e escolhas editoriais contribuiu para a construção de determinadas leituras sobre a conjuntura eleitoral e a intensificação do debate político na sociedade. Entre as estratégias discursivas mobilizadas, o humor gráfico destacou-se por sua capacidade de condensar narrativas, ridicularizar adversários e interpelar a opinião pública por meio de recursos visuais de forte apelo simbólico. Com base na análise de charges veiculadas nos principais periódicos do Rio de Janeiro, então capital federal, buscamos compreender de que modo essas representações articularam cultura visual, linguagem satírica e performatividade política, projetando expectativas e tensões que moldaram parte da experiência política do período.

Palavras-chave: Imprensa; Humor gráfico; Rui Barbosa; Campanha Civilista; Primeira República.

[111] Doutoranda, PPGHIS /Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista: CAPES. m.andrade@ufrj.br

Integralismo e a fabricação do passado:
memória, esquecimento e temporalidade entre O Legionário e o site da Frente Integralista Brasileira (FIB)

Thalysson de Sousa Rodrigues[112]

A Ação Integralista Brasileira utilizou amplamente a imprensa como instrumento de difusão de seu projeto político e de construção de uma identidade nacional pautada em valores autoritários, nacionalistas e ultracatólicos. No Ceará, durante a década de 1930, o jornal O Legionário destacou-se como importante veículo de circulação dessas ideias, difundindo críticas ao comunismo, ao liberalismo e a outros grupos considerados adversários do movimento. Atualmente, o site da Frente Integralista Brasileira (FIB) constitui um espaço contemporâneo de produção de memória sobre o integralismo, elaborando uma determinada narrativa sobre o passado do movimento a partir de memórias e interpretações coletivas. Nesse contexto, tanto o periódico quanto o site podem ser compreendidos não apenas como meios de informação, mas como espaços de produção discursiva, nos quais conceitos, memórias, esquecimentos e interpretações do passado são mobilizados para legitimar determinadas leituras da realidade. Este trabalho tem como objetivo investigar de que maneira O Legionário e a FIB operacionalizam conceitos e memórias na construção de narrativas sobre o passado integralista, observando como determinadas lembranças são apresentadas como fatos, história ou verdades sobre o movimento. Parte-se da compreensão de que a memória não corresponde ao fato histórico em si, tampouco se confunde com a prática historiográfica, uma vez que é seletiva e atravessada por experiências e relações de poder. A análise fundamenta-se nas contribuições de Michel Foucault, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, François Hartog, Isabella Cortada, Paul Ricoeur e Michel de Certeau, compreendendo o discurso, a memória e as formas de escrita do passado como práticas inseridas em disputas pela produção da verdade e pela atribuição de sentidos ao tempo histórico. A metodologia consiste em uma abordagem documental de O Legionário, articulada à etnografia digital do site da FIB. Como resultados esperados, pretende-se demonstrar que O Legionário e o site da FIB contribuiu para a disseminação de valores conservadores e ultracatólicos e para a construção de imaginários sociais marcados pela oposição ao comunismo e ao liberalismo, ressignificando essas memórias no presente, produzindo narrativas que reivindicam autoridade sobre o passado integralista, vendendo estas como verdade ou com rigor da verdade.

Palavras-chave: Autoritarismo; Integralismo; Anticomunismo.

[112] Mestrando, PPGHCE/Universidade Estadual do Ceará (UECE). thalyssonhist@gmail.com

O mito político Barbarossa nas páginas do jornal satírico berlinense Kladderadatsch

Guilherme dos Santos Lysakowski[113]

O esfacelamento do Sacro Império Romano, em 1806, marcou o fim de uma estrutura política que, durante séculos, havia conferido certa unidade aos territórios germânicos. Somado à fragmentação territorial e às derrotas diante de Napoleão, esse processo contribuiu para tornar a ausência de uma unidade política uma questão cada vez mais presente no pensamento alemão. Nas primeiras décadas do século XIX, contudo, a constituição de um Estado-nação na Europa Central ainda se encontrava distante no horizonte político. Ao longo desse século, a ideia de uma unidade alemã ganhou novos contornos, articulando-se à formação de um nacionalismo político interessado não apenas na unificação territorial, mas também na elaboração de um imaginário nacional capaz de conferir coerência simbólica e sentimento de pertencimento a uma comunidade ainda politicamente fragmentada. É nesse processo que os mitos políticos floresceram como instrumentos de criação, difusão e manutenção da identidade nacional. Após décadas de disputas e transformações políticas, esse percurso culminou, em 18 de janeiro de 1871, na consolidação do Império Alemão, materializando institucionalmente um projeto de unidade progressivamente elaborado ao longo do século XIX. Para a construção desse imaginário nacional, um amplo conjunto de personagens históricos foi mobilizado e operacionalizado como mitos políticos. Entre eles, destaca-se Frederico I Barbarossa, imperador medieval cuja figura foi utilizada politicamente, sobretudo em sua vinculação à Casa de Hohenzollern e, consequentemente, à Prússia. Barbarossa ocupou lugar central nessa constelação mitológica, sendo representado em diferentes suportes, de monumentos e pinturas a canções, poemas, palácios e contos. Sua instrumentalização como mito político apoiava-se, sobretudo, nas narrativas lendárias que associavam seu retorno à recuperação de uma era de prosperidade e grandeza. Nesta comunicação, detenho-me em sua operacionalização no jornal satírico berlinense Kladderadatsch, a partir da análise de uma charge publicada em 25 de julho de 1871, poucos meses após a unificação alemã. Para tanto, utilizarei o método documentário de análise de imagens.

Palavras-chave: Mitos Políticos, Nacionalismo, Barbarossa.

[113] Graduado em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). guilherme.santos.lysakoswki.10@gmail.com

O testemunho gráfico-narrativo da construção do inimigo "anti-Espanha":
a guerra contra os "los eternos disidentes, a los rencorosos, a los egoístas"

Gladyson Paulo Oliveira da Silva [114]

Essa pesquisa visa analisar a participação das Histórias em Quadrinhos como registro de memória da construção do inimigo público da Espanha durante a ditadura franquista. Reconhecendo o quadrinho como uma cultura visual que serve como rastro ontológico do trauma vivenciado por uma sociedade, essa apresentação defende que esse index testemunhou a construção falangista dos rojos enquanto inimigos "anti-espanha". Dessa forma, busca-se entender a atuação dos historietistas como uma rede que se utiliza das HQs para reivindicar pautas sociais e registrar suas memórias traumáticas, se interligando por uma espécie de vocabulário traumático com as gerações que se sucedem à Ditadura Franquista. Assim, objetiva-se compreender a produção quadrinística espanhola enquanto um campo de relações visuais no qual imagens se entrelaçam e se reconfiguram, formando uma espécie de intertexto que representa e intervém socialmente ao produzir um fio que se conecta e evoca outras imagens de denúncia. Metodologicamente, aproprio-me dos conceitos de intericonicidade do autor francês Jean-Jacques Courtine (2013) e do conceito de "malha", originalmente forjado por Tim Ingold (2015), a fim de mapear o "eco" ressoado entre as páginas dos quadrinhos que registram a perseguição falangista através das políticas de um Estado de Guerra Total. As páginas registram como a vigilância era estruturada através do policiamento, mas também por meio da colaboração social. Como corpus, será analisado recortes das obras: Barrio (2013) e España, Una, Grande y Libre (2004), do quadrinista Carlos Giménez.

Palavras-chave: HQs; Franquismo; Trauma.

[114] Mestrando, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista: CAPES/CNPq. gladyson.paulo@ufpe.br

Repercussões da Revolução Chinesa no Brasil:
as interpretações no Partido Comunista do Brasil (PCB) a partir do jornal Voz Operária (1949-1950)

Fernanda de Sousa Nascimento[115]

Durante o período de Guerra Fria, a disputa entre os polos capitalista e socialista exerceu grande influência política e econômica no mundo. Os Estados Unidos e a União soviética apoiaram grupos aliados em outros países, como na China e Brasil. A Revolução Chinesa foi um movimento político, social e cultural de caráter socialista que, com apoio da URSS, venceu a guerra civil contra os nacionalistas apoiados pelos EUA, inaugurando a República Popular da China em 1949. Inspirados pela Revolução Russa de 1917, os comunistas brasileiros tinham criado em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB), a fim de concretizar a revolução brasileira. A partir de 1949, o jornal Voz Operária se torna o veículo oficial de imprensa do PCB, onde se pode encontrar notícias e matérias das lutas socialistas mundo afora. Uma luta que ganha destaque na Voz Operária é a Revolução Chinesa, que aparece desde a primeira edição do jornal. Este artigo busca investigar qual era a interpretação desse periódico sobre a Revolução na China. A pesquisa, de abordagem qualitativa, analisou 57 edições do jornal, nas quais foram identificadas 216 menções à Revolução Chinesa e sua repercussão na política internacional e nacional. O estudo identificou que o tema da Revolução Chinesa ganhou projeção no jornal de forma gradual. Nas primeiras edições, eram dedicadas poucas linhas de texto aos acontecimentos ocorridos na China. Mas, a partir do avanço dos exércitos comunistas chineses e, principalmente, após a vitória da Revolução, a direção do jornal dedicaria mais espaço ao movimento chinês. Num primeiro momento, o jornal traduz os discursos dos líderes soviéticos – e de outros partidos comunistas – que mencionavam a China. Com o avanço da Revolução os jornalistas e intelectuais brasileiros escrevem análises próprias da conjuntura chinesa. O maior grau de autonomia do Voz Operária em relação ao tema se dá quando essa análise é vinculada à conjuntura brasileira.

Palavras-chave: Revolução Chinesa; Partido Comunista do Brasil; Voz Operária.

[115] Graduanda, Universidade Estadual de Roraima (UERR). fernanda.nascimento@alunos.uerr.edu.br

Manchetes de papel, porões de sangue:
a fabricação do consenso no Clarín e as contra-narrativas do Le Monde e do COBA na Copa de 78 e na Ditadura Argentina

Renata Lorencette Cavalcanti[116]

O presente trabalho analisa as disputas de narrativa e memória sobre a Copa do Mundo de 1978 na ditadura civil-militar argentina (1976-1983), sob a perspectiva da História Cultural e da imprensa como agente mediador (Luca, 2008). O foco reside no embate transnacional entre a imprensa argentina e a francesa. No plano interno, a ditadura impôs um discurso monolítico, assimilado por veículos cúmplices como Clarín, La Nación e La Razón, beneficiados em 1978 pelo monopólio estatal da Papel Prensa (Franco, 2002). O Clarín agiu como "notável da memória" (Tedesco, 2011), operando o enquadramento da "campanha pró-argentina" para rebater denúncias externas de direitos humanos. Teoricamente amparado pelo conceito de "gestão das paixões políticas" de Pierre Ansart (2019) e do futebol como "campo afetivo da história" (Ribeiro, 2004), o estudo investiga como o esporte mais popular da região foi instrumentalizado pelo regime como uma tecnologia de sportswashing e soft power (Nye, 2004) para projetar uma imagem de paz, ordem e progresso nacional. Nesse cenário, o Clarín utilizou suas primeiras páginas como vitrines para desqualificar as denúncias internacionais de violações de direitos humanos sob o rótulo de "campanha antiargentina" (Franco, 2002). O jornal adotou ativamente o vocabulário militar da "luta antisubversiva", silenciando a violência de Estado e forjando um consenso social amparado também por interesses econômicos oligárquicos, como a obtenção monopólica da empresa Papel Prensa (Franco, 2002; Iturralde, 2012). Em oposição a esse enquadramento institucional, o Le Monde e a militância transnacional do COBA, sediada em Paris, romperam o bloqueio informativo ao oferecerem uma "escuta social" ao trauma das vítimas (Napolitano, 2026). A partir do manifesto inaugural do escritor Marek Halter no Le Monde (Halter, 1977), e sob a liderança de François Gèze, o COBA mobilizou intelectuais, sindicatos e artistas franceses por meio de uma vigorosa propaganda contracultural (Tran, 2018). Com o lema "Não se joga futebol entre campos de concentração" (COBA, 1978), o comitê utilizou cartazes, panfletos satíricos e canções para denunciar que, a poucos metros das comemorações no Estádio Monumental, operava o centro clandestino da ESMA. O trabalho analisa, assim, a atuação dos jornais tanto como meio de autopromoção do governo ditatorial quanto como promotor de ideais e denúncias da oposição transnacional.

Palavras-chave: Futebol; Imprensa; Ditadura Militar; Argentina.

[116] Mestranda, PPGHIS/Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista: CAPES renata.lorencette.c@gmail.com

Casa, cidadania e Estado:
o Conjunto Habitacional de Realengo nas representações da imprensa

Júlia Alves da Silva Malheiros[117]

O objetivo deste trabalho é analisar as propagandas do Conjunto Habitacional de Realengo, empreendimento habitacional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), elaboradas pelo Estado e divulgadas na imprensa, buscando compreender como o acesso à moradia e as características do modelo residencial eram representados por meio de sua linguagem visual e verbal. Nesse sentido, pretende-se investigar como as representações construídas acerca da casa operária articulavam elementos como conforto, higiene, organização e modernidade à construção de um modelo de moradia destinado aos trabalhadores, que, por sua vez, poderia ser considerado ideal. Busca-se, ainda, compreender de que forma o acesso à moradia se relacionava às políticas de proteção social do Estado e às concepções de cidadania construídas durante o período, a partir de propagandas que buscavam atrair os possíveis candidatos da categoria dos industriários.

Palavras-chave: Moradia proletária; Estado Novo; Conjunto Habitacional de Realengo; IAPI; Imprensa.

[117] Mestranda em História Política, PPGH/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). juliaalves284@gmail.com

O Nanico:
imprensa alternativa no Pará durante a Ditadura Militar

Wanessa Silva de Oliveira [118]
Leopoldo Nogueira Santana Júnior [119]

Esse resumo visa investigar O Nanico como fonte histórica da imprensa alternativa paraense, com ênfase na sua materialidade, conteúdo e atuação sociopolítica. Publicado entre maio de 1979 e maio de 1981, o periódico teve nove fascículos produzidos por estudantes e jornalistas vinculados ao curso de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Inserido no contexto da imprensa alternativa, O Nanico surgiu com o propósito de atuar simultaneamente como instrumento de formação profissional e veículo de resistência às limitações impostas à imprensa durante o regime militar. Ao longo de sua trajetória, abordou temas relacionados à luta estudantil, aos conflitos sociais, às desigualdades regionais, à violência estatal e às condições de vida das populações amazônicas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa histórica de abordagem qualitativa e fundamenta-se na análise documental dos nove fascículos publicados entre 1979 e 1981. Autores como Barros (2023) e Ferreira (2015) são fundamentais para discutir o jornal como fonte histórica e a censura no Pará. Os resultados evidenciam que O Nanico consolidou como espaço de circulação de informações, críticas sociais e debates políticos que frequentemente encontravam pouco espaço nos meios de comunicação convencionais. Conclui-se que esse jornal ultrapassou a função de "jornal-laboratório" universitário, constituindo-se como importante instrumento de resistência política e produção de discursos críticos durante a ditadura militar.

Palavras-chave: O Nanico; Jornal Alternativo; Pará.

[118] Mestranda, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Bolsista: CAPES. profa.wanessa.oliveira@gmail.com

[119] Doutorando, Universidade do Estado do Pará (UEPA). leopoldojrprof@gmail.com

Sociedade civil, hegemonia e poder simbólico:
uma análise da revista Manchete (1960-1985)

Sady Simões Ribeiro [120]
Gabriela Braga Bernardes [121]

Este trabalho analisa a sociedade civil como espaço de produção, disputa e reprodução do poder político, questionando a separação rígida entre Estado e sociedade civil. Parte-se da crítica à concepção liberal que entende a sociedade civil como esfera predominantemente privada e autônoma, destacando-se, em contrapartida, seu papel na produção de conflitos, consensos e formas de legitimação social.

A pesquisa estabelece um diálogo entre Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu, cujas perspectivas permitem compreender o poder para além de suas dimensões econômicas e institucionais. Enquanto Gramsci enfatiza os mecanismos de hegemonia e a construção do consenso na sociedade civil, Bourdieu evidencia a atuação do poder simbólico na definição do que adquire visibilidade, legitimidade e reconhecimento social. A partir dessas contribuições, investiga-se o papel da imprensa e da comunicação de massa na produção e reprodução das relações de poder.

Nesse sentido, a revista Manchete, fundada em 1952 pelo grupo Bloch, constitui o objeto empírico da análise. Sua ampla circulação, linguagem acessível e forte investimento no fotojornalismo permitem observar como a imprensa participa da construção de representações sobre acontecimentos políticos. Inserida no mercado editorial e submetida às condições da Ditadura Militar brasileira, especialmente às restrições impostas pela censura após o AI-5, a publicação não será compreendida como veículo neutro de informação, mas como agente envolvido na produção de sentidos e na disputa por narrativas.

A análise busca demonstrar que a imprensa participa simultaneamente da construção da hegemonia e da circulação do poder simbólico, influenciando a percepção social dos acontecimentos e delimitando os temas e representações considerados legítimos. Assim, o estudo da Manchete a partir de Gramsci e Bourdieu contribui para compreender a complexidade das relações entre Estado, sociedade civil, imprensa, interesses econômicos e produção cultural, evidenciando os limites de uma oposição rígida entre as esferas pública e privada.

Palavras-chave: Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, Imprensa, Revista Manchete, Ditadura

[120] Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). sadysr@hotmail.com

[121] Graduanda em Direito, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). gabibraga2308@gmail.com

Qualificar para transformar:
a imprensa oitocentista e os saberes sobre o espaço no Norte de Minas Gerais (1884-1894)

Fabiano Cordeiro César [122]

Este trabalho analisa como a imprensa oitocentista produziu saberes sobre o espaço sertanejo no Norte de Minas Gerais, particularmente acerca da agricultura e dos costumes, entre 1884 e 1894. Tem como fontes os periódicos Correio do Norte (1884–1891) e Montes Claros (1893–1894). A hipótese central é que esses jornais atuaram como dispositivos de qualificação simbólica do território, elaborando uma gramática discursiva que associava o "progresso" à modernização agrícola, à racionalização do trabalho e ao refinamento dos comportamentos. Nesse processo, a linguagem da civilização, mobilizada nas páginas dos periódicos, operava como tecnologia de poder sobre corpos e territórios, estabelecendo fronteiras entre o que era considerado "bruto" e aquilo que se pretendia "moderno". Para tanto, utiliza-se a análise do discurso como procedimento metodológico, partindo da premissa de que a linguagem impressa não apenas descreve o mundo, mas também participa de sua ordenação simbólica e prática. Busca-se compreender como os periódicos classificaram práticas, sujeitos e espaços, atribuindo diferentes valores às formas de cultivo, às relações de trabalho e aos costumes sertanejos. No Norte de Minas Gerais, os jornais constituíram espaços de produção e circulação de discursos sobre o território, seus sujeitos e suas possibilidades de futuro. Mais do que veículos de informação, atuaram como mediadores simbólicos, formulando projetos para a região, nomeando práticas sociais e legitimando modos específicos de viver, cultivar e governar. Dessa forma, a análise pretende evidenciar a dimensão política da imprensa na construção de representações sobre o sertão e na definição de projetos de transformação do espaço norte-mineiro no final do século XIX.

Palavras-chave: Imprensa oitocentista; Norte de Minas Gerais; Discurso; Território; Relações de poder. .

[122] Mestre em História Social, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista: FAPEMIG. fabianord.cesar@gmail.com

Sob o olhar da lei e da imprensa:
a regulação social das viúvas no Brasil oitocentista

Ana Luzia Pereira Martins[123]

A viuvez feminina no Brasil do Segundo Reinado transcendeu a esfera privada, constituindo-se como um rito de luto vigiado e politizado. Essa condição (uma das identidades mais longevas do processo civilizatório) era cercada por um moralismo de forte poder simbólico sobre as mulheres (Possas, 2019, p. 724), que determinava regras rígidas de conduta, vestimenta e expressão. Tal controle fundamentava-se em um acordo social disseminado por jornais, revistas, manuais de etiqueta e almanaques, tornando o século XIX o período mais severo quanto às normatizações do enlutamento (Schmitt, 2017; 2009). Enquanto o luto masculino mantinha-se flexível, o feminino submetia-se a rígidas normas morais e jurídicas que transformavam a perda em espetáculo de controle social. Nesse sentido, esta comunicação tem como objetivo analisar a viuvez e as manifestações de luto atribuídas às mulheres durante o reinado de D. Pedro II. A partir de impressos circulantes no Rio de Janeiro, de legislações de controle e de representações iconográficas e textuais, amparados pela História Social e História Política, investiga-se como a imprensa oitocentista regulou a imagem pública das viúvas, instrumentalizando o luto para reforçar a tutela patriarcal e a ordem do Estado. Consideramos o tema da pesquisa proposto relevante, pois as mulheres viúvas praticamente sempre estiveram ausentes dos estudos e pesquisas científicas, inclusive as de tendências feministas (Motta, 2005, p. 7). Além disso, há poucos trabalhos acadêmicos no recorte temporal e espacial delimitado, visto que os estudos que abordam a questão da viuvez ainda são esparsos.

Palavras-chave: Luto; Viuvez feminina; Brasil Império.

[123] Doutoranda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista: FAPERJ. anamarttins.95@gmail.com

Impressões de feminilidade:
a memória gráfica na Revista Flor de Liz (1926-1927)

Hava Mariana de Oliveira Santana [124]

A presente pesquisa tem por objeto a Revista Flor de Liz, primeira revista feminina da cidade de Cajazeiras, localizada no sertão paraibano, produzida por mulheres ligadas à Ação Social Católica Feminina da Diocese de Cajazeiras, mobilizando o conceito de memória gráfica para análise dos elementos gráficos pertinentes à tipografia da revista ilustrada. Entre os elementos a serem estudos entram a organização de colunas, o tipo de fonte tipográfica, os ornamentos utilizados para decorar as páginas, etc. Como discutido por Farias e Braga (2018) "a expressão memória gráfica tem sido utilizada para denominar uma linha de estudos que busca compreender a importância o e valor de artefatos visuais, na criação de uma identidade local". De forma inicial, já foi possível observar a diversidade de elementos que irão contribuir para a pesquisa, a exemplo da fonte tipográfica entre as edições, colunas formatadas em formatos diversos, como em cruz ou taça. Para isso, será utilizado cerca de cinco volumes impressos entre 1926 e 1927, localizados em formato de xerocópia no Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. Um dos objetivos a ser atingido é a compreensão da memória gráfica em diálogo com os principais objetivos a serem alcançados pela revista, a exemplo da normatização do comportamento feminino a partir de um ideal religioso, ou até que ponto interseccionava valores religiosos com valores modernos, além da observação dos elementos gráficos como contribuintes para o incutir feminilidade entre as moças consumidoras do periódico. Para embasamento teórico-metodológico se utiliza das leituras de Priscila Farias e Marcos Braga (2018); Rafael Cardoso (2005), apoiando-se na historiografia com Constância Lima Duarte (2022); e Ayane Duarte (2023).

Palavras-chave: Imprensa Feminina do Século XX; Memória Gráfica; Instrução Feminina.

[124] Doutoranda, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). havamariana@gmail.com

Feminilidades políticas:
primeiro-damismo e a produção de regimes de verdade na imprensa brasileira (1985-2024)

Taiana de Oliveira [125]

Esta pesquisa analisa os discursos jornalísticos produzidos sobre as primeiras-damas da presidência da República brasileira entre 1985 e 2024, investigando de que modo tais representações participam da produção de regimes de verdade sobre feminilidade, poder e participação política no contexto da redemocratização brasileira. Partindo da compreensão de que o primeiro-damismo constitui uma forma historicamente persistente e generificada de inserção de mulheres na política, o estudo busca compreender como a imprensa constrói a figura da primeira-dama como sujeito político simultaneamente visível na esfera pública e deslegitimado como agente política autônoma. Interessa-nos observar, nesse sentido, como determinadas expectativas relacionadas à conjugalidade, ao cuidado, à aparência, à maternidade e à representação da nação são acionadas na construção jornalística dessas mulheres e de sua atuação pública. Metodologicamente, a pesquisa mobiliza a análise do discurso de inspiração foucaultiana e a noção de dispositivo para examinar matérias publicadas na Folha de S. Paulo, buscando identificar regularidades enunciativas, silenciamentos, deslocamentos e descontinuidades discursivas presentes nas representações das primeiras-damas. Ao acompanhar diferentes configurações do primeiro-damismo ao longo da Nova República, busca-se compreender suas permanências e reconfigurações diante das transformações políticas, sociais e culturais ocorridas no período. Pretende-se, assim, demonstrar como o jornalismo atua na legitimação simbólica de determinadas feminilidades políticas e da produção de fronteiras entre formas consideradas legítimas e ilegítimas de presença feminina no espaço público, contribuindo para a manutenção e para a reconfiguração de formas generificadas de exercício e representação do poder na democracia brasileira contemporânea.

Palavras-chave: primeiro-damismo; mulheres e política; feminilidades políticas.

[125] Doutoranda, PPGH/Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista: FAPESC (Edital nº 62/2024). odtaiana@gmail.com

A imprensa lésbica portuguesa e o resgate da memória:
a revista Lilás e a leitura da escritora brasileira Cassandra Rios sob a ditadura salazarista

Yanne Maira Silva [126]

O presente trabalho analisa a atuação da imprensa lésbica em Portugal na década de 1990 como agente de reconstrução da memória política e afetiva de dissidências sexuais sob a ditadura salazarista. O objeto central de estudo é a revista independente Lilás, lançada em 1993 na Amadora, cujo projeto editorial buscou visibilizar vivências e sociabilidades de mulheres que recusavam as rígidas imposições heteronormativas. O foco recai sobre a edição de número 19, publicada em setembro de 1997, especificamente na entrevista "Portugal nos anos 60" concedida por Clara, funcionária pública que vivenciou a juventude sob o regime autoritário português. Em seu depoimento espontâneo, Clara rememora as táticas de invisibilidade impostas pelo Estado, que afirmava que as relações entre mulheres deveriam acontecer "entre as quatro paredes" e a circulação clandestina da literatura da escritora brasileira Cassandra Rios, cujas obras eram lidas às escondidas como um "fruto proibido" capaz de criar redes de identificação. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, no cruzamento do testemunho oral apresentado na revista Lilás com os arquivos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por meio da análise de pareceres de censura da década de 1960 que rotulavam romances como Georgette (1956) e Eudemônia (1955) de "imoralíssimas" por narrarem a subjetividade trans e lésbica. A fundamentação teórica ampara-se nas contribuições de Gérard Genette (2009) sobre materialidade editorial; Ana Clotilde Correia (2024) sobre a vigilância policial da homossexualidade; bem como nas análises críticas de Amara Moira (2020) e Mariacristina Migliore (2025), textos publicados em Portugal acerca da literatura de Rios. Conclui-se que o resgate dessa circulação literária promovido pela revista Lilás demonstra o poder político da imprensa independente e da literatura dissidente para resistir aos mecanismos de censura e repressão moral do Estado Novo, estabelecendo o periódico como um sujeito ativo na reconstrução das memórias e sociabilidades lésbicas em Portugal.

Palavras-chave: Revista Lilás; Cassandra Rios; Censura; Memória; Imprensa Lésbica em Portugal

[126] Doutoranda em Estudos Literários, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista: CAPES. yanne.silva@ufu.br

Representações políticas na revista Veja durante o governo de Dilma Rousseff

Cláudia Cristina da Silva Fontineles[127]
Bruna Neres Milhomens[128]

O presente trabalho analisa a construção da imagem nacional da presidenta Dilma Rousseff pela revista Veja durante seu primeiro mandato presidencial. Parte-se da compreensão de que a atuação da imprensa não se restringe à divulgação de acontecimentos, mas participa ativamente da produção de representações sociais e políticas, influenciando a formação da opinião pública, da memória coletiva e das narrativas sobre personagens e eventos históricos. Nessa perspectiva, busca-se demonstrar que a Veja desempenhou um papel significativo na elaboração da imagem pública da primeira mulher eleita para a Presidência da República, recorrendo a enquadramentos discursivos marcados por estereótipos de gênero, preconceitos machistas e representações misóginas que extrapolaram a crítica político-ideológica ao governo e atingiram aspectos relacionados à sua condição de mulher. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da História do Tempo Presente e da História da Imprensa, compreendendo os meios de comunicação como agentes produtores de discursos e sentidos sobre a realidade social. O estudo evidenciou que a cobertura da revista contribuiu para consolidar uma imagem de fragilidade, incapacidade administrativa e instabilidade emocional, frequentemente associada a estereótipos historicamente atribuídos às mulheres que ocupam espaços de poder. Conclui-se que tais representações não apenas influenciaram a percepção pública sobre a presidenta, mas também reforçaram desigualdades de gênero presentes na política brasileira, evidenciando como a imprensa pode atuar na reprodução de discursos que legitimam práticas de desqualificação feminina e condicionam a participação das mulheres nos mais altos cargos de representação política.

Palavras-chave: Representações, Dilma Rousseff, revista Veja, Misoginia.

[127] Doutora em História, professora da Universidade Federal do Piauí (DH, PPGHB, PPGCP). Bolsista em Produtividade Científica CNPq. cfontinelles@gmail.com

[128] Graduanda em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Voluntária. bruna.milhomem@ufpi.edu.br

Quando a imprensa define a magia:
discurso, criminalização e disputas pelos saberes de cura no Rio de Janeiro (1890-1942)

Valquíria C. R. Velasco[129]

A presente comunicação analisa o papel da imprensa na construção discursiva das categorias mobilizadas para classificar, deslegitimar e criminalizar práticas religiosas e saberes de cura no Rio de Janeiro entre 1890 e 1942. Parte-se do pressuposto de que os jornais não atuaram apenas como registros ou testemunhas das ações policiais e judiciais dirigidas a curandeiros, médiuns, espíritas, cartomantes e outros agentes vinculados a experiências religiosas e terapêuticas, mas participaram ativamente da produção de representações e efeitos de realidade capazes de definir determinadas práticas como "magia", "superstição", "charlatanismo", "espiritismo" ou ameaça à ordem pública. Nesse processo, a linguagem jornalística contribuiu para tornar socialmente inteligíveis determinadas experiências e para estabelecer fronteiras entre formas de cura consideradas legítimas e aquelas associadas ao engano, ao atraso, à irracionalidade ou ao crime. O recorte temporal compreende o período de vigência do Código Penal de 1890, especialmente os dispositivos que regulamentavam o exercício ilegal da medicina, o espiritismo e as práticas de magia e curandeirismo, estendendo-se até 1942, quando entrou em vigor um novo ordenamento penal. A pesquisa busca compreender como os discursos veiculados pela imprensa dialogaram com práticas policiais, saberes médicos, normas jurídicas e projetos de modernização, participando das disputas pela autoridade de definir quais conhecimentos, sujeitos e experiências poderiam ser reconhecidos como legítimos no campo da cura. Metodologicamente, serão examinadas notícias, reportagens, notas e outros textos publicados em periódicos cariocas, considerando tanto seus conteúdos discursivos quanto os procedimentos de seleção, classificação e enquadramento empregados na construção das narrativas. A análise compreende a imprensa como agente histórico e espaço de disputa política, no qual diferentes instituições e atores produziram sentidos sobre religião, ciência, saúde, moralidade e ordem social. Ao investigar os modos pelos quais os jornais nomearam, representaram e publicizaram práticas de cura, pretende-se evidenciar que a definição da "magia" constituiu uma operação histórica atravessada por relações de poder e por conflitos em torno da legitimidade dos saberes. Assim, a comunicação contribui para compreender a imprensa como instância ativa na produção de categorias sociais e na construção pública da criminalidade relacionada às crenças e às práticas de cura.

Palavras-chave: Imprensa; Criminalização; Saberes de cura; Magia; Rio de Janeiro.

[129] Doutora em História Comparada, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). dravalvelasco@gmail.com

Imagética da miséria e lusotropicalismo:
homologias discursivas nas representações do Nordeste e da África no Diário de Pernambuco (1960-1964)

Gabriel Dias Abage[130]

A presente pesquisa investiga a construção discursiva da miséria e do subdesenvolvimento nas edições do jornal Diário de Pernambuco (1960-1979), imprensa hegemônica representante da elite intelectual recifense e espaço privilegiado de mediação simbólica, evidenciando o papel desta construção imagética para a legitimação de discursos políticos dominantes. A análise insere-se no contexto da Política Externa Independente (PEI) e da abertura diplomática promovida pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) perante o continente africano ao examinar como a ideologia fraternalista do lusotropicalismo freyriano foi mobilizada enquanto ferramenta de sustentação do neocolonialismo e dispositivo de amortecimento das tensões geopolíticas. Amparando-se nas abordagens dos Estudos Culturais (HALL, 1992; BHABHA, 1994) e nas abordagens da historiografia contemporânea (BARBOSA, 2022; DÁVILA, 2011; PEREIRA, 2015), o trabalho evidencia a existência de uma homologia discursiva nas representações desses sujeitos subalternizados, o "outro interno" (o sertanejo) e o "outro externo" (o africano). Para a compreensão do outro interno, desconstrói-se a retórica do determinismo geográfico da seca e a tecnocracia da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) de Celso Furtado a partir das contribuições críticas de intelectuais regionalistas (CASTRO, 1946; CALLADO, 1960; OLIVEIRA, 1977; FACÓ, 1963), demonstrando como a espetacularização da escassez legitimava a dependência estatal a partir de políticas assistencialistas e silenciava o conflito no campo e a violência latifundiária. Nesse quadro analítico, sobressai a figura do jornalista Aníbal Fernandes, cujas publicações atuavam na triagem ideológica das diretrizes diplomáticas nacionais, ao mesmo tempo em que desqualificavam os processos de independência africanos e reproduziam a narrativa de necessidade de modernização agrária nordestina. Em contraposição empírica a essa produção de opinião, a investigação recorre ao diário pessoal do embaixador Raymundo Souza Dantas, primeiro embaixador negro brasileiro alocado em Gana, cujos registros desnudam as fraturas do mito da democracia racial e o racismo institucionalizado na diplomacia brasileira. Com efeito, conclui-se que a captura da miséria enquanto dispositivo retórico serviu para despolitizar as desigualdades estruturais, haja vista que o discurso de fraternidade tropical mascarava arranjos neocoloniais e resguardava hegemonias tradicionais no cenário transatlântico.

Palavras-chave: Miséria; Imprensa; Itamaraty; Lusotropicalismo; Subalternizados; SUDENE;

[130] Graduando, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). gabriel.abage@ufpe.br

"Coque não muda: fome, crime e promiscuidade. Mas continua divertido": *a construção de imaginários urbanos na imprensa do Diário de Pernambuco (1976)*

Joyce Hellem Rodrigues da Silva [131]
Dionson Ferreira Canova Júnior [132]

O presente trabalho analisa a narrativa veiculada pelo periódico Diário de Pernambuco, em 1976, acerca da vivência urbana na favela do Coque, comunidade localizada nas proximidades do centro do Recife. Historicamente, a mídia tradicional rotulou a comunidade como um dos locais mais perigosos da capital pernambucana, conferindo ênfase a temáticas relacionadas à violência, ao tráfico de drogas e à precariedade socioambiental. Este estudo centra-se na reportagem intitulada "Coque não muda: fome, crime e promiscuidade. Mas continua divertido", publicada em 19 de setembro de 1976. A matéria constrói uma narrativa sobre o espaço da favela pautada por uma dualidade ambígua, que oscila entre o determinismo trágico e a romantização da pobreza. Tal perspectiva, marcada por estigmas, evidencia a visão generalizante sobre a vivência periférica adotada pelo jornal. O esvaziamento Político sobre as temáticas da fome e da pobreza, é evidente, embora o texto exponha de forma crua as falas dos(a) moradores(a) (como Virgínia Lima, detalhando a rotina exaustiva de marisqueira e lavadeira), às causas da desigualdade não são atribuídas à estrutura econômica ou à falta de políticas do regime vigente. Metodologicamente, a pesquisa vincula-se às perspectivas da Micro-História. Ao analisar as escolhas narrativas presentes nessa fonte específica, o trabalho evidencia como os imaginários urbanos e as políticas de representação das periferias eram construídos e comunicados no contexto da década de 1970.

Palavras-chave: Diário de Pernambuco; Favela do Coque; Representação social.

[131] Graduanda, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). joyce.hellem@ufpe.br

[132] Doutorando em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista: CAPES. dionson.canova@ufpe.br

Imprensa no Mandato Britânico da Palestina:
o caso do The Palestine Post nos anos 1930

Maria Francisca Soares Theberge[133]

Depostas as armas, a história da formação do Oriente Médio contemporâneo atesta que os tinteiros funcionam tão bem quanto. Normatizado pelo Pacto da Liga das Nações, o sistema de mandatos se aplicava a territórios que "ainda não têm condições de levantar por si próprios sob as condições extenuantes do mundo moderno", como descrito no Pacto da Liga das Nações. O Mandato britânico na Palestina esteve em funcionamento entre o fim da Primeira Guerra Mundial e 1948 e foi marcado pela crescente tensão entre o controle colonial, a aspiração à autodeterminação árabe e o sionismo. O domínio colonial não se deu sem sublevações populares, e teve como um de seus momentos mais paradigmáticos a Revolta Árabe de 1936 a 1939 – uma insurreição em larga escala nas cidades e nos campos, que teve como principais reivindicações o fim do colonialismo britânico, da imigração judaica em massa e da substituição da mão de obra árabe pela judaica.

Fundado por Gershon Agronsky, jornalista nascido no Império Russo, o The Palestine Post consolidou-se como um importante veículo de comunicação de sua época. Publicado em língua inglesa e com circulação diária (excetuando-se os sábados/sabá, feriados judaicos ou públicos), a linha editorial do periódico era muito marcada pelas clivagens que se solidificavam na década de 1930 no Mandato britânico da Palestina. O objetivo desta comunicação é mapear algumas dessas tensões às vésperas da deflagração da greve geral que marca o início da Revolta Árabe, em abril de 1936, posicionando o The Palestine Post no contexto de sua produção e circulação, como um veículo imerso neste terreno.

Palavras-chave: Palestina; imprensa; colonialismo britânico; Oriente Médio; The Palestine Post.

[133] Mestranda, PPGHIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). franciscatheberge@gmail.com

Promessas de progresso nas páginas da imprensa:
representações políticas sobre a CEPALMA nas décadas de 1960 e 1970

Anna Karoline da Silva Nascimento [134]

Este trabalho analisa como a imprensa participou da construção de representações sobre o Maranhão e as populações locais no contexto da ditadura civil-militar e da implantação da Celulose e Papéis do Maranhão (CEPALMA), associada ao projeto de modernização do "Maranhão Novo". Questiona-se de que maneira as narrativas jornalísticas do desenvolvimento representaram o território como atrasado e seus habitantes como incompletos ou passivos, legitimando a intervenção estatal e empresarial como caminho necessário para o progresso. Parte-se da hipótese de que a oposição entre atraso e modernidade não apenas divulgou o empreendimento, mas funcionou como linguagem política que hierarquizou sujeitos, desautorizou saberes e modos de vida locais e contribuiu para a construção de consensos em torno do projeto desenvolvimentista. A relevância da análise reside em compreender a imprensa não como simples registro dos acontecimentos, mas como agente da produção de sentidos políticos sobre territórios e populações. Com abordagem qualitativa e interdisciplinar, examinam-se três matérias publicadas em Manchete (1968), Jornal do Brasil (1969) e Correio da Manhã (1971), em diálogo com uma entrevista de História Oral realizada em 2025 com Gabriela (pseudônimo), cuja trajetória familiar e profissional se vincula à empresa. A imprensa é compreendida como ator político, conforme Capelato (1988); a análise do desenvolvimento como discurso de poder apoia-se em Escobar (1995); e o tratamento da fonte oral orienta-se por Portelli (2010). Os resultados indicam que expressões como "região sofrida", "colonização" e "caboclo" à espera do progresso construíram a população local como objeto da intervenção desenvolvimentista e apresentaram a indústria como instrumento de redenção regional. Em contraposição, a narrativa de Gabriela revela uma experiência ambivalente, marcada por trabalho, relativa segurança material, dependência e posterior abandono. Conclui-se que a memória oral tensiona a promessa jornalística de progresso, restitui agência aos sujeitos apagados por essa representação e evidencia as contradições sociais de um projeto modernizador implantado durante a ditadura.

Palavras-chave: Imprensa; Desenvolvimento; Memória; CEPALMA.

[134] Mestre em Sociedade e Cultura, PPGSC/Universidade Estadual do Piauí (UESPI). akarolinedasn@aluno.uespi.br

Representações do cotidiano infantil no álbum Historia Gráfica de la Revolución Mexicana

Flávio Henrique Vieira de Paula [135]

Esta pesquisa analisa as representações da infância no álbum Historia Gráfica de la Revolución Mexicana (1942-1973), produzido pela família Casasola, compreendendo-o como veículo da memória oficial e instrumento de legitimação do projeto político pós-revolucionário do PRI. Parte-se do pressuposto de que a infância foi mobilizada como símbolo visual de esperança, sacrifício e continuidade da pátria, consolidando uma narrativa harmoniosa da Revolução. O objetivo é investigar como essas imagens foram construídas visual e discursivamente, quais contradições emergem ao confrontá-las com a experiência histórica concreta das crianças no conflito e de que modo serviram ao projeto político hegemônico. Metodologicamente, aplica-se a análise histórico-semiótica de Ana Maria Mauad, que decompõe as fotografias em unidades culturais para reinterpretá-las em categorias espaciais. Esse procedimento permite decifrar códigos culturais e ideológicos inscritos nas imagens, revelando a infância como construção simbólica ativa na disputa pelos sentidos do passado.

Palavras-chave: Fotografia; Infância; Representação; Revolução Mexicana; Política.

[135] Mestrando em História (Interunidades Assis/Franca), Universidade Estadual Paulista (UNESP). f.paula@unesp.br

Quando a imprensa escreveu a vitória:
capas de revistas e a construção da imagem de Ronald Reagan em 1981

Sabrina Alves Ferreira [136]

A eleição de Ronald Reagan marcou o início de um novo ciclo político nos Estados Unidos, associado à reorganização do conservadorismo e à redefinição das relações entre mídia e poder. Entre os acontecimentos que simbolizaram essa transição, destaca-se a libertação dos 52 reféns estadunidenses mantidos no Irã desde novembro de 1979, ocorrida em 20 de janeiro de 1981, poucas horas após a posse do novo presidente. Embora o acordo diplomático tenha sido negociado ao longo da administração Jimmy Carter, a cobertura da imprensa contribuiu para associar o desfecho da crise ao início do governo Reagan, projetando sua imagem como líder capaz de restaurar a autoridade, o prestígio internacional e a força da nação estadunidense. Partindo dessa problemática, o presente trabalho analisa capas de revistas de grande circulação, como Time, Newsweek e U.S. News & World Report, compreendendo-as como fontes privilegiadas para investigar a construção visual da legitimidade política. Inserida no campo da História Política e da História da Imprensa, a pesquisa busca compreender como fotografias, manchetes, diagramação, enquadramentos e escolhas editoriais produziram uma narrativa de ruptura entre os governos Carter e Reagan, atribuindo ao novo presidente o papel de protagonista de uma suposta restauração nacional. Metodologicamente, o estudo mobiliza a análise da cultura visual em diálogo com a História da Mídia, entendendo as capas não apenas como registros de acontecimentos, mas como artefatos políticos que organizam sentidos, hierarquizam informações e disputam interpretações do presente. Argumenta-se que essas representações visuais desempenharam papel ativo na construção da imagem pública de Reagan e na legitimação simbólica do projeto conservador que se consolidaria ao longo da década de 1980. Ao investigar a imprensa como produtora de significados políticos, a comunicação pretende contribuir para o debate sobre a relação entre cultura visual, mídia impressa e formação de hegemonias na história contemporânea.

Palavras-chave: Ronald Reagan; História da Imprensa; Cultura Visual.

[136] Doutoranda em História Social, PPGH/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). sabrinalvesfe@gmail.com

Delação e representação em perspectiva:
historicizando construtos visuais e linguísticos em fotografias de guerra a partir de Mohammed Salem (2023)

Vinícius Soares Alves Saióro de Oliveira [137]

A presente comunicação tem como objetivo analisar uma fotografia de guerra produzida em 2023 pelo fotógrafo palestino Mohammed Salem, na qual Inas Abu Maamar ocupa o enquadramento central enquanto sofre a perda de sua pequena sobrinha, Saly. Premiada pelo concurso World Press Photo no ano seguinte, a produção ajudou a fomentar a circulação de fervorosas manchetes que comprometeram-se a denunciar os horrores cometidos na Faixa de Gaza durante as investidas israelenses, reforçando sua natureza, a princípio, delatora. Todavia, o construto discursivo engendrado sobre a obra apropriou-se de uma retórica martirizante particularmente cristã, uma vez que Inas Abu Maamar foi visual e conceitualmente equiparada à figura da Pietà, recebendo a alcunha de A Pietà de Gaza . Nesse sentido, as dimensões denunciativas da obra ganharam corpo a partir de um deslocamento perceptivo-ontológico imposto às vítimas, prática comum ao fotojornalismo ocidental se nos detivermos ao seu arcabouço representativo. Sendo assim, abrem-se duas vertentes de análise em relação a este caso. Por um lado, é possível historicizar, a partir desta fotografia e de outras que sofreram o mesmo processo, o esquema representacional ocidental atrelado ao luto, enquadrando-o numa tradição iconográfica de longa duração que remonta à consolidação da iconografia cristã através da arte europeia moderna. A questão é pensar como as práticas de representação do Ocidente se organizaram historicamente de modo a conjugar conceitos específicos a determinados arquétipos, e como, na esteira deste movimento, o luto feminino tornou-se uma expressão mundana do tormento de Maria. Por outro lado, podemos perspectivar a natureza delatora da obra, refletindo sobre os seus efetivos impactos na arena política internacional e, acima de tudo, questionando a maneira pela qual obras deste tipo incorporam certa estetização da barbárie, tornando a dor do outro um espetáculo a ser contemplado e condecorado, sob as vestes da delação e da conscientização. Em suma, ambas as linhas de análise resultam numa historicização da cultura visual ocidental, cuja agência insufla os meios de produção no fotojornalismo delator e faz com que emblemáticas clássicas calcificadas numa memória cultural sejam reavivadas sob os obturadores contemporâneos e, paralelamente, aplica contornos estéticos a registros cruamente violentos. Sendo assim, qual seria o limiar entre o expositivo e o espetacular?

Palavras-chave: Pietà de Gaza; World Press Photo; fotografia de guerra; representações ocidentais; iconografia.

[137] Mestrando, PPGHIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista: CNPq. vinicius.alves.oliveira222@gmail.com

Da fita cassete ao algoritmo:
imagem, imprensa e soberania narrativa na história do midiativismo indígena no Brasil (1970-2025)

Priscila Fernanda dos Santos Loureiro[138]

Este estudo analisa a trajetória histórica e midiático-documental da comunicação indígena no Brasil (1970-2025), mapeando sua transição dos suportes analógicos ao capitalismo de plataforma. Problematiza-se o percurso do ativismo comunicacional como um processo histórico de "amansamento" das tecnologias para a construção de uma contranarrativa soberana contra o silenciamento do Estado e da imprensa hegemônica. A genealogia dessas práticas é investigada em três marcos históricos: 1) A virada sonora (1970-1980), na qual o cacique Mário Juruna instrumentalizou o gravador de fita cassete como "dispositivo de prova" e "escudo ontológico" contra a opacidade do regime militar; 2) As barricadas de papel (1980-1990), marcadas pela emergência da imprensa indígena autônoma durante a Constituinte de 1988, com destaque para o Jornal Indígena da UNI (1984) e o Porantim, estabelecendo uma pedagogia política pan-indígena pela terra; 3) A "retomada" digital e algorítmica (2010-2025), na qual coletivos contemporâneos de etnomídia (como a Rádio Yandê e a rede Mídia Indígena) apropriam-se das redes sociais para tencionar a colonialidade algorítmica e a moderação de conteúdo corporativa via "enxameamento". Teoricamente, articula-se o conceito de "cultura com aspas" (Cunha) à teoria performativa da assembleia (Butler) e às redes de contrapoder (Castells). Metodologicamente, adota-se a pesquisa histórico-documental e o estudo de caso qualitativo, integrando documentos de arquivo à análise de conteúdo e de discurso de um inventário visual longitudinal da Mídia Indígena. Os resultados evidenciam que a transposição das lutas originárias para as telas não configura perda de autenticidade, mas sim uma expansão ontológica do corpo-território. Conclui-se que o domínio estratégico da imagem e do registro documental consolidou-se, historicamente, como pré-requisito material para a garantia da integridade física e simbólica dos territórios tradicionais, tensionando e reconfigurando os termos da democracia deliberativa contemporânea no espaço público brasileiro.

Palavras-chave: Midiativismo Indígena; Cultura Visual; História do Tempo Presente; Soberania Narrativa

[138] Doutoranda, PUC-Rio/IUPERJ-UCAM. Bolsista: CAPES (Código de Financiamento 001). loureiropriscila@id.uff.br

"A guerra teve um sentido":
a apropriação política da vitória sobre o nazi-fascismo no Tribuna Popular (1945)

Danyele Nayara Santos Dias[139]

A vitória sobre o nazi-fascismo em 1945 rapidamente ultrapassou os limites do acontecimento militar para tornar-se objeto de disputas em torno de seus significados políticos. Resultante de pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em História Social, este trabalho investiga como o Tribuna Popular, órgão de imprensa do Partido Comunista do Brasil (PCB) publicado entre 1945 e 1948, apropriou-se desse acontecimento para interpretar a conjuntura política brasileira do imediato pós-guerra. O problema que orienta a pesquisa consiste em compreender como a vitória antifascista foi mobilizada pelo periódico para atribuir sentidos à redemocratização brasileira e à atuação política do PCB. Parte-se da hipótese de que o jornal não apenas informou sobre o término da guerra, mas transformou a vitória sobre o nazi-fascismo em instrumento de legitimação de projetos políticos, construção de referências de heroísmo e mobilização de seus leitores em defesa da democracia e do antifascismo. O estudo tem como principal fonte o Tribuna Popular e analisa reportagens sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB), homenagens aos expedicionários, narrativas sobre enfermeiras, julgamentos de criminosos de guerra, campanhas antifascistas, discursos de Luís Carlos Prestes e notícias internacionais publicadas ao longo de 1945.

Metodologicamente, adota-se a abordagem proposta por Cruz e Peixoto para o estudo da imprensa, observando o periódico em sua materialidade editorial, seus temas prioritários e suas estratégias de intervenção no debate público. Argumenta-se que a elaboração dos sentidos da vitória constituiu parte da disputa pela definição dos rumos da democracia brasileira na redemocratização, evidenciando o papel da imprensa comunista na produção de interpretações sobre o presente e na mobilização política de seus leitores. O trabalho pretende contribuir para os debates sobre História Política, Cultura Política e História da Imprensa.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Antifascismo; História Política; Tribuna Popular; PCB.

[139] Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). danyele.dias@educacao.mg.gov.br

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 11

St11 O TEMPO COMO DISPUTA: ensino de História e democracia

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 1

COORDENADO POR

Déborah Lays de M. L. Cabral
Iara Lua C. B. Vasconcelos
Ítala Teixeira de Sousa

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

O TEMPO COMO DISPUTA:

ensino de História e democracia

7 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Déborah Lays de Moura Lélis Cabral
Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Bolsista CAPES.
deborahlelis22@ufpi.edu.br

Iara Lua Castelo Branco Vasconcelos
Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Bolsista CAPES.
luadomonte@ufpi.edu.br

Ítala Teixeira de Sousa
Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Bolsista CAPES.
italateixeira@ufpi.edu.br

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 11 e a Sessão de Comunicação Livre 1, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

7 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	O Egito Antigo nos Anais da ANPUH Nacional (1975-2025): ensino de História Antiga, produções e disputas	8h35
2	Ensino superior e neoliberalismo no Brasil: interesses hegemônicos e privatizações na educação durante o governo FHC	9h00
3	A incongruência na desvalorização da oposição republicana à Ditadura na educação para a democracia em Portugal	9h25
4	"Nada mais resta: em redor, a decadência": Ozymandias e o ensino crítico de História	9h50
5	Cartilha "Para além de Zumbi": contribuições para o ensino de História	10h15

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 1

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Os sindicatos rurais, a Comissão Pastoral da Terra e usos do passado na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Piauí e Maranhão (1975-2026)	–
2	Entre o desbunde e a consagração: a recepção social e midiática de Acabou Chorare (1972), de Novos Baianos	–
3	O moleiro e o garimpeiro: Pedro Braga, Menocchio e o arquivo subalterno no Distrito Diamantino (1862-1988)	–
4	Infância e adolescência em disputa: conflitos e consensos na elaboração do ECA (Brasil, 1990)	–

O Egito Antigo nos Anais da ANPUH Nacional (1975-2025):
ensino de História Antiga, produções e disputas

Esther Pessoa Costa [140]
Ana Paula Perovano [141]

Vinculado a uma pesquisa de dissertação em desenvolvimento, este texto apresenta um levantamento do tipo Estado do Conhecimento (Vosgerau; Romanowski, 2014) sobre a produção de pesquisas relativas ao Egito Antigo no campo do ensino, veiculada nos Anais dos Simpósios Nacionais de História (SNH) da ANPUH, que é a principal entidade representativa de historiadores, professores e pesquisadores de História no Brasil. O objetivo foi mapear a produção acadêmica sobre o Egito Antigo publicada no SNH da ANPUH, no período de 1975 a 2025, a fim de compreender a configuração desses estudos no âmbito da entidade e, por extensão, as suas contribuições para a historiografia brasileira. Metodologicamente, foi realizado o levantamento de 33 trabalhos dentro do recorte temporal estabelecido, evidenciando um campo em transformação, mas ainda sub-representado no principal encontro de professores de história do Brasil. O primeiro bloco temático concentra-se na perspectiva do Ensino e da Educação Básica, destacando produções pioneiras como a de Raquel Funari (2011), que analisou o imaginário de estudantes mediado por produtos audiovisuais e estereótipos escolares. Essa vertente expandiu-se nos eventos posteriores, com propostas lúdicas e pedagógicas na educação básica (Oliveira; Salvatierri, 2013; Santos, 2013) e, mais recentemente, com análises críticas sobre o uso midiático da imagem egípcia, a exemplo do estudo de João (2025), fundamentado na 'mnemohistória' de Jan Assmann acerca da telenovela Os Dez Mandamentos. O segundo bloco aborda as lentes sobre o Egito, englobando investigações que problematizam a desconstrução de identidades de gênero e poder (Santos, 2005; Sousa, 2009) e a inserção do Egito na matriz africana sob lentes pan-africanistas, superando dicotomias eurocêntricas (Sagredo, 2015). Desse modo, o estudo argumenta que, embora a frequência de trabalhos oscile, o debate sobre o Egito Antigo nos SNH revela-se fundamental para problematizar o Ensino de História, confrontando imaginários cristalizados e reafirmando o papel crítico da área contra retrocessos ético-políticos na educação.

Palavras-chave: Egito Antigo; Estado do Conhecimento; Ensino de História; ANPUH.

[140] Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). esthercostta2001@gmail.com

[141] Doutora em Educação Matemática, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). apperovano@uesb.edu.br

Ensino superior e neoliberalismo no Brasil:
interesses hegemônicos e privatizações na educação durante o governo FHC

Moisés Moura Soares dos Anjos[142]
João Paulo Charrone[143]

O artigo tem como objetivo analisar o processo de inserção e consolidação do neoliberalismo em diferentes contextos históricos, com ênfase em suas implicações políticas, econômicas e educacionais, particularmente no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo no seu primeiro mandado político. A proposta evidencia que o neoliberalismo, longe de se restringir à esfera econômica, constituiu-se como uma racionalidade política abrangente, reconfigurando o papel do Estado e ampliando a centralidade do mercado na organização social. Experiências internacionais, como o Chile de Pinochet, os Estados Unidos de Ronald Reagen e o Reino Unido de Margaret Thatcher, demonstram a implementação dessas diretrizes, posteriormente apropriadas no contexto brasileiro. No Brasil, observa-se a consolidação de políticas de privatização, desregulamentação e ajuste fiscal, acompanhadas por transformações significativas no campo educacional. Conclui-se que tais reformas promoveram a expansão do setor privado no Ensino Superior e a progressiva mercantilização da educação, restringindo seu caráter de direito social e subordinando-a às dinâmicas do capital, com impactos diretos na ampliação das desigualdades sociais. Adotou-se como método uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e com corpus documental, fundamentada no crivo de autores críticos do neoliberalismo, como David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval, além da utilização de dados institucionais e documentos oficiais, como o Plano Nacional de Desestatização (PND) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), ambos durante a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Ensino superior; Neoliberalismo; Privatização.

[142] Graduando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). moisesmsoaresanjos@gmail.com

[143] Doutor em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). jcharrone@yahoo.com.br

A incongruência na desvalorização da oposição republicana à Ditadura na educação para a democracia em Portugal

Daniel Filipe Soares Silva [144]

O ano de 2026 marca os cem anos de início da Ditadura Militar e subsequente final da experiência democrático-liberal republicana em Portugal. O processo de resistência à nova ordem que grande parte do Exército quis promover começou automaticamente, o convencionado "Reviralho". Apesar de ter sido vigoroso até ao final do decénio de trinta, a oposição republicana foi silenciada e, na opinião pública, só se valorizam as ações desencadeadas contra o Estado Novo a partir dos anos 1940, lideradas pelos setores mais próximos do comunismo. O sistema educativo português, numa lógica de valorização da democracia, assume como uma das suas prioridades estimular a cidadania desde tenra idade e o respeito pelas diferenças, numa visão integrada do passado e do presente. A população juvenil tem sido a que mais se sente, em traços gerais, apartada da democracia pelo desenraizamento e desincentivo na – e à – sua participação. Além da perda de horas semanais no curriculum, em prol da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, são feitas seleções programáticas que, muitas vezes, não contribuem para inteligibilidade dos diversos assuntos. Neste caso, mediante uma análise de conteúdo, a comunicação pretende trabalhar as matrizes das disciplinas de História e Geografia de Portugal (6.º Ano), História (9.º Ano), História B (11.º Ano) e História A (12.º Ano) e a falta de reconhecimento da primeira oposição ao regime ditatorial, discutindo as suas potenciais implicações na memória coletiva e na identidade político-democrática.

Palavras-chave: oposição republicana; educação para a democracia; ensino da História.

[144] Mestre em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). danielsoares033@gmail.com

"Nada mais resta: em redor, a decadência":
Ozymandias e o ensino crítico de História

Luiza Martins Varricchio[145]

Este trabalho propõe uma análise do poema Ozymandias (1818), de Percy Bysshe Shelley, como fonte literária para o ensino crítico de História no contexto brasileiro contemporâneo. Partindo do debate sobre a superação de fronteiras disciplinares rígidas entre História e Literatura, o texto fundamenta metodologicamente o uso da literatura como fonte histórica - compreendida como produto social atravessado por historicidade, conflitos e imaginários de seu tempo. Em um cenário marcado por reformas educacionais que tensionam o lugar das Humanidades e estreitam o espaço para a formação crítica, recuperar a literatura como fonte histórica é também um gesto político de resistência curricular. À luz de Jörn Rüsen, discute-se o conceito de consciência histórica e os limites de narrativas replicativas centradas na monumentalização do passado e na exaltação de "grandes homens" - formas que, longe de favorecerem a formação crítica, reproduzem relações de poder e limitam a capacidade orientadora do conhecimento histórico na vida prática. Com Walter Benjamin, argumenta-se que o ensino de História precisa "escovar a história a contrapelo", rompendo com narrativas celebratórias e abrindo espaço para leituras críticas do passado. A análise de Ozymandias evidencia como o poema opera a desconstrução da lógica da grandiosidade, mobilizando ironia, ruína e impermanência para tensionar discursos de poder. Articulando as reflexões de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, argumenta-se que o poema impõe "defeitos" à narrativa histórica tradicional, produzindo fraturas que favorecem o estranhamento e a construção de sentidos históricos críticos no espaço escolar. Conclui-se que Ozymandias constitui uma fonte literária fecunda para o ensino de História, ao possibilitar o estranhamento, a crítica e a formação da consciência histórica para além da memorização factual.

Palavras-chave: Consciência Histórica; Ensino de História; Literatura.

[145] Mestranda em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). luizavarricchio@gmail.com

Cartilha "Para além de Zumbi":
contribuições para o ensino de História

Josué Custódio Rodrigues da Silva [146]
Luís Miguel de Lira Farias [147]
Rachel Luiza Pulcino de Abreu [148]

O ensino de história na atualidade, diferente das formulações tradicionais, busca diversificar o ensino através da inserção de figuras subalternizadas e, por vezes, excluídas da produção historiográfica que negava a agência dessas figuras. Dentro desse viés, o presente trabalho trata da construção da cartilha "Para além de Zumbi" para auxiliar na prática do ensino de história que versam sobre Brasil Colonial, identidade negra e história Afro-brasileira.

O material foi desenvolvido durante a disciplina obrigatória de Ensino de História I na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A temática central trabalhada é o resgate da multiplicidade de sujeitos históricos negros no Brasil Colonial, relacionando-se diretamente ao compromisso de desconstruir narrativas tradicionais e estereotipadas, tendo como horizonte orientador as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, propondo a inserção das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas.

Para tanto, utilizamos a Inteligência Artificial (IA) Gemini da Google para levantamento inicial das figuras relacionadas à temática. A IA foi utilizada para auxiliar na identificação e levantamento de sujeitos do período colonial. Concluída essa etapa, iniciamos o processo de pesquisa sobre as figuras selecionadas na literatura especializada e sites institucionais e, assim, a seleção final baseou-se em critérios estritamente qualitativos, onde a agência do sujeito histórico foi o pilar central.

Selecionamos figuras para "além de Zumbi" a fim apresentar personalidades não "canônicas", em contraposição às que sempre são utilizadas na prática de ensino de história para tratar das temáticas apontadas. Não no intuito de minimizar esses "cânones", mas trazermos outras figuras que tiveram importância política, social e cultural. A cartilha apresenta ao todo oito figuras acompanhadas de textos de contextualização histórica e recursos didáticos que versam sobre a figura em questão (livros, fontes primárias, músicas, vídeos). A cartilha será disponibilizada gratuitamente em versão digital para garantir o amplo acesso do material e a livre utilização. Dessa forma, o material contribui para o conhecimento histórico ao fornecer ferramentas práticas para que o(a) professor(a) introduza noções historiográficas, tendo como fio condutor a inegável importância negra no Brasil Colonial.

Palavras-chave: Ensino de História; Memória; Cartilha; Identidade Negra; Brasil Colonial.

[146] Graduando em Licenciatura em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). josuecustodio.398@gmail.com

[147] Graduando em Licenciatura em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). infomiguel.contato@gmail.com

[148] Doutora em Educação (PUC-Rio), professora do DTPE/UFRRJ. rachelpulcino@ufrrj.br

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL1

Sessão de Comunicação Livre 1, realizada junto ao Simpósio Temático 11

7 de outubro das 8h às 12h · Coordenação: Déborah Lays de Moura Lélis Cabral · Iara Lua Castelo Branco Vasconcelos · Ítala Teixeira de Sousa

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

SL1. SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 1 junto ao ST11

Os sindicatos rurais, a Comissão Pastoral da Terra e usos do passado na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Piauí e Maranhão (1975-2026)

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira [149]
Ewerton Matheus Menezes Sousa Brito [150]

O presente artigo tem o objetivo de analisar a importância das ações dos sindicatos dos trabalhadores rurais e Comissão Pastoral da Terra (CPT) no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Piauí e Maranhão, entre os anos de 1975 e 2026. Esses estados apresentaram-se, no período mencionado, como os principais locais de origem de pessoas resgatadas, por equipes fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do trabalho escravo no Brasil. Nesse contexto, a atuação sindical e pastoral salta como crucial na defesa de direitos sociais e humanos de sujeitos aliciados e vilipendiados. Dito isso, em um primeiro momento, discutimos como tais organizações fazem uso da terminologia "trabalho escravo" como ação política, ou seja, acionando a memória de um passado escravista do país no sentido de mobilizar a sociedade contra formas de coerção e degradação manifestadas em relações laborais do tempo presente. Por conseguinte, destacamos outros mecanismos de luta que envolvem campanhas de prevenção e conscientização, denúncias, assistência social e jurídica prestadas às vítimas. A reflexão sobre tais questões foi mediada pelo diálogo com autores (as) como: Gomes e Guimarães Neto (2018), Rocha (2010) e (2015), Ferreras (2022), Scott (2013), Figueira (2004) e (2020). A metodologia adotada envolveu a análise crítica de variadas fontes, como: entrevistas, jornais, relatórios de fiscalização, cartas-denúncia, cartilhas e outras.

Palavras-chave: Sindicatos Rurais; Comissão Pastoral da Terra; Trabalho escravo contemporâneo; Combate.

149 Doutorando em História, Universidade Federal do Ceará (UFC). marvieira21@hotmail.com

150 Doutorando em História, Universidade Federal do Ceará (UFC). matheus_hist01@outlook.com

Entre o desbunde e a consagração:
a recepção social e midiática de Acabou Chorare (1972), de Novos Baianos

Isaac Barbosa Fernandes[151]

Considerado pela revista Rolling Stone Brasil o melhor álbum da música brasileira, Acabou Chorare, da banda Novos Baianos, constitui um marco da contracultura no país, especialmente no âmbito do ideal de desbunde. Produzido em parceria com João Gilberto, o "pai" da Bossa Nova, o disco foi lançado em 1972, mas ainda tem muito a revelar sobre a produção cultural brasileira do final da década de 1960 e dos anos 1970. A pesquisa busca compreender como se deu a recepção do álbum tanto pela sociedade brasileira quanto pela mídia da época, diante dos valores e dos ideais estéticos e linguísticos representados pela banda. Para alcançar esse objetivo, o estudo dialoga com a produção historiográfica sobre a cultura brasileira da década de 1970, a contracultura e o ideal de desbunde, mobilizando autores como Carolina Morgado, Heloisa Buarque de Hollanda, Sheyla Castro, Marcos Napolitano, Celso Favaretto e Cláudio Coração. Trata-se de um estudo que utiliza o cotejamento entre jornais — seguindo as recomendações metodológicas de Tania Regina de Luca (2005) —, documentos produzidos pelo Departamento de Censura e a análise das canções do álbum —, realizando o tratamento da fonte conforme proposto por Napolitano (2005). Ainda em fase preliminar, o estudo já identifica que um dos fatores que podem explicar o sucesso do álbum junto à mídia tenha sido a interpretação do disco e da banda como despolitizados. Entretanto, a análise das canções evidencia diversas críticas à ditadura militar, formuladas por meio da subversão da ordem, e não a partir de um discurso explicitamente partidário ou "revolucionário". Assim, o estudo propõe uma releitura de Acabou Chorare, demonstrando que sua recepção e seus significados extrapolam a ideia de despolitização frequentemente atribuída aos Novos Baianos, contribuindo para uma compreensão mais ampla da produção cultural durante a ditadura militar.

Palavras-chave: Contracultura; Novos Baianos; Ditadura Militar.

[151] isaa.barbosa@aluno.uece.br

SL1. SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 1 junto ao ST11

O moleiro e o garimpeiro:
Pedro Braga, Menocchio e o arquivo subalterno no Distrito Diamantino (1862-1988)

Valdir Macedo Neto[152]

Esta pesquisa, em andamento, investiga as tensões e disputas entre passado e presente a partir de um exercício de micro-história que coloca em diálogo dois arquivos sobre um mesmo acontecimento. Em 10 de junho de 1862, uma enorme pedra matou José Joaquim de Souza, um dos mais ricos proprietários de lavras de diamante do alto Jequitinhonha, episódio noticiado pela imprensa diamantinense. Cento e vinte e seis anos depois, em 1988, o garimpeiro Pedro Cordeiro Braga (1917-2000), morador do Povoado do Vau (Diamantina, MG), narrou o mesmo evento, reenquadrando-o numa cosmologia vernacular de ganância e retribuição moral. Argumenta-se que o jornal de 1862 e a narrativa oral de 1988 constituem dois regimes de verdade, produzidos por aparatos de inscrição bastante distintos, que operam sobre o mesmo fato: o registro impresso, dirigido à elite, narra a morte como falha técnica de gestão; a memória comunitária inverte a pirâmide do saber, atribuindo ao escravizado o conhecimento prático que o senhor recusou (“essa pedra ainda não tá escorada”) e encerrando o relato com a concessão de uma carta de alforria como reparação moral. Lendo Pedro Braga como análogo estrutural do moleiro Menocchio, recuperado por Carlo Ginzburg, propõe-se a extensão a tese da circularidade cultural em duas direções: para além da Europa moderna, ao Atlântico pós-abolição; e do texto para a instituição, demonstrando que, sem livros impressos, a comunidade do Vau recombinou as próprias instituições de sua opressão (a alforria, a Igreja, a Real Extração, o feitor) para ressignificar a violência histórica. As convergências factuais entre os dois arquivos (anatômicas, materiais e toponímicas), tratadas como indícios no sentido ginzburguiano, comprovam que ambos descendem do mesmo evento; as divergências revelam o longo e sensível trabalho moral coletivo realizado em torno da Pedra Desbarrancada, ainda hoje submersa na paisagem do Vau. Conclui-se, provisoriamente, que comunidades marginalizadas constroem arquivos vernaculares precisos e que reivindicar superioridade moral a partir dos próprios instrumentos de sua subjugação é, em si, uma disputa pelo passado, exigindo do historiador o mesmo rigor probatório que reserva às fontes da elite.

Palavras-chave: Micro-história; Memória subalterna; Arquivo vernacular; Circularidade cultural; Pedro Braga.

[152] Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). eu@netomacedo.com

Infância e adolescência em disputa:
conflitos e consensos na elaboração do ECA (Brasil, 1990)

Vanessa Marques de Oliveira [153]

O tratamento de crianças e adolescentes ganhou uma nova perspectiva jurídico-normativa com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O processo legislativo resultante foi marcado por diferentes perspectivas durante sua construção. Para a elaboração desta investigação em curso, foi definido um conjunto de documentos diversificado que possibilita a transição entre a teoria, a norma e a prática diária das políticas públicas e justiça infantojuvenil no Brasil. Um desses conjuntos de fontes está ancorado na esfera legislativa e inclui dois dossiês do projeto de lei que resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente. A documentação inclui tanto o processo que ocorreu na Câmara dos Deputados quanto o que foi discutido no Senado entre 1989 e 1990. A articulação de vários movimentos da sociedade civil resultou neste projeto de lei. A mobilização surgiu em resposta às constantes denúncias de violações de direitos humanos nas FEBEMs, além das frequentes chacinas contra crianças e adolescentes que aconteciam naquele período. Assim, com base nessa documentação, busca-se traçar como a sociedade civil entendia as questões relacionadas à infância e juventude e como esse entendimento se refletiu na prática legislativa.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Políticas Públicas; História da Infância e Juventude.

[153] Licenciada, mestra e doutoranda em História, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). vanessa.marques.hist@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 12

ST12 DIMENSÕES DO REGIME VARGAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

COORDENADO POR


Pedro Jardel F. Pereira


Cristina Dias Malueira

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS | UFJF
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

DIMENSÕES DO REGIME VARGAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

9 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Pedro Jardel Fonseca Pereira

Cristina Dias Malveira

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	O Brasil Varguista e o processo de industrialização: considerações sobre a transição ao capitalismo dependente	8h10
2	Categoria não "produtiva": a exclusão das trabalhadoras domésticas do corporativismo sindical varguista	8h25
3	Estado Novo e Literatura: O livro Capitães da Areia como fonte histórica para estudo do Estado Novo no Brasil na década de 30	8h40
4	Entre o poder central e as dinâmicas locais: os impactos das políticas varguistas em Mineiros do Tietê-SP (1930-1945)	8h55
5	A Outra Quinta Coluna: diplomacia pública sigilosa dos EUA no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial	9h10
6	"Figuras a quem deve o Nordeste o socorro pronto": O Governo Provisório de Getúlio Vargas e a atuação do DNPM e da IFOCS nos sertões nordestinos	9h25
7	No rastro do Varguismo: aliança e ruptura no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (1955)	9h55
8	O "chequismo" e a construção dos inimigos da nação: discursos políticos e disputas de sentido no jornal O Legionário (1934)	10h10
9	O Projeto Nacional de Desenvolvimento do PDT: impasses organizacionais do trabalhismo na Nova República	10h25
10	Instituições de sequestro no Regime Vargas em Santa Catarina (1930-1945)	10h40
11	Revolução ou golpe? Pai dos pobres ou ditador violento? Ensaio sobre polêmicas e impactos do governo Vargas	10h55
12	Os trabalhadores sertanejos à margem do trabalhismo varguista: uma análise da obra Seara Vermelha de Jorge Amado (1946)	11h10
13	"Daqui saiu um expedicionário": o Clube de Regatas do Flamengo veste a camisa da Força Expedicionária Brasileira (FEB)	11h25
14	Candeeiros do passado, guardiões da memória? Uma leitura da política no Maranhão a partir do IHGM (décadas de 1920 e 1930)	11h40

Os trabalhadores sertanejos à margem do trabalhismo varguista:
uma análise da obra Seara Vermelha de Jorge Amado (1946)

Pedro Jardel Fonseca Pereira [154]
Cristina Dias Malveira [155]

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como Jorge Amado em sua obra "Seara Vermelha" de 1946 criticou o controle político do Estado Novo sobre o campesinato nordestino e, ao mesmo tempo, criou uma narrativa estereotipada e que sexualizava as mulheres migrantes nordestinas no contexto da modernização conservadora e controladora do Estado Novo. A obra, lançada logo após a queda da ditadura do Estado Novo, acompanhou a trajetória de uma família de nordestinos que migravam para São Paulo em busca de uma vida melhor, mas ao atravessar vários lugares brasileiros, especialmente por meio do rio São Francisco, tem sua trajetória marcada por várias perdas e mudanças de destino, mostrando um interior que o Estado parecia ignorar. Evidenciando o trabalhador camponês à margem do trabalhismo de Vargas, a história da família, fragmentada pela seca e miséria, contrasta com as políticas de colonização do interior como "Marcha para o Oeste" e o trabalhismo, grandes bandeiras do regime varguista.

Palavras-chave: Trabalhadores; Literatura; Estereótipos; Estado Novo Informações dos autores:

[154] Coordenador do ST12. Doutor em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Historiador do Museu Regional do Norte de Minas (UNIMONTES). pedrojardelpereira@gmail.com

[155] Coordenadora do ST12. Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Professora da E.E. Doutor Carlos Albuquerque. crismalveira@gmail.com

O Brasil Varguista e o processo de industrialização:
considerações sobre a transição ao capitalismo dependente

Gabriel Vitor Souza Santiago[156]

A Era Vargas (1930-1945), somada ao seu governo nos anos de 1951-1954, representa um dos períodos mais transformadores da história brasileira. Iniciada com a Revolução de 1930, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder marcou o início da transição de um modelo econômico agroexportador para uma sociedade urbana em acelerado processo de industrialização. Ao longo desse período, o regime varguista redefiniu as relações entre governo, classe trabalhadora e a burguesia, consolidando uma nova estrutura estatal. O presente resumo trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica das produções clássicas e contemporâneas, objetivando realizar uma síntese das determinações sociais que atravessaram o processo de industrialização do Brasil durante a Era Vargas e seus reflexos contemporâneos. A independência política dos países latino-americanos e a inserção dependente e subordinada ao mercado mundial através da divisão internacional do trabalho (Marini, 2022, p. 167) atribuíram à realidade socioeconômica brasileira um caráter de subdesenvolvimento, uma contradição marcante do processo de industrialização em países de capitalismo dependente. Fatores externos, como a Crise de 1929 e os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial impulsionaram a modernização devido à redução da capacidade de importação dos países centrais. Nesse sentido, o Brasil, por meio da substituição de importações, iniciou sua transição de uma economia agroexportadora para a introdução de uma indústria de base pesada. Desse modo, o eixo de poder econômico deslocou-se para as grandes metrópoles, alterando profundamente a estrutura demográfica e social; o resultado desse processo foi o aprofundamento das desigualdades sociais. Conforme Demier (2012, p. 325) A política nacional desenvolvimentista do Estado Varguista encontrou no populismo uma estratégia para conceder os direitos sociais à classe trabalhadora, também compreendido como conquistas após mobilizações sociais, para amenizar as retaliações contra da industrialização incentivada principalmente por uma coalizão dominante representada pela aliança antagônica da burguesia industrial e agrária (Marini, 2024, p. 54). Em suma, a modernização promovida pela Era Vargas não representou uma superação da condição periférica do Brasil, mas sim, devido ao desenvolvimento desigual e combinado, a sua reconfiguração nos quadros do capitalismo mundial.

Palavras-chave: Era Vargas; Subdesenvolvimento; Desenvolvimento desigual e combinado; Capitalismo Dependente.

[156] Bacharel em Serviço Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). bielvitor800@gmail.com

Categoria não "produtiva":
a exclusão das trabalhadoras domésticas do corporativismo sindical varguista

Fabiana da Silva Moreira [157]

Em 1931, durante o governo do então presidente Getúlio Vargas, foi instituída a legislação de sindicalização, posteriormente incorporada e sistematizada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. A partir da criação dessa legislação, estabeleceu-se a possibilidade de reconhecimento oficial dos sindicatos representativos das categorias econômicas e profissionais definidas pelo Ministério do Trabalho. Entretanto, embora essa regulamentação previsse o reconhecimento sindical, as organizações estavam submetidas a rigoroso controle estatal, o que contribuiu para a exclusão de determinadas categorias profissionais e para a possibilidade de organização autônoma e sociopolítica. Nesse contexto, em 1936, na cidade de Santos, ocorreu a primeira experiência de organização sindical de trabalhadoras domésticas no Brasil, fundada por Laudelina de Campos Melo. A iniciativa tinha como objetivo promover a organização coletiva e reivindicar direitos trabalhistas para uma categoria composta majoritariamente por mulheres negras. Contudo, a organização encontrou obstáculos para sua formalização e funcionamento, uma vez que o trabalho doméstico permanecia excluído do sistema de proteção trabalhista em razão de sua caracterização como atividade não produtiva e vinculada à esfera privada e familiar. No caso das trabalhadoras domésticas, a ausência de reconhecimento jurídico da categoria dificultava sua inserção no modelo sindical estabelecido pelo Estado e contribuía para a manutenção de sua marginalização no campo dos direitos trabalhistas. A partir desse percurso, o presente trabalho busca discutir o contexto histórico e as motivações políticas que envolveram, de um lado, a organização das trabalhadoras domésticas e suas reivindicações por reconhecimento e direitos e, de outro, os mecanismos estatais de controle e regulamentação das organizações sindicais. Para tanto, emprega-se uma abordagem de caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A análise bibliográfica contempla a produção historiográfica sobre trabalho doméstico, sindicalismo e corporativismo varguista, com atenção à trajetória de organização política das trabalhadoras domésticas. Enquanto, a pesquisa documental concentra-se na legislação sindical e trabalhista do período, analisada como fonte histórica para compreender os mecanismos de reconhecimento, controle e exclusão da categoria.

Palavras-chave: Sindicalismo; Opressão estatal; Trabalho doméstico;

[157] Mestranda em História, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista: CNPq. amoreiras.fabiana@gmail.com

Estado Novo e Literatura:

O livro Capitães da Areia como fonte histórica para estudo do Estado Novo no Brasil na década de 30

Maria Vitória Almeida Barbosa [158]

Ambientada na década de 30, Jorge Amado irá escrever a história de um grupo de jovens malandros que vivem em um trapiche na orla da praia de Salvador, Capitães da Areia. Lançado em 1937, mesmo ano em que tivemos a ditadura do Estado Novo no Brasil, o livro apresenta características do povo brasileiro, e dessa forma, a herança cultural carregada na Bahia, assim como as relações da camada popular com o Estado e sua política de educação. Com isso, entendemos que a literatura se torna um meio de representação do ambiente vivido pelo autor, levando em consideração a sua vida pessoal, traumas, vivências e relações que se tem com o contexto histórico vivido. Sendo assim, Capitães da Areia de Jorge Amado passará por uma mudança de objetivo ao longo da década de 30, sendo um dos materiais conhecidos como ideologia Comunista pelo regime militar, e seus impressos sendo queimados em uma praça pública não muito após a tomada do Estado Novo. Assim, a pesquisa se objetifica em trabalhar os capítulos do livro e comparar com o contexto histórico vivido pelo seu autor, na década do Estado Novo regime que futuramente seria conhecido como um dos períodos da Era Vargas, ao se deparar com as divergências sociais no estado do Nordeste e representar estas vivências por meio de personagens ficcionais ao longo de sua narrativa, compreendemos que a literatura se torna uma importante fonte histórica para o estudo do regime militar, que trabalha juntamente com a História para evitar que este passado seja esquecido. Por fim, a pesquisa se torna forma a partir dos pensamentos de Raymond Williams que intercalam entre a ligação de cultura, sociedade e literatura.

Palavras-chave: Capitães da Areia; Estado Novo; Cultura.

[158] Graduanda, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). mavisilina2004@gmail.com

Entre o poder central e as dinâmicas locais:
os impactos das políticas varguistas em Mineiros do Tietê-SP (1930-1945)

Maria Eduarda Tozelli[159]

A Era Vargas (1930-1945) constitui um período marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, caracterizado pela crescente centralização do poder e pela reorganização das estruturas administrativas do Estado. Partindo desse contexto, esta pesquisa busca compreender de que maneira as políticas implementadas durante o governo de Getúlio Vargas repercutiram em Mineiros do Tietê, município do interior paulista, evidenciando as relações entre as diretrizes nacionais e as dinâmicas locais. O estudo tem como objetivo analisar os impactos das reformas administrativas, das políticas econômicas e da atuação da imprensa no cotidiano político e social do município. Para isso, foram utilizadas como principais fontes históricas as atas da Câmara Municipal de Mineiros do Tietê, referentes ao período de 1930 a 1945, e exemplares dos jornais locais A Reação e Jornal de Mineiros. A análise das atas evidencia as transformações provocadas pela centralização político-administrativa, especialmente a redução da autonomia municipal, a nomeação de prefeitos e o fechamento das Câmaras durante determinados momentos do período. Também são observadas ações relacionadas ao controle de preços, à organização territorial e à administração dos serviços públicos, demonstrando a incorporação das diretrizes do governo federal às práticas municipais. No campo econômico, a pesquisa identifica os efeitos das políticas de regulação da produção e comercialização agrícola, sobretudo diante da crise do café e da expansão do cultivo do algodão. A imprensa local, por sua vez, revela a circulação de discursos nacionalistas, anticomunistas e favoráveis ao projeto político de Vargas, embora também apresente demandas vinculadas aos interesses da população e dos produtores locais. Os resultados demonstram que as transformações promovidas pelo governo Vargas ultrapassaram os limites dos grandes centros urbanos e alcançaram pequenas cidades do interior, modificando suas estruturas administrativas, econômicas e políticas. Assim, o estudo evidencia a importância das fontes locais para compreender como um projeto nacional de centralização e desenvolvimento foi recebido, adaptado e incorporado às especificidades de uma comunidade do interior paulista.

Palavras-chave: Era Vargas; Mineiros do Tietê; Centralização política; Administração municipal; Imprensa local.

[159] Mestranda, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista: CAPES. maria.tozelli@aluno.ufop.edu.br

A Outra Quinta Coluna:
diplomacia pública sigilosa dos EUA no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial

Matan Ankava[160]

Durante o Estado Novo, o termo "quinta coluna" se consolidou como referência a ameaças – reais ou imaginadas – contra a nação, apresentadas por grupos favoráveis aos países do Eixo. Neste trabalho, ao contrário, tratamos da atuação sigilosa no país de agentes operados pelos EUA, quem representavam o principal aliado do Brasil no cenário geopolítico global. Em particular, tratamos da atuação do "Comitê Coordenativo no Brasil" (Coordination Committee for Brasil), grupo que reunia diversos representantes de grandes empresas norte-americanas, formalmente presentes no Brasil por razões privadas e comerciais. Criado e operado pelo Departamento de Estado e pelo Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, de Nelson Rockefeller, o Comitê mobilizou seu capital social, recursos econômicos e suas redes de contatos para assumir um papel central na formulação e execução de políticas culturais e econômicas dos EUA em relação ao Brasil. Sob a fachada do setor privado, o grupo não se restringiu a práticas diplomáticas tradicionais e/ou oficiais, mas se engajou em atividades de propaganda, frequentemente velada, destinadas a influir sobre a opinião pública dos brasileiros e garantir seu apoio às causas norte-americanas. Neste movimento, coube um papel central à radiodifusão, como ferramenta midiática privilegiada. Atuando junto às emissoras brasileiras, os integrantes do Comitê levantavam informações sobre o mercado local e a audiência, propunham conteúdos, contataram profissionais e patrocinadores e monitoravam, in loco, a execução da política externa norte-americana por meio do rádio – principal veículo de comunicação de massa na época. Desta forma, assumiram um papel importante no engajamento da população brasileira na Guerra e nas Relações Internacionais em geral. O grupo tornou-se, portanto, um organismo central no cumprimento dos propósitos da Política da Boa Vizinhança – ao mesmo tempo que desafiava a soberania nacional em prol do reforço da hegemonia norte-americana. Adotando uma abordagem historiográfica transnacional, fundamentada a partir de fontes primárias e referencial bibliográfico localizado em arquivos públicos e privados nos EUA e no Brasil, foi possível recuperar a atuação do grupo, lançando um novo olhar para os arranjos políticos locais e internacionais que marcaram o posicionamento do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, as relações diplomáticas entre o país e os EUA, e o papel dos meios de comunicação naquela conjuntura.

Palavras-chave: Coordination Committee for Brazil; Office of the Coordinator of Inter- American Affairs; Governo Vargas; Segunda Guerra Mundial; Propaganda.

[160] Doutorando, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo (USP). matan.ankava@gmail.com

"Figuras a quem deve o Nordeste o socorro pronto":
O Governo Provisório de Getúlio Vargas e a atuação do DNPM e da IFOCS nos sertões nordestinos

Evilly Milly dos Santos Pereira [161]
João Victor Sousa Félix Lima [162]

Esta comunicação tem como objeto de análise os alinhamentos, projetos e medidas políticas adotadas durante o governo provisório de Getúlio Vargas, presentes nos Boletins técnicos da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Conhecer, organizar e resolver sobre diretrizes cientificas, essas eram coordenadas do governo de Vargas segundo Ângela Gomes (2011), tornando assim, a década de 1930 uma arena de intensas movimentações políticas e econômicas. Nas zonas de seca, a problemática da estiagem passou a angariar mais investimentos a partir do governo provisório de Vargas, interessado em integrar o Nordeste ao seu projeto nacional-desenvolvimentista. Em paralelo, buscando a inserção do Brasil em um circuito industrial perpassou a constituição do DNPM que visava implementar as políticas de exploração mineral nos interiores nordestinos, na procura de minerais estratégicos de esforço bélico diante dos conflitos mundiais do século XX. Nesse sentido, em meio a desejos políticos e econômicos de inserir o Nordeste em um plano de desenvolvimento, tanto pelo solo, pela seca, seja pela riqueza mineral, passou a ser visto como possíveis instrumentos de manobras políticas. Metodologicamente, o trabalho encaminha-se pela análise de fontes institucionais os Boletins técnicos da IFOCS e do DNPM, fontes hemerográficas publicizadas durante a década de 1930. Mediante a isso, Vargas, através de departamentos e instituições, expandiu os investimentos e incentivos financeiros e políticos, amplificando seus planos desenvolvimentistas também aos sertões nordestinos.

Palavras-chave: Vargas; DNPM; IFOCS

[161] Mestranda em História, PPGHC/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista: CAPES. evillypereiramest@gmail.com

[162] Mestrando em História, PPGHC/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). jhistoria209@gmail.com

No rastro do Varguismo:
aliança e ruptura no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (1955)

Bruna Inês Carelli Mendes[163]

A presente proposta busca analisar como a aproximação do sindicalismo oficial do regime varguista à base operária, durante a gestão de João Goulart no Ministério do Trabalho, favorece um ambiente de disputa política no interior do movimento sindical. Esse ambiente de competição possibilita um novo vigor aos comunistas que, durante 1953 e 1954, mantinham-se em constante oposição ao governo de Getúlio (GOMES, 2007, p. 71). Esse contexto foi o pano de fundo para os acontecimentos que marcaram a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) na década de 1950. Em 1955, o SMVR foi tomado por uma chapa de oposição que reunia, sob uma mesma candidatura, lideranças de trajetórias ideológicas antagônicas, de um lado, José Cláudio Alves, supostamente de origem integralista, e Nestor Lima, alegadamente vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Hipoteticamente, essa aliança pode ser lida como uma tentativa de ruptura com um padrão de gestão sindical identificada com os interesses patronais da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Essa aliança, no entanto, revelou-se instável assim que a chapa assumiu a direção. O próprio José Cláudio Alves solicitou ao Ministério do Trabalho a intervenção no sindicato, mobilizando contra seu colega de chapa o discurso anticomunista que, no contexto pós-1953, dispunha de ampla legitimidade e caráter intimidador dentro do campo trabalhista. A tentativa, contudo, não se concretizou. Houve mobilização direta dos trabalhadores, que ocuparam a sede do sindicato, barraram a intervenção e resultou na substituição de José Cláudio Alves por Nestor Lima na direção executiva da entidade. Este trabalho parte da hipótese de que a formação dessa chapa, reunindo lideranças de trajetórias tão distintas, configurou uma tentativa de ruptura com o padrão de sindicalismo de conciliação que caracterizava as diretorias sindicais anteriores, marcadas por um diálogo frequente e pouco conflituoso com a CSN. O episódio da resistência ao Ministério do Trabalho, embora não seja o foco central da análise, é tomado aqui como um indício dessa ruptura, ao barrar a intervenção, a base operária evidenciou os limites do controle estatal sobre um movimento sindical que, embora formalmente subordinado à estrutura corporativista varguista, produzia, na prática cotidiana da fábrica, formas próprias e eficazes de disputa e legitimação política.

Palavras-chave: Sindicato, Ministério do Trabalho, Companhia Siderúrgica Nacional

[163] Graduanda em História, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). brunacareli05@gmail.com

O "chequismo" e a construção dos inimigos da nação:
discursos políticos e disputas de sentido no jornal O Legionário (1934)

Thalysson de Sousa Rodrigues[164]

A Ação Integralista Brasileira utilizou amplamente a imprensa como instrumento de difusão de seu projeto político e de construção de uma identidade nacional pautada em valores autoritários, nacionalistas e ultracatólicos. No Ceará, durante a década de 1930, o jornal O Legionário destacou-se como importante veículo de circulação dessas ideias, difundindo críticas ao comunismo, ao liberalismo e a outros grupos considerados adversários do movimento. Nesse contexto, o periódico atuou não apenas como meio de informação, mas como espaço de produção discursiva, mobilizando conceitos, memórias e interpretações do passado para legitimar determinadas leituras da realidade. Este trabalho tem como objetivo investigar de que maneira O Legionário participou da construção de sentidos no "presente daquele passado", analisando a operacionalização de conceitos políticos e a produção discursiva de inimigos no contexto do integralismo cearense. A análise fundamenta-se nas contribuições teóricas de Michel Foucault, Reinhart Koselleck e François Hartog, compreendendo o discurso e os conceitos históricos como instrumentos de poder inseridos em disputas pela produção da verdade e marcados por tensões entre passado e futuro. Nesse processo, os conceitos políticos, mobilizados em diferentes regimes de historicidade, são constantemente disputados e ressignificados conforme as relações de poder. A metodologia consiste em uma abordagem documental do jornal O Legionário, tendo como principal referência analítica a História dos Conceitos, de Reinhart Koselleck. Os jornais são, assim, compreendidos não apenas como produtos culturais, mas como espaços de produção e difusão de ideologias. Como resultados esperados, pretende-se demonstrar que O Legionário desempenhou papel significativo na disseminação de valores conservadores e ultracatólicos, contribuindo para a construção de imaginários sociais marcados pela oposição ao comunismo e ao liberalismo e pela defesa de uma determinada ordem política e social.

Palavras-chave: Autoritarismo; Integralismo; Anticomunismo.

[164] Mestrando, Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Espacialidades (PPGHCE), Universidade Estadual do Ceará (UECE). thalyssonhist@gmail.com

O Projeto Nacional de Desenvolvimento do PDT:
impasses organizacionais do trabalhismo na Nova República

Valquiria Kelly Zanzarini Braga [165]

O tema de nossa pesquisa é o projeto nacional de desenvolvimento do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e sua aderência na militância partidária no intervalo de tempo entre sua criação em 1981 e a morte de sua principal liderança, Leonel de Moura Brizola, em 2004. Se é clara e unânime entre os estudiosos a relevância do PTB, e consequentemente, os estudos sobre esse partido, o mesmo não se pode dizer sobre o PDT. Após o ínterim ditatorial os estudos sobre o partido são escassos, uma vez que se destacam leituras de cunho biográfico da figura de Leonel de Moura Brizola, líder histórico do partido. Cientes da veemente importância do PDT no debate político sobre temas caros a um projeto de país, pretendemos investigar o que caracteriza seu projeto nacional e, posteriormente, verificar qual era a capilaridade destes temas no interior do próprio partido e nos mecanismos democráticos nos quais ele estava inserido.

Palavras-chave: Partido Democrático Trabalhista; desenvolvimentismo; trabalhismo; brizolismo; populismo.

[165] Doutoranda, Universidade de São Paulo (USP). valquiriabraga@alumni.usp.br

Instituições de sequestro no Regime Vargas em Santa Catarina (1930-1945)

Dhuna Schwenke[166]

Este trabalho tem o objetivo apresentar a materialização em Santa Catarina, em específico Florianópolis, sob o governo do interventor federal Nereu Ramos, das políticas varguistas de controle social. No período de 1930 a 1945 o governo de Getúlio Vargas implementou políticas que unissem preceitos biodeterministas e autoritários na leitura da realidade social, buscando-se uma identidade brasileira trabalhadora, em oposição aos desviantes, vagabundos, considerados inimigos internos que ameaçavam a ordem. Diante desse cenário, as elites florianopolitanas almejavam uma cidade higienizada e segregada, promovendo práticas de controle social que incluíam o uso de instituições de sequestro. Cada grupo que pudesse ser considerado um obstáculo à civilidade seria, teoricamente, destinado a uma instituição específica: para os menores, o Abrigo de Menores; para os loucos, o Hospital Colônia Santana; e para os criminosos e desviantes, a Penitenciária de Florianópolis. Assim, este trabalho parte deste contexto para analisar as construções discursivas presentes na revista de propaganda de 1939 Santa Catarina, que narra as inaugurações e reformas realizadas por Getúlio Vargas e Nereu Ramos, mobilizando preceitos biodeterministas voltados ao controle social.

Palavras-chave: Instituições de sequestro; biodeterminismo; Santa Catarina

166 Mestra e doutoranda em História, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista: PROMOP. dhunateixeira@gmail.com

Revolução ou golpe? Pai dos pobres ou ditador violento? Ensaio sobre polêmicas e impactos do governo Vargas

Thiago Cavaliere Mourelle[167]

Este texto se propõe a ser um ensaio, enumerando ideias de quem estuda o governo Vargas há mais de vinte anos e que já possui uma longa estrada entre livros, artigos e eventos dos mais diversos. Caminho este em que pude conversar com incontáveis especialistas, de diversas gerações e com visões políticas distintas. O grupo de pesquisa que ora lidero – em parceria com o professor Orlando de Barros – chama-se "Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos". Mas, afinal, que "desdobramentos" são esses? Quais os impactos que o governo Vargas teve (e ainda tem) na história brasileira?

Palavras-chave: Governo Vargas; Estado Novo; Segundo Governo Vargas

[167] Doutor em História; historiador do Arquivo Nacional. thiagocmourelle@gmail.com

"Daqui saiu um expedicionário":
o Clube de Regatas do Flamengo veste a camisa da Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Lucas Abrantes da Rocha [168]

Nos últimos dias de 1944, o Jornal dos Sports, ao noticiar que recebeu os permanentes – espécie de credenciais para o período – esportivos e sociais do Flamengo para a próxima temporada, chamou a atenção para um "detalhe interessante": nos envelopes dos cartões de frequência constava uma estrela, símbolo, na época, de que do clube havia saído um expedicionário. A publicação ainda mencionava a participação na Segunda Guerra Mundial de Perácio, relevante jogador rubro-negro e integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Perácio havia embarcado para o teatro de operações italiano e, como salienta o periódico, representava a contribuição atlética do Flamengo para a FEB. Aliás, em carta para o destacado locutor esportivo Ari Barroso, publicada em veículos da imprensa naquele mesmo ano, o próprio jogador se colocava como um símbolo rubro-negro no conflito: ao garantir que "faria tudo pela vitória", afirmava que com a sua participação, o Flamengo, de forma especial, estaria contribuindo diretamente para a derrota do Nazifascismo. Enquanto outros atletas, como Zizinho – um dos principais jogadores do clube e do futebol brasileiro dos anos 1940 –, obtiveram liberação da tropa expedicionária, Perácio seguiu para o conflito. Embora a ida do atleta para a guerra não tenha sido uma prioridade da agremiação – a maior preocupação era o âmbito esportivo –, sua presença contribuiu para uma maior articulação do Flamengo com o discurso nacionalista, exaltado naquele contexto de tensão mundial. Representava a instituição esportiva no conflito, era o "Flamengo na guerra". Nesse sentido, a presente comunicação tem como objetivo analisar, a partir da cobertura de imprensa na época (1944-1945), as repercussões da participação de Perácio na FEB e na guerra, relacionando-as à retórica nacionalista associada ao Flamengo – e enaltecida – naquele contexto de acirramento do conflito mundial.

Palavras-chave: Clube de Regatas do Flamengo; José Perácio; Força Expedicionária

[168] Doutorando em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). lucasabranteshist@gmail.com

Candeeiros do passado, guardiões da memória? Uma leitura da política no Maranhão a partir do IHGM (décadas de 1920 e 1930)

Joabe Rocha de Almeida [169]

Fundado em 1838 com o objetivo de pensar a formação da nação a partir de postulados historiográficos comprometidos com a gênese do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) inspirou, ao longo da segunda metade do século XIX, a criação de institutos congêneres em diversos estados, sobretudo no antigo Norte (atual Nordeste), como resposta regional à centralização da escrita historiográfica no eixo sul/sudeste — movimento inaugurado pelo pioneiro Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1862) e seguido por congêneres em Alagoas, Ceará, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. Enquanto o IHGB voltava-se à construção de uma ideia de nação no contexto do Segundo Império, os institutos regionais orientavam-se à instituição de identidades políticas e geográficas locais. No Maranhão, essa iniciativa só se concretizou tardiamente: em 20 de novembro de 1925, onze sócios-fundadores criaram o Instituto de História e Geographia do Maranhão (IHGM), que no ano seguinte lançou revista própria de circulação impressa para dar visibilidade a seus objetivos. Tomando o IHGM como referência, o trabalho analisa o contexto social e as estruturas políticas do Maranhão entre as décadas de 1920 e 1930 a partir do mapeamento das publicações de seus sócios-fundadores, examinando a situação da instituição antes da Revolução de 1930 e seus desdobramentos no estado, bem como os posicionamentos políticos assumidos por seus membros nesse recorte temporal.

Palavras-chave: Institutos Históricos e Geográficos; Maranhão; Historiografia; Revolução de 1930.

[169] Doutorando em História Comparada, PPGHC/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/PPGHis). Realizou Estágio de Doutorado Sanduíche (PDSE/CAPES) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. joabedealmeida.rocha@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 13

St13 MEMÓRIA, SENSIBILIDADE E PODER:
tensões e disputas entre passado e presente

COORDENADO POR

Alessa Nara Fortunato Pena

Alex Lisboa Araújo

Lino José P. Ferreira

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS UFJF
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

MEMÓRIA, SENSIBILIDADE E PODER:

tensões e disputas entre passado e presente

8 E 9 DE OUTUBRO, DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Alessa Nara Fortunato Pena
Mestranda, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista: FAPEMIG. alefortt013@gmail.com

Alex Lisboa Araújo
Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
8alexlisboa@gmail.com

Lino José Pacheco Ferreira
Mestrando, Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
linopf10@gmail.com

SESSÃO 1

8 de outubro, das 8h às 12h · Eixo: Ditadura, memória e vozes silenciadas: repressão política e resistência no século XX

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	A voz interditada: censura, memória e história dos vencidos em O avesso da pele	8h10
2	Militares, Imprensa e Comissão Nacional da Verdade: políticas do tempo na disputa pela memória da ditadura (2012–2014)	8h25
3	Vozes que tecem saberes: oralidade e transmissão do ofício artesanal com cipó na comunidade da Bica, Cascavel-CE	8h40
4	Escrever contra o esquecimento: memória, migração e poder na escrita autobiográfica de Françoise Ega	8h55
5	Do sangue ao sacro: memória e silêncio no Massacre do Retiro e no culto ao "Ciganinho Milagroso"	9h10
6	Um passado que não passa: a construção da memória de Alípio de Freitas entre a ditadura e o Tempo Presente (1970-atual)	9h25
7	O fato sem o documento: a institucionalização de uma confissão tardia da ditadura e a contraprova dos arquivos (Usina Cambahyba, 1973-1975)	9h40
8	"Vai ficar na História. Já tá ficando": memória, paisagem e futuros em disputa nas comunidades rurais de Buriti (MA)	9h55
9	O 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa/RJ e sua importância como lugar de memória da ditadura militar no Sul-Fluminense	10h10
10	Memórias de Guerra, Silêncios de Gênero: experiências de Mulheres Soviéticas na Segunda Guerra Mundial	10h40
11	Memórias de Bairro: investigando a presença negra na Ressaca, dos "enxovianos" ao "quilombo de passagem", memórias e resistências	10h55
12	A face civil da repressão: o expurgo pós-golpe de 1964 em Uberlândia	11h10

SESSÃO 2

9 de outubro, das 8h às 12h · Eixo: Sensibilidades, cultura política e disputas de sentido: do Império ao tempo presente

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	O jingle enquanto vetor da cultura política local no norte de Minas Gerais	8h10
2	Apropriação política da camisa da Seleção Brasileira e a polarização nacional a partir da ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo	8h25
3	A redenção em retrato: memória, sensibilidade e trabalho no álbum humanitário suíço Ein Wort des Dankes (1963)	8h40
4	Fotografia & Contracultura: produção de presença e sensibilidades político-culturais nos Estados Unidos (1970–1980)	8h55
5	As Exposições Nacionais e projetos de modernização da agricultura do Brasil Imperial (1861-1881)	9h10
6	Para além dos silêncios: uma análise sobre a participação política de afrodescendentes na Argentina através do periódico El Negrito (1833)	9h25
7	O passado como forma de legitimidade: usos políticos da figura de Frederico II da Prússia durante a República de Weimar (1919-1933)	9h40
8	A República n'O Jequitinhonha: usos políticos do passado na imprensa norte-mineira (1860-1873)	9h55
9	A cidade monumental em disputa: arquitetura, corpos e ação política em 8 de janeiro	10h10
10	O Egipto Praia (Lobito, Angola) e o tráfico de escravos: itinerário de um embarcadouro secundário, da integração atlântica à patrimonialização	10h25

A cidade monumental em disputa:
arquitetura, corpos e ação política em 8 de janeiro

Alessa Nara Fortunato Pena [170]

Esta comunicação visa investigar as relações entre memória, história, espaço e usos políticos do passado a partir da ocupação da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Parte-se da compreensão de que a arquitetura e a organização urbanística de Brasília não constituíram apenas o cenário do acontecimento, mas participaram da produção das condições materiais, simbólicas e performativas de sua realização. Nesse sentido, busca-se compreender por que a Praça dos Três Poderes se constituiu como epicentro da ação e como os agentes organizaram seus deslocamentos, concentrações e ocupações ao longo dos espaços que materializam simbolicamente a estrutura do poder republicano. Propõe-se analisar as dinâmicas do acontecimento - a invasão dos edifícios, os deslocamentos coletivos, os gestos performáticos, as palavras de ordem e a seletividade entre destruição e preservação - como práticas de apropriação e (re)produção do espaço, por meio das quais a arquitetura monumental de Brasília foi simultaneamente ocupada, ressignificada e transformada em suporte para a produção de imagens e narrativas políticas. Metodologicamente, mobilizam-se registros audiovisuais, relatórios oficiais, documentos e matérias jornalísticas como fontes, compreendendo-os não apenas como evidências documentais, mas como registros das experiências sensíveis, dos percursos e das formas de representação produzidas durante e sobre o acontecimento. A abordagem teórico-metodológica articula reflexões sobre produção do espaço, memória, políticas do tempo e performatividade da linguagem, permitindo compreender a ocupação como uma prática na qual corpos, arquitetura, símbolos e temporalidades se articulam na produção de sentidos políticos. Nesse contexto, expressões como “intervenção já”, “abaixo o STF” e “S.O.S. Forças Armadas” operam não apenas como enunciados, mas como práticas performativas que mobilizam afetos, produzem identificações e organizam formas de ação coletiva. A ocupação desses espaços, portanto, não produz apenas uma disputa territorial, mas também uma disputa pelas formas de representar o povo, a nação, a democracia e o próprio passado político brasileiro. Ao evidenciar como arquitetura, práticas espaciais, memória e representação se articulam na produção do acontecimento, a comunicação busca contribuir para os debates sobre representação e representatividade, problematizando os modos pelos quais espaços de poder são apropriados, ressignificados e disputados por diferentes sujeitos políticos.

Palavras-chave: 8 de janeiro; Arquitetura; Brasília; Performatividade; Usos do passado.

[170] Coordenadora do ST13. Mestranda, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista: FAPEMIG. alefortt013@gmail.com

A face civil da repressão:
o expurgo pós-golpe de 1964 em Uberlândia

Lino José Pacheco Ferreira [171]

Esta proposta de comunicação busca apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado voltada para o estudo dos processos de repressão política que ocorreram na cidade de Uberlândia, desencadeados a partir do golpe de 1964. Assim, pretende-se investigar a participação de indivíduos da sociedade civil nesse episódio de repressão. Almeja-se compreender melhor quem eram esses sujeitos, quais os motivos que os levaram a se envolver no processo de expurgo e qual foi o impacto desse envolvimento em suas biografias. Várias figuras proeminentes da cidade são mencionadas nesses processos, algumas na condição de colaboradores do aparato repressor, outros foram vítimas, alvos da perseguição política do novo regime. A pesquisa está sendo desenvolvida com base na análise de fontes produzidas pelos próprios organismos de repressão ditatorial, com destaque para um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para a investigação de "atividades subversivas" em Uberlândia e a documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). Desse modo, o estudo propõe uma dialogia entre a história local da cidade de Uberlândia e a historiografia a respeito do golpe de 1964 e da Ditadura Civil-Militar. O presente trabalho dialoga com os referenciais teóricos do campo da História Política, como os estudos de Rene Rémond. Dessa maneira, esta pesquisa pretende abordar e denunciar a repressão ocorrida na etapa mais inicial da Ditadura Civil-Militar, destacando a participação de elementos da sociedade civil, enquanto agentes da repressão em Uberlândia. Este estudo busca reforçar a ideia de que os militares apenas conseguiram deflagrar o golpe e permanecer no poder devido ao apoio obtido junto a importantes segmentos da sociedade civil, não somente nos grandes centros da nação, mas também em regiões interioranas, como é o caso da cidade de Uberlândia.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar, Uberlândia, Repressão, Golpe de 1964, História Política.

[171] Coordenador do ST13. Mestrando, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). linopf10@gmail.com

A voz interditada:
censura, memória e história dos vencidos em O avesso da pele

Jean Carlos Pereira [172]

Este trabalho é parte de pesquisa em andamento. Analisa os episódios de censura e tentativa de interdição de O avesso da pele (2020), de Jeferson Tenório, no espaço escolar, com atenção aos casos ocorridos no Paraná e em Santa Catarina, compreendendo-os como manifestações de uma disputa política em torno da circulação de narrativas, da memória e da formação do leitor. Parte-se da hipótese de que a censura não incide exclusivamente sobre a materialidade do livro ou sobre determinados conteúdos considerados inadequados, mas sobre a possibilidade de circulação de uma voz social que tensiona narrativas históricas hegemônicas. A partir de Bakhtin (2014), compreende-se a obra literária como espaço de confronto e coexistência de vozes sociais; nesse sentido, sua interdição constitui também uma tentativa de silenciamento da "voz do outro". Em diálogo com Fanon (2008), considera-se que esse outro não é uma categoria abstrata, mas um sujeito historicamente produzido pelas relações coloniais e raciais, cuja experiência é atravessada pela violência e pela desumanização. Recorre-se ainda a Benjamin (1987) para compreender a memória como campo de disputa, no qual a narrativa histórica dos vencedores se contrapõe às experiências dos vencidos. Em Gramsci (2001), a noção de hegemonia permite compreender como determinadas formas de representação do passado e do presente se consolidam como dominantes. Nessa perspectiva, a retirada ou restrição da obra no ambiente escolar pode ser entendida como uma forma de "interdição da memória", ao limitar a transmissão, às novas gerações, de narrativas sobre a experiência negra, o racismo e a violência. Argumenta-se, portanto, que a censura de O avesso da pele ultrapassa a controvérsia em torno de linguagem ou conteúdo e se inscreve em uma disputa mais ampla pelo direito de narrar o passado e produzir sentidos sobre o presente. Ao incidir sobre a escola, espaço institucional de formação e transmissão cultural, a interdição contribui para a conservação da hegemonia de determinadas narrativas históricas em detrimento de outras, evidenciando a dimensão política da memória e da formação do leitor no tempo presente.

Palavras-chave: Censura; Memória; História dos vencidos; Literatura; Formação do leitor.

[172] Mestre em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). jean.c.pereira@edu.ufes.br

Militares, Imprensa e Comissão Nacional da Verdade:
políticas do tempo na disputa pela memória da ditadura (2012–2014)

Brunna Carla Santos de Souza [173]

O presente trabalho analisa a construção discursiva dos militares brasileiros durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2012–2014), investigando a circulação e o enquadramento dessas narrativas nos jornais Folha de S.Paulo e O Globo. A instalação da comissão instaurou uma fratura no pacto conciliatório da Nova República ao interpelar publicamente as Forças Armadas sobre a responsabilidade institucional pelas graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Diante dessa conjuntura, setores militares da ativa e da reserva reagiram por meio de pronunciamentos, manifestos e notas públicas veiculadas com ampla visibilidade na grande imprensa. Mobiliza-se a categoria de políticas do tempo (Mudrovcic, 2018) para examinar como a memória da ditadura foi agenciada no debate público, articulando-se à noção de operação midiográfica (Menezes, 2011) para compreender a escrita da história forjada pelos meios de comunicação. Ancorada na História do Tempo Presente e na Análise do Discurso, a investigação apoia-se em um corpus empírico de 66 registros jornalísticos, compreendendo declarações, reportagens e editoriais publicados entre a instalação da CNV e a entrega do Relatório Final (2012 – 2014). A análise identifica quatro eixos discursivos centrais: a reatualização da matriz anticomunista da Guerra Fria; o recurso à teoria dos dois demônios para nivelar assimetricamente as violências estatais e a oposição armada; o uso da Lei da Anistia de 1979 como entrave discursivo para interditar punições; e a exaltação da concepção tutelar do Exército como garantidor da ordem nacional. Conclui-se que o enquadramento editorial operou em convergência com os interesses castrenses ao admitir a verdade factual da violência repressiva, mas consolidar a narrativa da "página virada", preservando o interdito à justiça de transição punitiva e blindando a autoridade política das Forças Armadas no presente.

Palavras-chave: Militares; Comissão Nacional da Verdade; Políticas do Tempo.

[173] Mestranda, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). brunnacarlariquelme2014@gmail.com

Vozes que tecem saberes:
oralidade e transmissão do ofício artesanal com cipó na comunidade da Bica, Cascavel-CE

Michelly Maria da Silva Cavalcante[174]

O artesanato em cipó desenvolvido na Comunidade da Bica, localizada no município de Cascavel, Ceará, constitui uma prática cultural historicamente vinculada à formação social e econômica da comunidade, sendo responsável não apenas pela produção de artefatos, mas pela constituição de saberes e formas próprias de compreender o território vivido. Aprendido predominantemente por meio da convivência familiar, da observação e das narrativas compartilhadas entre gerações, o ofício evidencia processos de aprendizagem que extrapolam os espaços formais de educação e se consolidam nas experiências cotidianas dos artesãos. Partindo dessa perspectiva, este trabalho objetiva compreender de que maneira a oralidade participa da transmissão dos saberes relacionados ao artesanato em cipó, contribuindo para a continuidade dessa prática cultural na Comunidade da Bica. Considera-se que os conhecimentos necessários ao desenvolvimento do ofício não se restringem às técnicas de coleta, preparo e manuseio da matéria-prima, mas envolvem as memórias e as formas de pertencimento construídas coletivamente ao longo da história da comunidade. Portanto, este trabalho também se dispõe a discutir o papel da oralidade na transmissão dos saberes relacionados ao artesanato em cipó e como esse processo contribui para a continuidade dessa prática cultural na Comunidade da Bica. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando pesquisa, articulando pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A produção das fontes ocorrerá por meio de pesquisa documental observação participante e registro de narrativas orais dos artesãos, compreendidas como caminhos para analisar os processos de transmissão dos saberes relacionados ao ofício. O estudo busca contribuir para os debates acerca da preservação de saberes tradicionais, evidenciando que a continuidade do artesanato em cipó está profundamente relacionadaàs vozes daqueles que, ao compartilharem suas experiências, mantêm vivo um patrimônio cultural construído e ressignificado no cotidiano da Comunidade da Bica.

Palavras-chave: Oralidade; Educação Popular; Artesanato com cipó.

[174] Mestranda em História, Cultura e Espacialidades, Universidade Estadual do Ceará (UECE). michellymaria1412@gmail.com

Escrever contra o esquecimento:
memória, migração e poder na escrita autobiográfica de Françoise Ega

Amanda Gabriela Souza Rodrigues[175]

Este resumo analisa a escrita autobiográfica de Françoise Ega, com foco em Cartas a uma negra (1962-1964), a partir das relações entre memória, migração e poder. Mulher negra martinicana radicada na França, Ega registra, em seus escritos, experiências de trabalho, racismo, desigualdade, deslocamento e pertencimento, construindo uma narrativa que ultrapassa a dimensão individual e permite problematizar as relações sociais e as permanências de estruturas coloniais no contexto francês. Parte-se da compreensão de que a memória não constitui apenas um registro do passado, mas um campo de disputas no qual diferentes sujeitos produzem sentidos sobre experiências históricas e reivindicam o direito de narrá-las. Nesse sentido, busca-se compreender como Ega transforma a experiência migratória em escrita e como essa escrita atua na elaboração e preservação de uma memória sobre a experiência de mulheres negras antilhanas na França. Interessa compreender, ainda, como a narrativa autobiográfica permite tensionar formas de silenciamento e perspectivas hegemônicas sobre a migração, especialmente quando consideradas as relações entre raça, gênero, classe e colonialidade. A análise considera o contexto histórico das migrações antilhanas para a França e as políticas que orientaram esses deslocamentos, incluindo a criação do BUMIDOM, compreendendo a migração como experiência atravessada por relações de poder. A partir da perspectiva da escrevivência, compreendida como possibilidade de produção de conhecimento a partir de experiências historicamente subalternizadas, argumenta-se que a escrita de Ega constitui uma prática de memória e resistência. Ao narrar o cotidiano, registrar violências e afirmar sua própria voz, a autora produz uma memória alternativa sobre a experiência migratória e desloca o lugar tradicionalmente ocupado por sujeitos negros nas narrativas históricas. A recuperação dessa escrita no presente permite, assim, refletir sobre a permanência de questões relacionadas ao racismo, à desigualdade e às heranças coloniais, evidenciando como experiências do passado continuam atravessadas por disputas de sentido no presente. Desse modo, a comunicação pretende discutir a escrita autobiográfica como espaço de disputa política da memória, no qual recordar, narrar e escrever constituem formas de enfrentar o esquecimento e intervir na produção dos sentidos atribuídos ao passado.

Palavras-chave: Françoise Ega; Memória; Migração; Escrita autobiográfica; Poder.

[175] Mestranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). amandagabrielasouza6@gmail.com

Do sangue ao sacro:
memória e silêncio no Massacre do Retiro e no culto ao "Ciganinho Milagroso"

Valéria Sabrina Barbosa Nolêto[176]

Este trabalho propõe investigar a oscilação entre memória e esquecimento do Massacre do Retiro, ocorrido em 11 de novembro de 1913, quando cerca de 200 pessoas ciganas foram executadas por agentes da Polícia Militar. Quatro anos após a chacina, surgiu um culto devocional em torno do "Ciganinho Milagroso" – uma criança cigana vítima do massacre –, cuja análise revela a ambivalência entre preservação e apagamento da memória. A pesquisa busca compreender os mecanismos de apagamento étnico, historiográfico e simbólico dos povos ciganos brasileiros, considerando as relações entre violência estatal, memória e território. Parte-se da hipótese de que a construção de uma imagem negativa do sujeito cigano contribuiu para a legitimação da violência e para o posterior apagamento de suas circunstâncias históricas. Considera-se também que o culto ao "Ciganinho Milagroso" funciona como um mecanismo simbólico que, ao mesmo tempo em que mantém viva a lembrança parcial do massacre em linguagem devocional, neutraliza e despolitiza as mortes dos ciganos adultos, convertendo o acontecimento em mito. Nesse sentido, interessa compreender como o passado permanece operante no presente por meio de narrativas, sensibilidades e formas de apropriação simbólica do território em que o massacre ocorreu. Serão analisadas matérias jornalísticas da época e a fortuna crítica sobre os povos ciganos, no Brasil e no exterior. Os materiais devocionais associados ao culto serão examinados como fontes auxiliares, fundamentais para compreender o entrelace entre representações, deslocamentos e reconstruções da memória. A pesquisa pretende contribuir para a construção de uma história contra a violência, o apagamento e a exclusão dos povos ciganos, ressaltando a necessidade de incluir e compreender vozes historicamente silenciadas.

Palavras-chave: Povos ciganos; Memória coletiva; Violência estatal; Apagamento étnico; Culto devocional popular.

[176] Mestranda em História, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). valeria.barbosa@aluno.ufop.edu.br

Um passado que não passa:
a construção da memória de Alípio de Freitas entre a ditadura e o Tempo Presente (1970-atual)

Alicia Moreira Felix[177]

Esta comunicação resulta da pesquisa de doutoramento da autora, dedicada à trajetória biográfica de Alípio Cristiano de Freitas, sacerdote português naturalizado brasileiro que atuou em São Luís- MA como padre até 1962, quando abandonou o clero para ingressar na Ação Popular (AP) e posteriormente se envolver com organizações de esquerda, sendo preso por dez anos (1970-1979) e torturado pela ditadura civil-militar brasileira. O trabalho concentra-se, sobretudo, na terceira parte da pesquisa, voltada à análise das disputas de memória em torno de Alípio, buscando compreender como diferentes conjunturas políticas produziram distintas representações sobre sua trajetória. Durante a ditadura, sua imagem foi marcada pela criminalização promovida pela imprensa e pelos órgãos de repressão, que o classificaram como "subversivo", "comunista", "baderneiro" e "assaltante". Em contraste, após sua morte, em 2017, sua trajetória passou a ser retomada por diferentes grupos como símbolo da resistência à ditadura e como a de um "herói combatente internacionalista". Para isso, são analisadas matérias do Jornal do Brasil (1970–1975) e de O Fluminense (1979), consultadas no acervo do Arquivo Nacional, em contraste com notícias e conteúdos digitais publicados na internet após sua morte, examinados a partir da metodologia da etnografia digital. A comunicação investiga, portanto, essas transformações, atentando para as relações entre memória, esquecimento, reconhecimento e disputas políticas no Tempo Presente. Busca-se, assim, compreender de que modo as diferentes imagens de Alípio foram construídas e mobilizadas entre a ditadura e o período posterior à sua morte, evidenciando que sua memória não é estática, mas atravessada por conflitos e interesses vinculados às conjunturas históricas.

Palavras-chave: Alípio de Freitas; Memória; Ditadura Civil-Militar; Etnografia Digital.

[177] Mestra em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR). aliciafelix8@gmail.com

O fato sem o documento:

a institucionalização de uma confissão tardia da ditadura e a contraprova dos arquivos (Usina Cambahyba, 1973-1975)

José Lysandro Gomes Bainha [178]

Em 2012, um ex-delegado do DOPS capixaba afirmou, em livro de circulação comercial e, depois, em depoimentos à Comissão Nacional da Verdade, ter incinerado os corpos de doze desaparecidos políticos nas caldeiras de uma usina de açúcar do norte fluminense, entre 1973 e 1975. Em pouco mais de uma década, a alegação — desacompanhada de documento de época, de vestígio material e de testemunho independente — converteu-se em enunciado factual reproduzido por relatórios oficiais, decisões judiciais, ato legislativo de tombamento e produções audiovisuais. Esta comunicação examina o percurso pelo qual uma narrativa de fonte única se institucionalizou, e o que os acervos públicos registram — e não registram — sobre ela. O corpus reúne três conjuntos custodiados pelo Arquivo Nacional, consultados pelo SIAN e conferidos na imagem dos originais: os fundos dos órgãos de informação do período (SNI, Polícia Federal, CIE), o fundo da própria Comissão Nacional da Verdade e o fundo do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). O exame documental encontra quatro resultados: o silêncio integral dos fundos da repressão quanto ao episódio narrado; a divergência, dentro de um mesmo dossiê oficial de 1975, entre as datas de desaparecimento atribuídas às vítimas; a admissão escrita, pela própria Comissão, de que não foi possível encontrar evidências concretas do episódio; e a ausência, até hoje, de laudo pericial sobre os fornos, apesar de recomendação expressa do órgão de acusação. A série administrativa e estatística do IAA acrescenta a contraprova operacional: calendário de safra, enquadramento da destilaria e produção medida safra a safra desmentem a moldura industrial que a narrativa pressupõe. Discute-se, à luz da história do tempo presente, o circuito de convalidação — imprensa, comissões, Judiciário, legislador, audiovisual — em que cada elo cita o anterior e nenhum retorna à fonte, e propõem-se critérios mínimos de corroboração para o uso historiográfico de confissões tardias de perpetradores em contextos de justiça de transição. A comunicação não disputa a realidade da repressão, da tortura e do desaparecimento forçado, documentada e pressuposta; disputa o padrão probatório de uma narrativa específica sobre o destino dos corpos, e defende que a memória das vítimas é mais bem servida pela crítica documental do que pela repetição.

Palavras-chave: história do tempo presente; justiça de transição; ditadura civil-militar; crítica documental; memória.

[178] Graduado em Direito (UNIFLU); inspetor de polícia do Estado do Rio de Janeiro. jlysandro@gmail.com

"Vai ficar na História. Já tá ficando":
memória, paisagem e futuros em disputa nas comunidades rurais de Buriti (MA)

Anna Karoline da Silva Nascimento [179]

Este trabalho analisa como moradores de comunidades rurais de Buriti (MA) mobilizam memórias do território para interpretar as transformações provocadas pela expansão do agronegócio da soja e elaborar horizontes de continuidade da vida no campo. Questiona-se de que maneira essas narrativas articulam passado, presente e futuro, convertendo experiências sensíveis do espaço vivido em formas de leitura política das relações de poder que atravessam o território. Parte-se da hipótese de que a memória não funciona apenas como evocação nostálgica de um tempo desaparecido, mas como prática social que torna visíveis perdas ambientais, contesta a representação do agronegócio como destino inevitável e legitima modos locais de viver e conhecer. Com abordagem qualitativa e interdisciplinar, a pesquisa utiliza a História Oral e examina entrevistas realizadas entre 2023 e 2025 com moradores das comunidades Carranca, Areia, Matinha/Faveira e Belém, em diálogo com registros fotográficos produzidos em campo. A interpretação das fontes apoia-se em Portelli (2010), para quem a narrativa oral comunica sentidos atribuídos à experiência; em Pollak (1992) e Delgado (2003), na compreensão da memória como construção situada; e em Santos (2006), na leitura do território como espaço vivido e historicamente produzido. Os relatos contrapõem um passado associado à presença de frutos nativos, água, sossego e liberdade de circulação a um presente marcado pela aproximação das lavouras, pelo desaparecimento de espécies e pela restrição dos caminhos. Simultaneamente, recordações sobre reservas preservadas desde os avós, experiências de retorno ao campo e desejos de transmitir saberes aos filhos demonstram que rememorar também significa projetar continuidade. Conclui-se que essas narrativas transformam a paisagem em arquivo da experiência coletiva e fazem da memória uma linguagem política por meio da qual os sujeitos denunciam perdas, afirmam pertencimentos e disputam os sentidos atribuídos ao presente e ao porvir.

Palavras-chave: Memória; História Oral; Território; Agronegócio; Buriti (MA).

[179] Mestre em Sociedade e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC), Universidade Estadual do Piauí (UESPI). akarolinedasn@aluno.uespi.br

O 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa/RJ e sua importância como lugar de memória da ditadura militar no Sul-Fluminense

Iohana Viana Araujo[180]

O trabalho se propõe a discutir a relevância do 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa/RJ como um lugar de memória para o sul do estado do Rio de Janeiro. Desde a sua fundação, em 1950, o batalhão figurou como um centro de repressão, tortura e morte, especialmente durante a ditadura militar brasileira. Trabalhadores, religiosos, militantes e até mesmo seus próprios soldados tiveram seus direitos humanos violados nas dependências do quartel até 1972, quando este foi fechado após a condenação inédita de nove militares pela Justiça Militar pelo assassinato de quatro soldados dentro do batalhão. A pesquisa tem como objetivo expor os motivos pelos quais este lugar de memória é tão crucial para a construção da memória histórica do sul-fluminense, ainda que seja objeto de um grave processo de esquecimento institucional e de disputa de memória até os dias de hoje. O estudo é exploratório e descritivo, fazendo uso de fontes advindas da CMV-VR e do acervo do CEMESF/UFF, sob a luz do conceito de lugares de memória, de Pierre Nora. Ao fim, pretende-se comprovar o caráter essencial desse lugar de memória sensível e a necessidade de valorização desse local, que representa um capítulo esquecido da história da cidade de Barra Mansa e do interior do Rio de Janeiro de forma geral.

Palavras-chave: ditadura militar; lugare de memória; Barra Mansa, 1º BIB.

[180] Mestranda, PPGHIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista: CNPq. iohanava@gmail.com

Memórias de Guerra, Silêncios de Gênero:
experiências de Mulheres Soviéticas na Segunda Guerra Mundial

Arielly Nogueira Angotti Mateus[181]

Este trabalho analisa as narrativas e memórias sobre a participação das mulheres soviéticas na Segunda Guerra Mundial, com ênfase nas experiências subjetivas, nas sensibilidades e nos silenciamentos mobilizados nos relatos de guerra. Inserida no campo da História das Mulheres, dos Estudos de Gênero e dos Estudos da Memória, a pesquisa busca compreender de que maneira as experiências das combatentes foram construídas, transmitidas e reelaboradas ao longo do tempo, considerando as tensões entre protagonismo e invisibilidade, heroísmo e sensibilidade, agência e violência. Parte-se da compreensão de que a memória da guerra não constitui uma reprodução neutra do passado, mas sim um espaço de disputas no qual diferentes narrativas atribuem sentidos às experiências vividas e definem aquilo que pode ser lembrado, silenciado ou esquecido. Nesse sentido, interessa compreender como determinadas representações heroicas das combatentes soviéticas convivem com memórias marcadas pelo medo, pela dor, pelas perdas, pelos afetos e por experiências consideradas contrárias aos modelos tradicionais de narrativa militar. A metodologia articula contribuições da História Oral, dos estudos de gênero e da teoria feminista, além de aportes da psicologia, mobilizando a análise qualitativa de testemunhos, entrevistas e documentos memorialísticos. O corpus inclui, entre outras fontes, as obras: A Guerra Não Tem Rosto de Mulher, de Svetlana Aleksiévitch (2016), As Bruxas da Noite: A História Não Contada do Regimento Aéreo Feminino Russo durante a Segunda Guerra Mundial, de Ritanna Armeni (2019), e A Dance with Death: Soviet Airwomen in World War II, de Anne Noggle (1994), cujos relatos permitem acessar diferentes formas de elaboração da experiência feminina da guerra. Ao privilegiar as dimensões afetivas, simbólicas e políticas dessas memórias, o trabalho busca investigar como sensibilidades participam da construção de identidades, representações e disputas em torno da memória da Segunda Guerra Mundial. Assim, pretende-se problematizar a permanência de narrativas heroicas e hegemônicas e evidenciar as tensões entre as imagens públicas das “heroínas” e as experiências subjetivas que emergem de suas próprias memórias.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Mulheres Soviéticas; Gênero; Memória; Subjetividade.

[181] Mestranda em História, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista: PROPPI/UFOP. arielly.n.angotti@gmail.com

Memórias de Bairro:

investigando a presença negra na Ressaca, dos "enxovianos" ao "quilombo de passagem", memórias e resistências

Ana Karla Aparecida da Mota Moreira [182]

O atual projeto de pesquisa busca construir reflexões acerca dos lugares racializados em Piraí do Sul, município localizado no estado do Paraná, investigando sobre como a presença negra se inscreve, é percebida e produz significado no espaço urbano atual. O projeto pretende problematizar as dinâmicas de mobilidade, invisibilidade e os rastros espaciais deixados pelas comunidades negras, analisando como tais experiências se materializam em territórios, memórias e práticas sociais. Nesse sentido, o estudo dialoga com a noção de "quilombo de passagem", termo que surge em entrevista com moradores locais, descrevendo-o como um espaço utilizado por escravizados fugidos como refúgio, tratando de doenças e feridas antes de partirem para as proximidades. O termo é utilizado como ponto de partida para compreender os fluxos, deslocamentos, permanências e estratégias de sobrevivência que marcaram a trajetória da população negra na região. A atual pesquisa busca aprofundar questões feitas anteriormente sobre as populações negras e pardas de Piraí do Sul, sinalizando lugares de passagem, rupturas e processos de (re)existência no tempo presente, de modo a evidenciar como sujeitos e comunidades negras continuam produzindo pertencimentos, memórias e formas de resistência em meio às transformações da cidade. Por fim, o projeto de pesquisa tem como objetivo principal construir reflexões criticas e historicamente situadas acerca dos lugares racializados na cidade, desmantelando narrativas que excluem da memória pública as experiências e contribuições da população negra na região.

Palavras-chave: Quilombo; Presença negra; História Oral.

[182] Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista: Fundação Araucária. mottaanakarla6@gmail.com

O jingle enquanto vetor da cultura política local no norte de Minas Gerais

Vítor Fraga Silva Prates[183]

A presente comunicação pretende analisar o jingle eleitoral enquanto artefato e vetor fundamental na construção, reprodução e transformação da cultura política local no Norte de Minas Gerais. Amparado pelos pressupostos da História Política renovada e na categoria teórica de Cultura Política, conforme delineada por historiadores como Serge Berstein e Jean-François Sirinelli, o estudo enquanto proposta de dissertação, parte da premissa de que a prática política transcende as instâncias institucionais e formais do poder, operando profundamente no domínio das sensibilidades, dos afetos, das linguagens e das representações simbólicas. Nesse horizonte, o Norte de Minas Gerais constitui um espaço historiográfico e social singular, marcado pela histórica convivência entre tradições de mandonismo, personalismo e uma vibrante cultura popular sertaneja, onde a sonoridade cumpre uma função decisiva de mobilização coletiva e de pertencimento comunitário. Metodologicamente, o estudo articula a análise discursiva e musical de vinhetas de campanhas municipais norte-mineiras a fontes da História Oral, dos Estudos da Memória e da História do Tempo Presente. Mapeia-se como os ritmos populares regionais, como o forró, a bregadeira e as modas de viola, são instrumentalizados pelas elites e grupos políticos para fixar a imagem pública dos candidatos e reativar nostalgias, afetividades e identidades locais. Longe de se reduzirem a meras ferramentas efêmeras do marketing eleitoral contemporâneo, os jingles operam como veículos permanentes da memória social, atualizando passados que permanecem operantes no presente e disputando a legitimidade das narrativas sobre o desenvolvimento regional e as territorialidades políticas locais. Argumenta-se que, no sertão mineiro, o jingle funciona como uma ponte mediadora entre as permanências da sociabilidade tradicional e as dinâmicas contemporâneas das disputas eleitorais. A peça sonoro-discursiva reelabora os mitos locais e a figura do líder paternalista para projetar expectativas de futuro e legitimar projetos de poder. Paralelamente, a recepção popular, expressa na apropriação, na paródia e na circulação orgânica das canções no cotidiano das cidades, revela como os sujeitos ressignificam os discursos hegemônicos. Conclui-se que esse patrimônio sonoro reflete as ambiguidades entre o patrimonialismo e a democratização, consolidando o jingle como fonte incontornável para compreender os sentidos atribuídos ao político na contemporaneidade.

Palavras-chave: Jingle; política; campanha.

[183] Mestrando, PPGH/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). vitor.fraga@educacao.mg.gov.br

Apropriação política da camisa da Seleção Brasileira e a polarização nacional a partir da ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo

Leonardo Augusto Trindade de Miranda [184]

Este trabalho analisa o processo de ressignificação e apropriação política da camisa da Seleção Brasileira de futebol, focando em sua transformação de um histórico símbolo de unidade popular para um marcador de identidade político-partidária no Brasil contemporâneo. A partir da ascensão política de Jair Bolsonaro e ao longo de seu mandato, o uniforme verde e amarelo passou a ser utilizado de forma sistemática como ferramenta de mobilização por seus apoiadores em manifestações e atos públicos. O objetivo desta pesquisa é investigar como essa captura estética e simbólica operou na esfera pública e de que maneira ela refletiu e aprofundou a polarização sociopolítica do país. Metodologicamente, o estudo ampara-se em revisão bibliográfica nos campos da História Política e da Sociologia, aliada à análise documental de registros midiáticos e fotográficos das mobilizações de rua do período. A hipótese central sustenta que a vinculação da camisa a um espectro político específico gerou uma fratura na memória coletiva nacional, levando opositores e cidadãos não alinhados a ressignificarem, ou mesmo abandonarem, o uso do traje. O estudo demonstra que esse fenômeno ilustra uma disputa mais ampla sobre o monopólio do patriotismo e sobre quem detém a legitimidade de representar o nacionalismo no Brasil do século XXI.

Palavras-chave: História Política; Símbolos Nacionais; Polarização; Jair Bolsonaro; Nacionalismo.

[184] Mestrando em História, Universidade Federal do Pará (UFPA). miirandaleo@gmail.com

A redenção em retrato:
memória, sensibilidade e trabalho no álbum humanitário suíço Ein Wort des Dankes (1963)

Nathan Henrique da Silva Lermen [185]

Este trabalho analisa como a Suíça reprocessou simbolicamente, no pós-guerra, um passado incômodo - sua política restritiva de asilo e a suspeita de colaboração econômica com a Alemanha nazista -, por meio da construção de uma identidade nacional redentora ancorada na ajuda humanitária. Toma-se como objeto central o álbum fotográfico Ein Wort des Dankes (Linz, 1963), produzido pela rede suíça de assistência a refugiados como peça comemorativa dirigida aos comitês doadores. Argumenta-se que esse artefato não apenas registra, mas ativamente produz uma sensibilidade específica sobre o sofrimento e a superação do refugiado, por meio da convenção retórica do "antes e depois" e do discurso citado de gratidão, de forma que opera como tecnologia de memória que legitima, para o presente e o futuro da própria organização, uma narrativa de generosidade nacional. A análise privilegia a dimensão material e espacial dessa operação de sentido: a transição fotográfica do barraco precário à casa nova, erguida com trabalho não remunerado do próprio assistido, inscreve no corpo e na paisagem construída uma temporalidade redentora específica, na qual o passado do deslocamento é territorialmente apagado pela materialidade do lar reconquistado. Propõe-se, nesse sentido, que o álbum instaura um regime de historicidade próprio, no qual passado (a guerra, o trauma, a suspeita moral suíça), presente (a fotografia, o testemunho de gratidão) e futuro (a continuidade das doações, a legitimidade redentora da nação) coexistem em tensão produtiva, e disputam o sentido atribuído tanto à experiência do refugiado quanto à própria identidade nacional suíça. Discute-se, por fim, como esse repertório de "autoajuda assistida" e superação moral do passado por meio do trabalho ainda ecoa em disputas contemporâneas sobre autonomia, mérito e condicionalidade no campo humanitário internacional, o que evidencia a operância presente de sensibilidades e narrativas forjadas há mais de sessenta anos.

Palavras-chave: Humanitarismo suíço; Redenção política; Pós-guerra.

[185] Doutorando em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). lermen.nathan@gmail.com

Fotografia & Contracultura:
produção de presença e sensibilidades político-culturais nos Estados Unidos (1970–1980)

Isaac Vinicius Veloso Ramos[186]

Este trabalho propõe examinar as relações entre fotografia, contracultura e sensibilidades políticas nos Estados Unidos entre as décadas de 1970 e 1980, tomando como objetos de análise as obras de Robert Mapplethorpe, Peter Hujar e Nan Goldin. Inseridas em um contexto marcado pelas transformações culturais do pós-guerra, pela emergência de movimentos de contestação social e pela ampliação dos debates em torno do comportamento e da liberdade sexual, tais produções fotográficas contribuíram para a emergência de formas alternativas de pertencimento, bem como para a visibilização de sujeitos e experiências marginalizadas pelas narrativas hegemônicas. Ao longo desse período, essas imagens também participaram da constituição de práticas culturais capazes de produzir identidades coletivas e modos de resistência às normas sociopolíticas vigentes. Partindo das contribuições de Hans Ulrich Gumbrecht e de seu conceito de produção de presença, busca-se compreender de que modo essas imagens ultrapassam sua dimensão representacional e se constituem como materializações empíricas de temporalidades específicas. Nesse sentido, considera-se relevante uma reflexão que abranja corpos, afetos, modos de vida e subculturas, atentando para a forma como essas subjetividades foram inscritas visualmente e preservadas em experiências entretempos. O objetivo é compreender de que modo o levante contracultural se mobilizou historicamente, tensionando e reorganizando seu tempo, até se inscrever e se coisificar na imagem fotográfica. Desse modo, pretende-se contribuir para as reflexões acerca dos usos políticos da memória e das formas pelas quais os passados permanecem presentes nas imagens, produzindo efeitos que atravessam diferentes temporalidades e continuam impactando a contemporaneidade.

Palavras-chave: Contracultura; Fotografia; Produção de Presença; Memória.

[186] Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). isaacvveloso@gmail.com

As Exposições Nacionais e projetos de modernização da agricultura do Brasil Imperial (1861-1881)

Samira Carminhola Cordeiro[187]

As Exposições Nacionais que ocorreram no Brasil Imperial (1861-1881) constituíram espaços de exibição da produção nacional e de elaboração de discursos sobre progresso, modernização e futuro. Este trabalho propõe apresentar essas exposições, com atenção à presença da agricultura, buscando compreender como esses eventos articulavam práticas materiais, saberes e projetos políticos na construção de determinadas imagens do país. A pesquisa parte do problema de compreender de que maneira a agricultura foi apresentada nas exposições e quais expectativas de modernização e desenvolvimento foram associadas à produção agrícola no contexto imperial. A investigação mobiliza as contribuições de Roger Chartier, especialmente a noção de representações como práticas sociais, e de Pierre Bourdieu, para refletir sobre as relações entre saber, poder e legitimidade. Considera-se que as exposições não funcionavam apenas como espaços de apresentação de produtos, mas também como lugares de construção de narrativas sobre o presente e de projeção de expectativas acerca do futuro do país. Nesse sentido, interessa observar como a agricultura foi mobilizada como elemento de uma narrativa de progresso e como os agentes envolvidos nesses eventos participaram da produção e legitimação desses sentidos. Em fase inicial, a pesquisa realiza o levantamento das principais edições das Exposições Nacionais, suas formas de organização e os agentes envolvidos, bem como de relatórios, catálogos e documentos institucionais produzidos no contexto desses eventos. Como resultados parciais, o levantamento indica a relevância dessas fontes para investigar as relações entre agricultura, poder e projetos de modernização no Império. Assim, a comunicação busca contribuir para a reflexão sobre as formas pelas quais narrativas, expectativas e projetos políticos se materializaram em práticas expositivas no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Exposições Nacionais; Agricultura; Modernização; Brasil Império.

[187] Mestranda em História Política, Universidade Estadual de Maringá (UEM). samiracordeiro92@gmail.com

Para além dos silêncios:
uma análise sobre a participação política de afrodescendentes na Argentina através do periódico El Negrito (1833)

Suellen Rodrigues Barros[188]

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as participações políticas de pessoas afrodescendentes na Argentina pós independente através do periódico El Negrito, no ano de 1833. Esta investigação permite confrontar a perspectiva de uma homogeneidade racial branca na Argentina, observando de que forma o apagamento historiográfico da população afrodescendente na construção do país está ligado com a ideia de nação que se consolidou em sua memória e identidade nacional. Para isso, será necessário compreender o que seria o mito da homogeneidade racial, assim como as origens e teses que sustentam e permancem no imaginário social de uma Argentina "europeia", além de explorar as raízes do suposto desaparecimento de negros e negras em sua sociedade. Posteriormente, essa reflexão será colocada frente a uma renovação historiográfica recente que estabeleceu o aprofundamento de investigações sobre a experiência de afrodescendentes escravizados, livres e libertos no país. A fim de contribuir com essas pesquisas, serão analisados neste trabalho poemas, contos, avisos, correspondências e reivindicações de direitos como cidadãos escritos por homens e mulheres negros registrados no periódico El Negrito em 1833. Nesse sentido, serão estudados de que maneira os escritos presentes no jornal refletiam o cotidiano em esses sujeitos que estavam inseridos, algumas de suas perspectivas e as diferentes participações políticas que experienciaram no contexto de escravidão e guerras civis do século XIX.

Palavras-chave: Afrodescendentes; Argentina; Apagamento;

[188] Mestranda em História, PPHR/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). suellenrodriguesbarros9@gmail.com

O passado como forma de legitimidade:
usos políticos da figura de Frederico II da Prússia durante a República de Weimar (1919-1933)

Isadora Cavada da Silva [189]

Frederico II da Prússia (1712 – 1786) é uma das figuras mais emblemáticas da história alemã. Nascido na Prússia em 1712, Frederico II veio a se tornar um dos mais importantes imperadores prussianos da dinastia Hohenzollern. Levou uma vida complexa e dicotômica: ao mesmo tempo em que era aclamado pelas suas conquistas bélicas, responsáveis por expandir o império prussiano, também era um déspota esclarecido, responsável por apoiar uma gama de artistas durante o seu reinado. Outro aspecto relevante está relacionado a vida privada do monarca, uma vez que Frederico II tinha tendências homoafetivas, chegando a ter relacionamentos homoeróticos que envolvia outros homens que frequentavam a sua corte. Estes elementos dicotômicos relacionados à vida do imperador, permitiram que diferentes grupos políticos utilizassem da figura de Frederico II durante a história alemã. Nesta comunicação, pretende-se discutir sobre os usos da figura do imperador e suas ressignificações por dois grupos, que visto de fora parecem ser completamente dicotômicos, o movimento homossexual alemão e o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, tendo como recorte temporal a forma como estes se utilizavam do imaginário sobre o monarca durante a República de Weimar (1919 – 1933). Para o movimento homossexual alemão, Frederico II foi retomado como uma figura importante do Cânone Homossexual que estava sendo produzido para legitimar a luta política destes por direitos e o fim da criminalização de suas existências, sendo o imperador especialmente bem-quisto por grupo de homossexuais masculinistas, que viam em Frederico II um exemplo que auxiliaria a validar a masculinidade e virilidade de homens homossexuais. Já para o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, o monarca era retomado como uma forma de autenticar seu governo, demonstrando para o povo que o Partido Nazista tinha como objetivo ser uma sequência das épocas de glória do antigo império. No centro destas duas reformulações de Frederico II existe o objetivo destes dois grupos de buscar legitimidade ao retomar a figura do imperador, a comunicação, então, terá como foco discutir como esses grupos retomavam o monarca e tentar compreender a existência de alguma similaridade nestas ressignificações.

Palavras-chave: História da Alemanha, Mito Político, Frederico II da Prússia, Movimento Homossexual, Nazismo.

[189] Mestranda, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). isacavadasilva@gmail.com

A República n'O Jequitinhonha:
usos políticos do passado na imprensa norte-mineira (1860-1873)

Adrian Gustavo Souza Ferreira [190]

O projeto de pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre a imprensa do Norte de Minas Gerais e o movimento republicano na segunda metade do século XIX por meio da análise da atuação política do Jurista e Historiador Joaquim Felício dos Santos, através do jornal O Jequitinhonha, em suas fases de circulação entre (1860-1873). Ao privilegiar um periódico do Norte de Minas Gerais, a pesquisa busca compreender como o republicanismo foi apropriado e difundido em espaços distantes dos principais centros políticos da Província Mineira e do Império. Busca-se compreender como esse periódico construiu e difundiu as ideias republicanas, considerando as transformações em seu discurso, das críticas à monarquia e à figura imperial até a posição abertamente republicana assumida pelo periódico após 1871. O corpus documental é composto por aproximadamente 208 edições do jornal, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Serão analisados editoriais, artigos, notícias, anúncios e escritos do jurista e historiador Joaquim Felício dos Santos, por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando identificar os discursos políticos presentes no periódico, seus sujeitos, interesses e estratégias de legitimação. O problema de pesquisa parte da pergunta; de qual forma o jornal O Jequitinhonha abordou a ideia de república e o movimento republicano? Esta é a questão central da proposta. Busca-se investigar como o periódico construiu narrativas temporais para legitimar ou contestar o projeto republicano, mobilizando referências ao passado, diagnósticos do presente e projeções de futuro. A pesquisa dedica especial atenção ao período posterior a 1871, quando o jornal passou a declarar-se republicano, possibilitando observar mudanças discursivas relacionadas à circulação das ideias republicanas após a publicação do Manifesto Republicano de 1870. A hipótese orientadora considera a possibilidade de O Jequitinhonha ter articulado uma operação temporal complexa, distinta entre suas fases, condenando o passado monárquico como regime do atraso, diagnosticando o presente como momento de transição e projetando no futuro republicano a realização de interesses específicos. Parte-se da hipótese de que o jornal não apenas refletia debates políticos em circulação, mas atuava como agente ativo na legitimação social e política desse projeto republicano.

Palavras-chave: usos políticos do passado, imprensa republicana, O Jequitinhonha, republicanismo, norte de Minas Gerais.

[190] Universidade Federal de Uberlândia (UFU). adrian_ferreira@ufu.br

O Egipto Praia (Lobito, Angola) e o tráfico de escravos:
itinerário de um embarcadouro secundário, da integração atlântica à patrimonialização

Artur Joaquim Nunes Café Alves [191]

Este artigo examina o percurso histórico do Egipto Praia, actual comuna do município do Lobito (província de Benguela, Angola), situada na foz do rio Balombo, procurando compreender de que modo um pequeno embarcadouro do litoral centro-angolano acompanhou as sucessivas fases do tráfico atlântico de escravos. Cruzando os vestígios materiais existentes no local (a chamada loja dos escravos, o quintalão e o Forte de São Sebastião do Egipto) com a historiografia disponível sobre Benguela, sobre o abolicionismo português e sobre o Atlântico Sul, defende-se que o sítio condensa, à escala micro, o ciclo completo do tráfico em Angola: integração precoce nos circuitos mercantis, clandestinidade oitocentista, repressão, prolongamento da escravização sob outras formas, esquecimento e, mais recentemente, memorialização turística e patrimonial. O percurso é lido à luz de três eixos de análise: as bases institucionais e jurídicas do tráfico e da sua repressão, os mecanismos de supervisão internacional e as continuidades práticas entre a escravatura e as formas ulteriores de trabalho compelido. O artigo apoia-se, para a fase ilegal, na menção documentada do Egipto como ponto de embarque clandestino na década de 1840 (Ferreira, 2011) e no quadro traçado por Valentim Alexandre para a política portuguesa de abolição do tráfico. A análise estende-se à atual promoção patrimonial e turística do sítio, incluindo o pedido de reconhecimento do Forte de São Sebastião como património mundial, discutindo a tensão, comum aos lugares de memória do tráfico, entre dever de memória e mercantilização, e a assimetria documental que subordina a experiência das populações escravizadas ao registo escrito colonial. Assinalam-se, ao longo do texto, os limites documentais de um objeto sobre o qual não existe monografia académica dedicada, distinguindo o que está documentado, o que é plausível e o que permanece por verificar em arquivo.

Palavras-chave: Egipto Praia; Tráfico de escravos; Benguela; Abolicionismo; Património.

[191] Doutorando em História, NOVA FCSH (Lisboa). a55695@campus.fcsh.unl.pt

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 14

St14 POLÍTICA IDEOLÓGICA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL E NO MUNDO:

usos do passado, gramáticas de desumanização e formas de violência

COORDENADO POR



Leandro Cabral de Almeida

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



ST14 . CRONOGRAMA

Simpósio Temático 14

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

POLÍTICA IDEOLÓGICA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL E NO MUNDO:

usos do passado, gramáticas de desumanização e formas de violência

9 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Leandro Cabral de Almeida

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Representações e imaginário político: a figura do inimigo interno e os usos do passado em "1964, O Brasil entre armas e livros"	14h10
2	A Extrema Direita em Festa: Neofascismo, Anticomunismo e Disputas Políticas na América Latina	14h25
3	Um século de teorias da conspiração: dos Protocolos dos sábios de Sião ao globalismo	14h40
4	O negacionismo histórico contemporâneo à luz da Brasil Paralelo	14h55
5	Os Estados Unidos no Golpe de 1964 na representação de Carlos Alberto Brilhante Ustra	15h10
6	Manual da política olavista: marxismo cultural, linguagem e teoria da conspiração	15h25
7	O lugar do Tempo nos discursos presidenciais de Donald Trump (2017-2021) e Jair Bolsonaro (2018-2022)	15h40
8	O outro Foro de São Paulo: uma conspiração olavista documentada	15h55
9	O embate das memórias israelenses e palestinas e seus desdobramentos nos dias atuais: o movimento de objeção de consciência em Israel	16h10
10	Entre algoritmos e usos do passado: a extrema direita e negacionismo da ditadura no YouTube	16h25
11	Por Dentro do Masculinismo Brasileiro: uma análise teórica e conceitual do pensamento de Nessahan Alita e sua profusão	16h40
12	"Foiba rossa": usos políticos do passado fascista e a memória de Norma Cossetto na Itália contemporânea	16h55
13	Inteligência artificial, memória e corrosão democrática: reflexões a partir do trumpismo e das plataformas digitais	17h10
14	Extrema direita e a construção discursiva do inimigo político em Israel e Hungria: usos do passado, gramáticas de desumanização e formas de violência	17h25

Extrema direita e a construção discursiva do inimigo político em Israel e Hungria:

usos do passado, gramáticas de desumanização e formas de violência

Leandro Cabral de Almeida [192]

A ascensão global da extrema direita evidenciou a mobilização de uma política ideológica radical marcada pelo uso público de um passado mitificado para projetos políticos do presente, pela construção discursiva da ideia de inimigo político, por gramáticas de desumanização e formas de violência. O objetivo do trabalho proposto é analisar como a linguagem política mobilizada pela extrema direita desde o Estado engendra um processo de desumanização de imigrantes e pessoas LGBTQIA+, na Hungria, e de palestinos, em Israel e nos territórios ocupados, elencando-os como inimigos existenciais, logo, como objetos de formas de violência que vão da retirada da direitos ao extermínio. Nesse caso, tratamos de destacar as convergências entre a atual ascensão da extrema direita e o fascismo histórico, sobretudo os processos de falsificação do passado e a construção político-ideológica do inimigo, retratado como uma ameaça à integridade racial, cultural e comunitária com o objetivo de legitimar golpes, medidas autoritárias, práticas persecutórias, repressão e violência extrema. Empreendemos uma análise dos discursos de políticos de extrema direita que ocupam (e/ou ocuparam) cargos na estrutura do Estado a fim de salientar aspectos das concepções de inimigo e ameaça nos governos de Viktor Orbán, na Hungria, e de Benjamin Netanyahu, em Israel. Compreendemos que a manipulação cotidiana da linguagem, a deturpação de conceitos e palavras, a repetição de termos, a profusão de símbolos, bandeiras, gestos e palavras de ordem, a elaboração e difusão sistemática de mentiras ideológicas, a falsificação do passado, o apelo às teorias da conspiração e a exploração do medo e ressentimentos sociais integram a política ideológica dos fascistas para a condução da dominação fanática das massas e para a naturalização de formas de violência. Mas também constituem os “enlaces” que vinculam a atual ressurgência da extrema direita ao fascismo histórico, como permanência do passado no tempo presente.

Palavras-chave: Extrema Direita; Política Ideológica; Usos do Passado; Desumanização; Formas de Violência.

[192] Coordenador do ST14. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP-UFF). Pesquisador do Laboratório de Ensino de História (LEH-UFF) e do Laboratório de Estudos Republicanos (LER-UFF). leandrocabral@id.uff.br

Representações e imaginário político:
a figura do inimigo interno e os usos do passado em "1964, O Brasil entre armas e livros"

Orlando da Silva Martins[193]
Patrick Aparecido Trento[194]

Esta comunicação analisa o documentário "1964, O Brasil entre armas e livros" (2019), produzido pela empresa Brasil Paralelo, com o objetivo de investigar como a obra reconstrói e atualiza a figura do "inimigo interno" no contexto sociopolítico brasileiro recente. O estudo busca compreender de que modo a produção audiovisual reencena pressupostos ideológicos caros à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada durante o regime militar. Na narrativa construída, militantes de esquerda, estudantes, professores e artistas figuram não a partir do confronto armado, mas como agentes de uma ameaça silenciosa e contínua, situada na infiltração das instituições. No que tange ao quadro teórico-metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e documental, pautada na interseção entre a História Cultural e a Análise do Discurso. O procedimento metodológico envolveu o mapeamento das sequências audiovisuais, a categorização dos recursos narrativos e estéticos e a decodificação textual dos depoimentos dos entrevistados. Roger Chartier fornece o instrumental teórico central, ao conceber as representações como operações constitutivas do social que tornam presente algo ausente e produzem classificações orientadoras das práticas humanas. Enfatizando o "gramscismo" e a "Escola de Frankfurt" como matrizes da uma revolução cultural e ideológica, o documentário relega a estudantes e professores o papel de vetores dessa contaminação, acusados aqui, de corroer as bases civilizacionais do Ocidente. Trata-se de uma operação discursiva que se apropria de uma suposta historiografia para converter sujeitos sociais em inimigos políticos a partir da instrumentalização do passado dentro de um projeto do presente. Nesse sentido, a aproximação com as reflexões de Raoul Girardet qualifica a análise, visto que o autor identifica na mitologia da conspiração um dos esquemas mais recorrentes do imaginário político, fundado na crença de que uma minoria oculta manipula os destinos coletivos a partir das sombras. O documentário reproduz esse esquema ao atribuir a intelectuais, artistas e militantes a autoria de um projeto de dominação cultural que teria sobrevivido à derrota da esquerda armada, articulando a Doutrina de Segurança Nacional ao mito conspiratório. Compreendida nesses termos, a obra constitui um exercício de uso político do passado, mobilizando a memória da ditadura para justificar e legitimar a vigilância sobre determinados atores sociais na atualidade.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Inimigo interno; Mito político.

[193] Graduando em História, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). gtaorlando1@hotmail.com

[194] Doutor em História, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). patricktrento@hotmail.com

A Extrema Direita em Festa:
Neofascismo, Anticomunismo e Disputas Políticas na América Latina

Rubens de Andrade Quirino [195]

O presente trabalho analisa a emergência do neofascismo na América Latina a partir da permanência e ressignificação de discursos anticomunistas em contextos políticos distintos, considerando as transformações ocorridas na dinâmica do capitalismo e a expansão das mídias digitais no século XXI. Partindo da compreensão do neofascismo enquanto fenômeno adaptado às condições contemporâneas do capitalismo neoliberal (Poulantzas, 1972), busca-se problematizar de que maneira elementos presentes no fascismo histórico, especialmente o anticomunismo, o nacionalismo, o autoritarismo e a construção de um inimigo político, são reelaborados e mobilizados na produção de novas culturas políticas de extrema-direita. Metodologicamente, a pesquisa articula revisão bibliográfica qualitativa, análise crítica de fontes e elementos da netnografia, tomando como objetos de análise a Junta de Gobierno de Chile, de 1974, e dois artigos publicados pela produtora Brasil Paralelo. A análise evidencia permanências entre a retórica anticomunista empregada durante a consolidação da ditadura chilena e sua atualização em discursos contemporâneos no Brasil. No documento chileno, o antimarxismo aparece articulado ao nacionalismo, ao cristianismo, à defesa da ordem e à rejeição da luta de classes, contribuindo para a legitimação do projeto autoritário e neoliberal da ditadura. Nas produções da Brasil Paralelo, observa-se a atualização dessa matriz discursiva mediante a associação entre comunismo, ameaça à família, religião e ordem social, bem como a representação das mobilizações políticas de 2013 como marco de emergência de uma nova direita brasileira. Nesse sentido, argumenta-se que as mídias digitais constituem espaços privilegiados para a circulação, ressignificação e massificação de narrativas anticomunistas, contribuindo para a formação de uma cultura política de extrema-direita. Conclui-se que o neofascismo contemporâneo não constitui mera reprodução do fascismo do século XX, mas uma forma historicamente adaptada às condições do neoliberalismo e da sociedade informacional, preservando, contudo, mecanismos centrais de mobilização política baseados na construção de inimigos e na legitimação de projetos autoritários.

Palavras-chave: Neofascismo; Anticomunismo; História Política; Mídias digitais; América Latina.

[195] Mestrando em História, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Rubensandrade987@gmail.com

Um século de teorias da conspiração:
dos Protocolos dos sábios de Sião ao globalismo

Warley Brant Pimentel [196]

A presente apresentação tem como objetivo explorar as relações que envolvem as teorias da conspiração na América Latina. O trabalho tem como foco quatro representantes da extrema direita latino-americana: o brasileiro Gustavo Barroso (1888-1959); o padre argentino Julio Meinvielle (1905-1973); o chileno Miguel Serrano (1917-2009); e o Olavo de Carvalho (1947-2022). Considera-se que a seleção das obras dos supracitados autores nos permite perceber e analisar aspectos principais que se relacionam às teorias da conspiração na região: o antissemitismo, a apropriação de ideias nazifascistas, a recusa da modernidade, a circulação de ideias esotéricas, o extremismo religioso e o negacionismo científico. Tendo como referência teórico-metodológica a história intelectual, busca-se compreender as modificações e permanências de elementos que compõem as teorias da conspiração. A apresentação também busca refletir sobre a presença, desde ao menos o início do século XX, de componentes ideológicos que, antes marginalizados, agora encontram centralidade na política continental. A coerência da seleção manifesta-se nas características fundamentais de cada autor: Gustavo Barroso foi membro da Ação Integralista Brasileira (AIB) e responsável pela tradução dos Protocolos dos sábios de Sião, em 1936; Julio Meinvielle foi um padre católico de extrema direita que em suas obras dedicou-se a atacar os judeus, vendo-os como um grupo que buscava o domínio mundial; Miguel Serrano definia-se como um "hitlerista esotérico" e considerava Hitler o último avatar da divindade hindu Vixnú, que retornaria para levar o mundo a uma nova Satya yuga ("era dourada", no hinduísmo vedanta); Olavo de Carvalho teve sua trajetória ligada a grupos esotéricos nos anos 1980 e início dos anos 1990, aproximando-se do catolicismo em meados dos anos 1990 e que, apesar de afirmar haver se desvinculado definitivamente do esoterismo de René Guénon, o manteve como uma de suas principais referências até seus últimos anos de vida, principalmente em sua crítica da modernidade. Considera-se que apesar de ser uma pequena amostra do núcleo ideológico que compôs (e compõe) a extrema direita na região, a trajetória dos supracitados autores é fundamental para elucidar aspectos que ainda precisam ser aprofundados na análise do imaginário e de práticas relativos a este espectro ideológico.

Palavras-chave: extrema direita; teorias da conspiração; nazifascismo; antissemitismo

[196] Pós-doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); professor no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Governador Valadares. warleyalvesgomes@yahoo.com.br

O negacionismo histórico contemporâneo à luz da Brasil Paralelo

Mayara Balestro[197]

Observamos, nos últimos anos, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19, como o negacionismo tomou novas formas e ganhou espaço. No Brasil, esse processo tornou-se ainda mais evidente com a chegada de governos e lideranças de extrema direita ao poder. O negacionismo, contudo, não pode ser compreendido apenas como resultado da ascensão dessas forças políticas, mas deve ser situado em um contexto marcado pela crescente desconfiança em relação à ciência, ao papel das universidades públicas e à produção do conhecimento histórico. Esse processo se intensificou com a expansão da desinformação e dos usos políticos do passado nos meios digitais. Com a internet e, posteriormente, as redes sociais, diferentes grupos das extremas direitas passaram a disputar de forma mais intensa os sentidos atribuídos a determinados passados: a memória da ditadura civil-militar, da escravidão e do Brasil recente. Esses passados encontram-se, portanto, em permanente disputa. É nesse contexto que se insere a presente comunicação, cujo objetivo é discutir como a empresa Brasil Paralelo disputa os sentidos do passado a partir de uma especificidade do negacionismo histórico contemporâneo no meio digital. Partimos da hipótese de que a empresa não opera necessariamente por meio de um negacionismo clássico, característico do século XX, baseado na negação direta de acontecimentos ou evidências. Trata-se, antes, de uma forma de disputa pelos sentidos públicos da História, que, a partir de Sônia Meneses, pode ser compreendida como uma transformação do negacionismo em negócio. Em vez de simplesmente negar a História ou outros campos, esse modelo parece envolver a distorção e a circulação contínua de informações, produzindo um ambiente no qual a verdade histórica se dilui não pela ausência de fontes ou dados, mas pela superabundância de versões conflitantes, pela produção incessante de narrativas e pela construção de realidades paralelas. Trata-se de uma estratégia invisível e sistêmica, baseada na multiplicação de discursos capazes de produzir dúvidas, deslocar sentidos e relativizar consensos. Nesse processo, a atuação da Brasil Paralelo se articula aos mecanismos algorítmicos das redes sociais e das plataformas digitais, que favorecem a circulação e a repetição dessas narrativas.

Palavras-chave: Brasil Paralelo. negacionismo histórico e usos do passado.

[197] Doutoranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). mayarabalestro128@gmail.com

Os Estados Unidos no Golpe de 1964 na representação de Carlos Alberto Brilhante Ustra

Lucas Nascimento Macedo[198]

A presente apresentação insere-se no debate historiográfico acerca dos discursos de legitimação da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), vinculados à discussão mais ampla sobre revisionismos e negacionismos. A fonte analisada é o capítulo referente aos Estados Unidos da América (EUA) na obra A Verdade Sufocada, de Carlos Alberto Brilhante Ustra. A análise evidencia uma construção narrativa que busca legitimar a intervenção de 1964 ao apresentar as Forças Armadas como defensoras da nação diante de um processo revolucionário em curso. Tal interpretação fundamenta-se na ideia de um perigo comunista contínuo, articulado desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro, sua reatualização no contexto político contemporâneo e, no plano internacional, na atuação de países socialistas, especialmente da União Soviética, à qual se atribui a difusão de percepções antiamericanistas no Brasil por meio de acentuado esforço de propaganda política. Argumenta-se que Ustra a partir do uso seletivo e metodologicamente pouco acurado de fontes históricas e da historiografia, minimiza o papel norte-americano no processo que culminou no golpe de 1964 enquanto promove a amplificação da influência comunista na política brasileira do período, sendo esses os elementos centrais da narrativa revisionista do militar brasileiro, que está presente nas disputas de memória sobre a ditadura e suas ressignificações no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Golpe Civil-militar; Carlos Alberto Brilhante Ustra; Estados Unidos.

[198] Graduando, Universidade de Brasília (UnB). Bolsista: CNPq. lucasmacedotablet@gmail.com

Manual da política olavista:
marxismo cultural, linguagem e teoria da conspiração

Moisés Moura Soares dos Anjos[199]
João Paulo Charrone[200]

O presente artigo analisa a circulação da noção de "marxismo cultural" nos discursos da extrema-direita brasileira contemporânea, tomando como foco as formulações difundidas por Olavo de Carvalho entre as décadas de 1990 e 2020, modelando e ressignificando o conceito dentro e fora dos muros acadêmicos, sobretudo por meio da sua influência nas mídias digitais. A pesquisa dialoga com os estudos sobre extrema-direita, neoconservadorismo e teorias conspiratórias, especialmente com autores que investigam os usos políticos do anticomunismo e das chamadas "guerras culturais" no contexto contemporâneo. Nesse sentido, o menoscabo e a desvirtuação de sentido de pesquisas acadêmicas relevantes – alinhavadas ou não às epistemologias marxistas na área das Ciências Humanas como um todo – estão associados a uma política ideológica beneficiária do negacionismo e de narrativas conspiracionistas vinculadas ao "marxismo cultural". Desse modo, a personalidade de Carvalho é catalogada enquanto o grande arauto e perpetuador dessa interpretação no Brasil contemporâneo. O corpus documental é composto por livros, artigos, entrevistas e vídeos publicados por Olavo de Carvalho, além de discursos políticos e documentos oficiais associados ao bolsonarismo, como o plano de governo de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Metodologicamente, o trabalho realiza uma análise qualitativa dos discursos e das narrativas políticas presentes nessas fontes, buscando compreender os sentidos atribuídos ao "marxismo cultural" e suas funções na construção de uma retórica de oposição a grupos identificados como ameaça à ordem social e moral.

Palavras-chave: História; Marxismo cultural; Olavo de Carvalho.

[199] Graduando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). moisesmsoaresanjos@gmail.com

[200] Doutor em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). jcharrone@yahoo.com.br

O lugar do Tempo nos discursos presidenciais de Donald Trump (2017-2021) e Jair Bolsonaro (2018-2022)

Guilherme Cesar Tavares Melgaço [201]

O discurso de políticos de Extrema-Direita é marcado por uma ambiguidade temporal curiosa: falam do presente visando o futuro, que pode ser catastrófico ou redentor, mas não perdem de vista o passado, ora nostálgico, ora tenebroso. Tanto Donald Trump quanto Jair Bolsonaro possuem essas características em seus discursos oficiais e extraoficiais, e isso certamente não é coincidência, mas sim uma estratégia discursiva pensada de forma estrategicamente persuasiva. Meu objetivo com este trabalho é estudar essa construção discursiva do tempo a partir dos discursos presidenciais dos dois presidentes, trabalhando de forma específica e comparada com suas falas de abertura e despedida de governo, que são encontradas e transcritas nos sites governamentais dos Estados Unidos e do Brasil. A hipótese a ser buscada é que por trás dessas falas encontraremos articulações de tempo que, intermediadas pelas discussões de Reinhart Koselleck, François Hartog, Norbert Elias e Svetlana Boym são capazes de legitimar e produzir verdades acerca de passado, presente e futuro. A leitura desses discursos é feita de forma crítica e historicamente contextualizada, bem como amparada na Análise do Discurso: dialogando com a relação entre ideologia, materialidade, semântica e simbolismo. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, mas pode-se apontar que a escolha de palavras, ditos e não-ditos são formas de análise capazes de explicitar parcelas de seu pensamento ideológico e temporal, que baseia-se nos usos do tempo como potência discursiva para seus movimentos.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Discurso; Discursos presidenciais; Tempo; Trumpismo.

[201] Mestrando, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Bolsista: CAPES (Código 001). gui53281@gmail.com

O outro Foro de São Paulo:
uma conspiração olavista documentada

Danton Oliveira Normandia [202]

"O governo secreto. Reunindo os partidos legais de esquerda com organizações terroristas e quadrilhas de narcotraficantes de todos os países da América Latina, o Foro de São Paulo é a organização política mais poderosa que já existiu no continente.Ao longo da história latino-americana, nenhuma outra entidade jamais congregou tantos líderes, chefes de Estado, capomafiosi e comandantes guerrilheiros num esforço comum de tomada do poder em escala continental". Trata-se das palavras de Olavo de Carvalho para caracterizar o Foro de São Paulo (FSP) em recente livro sobre essa organização, publicado no ano de 2022 por seus alunos-seguidores. Mas, mais do que uma definição, o trecho destacado simboliza um objeto específico a ser investigado: a rede de contatos, experiências, ideologias e produtos envolvidos na existência de um "olavismo" e, consequentemente, de "olavistas" no Brasil. Além disso, sob uma recente conjuntura nacional e regional pautada pela ascensão do extremismo, o excerto também providencia o exame acerca do papel e da capacidade de teorias conspiratórias – como é o caso de uma versão alternativa sobre o FSP compartilhada, por meio de livros, por Olavo de Carvalho e demais companheiros de jornada, personificados em Alejandro Penã-Esclusa, Graça Salgueiro, Heitor de Paola e Paulo Henrique Araujo – em influenciar a atual execução de ações políticas extremistas na ânsia por controle e poder.

Palavras-chave: Foro de São Paulo; Conspiração; Olavo de Carvalho; Extremismo;

[202] Mestre, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). dantononormandia@gmail.com

O embate das memórias israelenses e palestinas e seus desdobramentos nos dias atuais:

o movimento de objeção de consciência em Israel

Ana Caroline Paiva Lourenço [203]

Ao longo dos últimos anos têm se visto um aumento exponencial nos estudos e reflexões a respeito da resistência e memória da Palestina em frente ao projeto colonizador de Israel desde a sua fundação, em 1948. A Nakba Palestina parte de uma violência que vai desde a expulsão dessa população de suas aldeias e territórios até o apagamento de todo e qualquer vestígio de história, arquitetura ou arqueologia nessa região, por parte da ideologia sionista presente até os governos atuais do Estado.

Essa disputa de memórias intensificou-se com o passar das décadas, na medida em que o projeto colonial israelense, fortemente amparado pelo Ocidente, ganhou mais fôlego ao criar uma identidade nacional e coletiva baseada não apenas nos mitos fundacionais, como também na solidificação e legitimação dessa identidade pertencente desde antes da fundação do Estado, em oposição ao que Nur Masalha conceitua de memoricídio palestino, que concentra-se no apagamento de todo e qualquer vestígio histórico, social, político e identitário palestino na região.

Esse corpo escolhido israelense, que 'nasce' nesse Estado é uma das formas de legitimar as expulsões de palestinos de suas aldeias e territórios e de ocupá-las, por um direito próprio inerente. Nesse sentido, essa comunicação, lastreada nas primeiras reflexões de uma tese vindoura, busca refletir duas questões: a israelidade estruturada a partir do apagamento da identidade e memória palestina no território e, em um segundo momento, como décadas depois, há por parte de uma parcela da sociedade israelense, uma recusa em permanecer como parte desse sistema violento e morticínio, tomando como exemplo o objeto central da pesquisa a ser desenvolvida sobre a prática da objeção de consciência por parte destes cidadãos, categorizados como refuseniks.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Violência; Palestina; Refusenik.

[203] Doutoranda em História, PPGHIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). lourenco.caroline.ana@gmail.com

Entre algoritmos e usos do passado:
a extrema direita e negacionismo da ditadura no YouTube

Arthur Koury Xavier da Silva [204]

A ascensão contemporânea da extrema direita ocorre em um ambiente comunicacional marcado pela centralidade das plataformas digitais na circulação de discursos políticos e interpretações do passado. Este trabalho investiga como a lógica de engajamento do YouTube se articula à difusão e à recepção de narrativas negacionistas sobre a ditadura empresarial-militar brasileira, tomando como estudo de caso o documentário 1964: O Brasil entre Armas e Livros, da produtora Brasil Paralelo. Em vez de limitar-se à refutação historiográfica das afirmações presentes na obra, a pesquisa desloca o problema para uma questão estrutural, investigando como a lógica algorítmica atua na circulação desses usos políticos do passado. Parte-se da hipótese de que a gramática narrativa mobilizada pela extrema direita, estruturada pela ameaça comunista, pela deslegitimação das instituições de conhecimento e pela promessa de uma verdade ocultada, apresenta afinidade com uma economia do engajamento que transforma atenção, permanência e interação em valor para as plataformas. A investigação articula pressupostos epistemológicos da História Pública, especialmente os debates sobre negacionismo e usos do passado, a uma leitura crítica da economia política das plataformas. Com Marildo Menegat, problematiza-se a inserção das mídias digitais na lógica de valorização capitalista; com Max Fisher, examina-se como plataformas orientadas pela captura da atenção e pela maximização do engajamento podem favorecer conteúdos polarizadores, extremados e de forte apelo emocional. Metodologicamente, analisa-se um corpus de comentários publicados acerca do documentário na plataforma YouTube por meio de procedimentos lexicométricos no software IRAMuteq, combinados à análise de conteúdo dos segmentos temáticos e a observação das métricas de engajamento disponíveis. Busca-se identificar se repertórios de antagonismo, ressentimento, anticomunismo e “verdade revelada” aparecem associados aos comentários de maior interação e engajamento, e como essas formas de recepção participam da disputa pela memória de 1964. O estudo propõe, assim, compreender o negacionismo histórico propagado nas plataformas digitais como fenômeno político cuja circulação depende também das estruturas econômicas e técnicas que organizam a visibilidade no ciberespaço.

Palavras-chave: Extrema Direita; História Digital; Negacionismo.

[204] Graduando, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista: PIBIC/CNPq. arthur.koury@ufpe.br

Por Dentro do Masculinismo Brasileiro:
uma análise teórica e conceitual do pensamento de Nessahan Alita e sua profusão

Danilo Augusto da Silva Horta [205]

As duas últimas décadas foram marcadas por uma expansão da influência e dos poderes de grupos e líderes de extrema-direita, no Brasil e no mundo. Com tal expansão, observou-se uma pluralidade de discursos extremistas e reacionários, que paulatinamente se tornaram mainstream em diversas esferas da vida política e privada. Devido às diversas estratégias discursivas, políticas e sociais empregadas pelos diferentes setores da extrema-direita, muitos dos quais conquistaram o poder político em regimes democráticos consolidados, proliferou-se, rapidamente, o interesse acadêmico pela extrema-direita. A despeito da pluralidade de debates suscitados pela ascensão da extrema-direita, um de seus setores, crescentemente influente em termos ideológicos, sociais, culturais e políticos, ainda recebe pouca atenção de pesquisadores e analistas, em especial brasileiros: os masculinistas ou redpills, como vem sendo popularmente denominados. A patente falta de estudos sobre os movimentos masculinistas no Brasil se somam a outro problema central: grande parte das pesquisas realizadas partem de referenciais teóricos estrangeiros para realizarem as análises pretendidas. Isso gera dois grandes problemas: 1º) perde-se grande parte das especificidades dos movimentos masculinistas brasileiros, em termos históricos e contemporâneos e 2º) não se produz investigações que esmiuçem as características desses movimentos, suas ideologias, líderes e ideólogos. Tendo isto em vista, o presente trabalho tem por objetivo discorrer acerca das construções teóricas e ideológicas do principal teórico masculinista no Brasil: Nessahan Alita. Esse autor, apesar de ser um pseudônimo e ter sua identidade pessoal desconhecida (ou melhor, não confirmada), produziu as principais obras teóricas da comunidade masculinista brasileira, e suas ideias são reproduzidas em todos os ambientes masculinistas nacionais, seja em plataformas online ou via meios de comunicação. Mais especificamente, o que se pretende responder é: quais os principais conceitos e concepções que sustentam a visão de mundo masculinista de Nessahan Alita? Como esses conceitos foram recebidos pelos masculinistas brasileiros? Qual sua influência na atualidade? A fim de atingir o objetivo da pesquisa, realiza-se uma análise documental da produção teórica de Alita e analisam-se registros do blog masculinista The Truth, disponibilizados na página de Alita na web. O corpus documental é composto por 7 livros de Alita e 219 postagens do blog.

Palavras-chave: Masculinismo; redpill; ginocentrismo; machismo.

[205] Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). danilosilvahorta@gmail.com

"Foiba rossa":
usos políticos do passado fascista e a memória de Norma Cossetto na Itália contemporânea

Mathews Nunes Mathias [206]

A instituição do Giorno del Ricordo, em 2004, conferiu novo espaço público às memórias das violências cometidas nas fronteiras orientais italianas durante e após a Segunda Guerra Mundial, especialmente às chamadas foibe e ao êxodo giuliano-dálmata. Desde então, a elaboração dessas memórias tornou-se objeto de disputas políticas e historiográficas, nas quais diferentes atores procuram atribuir sentidos ao passado fascista, à guerra e à experiência da fronteira oriental. É nesse contexto que se insere a história em quadrinhos Foiba rossa. Norma Cossetto, storia di un'italiana, publicado em 2018 por Emanuele Merlino e Beniamino Delvecchio.

A comunicação propõe analisar o fumetto como um vetor de uso político do passado, produzido no âmbito da direita radical italiana, atentando para a construção de Norma Cossetto como personagem exemplar da memória das foibe e para os sentidos políticos atribuídos à sua história. Interessa compreender de que maneira a narrativa articula a experiência individual de Cossetto a representações mais amplas sobre a italianidade, a violência sofrida pelos italianos da fronteira oriental e o lugar ocupado pelo fascismo e pelo antifascismo na interpretação do passado nacional. Para tanto, serão consideradas a narrativa e os recursos visuais empregados na obra, bem como as condições de sua produção e circulação.

Particular atenção será conferida às controvérsias suscitadas pela publicação pela editora Ferrogallico, ligada ao movimento neofascista CasaPound, e sobretudo às iniciativas de distribuição do fumetto em instituições escolares italianas, que provocaram reações de professores, historiadores e associações como a ANPI. A análise dessas disputas permite observar como uma determinada representação das foibe ultrapassa o âmbito da produção cultural e passa a intervir diretamente nas disputas públicas acerca da transmissão do passado às novas gerações.

Argumenta-se que Foiba rossa não constitui apenas uma narrativa sobre um episódio traumático do passado italiano, mas participa de um processo mais amplo de ressignificação política da memória das foibe no tempo presente. Ao transformar Norma Cossetto em figura exemplar de uma memória nacional vitimária, a obra mobiliza a violência sofrida por uma jovem identificada como italiana para produzir uma narrativa sobre identidade nacional e passado fascista, inscrevendo-os em disputas contemporâneas sobre memória e legitimidade política.

Palavras-chave: foibe; usos políticos do passado; Norma Cossetto; direita radical; Itália.

[206] Doutorando, Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista: CNPq. mathewsmathias@id.uff.br

Inteligência artificial, memória e corrosão democrática:
reflexões a partir do trumpismo e das plataformas digitais

Lara Abreu Vasconcelos Almeida [207]

O presente trabalho apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento que investiga as relações entre inteligência artificial, plataformas digitais e os processos contemporâneos de corrosão democrática, tomando como estudo de caso a construção discursiva de Donald Trump no Twitter (atual X) durante seu primeiro mandato (2017–2021). Partindo das discussões desenvolvidas na disciplina História e Inteligência Artificial Generativa, o artigo articula contribuições da História do Tempo Presente, da História Digital e dos estudos sobre democracia para compreender de que maneira as transformações tecnológicas alteram as formas de circulação da informação, de mobilização da memória e de disputa política. O referencial teórico fundamenta-se, sobretudo, no conceito de atualismo, de Pereira e Araujo, compreendido como um regime de temporalidade em que o presente reorganiza continuamente as relações com o passado e o futuro. Nessa perspectiva, analisa-se o lema Make America Great Again (MAGA) como um dispositivo discursivo de mobilização política, capaz de articular memórias, identidades e expectativas em torno de uma ideia difusa de restauração nacional. Argumenta-se que as plataformas digitais constituem um ambiente privilegiado para a difusão dessas narrativas, reconfigurando as condições de circulação dos discursos políticos sem que isso implique atribuir às tecnologias um papel determinante nos processos de erosão democrática. Conclui-se, de forma preliminar, que a compreensão das transformações contemporâneas da democracia exige considerar, simultaneamente, as mudanças na experiência histórica do tempo, os usos políticos da memória e as novas dinâmicas comunicacionais associadas às plataformas digitais e à inteligência artificial.

Palavras-chave: Memória; Plataformas Digitais; Inteligência Artificial; Democracia; Trumpismo.

[207] Mestranda em História, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista: CAPES. lara.vasconcelos@aluno.ufop.edu.br

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 15

St15 POLÍTICAS INDIGENISTAS NA AMÉRICA LATINA:

Estado, disputas e povos indígenas

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 3

COORDENADO POR



Stefany Caroline Pantoja Amorim

PPGH Unimontes – Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf – Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

POLÍTICAS INDIGENISTAS NA AMÉRICA LATINA:

Estado, disputas e povos indígenas

8 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Stefany Caroline Pantoja Amorim
Mestranda, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). carolinepanamorim@gmail.com

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 15 e a Sessão de Comunicação Livre 3, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

8 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Processos de territorialização e disputas pela terra: a agência indígena na capitania da Paraíba do Norte (século XVIII)	8h10
2	Narcoecologia na Amazônia Legal: o avanço do narcotráfico e os impactos socioambientais sobre os povos originários	9h25
3	Do Temer ao Bolsonaro: o midiativismo da mídia indígena frente à necropolítica e à ascensão da extrema-direita (2015-2022)	9h50

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 3

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Representações e apropriação da Cultura Policial Militar: análise crítica do uso do discurso político de Sobrevivendo no Inferno e de Elite da Tropa (1997-2020)	–
2	Ancestralidade, geracionalidade e usos políticos do tempo no Almas e Angola (Grande Florianópolis, 2024-2026)	–
3	A censura como coautora política nas telenovelas: uma análise de Anjo Mau (1976) e sua repercussão nos jornais Folha de São Paulo e O Globo	–
4	Apropriações Históricas e Reconfiguração Narrativa: uma análise de discursos sobre a Inquisição no YouTube	–

Processos de territorialização e disputas pela terra:
a agência indígena na capitania da Paraíba do Norte (século XVIII)

Kauan Andrick Barros Rolim [208]

As políticas indigenistas na América portuguesa tiveram na questão fundiária um de seus eixos mais conflituosos. Esta pesquisa propõe analisar as tensões territoriais e o processo de concessão de terras envolvendo populações nativas na Capitania da Paraíba do Norte durante o século XVIII, observando o avanço da apropriação luso-brasileira sobre esses mesmos espaços. O estudo fundamenta-se no cruzamento de cartas de sesmarias e da legislação do período com o intuito de compreender como a administração colonial e as elites locais articularam mecanismos jurídicos para consolidar domínios que, frequentemente, sobrepunham-se às áreas de ocupação tradicional. Em diálogo com a renovação historiográfica, o trabalho afasta a visão das populações originárias como meras espectadoras do processo de colonização. O foco recai na investigação das possibilidades de resistência e negociação articuladas por esses sujeitos às reformas nas instituições tutelares. A partir da investigação documental, procura-se identificar indícios das maneiras pelas quais os indígenas interpretaram e utilizaram as normativas coloniais para tentar assegurar a permanência em seus territórios. Ao problematizar o acesso à terra, a pesquisa levanta a hipótese de que o engajamento nas câmaras municipais e o uso estratégico das próprias leis do Império podem ter servido como ferramentas táticas de sobrevivência para as lideranças locais. O objetivo é demonstrar de que modo as políticas de demarcação na Paraíba ilustram um embate contínuo: de um lado, a expansão fundiária colonial; do outro, as prováveis estratégias dos povos indígenas na defesa de seus domínios frente às imposições do Estado.

Palavras-chave: Territorialização indígena; Conflitos fundiários; Paraíba do Norte.

[208] Graduando em História, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). kaandrickbr@gmail.com

Narcoecologia na Amazônia Legal:
o avanço do narcotráfico e os impactos socioambientais sobre os povos originários

Wanderson André Barbosa Ferreira [209]

A Amazônia Legal ocupa posição estratégica para a preservação da biodiversidade, da diversidade sociocultural e da soberania nacional. Entretanto, a expansão do narcotráfico na região tem impulsionado um fenômeno denominado narcoecologia, caracterizado pela inter-relação entre organizações criminosas e crimes ambientais, como garimpo ilegal, desmatamento, grilagem de terras e exploração clandestina de recursos naturais. Esse cenário intensifica conflitos territoriais, ameaça a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas e compromete a efetividade dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, especialmente aqueles relacionados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e aos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

O presente estudo analisa os impactos socioambientais decorrentes da expansão do narcotráfico na Amazônia Legal, destacando como a atuação de organizações criminosas fragiliza a presença do Estado, favorece a violência contra comunidades tradicionais e dificulta a implementação de políticas públicas de proteção territorial e ambiental. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e consulta a relatórios de órgãos públicos e organismos internacionais, buscando compreender as conexões entre criminalidade organizada, degradação ambiental e violações de direitos humanos.

Os resultados evidenciam que o narcotráfico deixou de representar apenas um problema de segurança pública, passando a constituir uma ameaça à ordem constitucional, ao desenvolvimento sustentável e à proteção dos povos originários. A ocupação ilegal de territórios, a destruição dos ecossistemas e a ampliação das redes criminosas comprometem direitos assegurados pelos artigos 225 e 231 da Constituição Federal, exigindo respostas estatais integradas e políticas públicas capazes de conciliar segurança, preservação ambiental e garantia dos direitos coletivos.

Conclui-se que o enfrentamento da narcoecologia demanda uma atuação articulada entre instituições públicas, sistema de justiça, órgãos ambientais e comunidades tradicionais, fortalecendo o constitucionalismo ecológico como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais e de proteção da Amazônia. O estudo contribui para ampliar o debate jurídico sobre os desafios contemporâneos impostos pelo crime organizado transnacional à democracia, à justiça socioambiental e à concretização do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Narcoecologia; Amazônia Legal; Constitucionalismo Ecológico.

[209] Discente de Direito (10º semestre), Universidade da Amazônia (UNAMA). prandrebarbosa17@gmail.com

Do Temer ao Bolsonaro:
o midiativismo da mídia indígena frente à necropolítica e à ascensão da extrema-direita (2015-2022)

Priscila Fernanda dos Santos Loureiro [210]

Este estudo investiga o midiativismo indígena como tática de contrapoder e (re)existência frente à ascensão da extrema-direita e à consolidação de uma necropolítica de Estado no Brasil (2015-2022). O arco temporal compreende a inflexão político-institucional iniciada no governo Temer, caracterizada pela ofensiva neoliberal contra os direitos originários — consubstanciada no Parecer 001/2017 da AGU —, até a escalada autoritária e militarizada do governo Bolsonaro, culminando na crise humanitária da Covid-19. Problematiza-se como o ator político Mídia Indígena (fundado em 2015) apropria-se das plataformas digitais (Facebook, Instagram, X e YouTube) para subverter o silenciamento sistemático e a colonialidade algorítmica, transmutando a vulnerabilidade e o luto do corpo-território em redes de indignação e contravigilância cívica. O referencial teórico articula a categoria decolonial de corpo-território (Baniwa; ANMIGA) ao conceito de necropolítica de Mbembe, à performatividade de assembleia de Butler e às redes de contrapoder de Castells. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa exploratório-descritiva pautada na pesquisa documental-digital, derivando de pesquisa de mestrado da autora (LOUREIRO, 2026). O corpus foi submetido à análise de conteúdo e performance e à análise de discurso, mapeando repertórios visuais e discursivos como a campanha #EleNão nas eleições de 2018, as denúncias de assassinatos de guardiões da floresta e a produção autônoma de dados epidemiológicos (etnoestatística) frente à subnotificação estatal na pandemia. Os resultados apontam que a tática de "demarcar as telas" rompe com o paradigma da tutela representacional e converte a infraestrutura das corporações tecnológicas em extensão material do território físico. A soberania narrativa afirma-se como um dispositivo de desobediência epistêmica indispensável, afirmando o corpo-território como sujeito político inconteste e demonstrando que a disputa pelos sentidos da democracia no espaço público contemporâneo exige, incontornavelmente, a garantia da vida e da integridade originária.

Palavras-chave: Midiativismo Indígena; Corpo-Território; Necropolítica; Extrema-Direita

[210] Doutoranda, PUC-Rio/IUPERJ-UCAM. loureiropriscila@id.uff.br

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL3

Sessão de Comunicação Livre 3, realizada junto ao Simpósio Temático 15

8 de outubro das 8h às 12h · Coordenação: Stefany Caroline Pantoja Amorim

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

Representações e apropriação da Cultura Policial Militar:
análise crítica do uso do discurso político de Sobrevivendo no Inferno e de Elite da Tropa (1997-2020)

João Paulo Santos Marques [211]

Em 1997 os Racionais MC's denunciaram uma série de fatores excludentes e violentos ocorridos na periferia do estado de São Paulo – atrelados principalmente à desigualdade social e a violência policial, com o álbum Sobrevivendo no Inferno . A década de 90 tem como um de seus marcos as práticas de uma polícia autoritária que, mesmo após o movimento da redemocratização, trazia em seu cerne formativo a experiência da Ditadura Militar. De forma que a representação que um cidadão periférico tem das ações da polícia dentro do seu espaço são enxergadas de forma antagônica, os Racionais em Sobrevivendo no Inferno são porta-vozes do morador da periferia que sente e sofre com as mesmas práticas estigmatizantes advindas da Polícia Militar. Por outro lado, ancorados por uma série de signos, ritos e práticas, a PM como instituição coloca em seus agentes a manifestação de uma identidade que parte das vezes o resguarda de crimes cometidos em nome de Estado, como vemos em Elite da Tropa. A violência e a repressão, considerando a lógica de "o fim justifica os meios", se englobam nessa dinâmica, muitas vezes proferido contra o cidadão marginalizado – isso tudo de acordo com a avaliação dos pares que fazem parte dessa instituição. Assim sendo, trabalho versará sobre as representações possíveis existentes da Cultura Policial Militar nestes dois grupos: a própria Polícia Militar, considerando principalmente os agentes que atuam nas ruas, e o pressuposto tido pela população da periferia, das favelas, representados pela dinâmica do rap e dos Racionais MC's. Para além disso, averiguará a condição que tais representações da Cultura Policial Militar são assimiladas pelo grande público e podem ser utilizadas politicamente.

Palavras-chave: Cultura Policial Militar; Discursos Políticos; Sobrevivendo no Inferno.

[211] Mestre em História, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). professorjota.div@gmail.com

SL3 . SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 3 junto ao ST15

Ancestralidade, geracionalidade e usos políticos do tempo no Almas e Angola (Grande Florianópolis, 2024-2026)

Muriel Custodio dos Passos [212]

Neste trabalho, busca-se examinar as políticas do tempo efetuadas na fabricação do Almas e Angola como objeto dos discursos histórico e antropológico, tomando como estudo de caso a Associação dos Terreiros de Umbanda do Ritual de Almas e Angola do Brasil (ATUAA). Analisam-se, para tal, as performances narrativas de lideranças desse segmento religioso registradas em formato audiovisual e veiculadas no YouTube entre 2024 e 2026 pelos projetos Memórias de Terreiro (Aya/UDESC) e Orixá me Disse! (Lara com Axé!). Pretende-se, ainda, adotar uma amostragem estratégica no sentido de registrar entrevistas autorais semiestruturadas com sujeitos pertinentes ao problema investigado. Pela natureza do problema historiográfico e do conjunto documental, o quadro teórico-metodológico articula história do tempo presente, história oral, teoria da história e história da historiografia. Outro aporte teórico-metodológico possível para a pesquisa é a etnografia das historicidades. A hipótese principal é que a relação com os ancestrais - sejam eles míticos ou históricos - é experienciada como continuidade intergeracional entre encarnados e desencarnados, orientando a atuação política das lideranças religiosas. As políticas do tempo constituintes das performances narrativas sobre a ATUAA visariam à sincronização de lideranças e praticantes do Almas e Angola num movimento político por legitimidade social no espaço público, mediando as relações entre os terreiros e o Estado. Com a abordagem das políticas do tempo, contribui-se para a história do tempo presente por meio da desnaturalização e historicização da distinção ontológica entre passado histórico e presente, evidenciando o caráter instrumental do tempo.

Palavras-chave: Almas e Angola; Políticas do Tempo; Performance Narrativa; Lideranças Religiosas; Ancestralidade.

[212] Doutorando/a, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). muriel.tempodeagora@gmail.com

A censura como coautora política nas telenovelas:
uma análise de Anjo Mau (1976) e sua repercussão nos jornais Folha de São Paulo e O Globo

Anna Luisa Araujo Mascarenhas[213]

Apesar de ser o principal produto cultural brasileiro durante a década de 1970, com amplo alcance e, por consequência, ciosamente acompanhadas pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) (Fico, 2002), as telenovelas representam uma lacuna nas pesquisas sobre censura. Pode-se pensar que esse fenômeno seja um resultado das especificidades do gênero, além da dificuldade de acesso aos arquivos audiovisuais. Nesse sentido, o presente trabalho é o início de uma pesquisa de mestrado que busca contribuir para ampliação desse campo de estudos na historiografia que vêm ganhando espaço nas últimas décadas.

A partir do acervo disponível no streaming Globoplay e nos pareceres censórios salvaguardados pelo Arquivo Nacional, busca-se analisar de que maneira a DCDP atuou como uma coautora política da telenovela Anjo Mau (1976) de Cassiano Gabus Mendes, autor fundamental para história da televisão brasileira. A obra conta a história de Nice (Susana Vieira), uma jovem ambiciosa que ao ser contratada como babá na mansão dos Medeiros, vê em Rodrigo (José Wilker), filho mais velho da família, uma chance de ascender socialmente e, para isso, estaria disposta a tudo Observamos que aproximadamente 38% da telenovela foi censurada. A maioria dos vetos estavam circunscritos a questões comportamentias (jogos de azar, infidelidade conjugal, mentiras, agressividade, longas cenas de beijo, qualquer insinuação a relações sexuais, diálogos que incentivem a separação conjugal e cenas de humilhação). Pode-se notar também exigências vindas da DCDP de alterações da primeira sinopse, mudando assim os rumos da protagonista além de correspondências entre a emissora e a DCDP que, ao apontarem permanentes inadequações na trama, fizeram com que a obra fosse ganhando cada vez mais tom humorístico. Extrapolando a função repressiva, a DCDP intervia diretamente nos rumos narrativos da obra e assumindo, em determinados momentos, um papel próximo ao de coautoria.

Nos jornais estudados, apesar da telenovela se destacar nos periódicos, a censura aparece como um detalhe. No entanto, algumas exceções estão presentes na Folha de São Paulo que, pontualmente, reflete sobre o caráter da censura e suas implicações. Uma vez que os dois jornais possuíam íntima relação com o regime militar, podemos pensar que O Globo, ao expor como a novela teria sido censurada, poderia prejudicar sua própria emissora e perder privilégios e, por isso, privilegiava curiosidades sobre os bastidores e entrevistas.

Palavras-chave: Censura; Telenovelas; Ditadura Militar

[213] Mestranda, PPGHS-USP. anna.mascarenhas@usp.br

Apropriações Históricas e Reconfiguração Narrativa:
uma análise de discursos sobre a Inquisição no YouTube

Adson Rodrigo Silva Pinheiro [214]
Leonardo Coutinho Lourenço [215]

A presente comunicação examina processos de apropriação, recontextualização e distorção de narrativas históricas sobre a Inquisição em ambientes digitais, particularmente através de vídeos publicados no YouTube. Com base em perspectivas analíticas que entrelaçam História Pública, História Moderna e estudos de cultura digital, analisamos como grupos conservadores e reacionários mobilizam imaginários sobre a Inquisição para fundamentar posicionamentos político-ideológicos contemporâneos. A investigação privilegia a análise sistemática dos comentários de vídeos como espaço privilegiado de produção, negociação e legitimação de sentidos históricos. Os comentários funcionam não apenas como resposta ao conteúdo videográfico, mas como arena onde se explicitam operações discursivas de descontextualização, falsificação histórica e violência epistemológica contra pesquisas acadêmicas metodologicamente orientadas. Através da análise qualitativa dos comentários, identificamos padrões retóricos, recursos argumentativos recorrentes e estratégias de desqualificação do conhecimento especializado. Observamos ainda como essas negociações narrativas produzem efeitos político-sociais através da disputa por hegemonia interpretativa sobre o passado, simultaneamente promovendo o apagamento de violências históricas e legitimando projetos políticos contemporâneos. Assim, os comentários revelam-se como importantes fontes para compreender processos de ressignificação política da história em contextos de polarização.

Palavras-chave: História Pública; Cultura Digital; Narrativas Históricas; Inquisição; Análise de Comentários

[214] Doutor em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). adson.rodrigo@gmail.com

[215] Doutor em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). leonardocl.leonardo@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 16

St16 NEGACIONISMO E ANTICOMUNISMO NO SÉCULO XXI: Ecossistema digital e suas manifestações nas redes sociais

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 5

COORDENADO POR



Luís Gustavo Souza Fróes

PPGH Unimontes – Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS UFJF – Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

NEGACIONISMO E ANTICOMUNISMO NO SÉCULO XXI:

Ecossistema Digital e suas Manifestações nas Redes Sociais

9 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Luís Gustavo Souza Fróes
Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). gustavosouzafroes@gmail.com

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 16 e a Sessão de Comunicação Livre 5, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

9 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Usos do Passado e Disputas: O TikTok no Campo Político	8h10
2	Entre a ortodoxia calvinista e a suspeita comunista: Antônio Carlos Costa e as disputas na Igreja Presbiteriana do Brasil (2015–2018)	8h35
3	O anticomunismo como discurso político: Jair Messias Bolsonaro	9h00

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 5

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Narrativas em disputa: a atuação da Casa Publicadora das Assembleias de Deus no cenário político brasileiro (2016-2022)	–
2	O passado em disputa: o Memorial às vítimas da ocupação alemã em Budapeste	–
3	Quando o passado permanece: Cineteatro Antônio Justa	–
4	Em busca de “Nunca mais”: a atuação do Ministério Público Federal no estado do Rio de Janeiro no período pós-Comissão Nacional da Verdade	–
5	Transdisciplinaridade do domínio e colonialidade do saber: uma análise histórico-epistemológica da Conferência de Berlim (1884-1885)	–
6	Experiências de mulheres trabalhadoras em supermercados durante a pandemia: memória, trabalho e tempo presente	–

Usos do Passado e Disputas:
O TikTok no Campo Político

Luís Gustavo Souza Fróes [216]

O estudo tem por objetivo analisar as permanências do discurso anticomunista brasileiro no ambiente digital midiático, a partir dos discursos construídos por políticos e eleitores de direita no TikTok e no YouTube, dando ênfase, principalmente, ao vídeo do deputado Nikolas Ferreira, intitulado "Sou comunista, e daí?". O recorte temporal abordado é durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022), até a atualidade (2019-2025)Essa análise busca compreender as permanências desse discurso anticomunista no Brasil, destacando como ele é atualizado e disseminado nas redes sociais. Além disso, busca abarcar como o anticomunismo é historicamente utilizado como justificativa para regimes autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar, e como, ainda assim, mantém-se ativo ao longo do tempo. O estudo fundamenta-se na Análise de Discurso (AD) de Eni Orlandi (2001) e adota uma abordagem qualitativa. O referencial teórico utilizado se baseia em alguns autores como Rodrigo Patto Sá Motta, Ângela Castro Gomes, Dreifuss e Moniz Bandeira, correlacionando conceitos de cultura política, mas especificamente o do anticomunismo. O presente trabalho revela que o anticomunismo retoma narrativas do passado dentro do período analisado e se reconfigura no ambiente digital como instrumento de polarização política, sustentado pela lógica do medo e pela circulação de desinformação.

Palavras-chave: Anticomunismo, Negacionismo, Ecossistema digital, TikTok

[216] Coordenador do ST16. Mestrando em História, Unimontes. gustavosouzafroes@gmail.com

Entre a ortodoxia calvinista e a suspeita comunista:
Antônio Carlos Costa e as disputas na Igreja Presbiteriana do Brasil (2015–2018)

Hugo Cunha Lins[217]

Este trabalho analisa a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) como campo religioso marcado por disputas simbólicas e classificatórias, onde se entrecruzam calvinismo, conservadorismo moral e racionalidade neoliberal. Diferente do foco dado a igrejas pentecostais e neopentecostais, a pesquisa destaca a influência discreta da IPB em espaços educacionais e jurídicos, sobretudo por meio da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (CMLE). O objetivo é mapear mecanismos de classificação anticomunistas e antiecumênicas, mostrando como elites presbiterianas legitimam práticas da ordem social vigente, ao passo que vozes dissidentes, como a do pastor Antônio Carlos Costa, tensionam a ordem ao denunciar desigualdades.

Palavras-chave: Igreja Presbiteriana do Brasil. Hegemonia. Discurso Religioso. Conservadorismo. Neoliberalismo.

[217] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). hugolins.tecmec@gmail.com

O anticomunismo como discurso político:
Jair Messias Bolsonaro

Laura Luiza Silva e Silva [218]

Esta comunicação visa analisar os discursos anticomunista na trajetória política de Jair Messias Bolsonaro. Historicamente, o anticomunismo ocupou espaço significativo nos meios de comunicação e no debate político brasileiro, sendo frequentemente utilizado para mobilizar opiniões e legitimar projetos de poder. Jair Bolsonaro utilizou o temor de parte da população em relação ao comunismo como um dos principais eixos de sua campanha eleitoral em 2018 e posteriormente de seu governo, se tornando um dos maiores representantes do anticomunismo na política brasileira da última década. Em diversas ocasiões, o político manifestou forte oposição ao comunismo, e ao seu adversário Luiz Inácio da Silva, afirmando que o mesmo transformaria o Brasil em um país comunista caso ganhasse a eleição de 2022. Sua ascensão ao poder, nos faz refletir como os discursos anticomunistas ultrapassaram debates e campanhas de eleições televisionadas, e passaram a circular com forte influência nos meios digitais. Os meios digitais passaram a ocupar papel central na propaganda política contemporânea, sendo utilizadas tanto para a divulgação de posicionamentos ideológicos quanto para a disseminação de desinformação, contribuindo para um crescente negacionismo histórico. O objetivo é compreender como esses discursos foram atualizados e incorporados às disputas políticas contemporâneas, e para isso serão analisados trechos de entrevistas e postagens em redes sociais que visam compreender a utilização da pauta comunista nos discursos do ex-político.

Palavras-chave: comunismo; anticomunismo; discursos.

[218] Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). lauralsilva98@gmail.com

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL5

Sessão de Comunicação Livre 5, realizada junto ao Simpósio Temático 16

9 de outubro das 8h às 12h · Coordenação: Luís Gustavo Souza Fróes

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

Narrativas em disputa:
a atuação da Casa Publicadora das Assembleias de Deus no cenário político brasileiro (2016-2022)

Joyce Emanoely de Jesus da Silva de Carvalho [219]

A crescente participação de grupos evangélicos na política brasileira evidencia a necessidade de compreender as relações estabelecidas entre religião, poder e esfera pública. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre as produções bibliográficas da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), em específico a revista intitulada "Lições Bíblicas", e o cenário político e social brasileiro entre 2016 e 2022; buscando compreender como essas produções contribuíram para a construção de discursos e de um imaginário político e ideológico entre seus leitores. O recorte temporal corresponde a um período marcado pelo impeachment de Dilma Rousseff, pela ampliação da Frente Parlamentar Evangélica e pela ascensão do bolsonarismo. Nesse sentido, a investigação parte da premissa de que a CPAD não atuou apenas na formação teológica de seus leitores, mas também na circulação de interpretações sobre questões políticas e sociais. Sob essa ótica, tal atuação será analisada a partir do conceito de Teologia do Domínio, compreendido como uma perspectiva que defende a atuação cristã nas estruturas de poder e a incidência de valores interpretados como cristãos sobre diferentes esferas sociais (Pereira, 2023). Do ponto de vista historiográfico, a pesquisa articula História Social e História Política, compreendendo o poder para além das instituições estatais e dos grandes acontecimentos. Falcon (1997) contribui para essa perspectiva ao destacar a ampliação dos objetos da História Política, incluindo poderes, instituições, representações e práticas discursivas. Em diálogo com essa abordagem, a Teoria Geral dos Campos, de Bourdieu (2008), permite compreender os campos religioso e político como espaços de disputas por legitimidade, autoridade e poder, considerando também as relações estabelecidas entre eles. Assim, a CPAD é observada como agente inserido no campo religioso, capaz de produzir e disseminar discursos que ultrapassam os limites confessionais. Ademais, do ponto de vista metodológico, a análise de discurso cumpre um papel fundamental no processo de identificar sentidos, valores, representações e estratégias discursivas relacionadas à política e à religião. Portanto, este estudo parte da hipótese de que a revista Lições Bíblicas, uma produção da CPAD, evoca uma articulação entre religião e política, contribuindo para a formação de uma identidade evangélica politicamente engajada. Assim, este estudo busca contribuir para a compreensão histórica das relações entre fé e poder, bem como das tensões produzidas pela presença de projetos religiosos na política de um Estado que se pretende laico.

Palavras-chave: Assembleia de Deus; CPAD; Teologia do Domínio; Religião e política.

[219] Mestranda em História, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Bolsista CAPES. joycecarvalho@ufba.br

O passado em disputa:
o Memorial às vítimas da ocupação alemã em Budapeste

Maria Clara da Silva Castro [220]

A pesquisa, em andamento, tem como objetivo analisar o monumento Memorial às vítimas da ocupação alemã - inaugurado em 2014, em Budapeste - e o negacionismo histórico proposto a partir da sua representação simbólica. Esculpido por Péter Raab Párkányi, o conjunto é composto por duas estátuas principais: uma águia, que simboliza a Alemanha, e a segunda, um anjo, o Arcanjo Gabriel, representando a Hungria - com a finalidade de homenagear as vítimas húngaras da invasão nazista. O conjunto faz parte de uma série de outras manifestações artísticas que evidenciam os esforços para construir uma nova história política na paisagem simbólica da Hungria. Desde a publicação no Diário Oficial, a obra foi cercada de debates suscitados pela comunidade judaica e acadêmica. Segundo os críticos, o monumento permitiria a interpretação da relativização da participação do governo húngaro no genocídio judaico, durante a Segunda Guerra Mundial. O rosto parado e sereno do anjo simboliza o Estado húngaro, como um todo, sendo vítima do processo. No entanto, o que se entende desse período é que, a partir da ocupação, em 1944, após a substituição da regência do país para a liderança de Ferenc Szálasi - membro do Partido da Cruz Flechada, de extrema direita -, o governo foi responsável pela deportação de judeus para campos de concentração de forma voluntária, ou seja, sem que a Alemanha precisasse exercer alguma influência direta. Estima-se que mais de 400 mil judeus foram enviados em um período menor que um ano. Dessarte, o monumento expressa uma experiência fragmentada, que não representa as principais vítimas daquela ocupação. A experiência húngara mostra que a identidade nacional cunhada a partir da paisagem é afetada pela renegociação de eventos-chave da história que afetam diretamente a forma como determinados acontecimentos são interpretados.

Palavras-chave: Hungria; monumento; nazismo; negacionismo.

[220] Mestranda, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). mclarasc1511@gmail.com

Quando o passado permanece:
Cineteatro Antônio Justa

Ariadila Matos Mesquita [221]

A Colônia Antônio Justa foi inaugurada em 1942, em Maracanaú/CE, como parte da política de isolamento compulsório das pessoas acometidas pela hanseníase. Inserida em um conjunto de colônias criadas em diferentes regiões do Brasil ao longo do século XX, a colônia destinava-se ao controle sanitário da doença, promovendo a segregação de homens, mulheres e crianças marcados pelo estigma da então chamada "lepra". Após a desativação da colônia, a região foi ocupada e, com isso, muitas características da antiga colônia foram se perdendo ao longo dos anos. Entre os edifícios que permaneceram do período do isolamento, destaca-se o Cineteatro Antônio Justa, espaço que integrava a estrutura destinada às atividades de sociabilidade dos internos e que, posteriormente, passou por processo de restauração, adquirindo uma função assistencial. É nesse contexto que surge o Instituto Antônio Justa (IAJ), criado em 2018 a partir da mobilização de moradores, com o objetivo de reivindicar direitos básicos, como saúde, educação, segurança, transporte e preservação da memória local. Ao longo de sua trajetória, o IAJ passou a desenvolver ações voltadas à história da antiga colônia, contribuindo para a circulação de narrativas sobre esse passado e para a construção de novos sentidos atribuídos ao território. Dentre as atividades, está o Cine Colônia que busca ocupar o cineteatro com ações culturais. A partir dessa perspectiva, esta pesquisa busca compreender de que maneira o Cineteatro Antônio Justa participa da construção e da permanência das memórias da antiga colônia no presente, considerando suas transformações. Parte-se da compreensão de que os vestígios materiais do passado não permanecem apenas como estruturas físicas, mas podem adquirir novos significados a partir das experiências produzidas pelos sujeitos que vivem e atuam no território. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, que articula documentos, registros fotográficos, produções audiovisuais e publicações em redes sociais. A investigação dialoga com os estudos da memória e da História Pública, buscando analisar as formas pelas quais a comunidade se relaciona com o passado da antiga colônia. Nesse sentido, o Cineteatro constitui uma chave de análise para compreender a permanência de um passado marcado pelo isolamento, pelo estigma e pela segregação, mas também por experiências de sociabilidade, pertencimento e mobilização social.

Palavras-chave: Cineteatro Antônio Justa; Memória; História Pública.

[221] Mestranda, PPGHCE/Universidade Estadual do Ceará (UECE). ariadila.matos@aluno.uece.br

Em busca de "Nunca mais":
a atuação do Ministério Público Federal no estado do Rio de Janeiro no período pós-Comissão Nacional da Verdade

Stella Moreira [222]

A proposta de comunicação debate a relevância do Ministério Público Federal (MPF) na mediação entre as demandas dos movimentos sociais a favor de Memória, Verdade, Justiça e Reparação e o universo jurídico e burocrático do Estado Brasileiro, a fim de conseguir o tombamento e acesso a lugares considerados relevantes para a memória das resistências à Ditadura Militar. Após a conclusão das comissões da verdade pelo Brasil, que buscaram jogar luz a um passado doloroso das violências cometidas pelo Estado e as Forças Armadas contra sua população, a atuação do MPF foi elementar para que obtivesse garantias legais para o cumprimento das recomendações enumeradas em seus relatórios finais. Somado a isso, tanto a Constituição Federal de 1988, quanto o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), originado pelo Decreto nº 7.037, de 2009, enxergam a preservação e a valorização da memória como dimensão fundamental da cidadania e dos direitos humanos e dever do Estado incentivar iniciativas voltadas à preservação e acesso à lugares de recordação. Os pontos focais que guiam esta proposta são os processos de tombamento encaminhados ao IPHAN ao longo da década de 2010 do antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), localizado no número 40 da Rua da Relação, o prédio do Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, onde costumava estar instalado o Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado na Rua Barão de Mesquita, nº 425, no bairro da Tijuca, e a residência localizada na Rua Arthur Barbosa, nº50, antigo 668-A, no bairro de Caxambu, na cidade de Petrópolis, que foi utilizada como centro clandestino de tortura e desaparecimento de resistentes contra o regime ditatorial, conhecida também como "Casa da Morte". O trabalho está circunscrito, portanto, no debate sobre as concepções de patrimônio não somente como suporte para acessar a identidade cívica, como também uma estratégia de ativismo a favor de uma verdadeira cidadania e modo de ocupar a cidade. Assim, o tombamento passa a ser campo de disputa sobre os usos dos passados evidenciando a preservação desses espaços como instrumento para a defesa dos interesses comunitários e reparação das violações de direitos humanos.

Palavras-chave: Patrimônio; Lugares de Memória; Ditadura Militar; Rio de Janeiro; Tombamento.

[222] Mestranda, Universidade Federal Fluminense (UFF). stellamoreira@id.uff.br

Transdisciplinaridade do domínio e colonialidade do saber:
uma análise histórico-epistemológica da Conferência de Berlim (1884-1885)

Arthur Teles Maciel [223]
José Antonio Nunes Aguiar [224]

Este artigo analisa a Conferência de Berlim (1884–1885) a partir de uma perspectiva histórico-epistemológica, buscando compreender sua participação na reorganização das relações de poder, na consolidação da ordem colonial e na produção de formas hierarquizadas de conhecimento. Parte-se da compreensão de que o colonialismo europeu não se restringiu à ocupação e ao controle territorial, mas envolveu também a construção de mecanismos políticos, econômicos, jurídicos e epistemológicos capazes de estabelecer classificações e assimetrias entre povos e sociedades. Nesse sentido, a pesquisa articula as contribuições dos estudos sobre colonialidade do poder e do saber à análise histórica da Conferência de Berlim, compreendendo-a como parte de um processo mais amplo de institucionalização das relações coloniais e de reorganização do sistema internacional. O estudo também problematiza a construção histórica dos Direitos Humanos, especialmente a tensão entre a pretensão universalista de seus princípios e a permanência de estruturas de dominação e exclusão produzidas no contexto colonial. Como eixo interpretativo, propõe-se a noção de transdisciplinaridade do domínio, entendida como uma chave de leitura capaz de articular diferentes dimensões da dominação colonial, superando interpretações fragmentadas entre História, Direito, política, economia e produção do conhecimento. A partir dessa abordagem, argumenta-se que os efeitos históricos da ordem colonial não se encerraram com o fim formal do colonialismo, permanecendo expressos em estruturas de poder, formas de produção do saber, disputas de memória e desigualdades presentes na ordem contemporânea. Conclui-se que a análise da Conferência de Berlim permite compreender a dimensão histórica das relações entre colonialidade, produção do conhecimento e universalismo dos Direitos Humanos, evidenciando a necessidade de uma abordagem transdisciplinar para interpretar as permanências e transformações das estruturas de dominação.

Palavras-chave: Conferência de Berlim; Colonialidade; Direitos Humanos; Transdisciplinaridade; Produção do Saber.

[223] Discente, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). arthurtelesmaciel06@gmail.com

[224] Mestrando, Universidade CEUMA. joseantonionunesaguiar145@gmail.com

Experiências de mulheres trabalhadoras em supermercados durante a pandemia:

memória, trabalho e tempo presente

Luara Kauane Quadros Rodrigues [225]

A pandemia de COVID-19 alterou profundamente as relações sociais e o cotidiano do trabalho, especialmente entre trabalhadores de setores considerados essenciais. Esta comunicação analisa as experiências de mulheres que atuaram em redes de supermercados nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Mercedes, no Paraná, entre 2020 e 2023, buscando compreender como vivenciaram e posteriormente narraram o trabalho durante a crise sanitária. A pesquisa fundamenta-se na História Oral e utiliza entrevistas semiestruturadas como fontes principais, entendendo as narrativas não apenas como registros de acontecimentos, mas como construções de memória por meio das quais as entrevistadas atribuem sentidos às experiências vividas. Os relatos evidenciam medo da contaminação e, sobretudo, de transmitir o vírus aos familiares, além de mudanças nas rotinas, jornadas e relações com clientes, colegas e chefias. Também aparecem protocolos sanitários como uso de máscaras e álcool em gel, barreiras de acrílico, aferição de temperatura e controle da entrada de clientes. As entrevistas revelam ainda ansiedade, desgaste físico e emocional e diferentes avaliações sobre as medidas adotadas pelas empresas. Ao mesmo tempo, a permanência no setor não se explica apenas pela exposição ao risco: necessidade de renda, estabilidade, trajetórias profissionais anteriores, relações construídas no ambiente de trabalho e sentidos atribuídos ao próprio trabalho também atravessam essas experiências. Ao abordar a pandemia como acontecimento do Tempo Presente e considerar memória e fontes orais como caminhos para compreender seus efeitos no cotidiano, a pesquisa procura evidenciar como trabalhadoras comuns elaboram historicamente um período recente de crise, articulando trabalho, experiência e memória.

Palavras-chave: História Oral; Memória; Pandemia de COVID-19; Trabalho; Tempo Presente.

[225] Mestranda em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). luarakauane59@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 17

St17 HISTÓRIA POLÍTICA, COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS DE TERREIRO

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 6

COORDENADO POR

Ailton da Guia Gonçalves Júnior Tim
Marcus Vinicius Souza

PPGH Unimontes Programa de Pós Graduação em História Social | LAPPS ufjf Laboratório de História Política e Social | Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

HISTÓRIA POLÍTICA, COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS DE TERREIRO

9 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Ailton da Guia Gonçalves Júnior Tim
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
ailtonjunior9421@gmail.com

Marcus Vinicius Souza
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
zbnmarcus21@gmail.com

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 17 e a Sessão de Comunicação Livre 6, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

9 de outubro, das 14h às 18h

O horário deste Simpósio Temático é ocupado integralmente pelas comunicações livres da sessão.

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 6

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	"Todos nós vamos morrer um dia": a pandemia como laboratório experimental da necropolítica bolsonarista	–
2	Comunistas e trabalhadores de usinas açucareiras em Campos dos Goytacazes: estratégias de ação e organização (1926-1935)	–
3	Vozes da capoeira: a expansão da Capoeira Angola em Campos dos Goytacazes através da oralidade	–
4	A revista Claridade e a crítica à emigração cabo-verdiana para São Tomé e Príncipe no século XX	–
5	Cultura é política: Miniteia Contestado e a articulação das associações na preservação da cultura cabocla	–

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL6

Sessão de Comunicação Livre 6, realizada junto ao Simpósio Temático 17

9 de outubro das 14h às 18h · Coordenação: Ailton da Guia Gonçalves Júnior Tim · Marcus Vinicius Souza

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

"Todos nós vamos morrer um dia":
a pandemia como laboratório experimental da necropolítica bolsonarista

Claudia Maria Cardoso Parente[226]

Em 2020, enquanto o mundo se via às voltas com a mais grave crise sanitária dos últimos 100 anos, o Brasil enfrentava um desafio com potencial para elevar a letalidade da pandemia do novo coronavírus à condição de catástrofe, que veio a resultar em mais de 700 mil mortos. Alinhado ao vírus, o discurso do então presidente Jair Bolsonaro minimizava os riscos da doença, desprezava o conhecimento científico, naturalizava mortes coletivas e, acima de tudo, colocava a defesa da vida e a sobrevivência da economia como questões irreconciliáveis para justificar o desrespeito às medidas restritivas de sociabilização, recomendadas pelas maiores autoridades de Saúde como estratégia para conter a covid-19. Mas esse não era um pensamento nascente. Bolsonaro já defendia seu próprio modelo de sociedade antes da emergência da pandemia. Seus discursos na Câmara dos Deputados desde o início dos anos de 1990 e suas declarações de cunho autoritário e discriminatório em programas televisivos atestavam seu desapego à democracia e sua indiferença à vida dos mais vulneráveis, a ponto de declarar, em plenário, que pobre só servia para votar e não devia sequer ter direito sobre o próprio corpo. Nessa comunicação, pretendemos mostrar como a pandemia criou as condições ideais para o chefe do executivo federal tentar concretizar essa visão de mundo, cujo modelo de governamentalidade se apoia num neoliberalismo necropolítico, marcado naquele momento pelo incentivo ao risco de morte. Mobilizamos a noção de necropolítica do filósofo Achille Mbembe para compreender como ela se aplica (e foi aplicada) naquele cenário e compartilhamos com Foucault o entendimento de que o discurso, para além de uma abstração linguística, é uma prática social que envolve saber e poder, com efeitos concretos que podem se disseminar indefinidamente.

Palavras-chave: pandemia; covid-19; necropolítica; bolsonarismo

[226] Doutoranda em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). claudiaprocula@gmail.com

Comunistas e trabalhadores de usinas açucareiras em Campos dos Goytacazes:

estratégias de ação e organização (1926-1935)

Leonardo Soares dos Santos[227]

O presente artigo trata das tentativas desenvolvidas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) durante os primeiros anos de sua existência, de atuação em prol da organização e mobilização dos trabalhadores das usinas de açúcar em Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), entre 1926 e 1935. Campos foi por esta época la principal força política e economia de toda região fluminense. Sua economia era em grande parte sustentada na produção dos engenhos de cana. Em meados do século XX havia ao redor de 40-50 mil trabalhadores deste segmento. A inserção dos comunistas em a cidade é indissociável da relação do PCB com esse tipo de trabalhador. Tal é o principal ponto desta investigação. Em que pese as dificuldades materiais e políticas vivenciadas pela agremiação durante essa época, em função da dura repressão do qual era alvo desde sempre e da imensidão do país, o que tornava muito difícil acessar a zona rural do país, ainda mais com tão poucas vias de transporte disponíveis, os comunistas não ignoraram a importância da questão agrária. O debate sobre o tema foi intenso no período e mesmo ações práticas foram realizadas, ou pelo menos tentadas. Mesmo que efêmeras e diminutas, tais realizações merecem ser analisadas, pois mais do que limitações do partido, elas dizem respeito aos problemas cruciais do Brasil no tocante aos dilemas do campo. Neste trabalho, portanto, efetuamos uma análise da atuação dos membros daquele partido do Partido, precisando as primeiras iniciativas, as estratégias de atuação, as formas de mobilização, redes de informação e difusão de ideias e documentos. Ao contrário do que se supõem lendo alguns textos sobre a história dos comunistas no Brasil, o caso da atuação do PCB em Campos demonstra que remonta há vários anos antes de 1945 uma preocupação com a questão agrária: os esforços de Octávio Brandão (um dos dirigentes do Partido) e a atuação de figuras como Nina Arueira e Adão Pereira Nunes constituem evidências significativas.

Palavras-chave: Comunistas; Trabalhadores de usina; Campos dos Goytacazes.

[227] Doutor em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). leonardo_dos@id.uff.br

Vozes da capoeira:
a expansão da Capoeira Angola em Campos dos Goytacazes através da oralidade

Sara Vitória Bessa da Silva [228]

Criada por africanos escravizados, a capoeira surge como uma forma de resistência física, diante das intensas repressões impostas durante a escravidão. E apos o fim da escravidão, seus praticantes denominados de capoeiristas, na epoca eram vistos como marginalizdos, baderneiros, vadios, que traziam desordem na cidade. Com as discriminações e perseguições para com a capoeira e seus praticantes, após a proclamação da república em 1888, um novo código civil entra em vigência e a capoeira então passa a ser criminalizada e proibida pelo art. 402 do Capítulo XIII dos Vadios e Capoeiras. Diante disso, após longos anos de descriminação, o cenário passa a ser outro, a capoeira se torna um dos elementos centrais da cultura popular afro-brasileira, que teve um papel fundamental na formação da sociedade brasileira. Mais do que uma simples luta, a capoeira se consolidou como um espaço de preservação das tradições africanas no Brasil, reunindo movimento, música, ritualidade e identidade. Dessa forma, ela representa não apenas uma prática corporal, mas também um importante patrimônio cultural que mantém vivas memórias, saberes ancestrais. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender o processo de expansão da Capoeira Angola no município de Campos dos Goytacazes, utilizando relatos e narrativas produzidas a partir da História Oral. Para isso, foram realizadas conversas com mestres e capoeiristas das vertentes angola e contemporânea que residem no município e que vivenciaram ou receberam de seus mestres experiências relacionadas a esse período de formação. Buscando identificar como ocorreu a expansão da Capoeira Angola em Campos, quem foram os primeiros mestres e grupos envolvidos e onde surgiram as primeiras rodas, e as dificuldades encontradas nesse período, reconstruindo esse percurso histórico por meio dessas vozes. Concluindo que a Capoeira Angola não chegou ao município de Campos dos Goytacazes por meio de praticantes tradicionais dessa vertente os “Angoleiros”. Em vez disso, seu surgimento na cidade está relacionado a mestres da Capoeira Regional que, embora formados em outra linhagem, demonstravam simpatia pela Capoeira Angola.

Palavras-chave: Oralidade, Capoeira Angola, Campos dos Goytacazes.

[228] Bacharel em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). saravitoria@id.uff.br

A revista Claridade e a crítica à emigração cabo-verdiana para São Tomé e Príncipe no século XX

Igor Santos Carneiro [229]

Este trabalho analisa a revista Claridade (1936-1960) como espaço de construção de uma crítica intelectual à emigração de cabo-verdianos destinados ao trabalho nas roças de São Tomé e Príncipe. Ao colocar no centro da produção literária a seca, a fome, a pobreza, a insularidade e a necessidade de partir, os claridosos transformaram a emigração em problema social, questionando sua representação como característica natural da experiência cabo-verdiana. António Carreira (1977), ao estudar historicamente as migrações do arquipélago, demonstra a diferença entre os movimentos migratórios espontâneos e aqueles condicionados pela pobreza e pelo recrutamento de trabalhadores para outras possessões portuguesas. Nesse contexto, São Tomé e Príncipe ocupava lugar particular no imaginário cabo-verdiano, pois a partida para suas roças esteve associada às condições de extrema vulnerabilidade das populações atingidas pelas crises econômicas e alimentares. Augusto Nascimento (2003), ao investigar a presença cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe, evidencia que as roças constituíram espaços marcados por hierarquias, disciplina laboral e relações profundamente desiguais entre trabalhadores e proprietários. A literatura claridosa tornou essas contradições socialmente visíveis. Manuel Ferreira (1980) compreende a geração da Claridade como momento decisivo de aproximação da literatura à realidade concreta das ilhas, enquanto Pires Laranjeira destaca a importância do movimento claridoso para a formação de uma consciência literária e social cabo-verdiana. Argumenta-se, portanto, que a representação da emigração na Claridade não pode ser reduzida ao drama existencial da partida ou ao chamado “terralongismo”. Ao relacionar fome, seca, pobreza e evasão populacional, seus intelectuais expuseram as condições coloniais que empurravam parte da população para as roças santomenses. Dessa maneira, a Claridade contribuiu para retirar a emigração do campo do destino e inseri-la no campo da história, evidenciando as desigualdades que articulavam Cabo Verde à economia colonial portuguesa.

Palavras-chave: Cabo Verde; São Tome e Príncipe; Colonialismo; Claridade

[229] Doutorando, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). igorsantosuema@gmail.com

Cultura é política:
Miniteia Contestado e a articulação das associações na preservação da cultura cabocla

João Felipe Alves de Morais [230]

A Guerra do Contestado (1912–1916) permanece um marco histórico de violência e resistência no Sul do Brasil, mas sua memória e a cultura cabocla dela derivada segue sendo sistematicamente invisibilizada por órgãos públicos municipais e estaduais. Esse apagamento se manifesta na ausência de políticas de proteção a sítios históricos, no desinvestimento em pesquisa e turismo e, mais recentemente, na substituição da região turística "Vale do Contestado" por "Vale dos Imigrantes". O presente trabalho tem como objetivo investigar a construção política dos grupos culturais de preservação da memória cabocla do Contestado, tomando como recorte empírico o encontro da Miniteia Contestado, que reuniu representantes de organizações como a Associação Cultural Cabocla Filhos do Contestado, a Associação Paulo Freire de Educação Popular, o Grupo Cultural Renascença Cabocla, a Matakiterani e a Monteca. A partir da análise documental do evento, busca-se responder à seguinte questão-problema: é possível perceber uma construção política no trabalho realizado por essas associações? Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise das atas, relatos e materiais produzidos na Miniteia, além da observação participante, articulada a um referencial teórico baseado nos estudos da cultura política, sociabilidades, interseccionalidade e convergência. Em sua relação com a História do Tempo Presente, a pesquisa entende que a luta dessas associações não se restringe ao passado, mas configura uma ação política contemporânea de resistência ao apagamento e de reivindicação por justiça histórica e cidadania cultural. Os resultados esperados apontam para a confirmação de que os grupos analisados constroem, sim, uma práxis política ao disputar narrativas, ocupar espaços e mobilizar afetos e saberes contra-hegemônicos.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; História do Tempo Presente; Movimentos sociais.

[230] Doutorando, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). joao_f_morais@hotmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 18

ST18 DIREITAS EM PERSPECTIVA: trajetórias, conceitos e temporalidades

COORDENADO POR


Bruna Giovanna da Silva


Danilo M. L. G. Delgado


Gabriel B. Machado

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS | UFJF
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

DIREITAS EM PERSPECTIVA:

trajetórias, conceitos e temporalidades

7 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Bruna Giovanna da Silva
Doutoranda, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista: CAPES.
brunagiovanna34@gmail.com

Danilo Marques Lobo Godinho Delgado
Doutorando, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista: FAPEMIG. danilolobo1@gmail.com

Gabriel Benedito Machado
Doutorando, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista: CAPES.
gabrielmachado333@gmail.com

SESSÃO ÚNICA

7 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Máquina metafísica e cultura de direita: por uma análise paradigmática dos novos e velhos fascismos	8h00
2	Mitologia política e usos do passado na construção da identidade conservadora entre Reagan e Trump	8h10
3	A cultura mnemônica alemã sob contestação: a Alternativa para a Alemanha e a disputa pela recordação do passado comunista nacional	8h25
4	A Direita Radical Populista: da Europa para o mundo?	8h40
5	Religião, política e novas direitas: a trajetória político-digital de Alexandre Isquierdo no Rio de Janeiro	8h55
6	Reflexões em torno da atuação do Instituto Liberal e o seu papel na disseminação do neoliberalismo no Brasil contemporâneo (1983-1997)	9h10
7	A disputa pelo passado: as novas direitas brasileiras à luz da produção da Brasil Paralelo	9h25
8	A visão da desigualdade para a direita antineoliberal	9h40
9	Dos saquaremas a Enéas: usos e apropriações do passado pela Associação Nova Roma	9h55
10	"A Alemanha é nossa missão, Cristo é a nossa força!": cristianismo e política durante o Terceiro Reich a partir da Kirchenbewegung Deutsche Christen	10h10
11	"Meu corpo, minha propriedade": mulheres, gênero e ativismo libertariano no Brasil	10h25
12	Globalismo e anti-globalismo: origens, usos e abusos pela extrema-direita no Brasil e no mundo	10h40
13	Pensar com estratégia: a geopolítica militar na obra de Golbery do Couto e Silva e Juan Enrique Guglialmelli (1960-1980)	11h10

"Meu corpo, minha propriedade":
mulheres, gênero e ativismo libertariano no Brasil

Bruna Giovanna da Silva [231]

Este trabalho analisa, a partir de uma perspectiva de gênero, a operacionalização do conceito rothbardiano de "autopropriedade" no âmbito da militância libertária e anarcocapitalista brasileira, buscando compreender como mulheres militantes mobilizam, interpretam e atribuem sentidos a esse princípio em seus posicionamentos e práticas políticas. Desde o início do século XXI, ideias austrolibertárias passaram a ocupar espaços no debate público brasileiro e, por meio da expansão das redes digitais, contribuíram para a constituição de um movimento político organizado. Nesse processo, a participação feminina permaneceu numericamente reduzida e atravessada por concepções específicas sobre gênero, família e autonomia. Partindo desse contexto, investiga-se tanto a forma como mulheres e questões relacionadas aos direitos das mulheres são abordadas pelos agentes do movimento quanto as modalidades de participação e atuação das próprias militantes desde os primeiros anos de sua constituição no Brasil. Para tanto, serão analisadas discussões realizadas em comunidades libertarianas do Orkut, privilegiando as intervenções de mulheres; a atuação de pioneiras na militância digital; sua presença e produção no Instituto Mises Brasil e no Instituto Rothbard; e a posterior criação da organização LOLA, em 2018. A partir desse conjunto documental, busca-se identificar os discursos mobilizados por essas mulheres e analisar suas posições diante de questões como feminismo, aborto, violência doméstica e homeschooling, bem como as concepções de autonomia e liberdade por elas articuladas.

Palavras-chave: Anarcocapitalismo; Libertarianismo; Militância. Mulheres.

[231] Coordenadora do ST18. Doutoranda, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista: CAPES. brunagiovanna34@gmail.com

Máquina metafísica e cultura de direita:
por uma análise paradigmática dos novos e velhos fascismos

Raphael Guazzelli Valerio [232]

Autores contemporâneos, como Berardi, Traverso e Lazzarato, tem insistido na ampliação dos horizontes de análise sobre os fascismos para tentar compreender o retorno do fenômeno nas primeiras décadas deste século. Deste modo, Berardi fala de um fascismo decrépito em oposição ao fascismo que enaltecia as forças da juventude, Traverso propõe a necessidade de remodelar o escopo conceitual a fim de compreender características inovadoras nestes movimentos contemporâneos e Lazzarato explora a adequação dos novos fascismos às práticas econômicas neoliberais. Já na década de 1990, Agamben defendia a atualidade do nazismo para compreender a política contemporânea, o filósofo partia do paradigma do estado de exceção como prática de governo. A exceção cria uma zona cinza entre fato e direito, de modo que, no paradigma de governo nazifascista reina a confusão. Esposito tem recentemente se debruçado com afinco nesta temática; seus dois últimos livros tratam da questão. Sobretudo no último – Il fascismo e noi – Esposito recupera uma longa tradição de análises filosóficas sobre fascismo que, via de regra, são negligenciadas pelos historiadores. Ao arriscar-se no anacronismo o filósofo nos oferece uma trama altamente complexa para compreender os fascismos de nossa época. De modo bastante sucinto podemos dizer que, para o italiano, o fascismo não é um conceito, uma doutrina, um movimento social ou um regime de governo, mas uma máquina metafísica capaz de englobar todos estes predicados. A máquina atua elaborando e reelaborando os polos dicotômicos da política moderna (direita e esquerda, socialismo e capitalismo, natureza e cultura, etc.) de modo que abole as distinções, ou procura abolir as contradições, daí sua infeliz duração e a dificuldade de lhes combater. Para Esposito, indagar sobre o "nós", os antifascistas, é um caminho mais iluminador do que indagar sobre "eles", os fascistas. Nesta comunicação gostaríamos de explorar as hipóteses de Esposito em oposição e, ao mesmo tempo, em comunicação com as pesquisas contemporâneas sobre os novos e velhos fascismos.

Palavras-chave: Fascismo; Neofascismo; Pósfascismo; Máquina Metafísica; Paradigma.

[232] Doutor, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). raphael.guazzelli@ufpe.br

Mitologia política e usos do passado na construção da identidade conservadora entre Reagan e Trump

Sabrina Alves Ferreira [233]

O presente trabalho analisa a construção da identidade política do conservadorismo estadunidense a partir da mobilização estratégica do passado, tomando como objeto o slogan Make America Great Again (MAGA) e sua inserção na tradição das direitas estadunidenses. Partindo da compreensão de que os discursos políticos também operam por meio da produção de narrativas históricas e de imaginários coletivos, investiga-se como a evocação de uma suposta "grandeza perdida" constituiu um elemento central da reorganização conservadora durante a campanha e o governo de Donald Trump. A pesquisa insere-se no campo da História do Tempo Presente e dialoga com os estudos sobre direitas, memória, culturas políticas e mitologias políticas, compreendendo o slogan não apenas como recurso eleitoral, mas como mecanismo de legitimação de um projeto político orientado pela restauração simbólica da nação. Para tanto, estabelece-se uma análise comparativa entre os usos do lema por Donald Trump e antecedentes presentes na presidência de Ronald Reagan, evidenciando permanências e ressignificações nas linguagens políticas do conservadorismo estadunidense. Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se na análise qualitativa de discursos presidenciais, pronunciamentos oficiais e bibliografia especializada, articulando contribuições da História Política e da História do Tempo Presente. Argumenta-se que o MAGA atua como uma mitologia política capaz de conectar diferentes temporalidades, convertendo memórias seletivas e interpretações idealizadas do passado em instrumentos de mobilização política e de fortalecimento identitário das direitas contemporâneas. Ao evidenciar as relações entre memória, temporalidade e ação política, o estudo contribui para a compreensão das formas pelas quais as direitas constroem legitimidade, produzem identidades coletivas e disputam os sentidos do passado como parte de seus projetos hegemônicos. A comunicação apresenta resultados de artigo publicado na revista Temporalidades, ampliando sua discussão ao inseri-la no debate historiográfico contemporâneo sobre as direitas e suas temporalidades.

Palavras-chave: Direitas; Conservadorismo; Mitologia política.

[233] Doutoranda em História Social, PPGH/Unimontes. sabrinalvesfe@gmail.com

A cultura mnemônica alemã sob contestação:
a Alternativa para a Alemanha e a disputa pela recordação do passado comunista nacional

Hannah Beatriz Alves Aguiar [234]

No presente contexto, a rememoração da antiga República Democrática Alemã (RDA) estrutura-se ao redor de duas interpretações díspares. Se, por um lado, são lembrados os episódios de violência associados à presença do Muro de Berlim e ao crescimento dos mecanismos de segurança e monitoramento interno, por outro lado, também é rememorado o processo de modernização e as transformações socioeconômicas sem precedentes da história alemã. A denominada Ostalgie, "nostalgia do leste", fenômeno identificado na Alemanha pós-reunificação, corresponde a uma maneira específica de rememorar esse passado comunista, a partir de expressões de memórias afetivas vinculadas a esse contexto, que são baseadas nos vínculos emocionais estabelecidos pelos indivíduos que vivenciaram tais experiências socialistas. Em contrapartida, ao examinar as iniciativas voltadas para a rememoração da violência e da repressão associadas a esse regime no contexto posterior às Revoluções de 1989, é possível assinalar que tais medidas assumiram contornos marcadamente políticos, ideológicos e institucionais. No decorrer dos anos 1990, foram muitas e plurais as iniciativas tomadas pelas ex-repúblicas socialistas, com a finalidade de implementar políticas de memória referentes à recordação dos regimes comunistas recentemente desmantelados na região. Na presente conjuntura, por sua vez, o fortalecimento e a emergência de movimentos, grupos e partidos de extrema-direita têm contribuído diretamente para uma reatualização das disputas de memória em torno do passado recente europeu, influenciando as maneiras pelas quais eventos históricos sensíveis são rememorados no debate público e institucional. É sob esse viés que a presente comunicação se propõe a apresentar o processo de construção da memória da antiga RDA com fundamento nas interpretações elaboradas por um dos partidos populistas de direita radical mais proeminente da atualidade: a Alternativa para a Alemanha (AfD). Nesse enquadramento, com a finalidade de melhor compreender a temática que abrange as discussões em torno da cultura mnemônica alemã, esta apresentação propõe-se a refletir sobre as formas pelas quais essa agremiação interpreta e representa a experiência socialista alemã. Busca-se, de modo geral, compreender as maneiras pelas quais esse novo ator político se apropria, constrói e difunde narrativas históricas sobre o passado recente nacional, problematizando determinados aspectos de suas reivindicações no contexto atual.

Palavras-chave: Direitas radicais; memória; passado recente; regimes comunistas.

[234] Mestranda, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista: CAPES. alveshannah06@gmail.com

A Direita Radical Populista:
da Europa para o mundo?

João Vitor Perrout Gomes Silva [235]

O presente trabalho tem como objetivo principal entender o fenômeno da Direita Radical Populista (DRP) e suas implicações enquanto fenômeno global, tendo em vista a ascensão de todas as famílias da ultradireita no mundo, em especial fora dos grandes centros. A análise parte do uso de uma ampla bibliografia temática sobre a Direita Radical e de como as produções acadêmicas construíram o conceito de DRP, sua amplitude enquanto fenômeno. Levando em consideração as mudanças e viradas epistemológicas ocorridas no campo de estudos, que incidiram diretamente na análise sobre como o fenômeno se interseccionou com o mundo globalizado. Com isso, este trabalho busca, em 3 etapas, entender o processo de estruturação axiológica da DRP, buscando compreender suas facetas, nuances e lacunas. Pensar nas principais referências que possibilitaram o surgimento do campo de estudos do tema, estabelecendo os marcos que guiaram as pesquisas e análises. Por fim, buscando compreender como os exemplos de DRP atuam fora da Europa, entendendo suas particularidades e nuances que tensionam a DRP enquanto uma categoria analítica. Diante disso, foram analisados diversos exemplos da DRP, na Europa e fora dela, a fim de compreender quais dinâmicas e diferenciações existem nos casos não europeus. Assim, explorando dentro do campo de estudos como o fator globalizante do fenômeno interfere no paradigma nacional. Por fim, refletindo sobre como o retrospecto e legado histórico das direitas no século XX afetam este fenômeno em seus exemplares no tempo presente.

Palavras-chave: Direita Radical Populista; Ultradireita; Nativismo.

[235] Graduando, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista: CNPq (Iniciação Científica). joao.perrout@estudante.ufjf.br

Religião, política e novas direitas:
a trajetória político-digital de Alexandre Isquierdo no Rio de Janeiro

Priscilla da Silva Rodrigues Fonsêca [236]

Esta comunicação analisa a atuação política de Alexandre Isquierdo, ex-vereador do município do Rio de Janeiro e liderança vinculada ao conservadorismo evangélico, inserido no fenômeno das novas direitas contemporâneas. Sua trajetória político-digital é investigada entre os anos de 2022 e 2026, com o objetivo de compreender como pautas religiosas e morais são incorporadas à atuação política institucional e como sua circulação nas redes digitais participa desse processo de mobilização e disputa político-ideológica.

Utilizamos uma abordagem qualitativa, reunindo como fontes documentos institucionais, projetos de lei, leis ordinárias, decretos e moções, e materiais publicados em plataformas digitais, como publicações no Instagram e participações em podcasts, selecionados de acordo com sua relação com temas religiosos, morais e políticos.

A lista de leis aprovadas por Isquierdo no período expressa um processo de institucionalização que os decretos administrativos costumam omitir. Em dois anos, o parlamentar articulou para que a Câmara Municipal declarasse a Marcha para Jesus e a Cultura Evangélica como Patrimônios Culturais de Natureza Imaterial do Rio e incluísse o Dia da Juventude Cristã e o Dia da Oração no calendário oficial da cidade. No âmbito digital, argumentou que "o Estado é laico, mas não é laicista", mobilizando a pauta da guerra cultural para justificar a proteção jurídica a eventos e bandeiras religiosas.

A trajetória política-digital de Alexandre Isquierdo permite observar, em análise preliminar, como o conservadorismo evangélico carioca se organiza por meio de redes que aproximam lideranças religiosas e agentes políticos. A transição para o pleito estadual, com o sobrenome do pastor Silas Malafaia no nome de urna, indica que o modelo está sendo ampliado. A Assembleia Legislativa oferece mais visibilidade e capacidade de influenciar a legislação que afeta todo o estado.

Palavras-chave: Conservadorismo evangélico; Novas direitas; Guerra cultural; Trajetória político-digital; Rio de Janeiro.

[236] Mestranda, PPGSP/IUPERJ/UCAM. Bolsista: CAPES (Código de Financiamento 001). cillaguido@yahoo.com.br

Reflexões em torno da atuação do Instituto Liberal e o seu papel na disseminação do neoliberalismo no Brasil contemporâneo (1983-1997)

Guilherme Henrique Magalhães da Silva [237]

Esta comunicação pretende refletir sobre o projeto ideológico que foi estruturado pelo Instituto Liberal (IL) após a sua fundação no Rio de Janeiro (RJ) em 1983. Entende-se que o think tank atuou para a criação de um ethos intelectual, cultural e organizacional que permitiu ao IL ser a voz de uma visão de projeto liberal predominante no debate público brasileiro nos primeiros anos da Nova República. Nesse sentido, nosso argumento principal é o de que o IL atuou na difusão de um ideal de liberalismo orientado a partir dos princípios do que veio a ser classificado como "individualismo possessivo" – a ideia de que a liberdade dos cidadãos está diretamente conectada com a sua capacidade de ter posses, criando um cenário em que o poder de autonomia individual está relacionado ao patrimônio de cada pessoa. Em outras palavras, a comunicação pretende demonstrar como, em termos práticos, o Instituto Liberal foi o principal grupo brasileiro a divulgar, no final do século XXI, um projeto político-social de carácter neoliberal. Este projeto foi ideologicamente orientado por uma noção de cidadania em que o acesso a direitos sociais e serviços públicos se dá por meio da sociedade de mercado, ou seja, uma sociedade em que a habilidade de uma pessoa vender e adquirir algo é o que define o seu grau de autonomia e cidadania. Entende-se que o IL faz parte de uma tradição internacional de think tanks engajados na propagação de tais ideias e que a sua atuação replicou técnicas, mecanismos de financiamento e lobby semelhantes ao encontrados em experiências de outros países, como Inglaterra e Estados Unidos da América. Em função disso, a análise será direcionada, principalmente, para a maneira como a associação traduziu e adaptou ideias para o contexto brasileiro por meio de livros, notas técnicas e atividades de advocacy político com partidos, empresas e outras organizações da sociedade civil brasileira.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Instituto Liberal, direitas; think tanks; História Política.

[237] Mestrando, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ghmdsuni@protonmail.com

A disputa pelo passado:
as novas direitas brasileiras à luz da produção da Brasil Paralelo

Mayara Balestro [238]

No contexto de ascensão das novas direitas brasileiras, a expansão da internet e das plataformas digitais ampliou os espaços de produção e circulação de ideias, criando novas formas de organização política e disputa pela esfera pública. Nesse processo, a disputa política passou também a envolver diferentes formas de apropriação e reelaboração do passado, fazendo do conhecimento histórico um importante campo de disputa. É nesse contexto que se insere a Brasil Paralelo, empresa que, desde sua fundação, passou a ocupar um espaço significativo na produção e circulação de narrativas sobre a história do Brasil. Em 2023, a empresa lançou o documentário A Direita no Brasil, dividido em três partes, com a iniciativa de compreender em que momento as novas direitas brasileiras teriam se perdido e quais caminhos teriam sido percorridos até a configuração política do presente. A partir desse objeto, o objetivo desta comunicação é analisar os principais contextos históricos mobilizados pela empresa e compreender de que forma esses contextos aparecem nas narrativas das pessoas convidadas, buscando identificar como acontecimentos e processos históricos são selecionados, articulados e ressignificados na construção de uma interpretação sobre a história política recente do Brasil. A hipótese é a de que o negacionismo histórico mobilizado pela Brasil Paralelo não aparece apenas na negação direta de acontecimentos, mas também por meio do deslocamento, da relativização e da sobreposição de interpretações sobre acontecimentos reconhecidos pela historiografia. Nesse sentido, mais do que negar o que de fato aconteceu, a empresa produz narrativas que reorganizam os sentidos atribuídos ao passado, oferecendo interpretações alternativas e disputando a autoridade sobre sua produção e circulação. Assim, a Brasil Paralelo não apenas participa das disputas políticas das novas direitas brasileiras, mas procura se consolidar como uma instância legítima de produção de conhecimento histórico no espaço público. Busca-se, portanto, compreender como a empresa mobiliza o passado recente para intervir nas disputas do presente e como sua produção se insere na história pública e nas novas formas de disputa pelos sentidos da história.

Palavras-chave: Brasil Paralelo; novas direitas e negacionismo histórico contemporâneo.

[238] Doutoranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). mayarabalestro128@gmail.com

A visão da desigualdade para a direita antineoliberal

Alfonso Solórzano Arias [239]

A América Latina enfrenta o surgimento de movimentos de direita de caráter intransigente, críticos da correção política e que consideram a globalização e o progressismo como responsáveis pelas crises de segurança, economia e migração. Seria precipitado catalogar essas novas direitas radicais sob uma classificação homogênea; trata-se, antes, de uma multiplicidade de radicalismos de direita que têm emergido nas últimas décadas. Embora atualmente a região enfrente, em sua maioria, o aparecimento de direitas radicais de caráter neoliberal, surgiram paralelamente direitas radicais que se opõem ao neoliberalismo.

Esses radicalismos críticos do neoliberalismo, ainda que não sejam suficientemente fortes em termos eleitorais, encontraram nas redes sociais um espaço para expor de forma massiva seus projetos ideológicos. Essas direitas abrem um enigma sobre sua correlação negativa com o neoliberalismo. Este último modelo foi originalmente concebido com o propósito de reduzir o intervencionismo estatal ao máximo possível, com o objetivo de fortalecer a premissa de que são os indivíduos, mediante a interação dos mercados, que devem determinar tanto a produção da riqueza quanto sua possível distribuição.

O anterior gerou a premissa de que a liberdade econômica é o núcleo central da sociedade. Isso implica, de forma implícita, a geração de desigualdade socioeconômica entre os distintos setores sociais; portanto, a liberdade econômica envolverá forçosamente uma desigualdade aparentemente legitimada sob a responsabilidade de cada indivíduo.

As esquerdas têm procurado rejeitar essa premissa, indicando que a desigualdade econômica não é um fato "natural" das habilidades de cada indivíduo, mas parte de um esquema estrutural completamente exógeno aos indivíduos, que coloca certas pessoas em posições desvantajosas sem qualquer critério legítimo. No entanto, se a posição neoliberal favorece uma legitimação da desigualdade devido ao sistema de livre mercado, e a esquerda procura combater essa desigualdade, onde se situa a direita antineoliberal nesse aspecto?

As esquerdas se caracterizam por combater a desigualdade e a exclusão, enquanto as direitas tendem a legitimá-las. Portanto, como expressam essa circunstância as direitas que se opõem ao modelo neoliberal? A resposta a esse enigma é o que a presente comunicação pretende colocar em discussão acadêmica.

Palavras-chave: Antineoliberal; Desigualdade; Direita Radical

[239] Candidato a Doutor em Ciências Políticas e Sociais, Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). alfsolari24@hotmail.com

Dos saquaremas a Enéas:
usos e apropriações do passado pela Associação Nova Roma

Beatriz Lima Oliveira da Silva [240]
Gabriel Torres Carvalho da Silva [241]

Nas últimas décadas, grupos de extrema direita têm mobilizado personagens e períodos históricos a fim de legitimar suas agendas políticas e construir um ideal de identidade brasileira. No campo neofascista metapolítico, destaca-se a Associação Nova Roma (ANR), que anteriormente se denominava Nova Resistência. A organização possui como referência a Quarta Teoria Política de Aleksandr Dugin e a estratégia metapolítica da Nouvelle Droite. A ANR caracteriza-se também pela apropriação de figuras e experiências da história política brasileira, ressignificadas a partir de uma "quarta posição", mesmo com fortes influências da terceira teoria política, a Revolução Conservadora.

A pré-campanha presidencial de Aldo Rebelo em 2026 contou com o apoio explícito da ANR. Rebelo organiza um programa nacionalista para o Brasil, mesclando tanto autores de direita, como Gilberto Freyre quanto de esquerda, como Manoel Bonfim e Darcy Ribeiro para sintetizar um projeto nacional, denomidado de "O Quinto Movimento". Dentre os materiais de divulgação produzidos pela ANR, há a recorrente caracterização de Aldo como herdeiro do "Legado Saquarema". Os saquaremas, apelido dos conservadores durante o período imperial, são articulados a personagens históricos como Dom Pedro I, Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Ernesto Geisel e Enéas Carneiro. A partir da análise de materiais produzidos pela ANR e publicados em suas mídias digitais, a proposta de comunicação busca compreender como essa construção discursiva mobiliza uma memória histórica antiliberal e nacionalista com o objetivo de apresentar uma alternativa à dicotomia esquerda e direita.

Palavras-chave: Associação Nova Roma; Usos do Passado; Legado Saquarema.

[240] Mestranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista: CAPES/CNPq. beatrizoliveira2.historia@gmail.com

[241] Mestrando em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense (UFF). gabriel.torres.carv@gmail.com

"A Alemanha é nossa missão, Cristo é a nossa força!": *cristianismo e política durante o Terceiro Reich a partir da Kirchenbewegung Deutsche Christen*

Pyetra de Lima Schmidt [242]

Como se constituiu a aproximação entre o protestantismo alemão e o nacional-socialismo? Essa questão perpassa diferentes perspectivas historiográficas acerca das relações entre religião e política durante o Terceiro Reich, especialmente diante da atuação dos chamados Deutsche Christen. Embora frequentemente compreendidos como um movimento homogêneo, os Deutsche Christen reuniram diferentes grupos e lideranças, com projetos distintos para a reorganização do cristianismo protestante e para sua relação com o nacional-socialismo. Nesse contexto, destaca-se a Kirchenbewegung Deutsche Christen, ala formada na Turíngia que assumiu uma posição radical na aproximação entre cristianismo, nacionalismo e ideologia völkisch. Dessa forma, a presente pesquisa busca (re)construir a trajetória da KDC, considerando as condições históricas que possibilitaram sua formação e sua consolidação no interior do protestantismo alemão. Para isso, parte-se das transformações políticas e religiosas das décadas de 1920 e 1930, acompanhando a atuação das lideranças Siegfried Leffler e Julius Leutheuser, a formação da Glaubensbewegung Deutsche Christen em 1932 e as disputas que atravessaram o movimento até sua fragmentação em 1935. Além disso, destaca-se a relativa autonomia da ala da Turíngia e a continuidade de sua atuação após a crise dos Deutsche Christen, especialmente por meio da inserção de suas lideranças em diferentes espaços eclesiásticos, acadêmicos e políticos. Fundamentamos a discussão teórica e metodológica na perspectiva arqueológica e genealógica de Michel Foucault, buscando compreender os processos, disputas e relações que possibilitaram sua emergência e sua permanência como uma corrente autorizada a atuar no protestantismo alemão. Assim, a investigação pretende discutir a formação do movimento entre as décadas de 1920 e 1940, destacando as relações entre religião, política e produção de saberes no contexto do nacional-socialismo. A reconstrução dessa trajetória, portanto, permite problematizar as diferentes formas pelas quais o cristianismo protestante foi mobilizado na constituição e legitimação do projeto nazista.

Palavras-chave: Kirchenbewegung Deutsche Christen; Nacional-socialismo; Protestantismo alemão.

[242] Mestranda em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). pyetraschmidt06@gmail.com

Globalismo e anti-globalismo:
origens, usos e abusos pela extrema-direita no Brasil e no mundo

Ronnald Barboza Trindade[243]

Nos últimos anos, intensificaram-se, sobretudo entre lideranças da extrema direita, as críticas a uma suposta ordem global contrária à soberania nacional. Donald Trump, Jair Bolsonaro e Javier Milei, por exemplo, passaram a dirigir seus discursos contra organizações como a ONU, a OMS e a UE, acusando-as de promover uma agenda "globalista". Nesse contexto, este trabalho investiga as origens desse discurso, tomando como ponto de partida The Managerial Revolution (1941), de James Burnham. Por meio de revisão bibliográfica, analisa-se como essa formulação teórica foi apropriada pelas novas direitas e gradualmente convertida em uma retórica conspiracionista, passando por autores como Olavo de Carvalho até alcançar ampla difusão por meio de influenciadores como Alex Jones e Bruno Aiub (Monark).

Palavras-chave: globalismo; antiglobalismo; Nova Ordem Mundia, novas direitas, extrema-direita.

[243] Mestrando em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). ronnald.trindade@estudante.ufjf.br

Pensar com estratégia:
a geopolítica militar na obra de Golbery do Couto e Silva e Juan Enrique Guglialmelli (1960-1980)

Gabriel Felipe Oliveira de Mello [244]

Este trabalho analisa a mobilização dos estudos geopolíticos do oficial brasileiro Golbery do Couto e Silva (1911-1987) nos escritos do general argentino Juan Enrique Guglialmelli (1917-1983) entre as décadas de 1960 e 1980. Nesse sentido, parte-se de dois pontos fundamentais que estruturam a reflexão sobre os autores. A primeira compreende que ideias centrais do pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva foram recepcionadas a partir de um prisma negativo pelo círculo intelectual militar que Guglialmelli compunha. Nesse sentido, a concepção da existência de um "destino imperial manifesto brasileiro", assim como a acepção de que a lógica orientadora da segurança nacional deveria ser pautada pela bipolaridade expressa na disputa entre Ocidente e Oriente, foram mobilizadas de maneira crítica pelo intelectual militar argentino. O segundo ponto que estrutura essa reflexão aponta para o entendimento que a recepção negativa de aspectos da obra do brasileiro estava amparada na existência de um imaginário marcado pelo conceito de decadência por parte do militar portenho. A recepção negativa da obra de Golbery se baseava no entendimento que essa produção seria estimuladora de uma proposta de cunho sub-imperialista para a política externa brasileira, sendo defensora assim da construção de um Estado nacional com tendências expansionistas. Em suma, este trabalho busca compreender, seja direta ou indiretamente, a circulação de ideias na linguagem política das direitas militares de Brasil e Argentina no pós II Guerra Mundial (1939-1945).

Palavras-chave: Argentina; Brasil; direitas; intelectuais; geopolítica

[244] Pós-doutorando, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista: FAPERJ (Pós-Doutorado Nota 10). oliveiramellogabriel@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 19

St19 JOVENS E JUVENTUDES EM MOVIMENTOS:

Da ação política à construção de identidades coletivas no Brasil República

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 4

COORDENADO POR


Francisco Y. de Lima Silva


Anderson da Silva Felix

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

JOVENS E JUVENTUDES EM MOVIMENTOS:

da ação política à construção de identidades coletivas no Brasil República

7 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Francisco Ytalo de Lima Silva
Doutorando em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). francisco.ytalo@ufrpe.br

Anderson da Silva Felix
Mestrando em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). anderson.asf@ufpe.br

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 19 e a Sessão de Comunicação Livre 4, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

7 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	"Temo que em breve nosso país será chamado de sodoma e gomorra": A Moral e os Bons Costumes Sob a Vigilância da Ditadura Militar Brasileira	14h35
2	Presbiterianismo, relações de poder e indumentária no Brasil: as fotografias de professoras na revista Woman's Work for Woman no final do século XIX	15h25
3	A arte conceitual brasileira de primeira geração e suas especificidades: o político na produção de Luiz Alphonsus e Guilherme Vaz (1969-1979)	15h50

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 4

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	A política do "Café com Leite" em Cascavel-CE: o protagonismo das famílias Queiroz e Ribeiro nos mandatos municipais	–
2	O campo como arena política: uma análise dos programas agrários social-democrata e nazista no final da República de Weimar	–
3	Temporalidades do político: usos do direito penal pela Bancada da Bala (2014-2022)	–
4	Campanha Intelectuais, Impressos e História Negra na Wiki: práticas de História Pública Negra na disputa pela narrativa e equidade epistêmica na Wikipédia	–
5	Narrativas (auto)biográficas como dispositivos de (re)existência	–

"Temo que em breve nosso país será chamado de sodoma e gomorra": *A Moral e os Bons Costumes Sob a Vigilância da Ditadura Militar Brasileira*

Valmir Borges Neves Filho [245]

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida no Pibic com financiamento do CNPQ e também o fruto de um projeto de monografia para a conclusão do curso de história. Tal projeto parte da premissa de que os agentes repressivos do regime ditatorial iniciado em 1964, no Brasil, possuíam uma significativa preocupação com a preservação dos valores da família tradicional e da juventude brasileira. Este modelo de família estava, em sua visão, ameaçado pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), afinal como os próprios militares apontam: "o fundamental, como se afirmou linhas atrás, ainda é a família - e é precisamente nessa célula que os comunistas - exatamente como o câncer - estão atuando cada vez mais intensamente." (AN-COREG, 1983, p. 5). O MCI estaria por sua vez ameaçando esse modelo de família através de movimentos contestatórios ou de buscas por direito, como o movimento feminista, negro, homossexual, de contracultural ou hippie. Para o regime militar, os jovens eram alvo de maior preocupação ainda, tendo em vista que havia uma preocupação que eles estivessem cada vez mais com um: "comportamento liberal, amoral e contrário a todos os preceitos sociais aceitos pela sociedade contemporânea." (AN-COREG, 1982, p.4), de modo que essa juventude seria o alvo prioritário dos agentes do MCI em espaços como em encontros universitários, onde segundo os militares havia: "ingestão de grande quantidade de bebidas alcoólicas (vinhos e cachaça); uso de maconha e uso indiscriminado de psicotrópicos industrializados; - atividades sexuais promíscuas e públicas." (AN-COREG, 1982, p. 4). Não obstante, espera-se ainda entender como a própria sociedade social via essas mudanças sociais que passaram pelos anos 60, 70 e 80, seja por exemplo, em cartas enviadas ao presidente em que eles mostram seus temores de "que em breve nosso país será chamado de sodoma e gomorra" (AN-COREG, 1982, p. 1). Espera-se assim compreender como a preocupação pela preservação da moral e os bons costumes esteve presente nos imaginários da ditadura e seu legado nos dias atuais da forma como alguns desses movimentos são ainda hoje vistos pela população.

Palavras-chave: Ditadura; Moralidade; Repressão; Sexualidades; Juventudes.

[245] Graduando em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA). valmircte1@gmail.com

Presbiterianismo, relações de poder e indumentária no Brasil:
as fotografias de professoras na revista Woman's Work for Woman no final do século XIX

Mariana da Silva Rodrigues de Lima [246]

O presbiterianismo foi uma das vertentes dos protestantismos que se inseriu no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Neste trabalho focalizam-se as relações de poder entre os sexos na missão da Presbyterian Church in the United States of America (PCUSA) no país, utilizando-se como fonte as fotografias das professoras Mary Christine Chamberlain e Noemi Cunha, publicadas na edição de janeiro de 1900 da revista Woman's Work for Woman. A circulação dos retratos dessas mulheres nessa revista voltada para as atividades missionárias femininas da instituição se deu em razão do falecimento delas em 1899. Compondo parte do artigo "Missionaries who went home in 1899", essas imagens acompanharam um texto que abordava a trajetória da missionária Mary Christine Chamberlain, com foco em sua atuação como professora de uma escola vinculada à missão presbiteriana em Feira de Santana, Bahia, na qual Noemi da Cunha também lecionava. O objetivo desta comunicação é compreender a importância da indumentária das professoras em seus retratos no contexto do artigo mencionado, visando analisar as intencionalidades subjacentes à circulação dessas imagens, bem como entender a forma como a aparência pessoal delas indicava a apropriação de elementos de uma feminilidade protestante ideal. Assim, o estudo sobre o vestuário e a aparência pessoal dessas professoras pode revelar detalhes sobre as relações de poder entre os sexos na comunidade presbiteriana e em suas escolas, apontando como a aparência pessoal feminina era também uma forma de as mulheres protestantes mobilizarem o poder através da indumentária.

Palavras-chave: Protestantismos e indumentária; Fotografia e literatura missionária protestante; Aparências femininas.

[246] Doutoranda em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). marianadelima.historia@gmail.com

A arte conceitual brasileira de primeira geração e suas especificidades:
o político na produção de Luiz Alphonsus e Guilherme Vaz (1969-1979)

Tamara Silva Chagas[247]

A arte conceitual brasileira, quando de seu surgimento, em 1969, com o advento do Salão da Bússola, já era uma tendência que, para além da ideia dos que defendiam a perspetiva da submissão da produção artística nacional de vanguarda aos ditames estrangeiros, uma corrente cujos jovens artistas amalgamavam questões retiradas do debate internacional – em torno da desmaterialização da obra, da redefinição do conceito de arte e da crítica mercadológica e institucional – a questões autóctones, oriundas do próprio desenvolvimento da arte local. Assim, somaram a tais debates a crítica sociopolítica, em consonância com o que se produzia no continente latino-americano. Porém, também trouxeram à tona outras especificidades, como a inclusão do espectador como elemento participante no processo criativo, e mais, a recorrência a materiais e poéticas precárias como estratégia estético-política, segundo defendemos, em conformidade com o pensamento de Frederico Morais. Nesse sentido, destacamos a atuação de dois desses jovens artistas conceitualistas brasileiros daquela primeira geração, que perdurou de 1969 até a segunda metade dos anos 1970: Luiz Alphonsus e Guilherme Vaz. Enquanto o primeiro enveredou por trabalhos como ações e instalações em ambientes públicos e na natureza, o segundo fez forte uso da palavra escrita e falada como meio de produção artístico-reflexiva. A contribuição de ambos foi, assim, notória para a arte conceitualista brasileira daquela geração, reforçando o uso desses elementos que a caracterizaram como produção localizada e original. Tendo isso em mente, buscamos, nesta pesquisa, aprofundar as reflexões sobre as especificidades das propostas conceitualistas brasileiras da primeira geração, a partir das obras desses dois artistas, salientando seu caráter esteticamente experimental e politicamente comprometido, não como panfleto, mas como chamada à reflexão crítica por parte do espectador. De tal modo, propomos um estudo ancorado na metodologia qualitativa, de caráter exploratório e explicativo, tomando como referencial teórico textos do filósofo Herbert Marcuse, do crítico Frederico Morais e da teórica Mari Carmen Ramírez.

Palavras-chave: artes visuais; arte e política; arte conceitual; arte brasileira.

[247] Pós-doutoranda, PPGA/Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). tamara.chagas1@gmail.com

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL4

Sessão de Comunicação Livre 4, realizada junto ao Simpósio Temático 19

7 de outubro das 14h às 18h · Coordenação: Francisco Ytalo de Lima Silva · Anderson da Silva Felix

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

A política do "Café com Leite" em Cascavel-CE:
o protagonismo das famílias Queiroz e Ribeiro nos mandatos municipais

Michelly Maria da Silva Cavalcante[248]

Este trabalho investiga a permanência e a circulação de grupos familiares na política municipal de Cascavel-CE, tendo como objeto o protagonismo das famílias Queiroz e Ribeiro na ocupação de cargos eletivos e administrativos ao longo das últimas décadas. A expressão "Política do Café com Leite", associada à articulação das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais durante a Primeira República, é mobilizada em sentido analógico, como recurso para problematizar a recorrência de determinados grupos na disputa e no exercício do poder em escala municipal. Parte-se da questão de como relações familiares, alianças políticas e redes administrativas podem contribuir para a permanência e a transformação desses grupos na política local. A análise dialoga com as discussões de Leal (1975) sobre coronelismo e poder local, as percepções de Carvalho (1997) sobre mandonismo e clientelismo, bem como com a formação histórica das relações clientelistas na organização política brasileira elucidado por Lenardão (2004). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa histórica, mobilizada pela análise documental, desenvolvida a partir da análise de fontes eleitorais, administrativas, legislativas e jornalísticas, incluindo documentos do Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Prefeitura e Câmara Municipal de Cascavel, Tribunal de Contas e imprensa. O levantamento documental inicial permite identificar a presença recorrente de integrantes das famílias investigadas em diferentes posições de poder, incluindo a chefia do Executivo e cargos administrativos, constituindo um campo empírico para a análise das formas de circulação e reprodução do poder político local. Nesse sentido, busca-se investigar em que medida a ocupação de cargos públicos e possíveis relações de troca e dependência política podem ser compreendidas à luz do clientelismo. A pesquisa pretende contribuir para a compreensão das permanências e transformações das relações de poder na história política de Cascavel-CE, refletindo sobre as formas contemporâneas de organização e reprodução do poder em escala municipal.

Palavras-chave: História política; Clientelismo; Famílias políticas.

[248] Mestranda em História, Cultura e Espacialidades, Universidade Estadual do Ceará (UECE). michellymaria1412@gmail.com

O campo como arena política:
uma análise dos programas agrários social-democrata e nazista no final da República de Weimar

Yurhii Steinmetz Stephan Wolfdünkell Budzynkz [249]

Este trabalho propõe uma análise dos programas agrários do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), de 1927, e do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), de 1930, situando-os no contexto da crise final da República de Weimar. Enquanto os nazistas no final da República obtiveram um aumento vertiginoso de votos e de adesão no campo antes mesmo do seu crescimento entre a população alemã em geral, o SPD não conseguiu obter capilaridade e um grande percentual de votos nesse meio, mesmo tendo promovido uma reorientação de sua linha programática agrária com o objetivo de ter propostas mais atraentes a esses grupos. O objetivo do artigo é compreender se as diferenças no conteúdo dos programas foram um fator substancial para a diferença no desempenho dos dois partidos no meio rural. Para isso, foi necessário discutir como os diferentes contextos políticos, sociais e eleitorais de cada partido influenciaram a formulação de suas propostas agrárias e de que maneira essas propostas foram direcionadas ao público rural, especialmente ao campesinato e aos trabalhadores rurais. A pesquisa parte da análise de fontes primárias, com destaque para os programas partidários em si. Argumenta-se que a diferença entre o desempenho eleitoral dos dois partidos no meio rural é explicada parcialmente pelo conteúdo dos seus programas e como ajudavam ou dificultavam na agitação partidária. Ao mesmo tempo em que o novo programa social-democrata trouxe propostas importantes para a pequena e média agricultura e que não constavam no programa nazista, a vagancia de parte das propostas afetava seu potencial propagandísticas e agitacionais. Além disso, as propostas programáticas do NSDAP foram mais diretamente associadas às demandas levantadas pelos próprios agricultores do que as propostas social-democratas. O programa de 1930 fazia isso articulando promessas de proteção ao campesinato, crítica ao sistema econômico vigente e valorização simbólica da "comunidade nacional". Dessa forma, este trabalho contribui para a compreensão dos motivos para a queda da República de Weimar, o fracasso dos partidos republicanos em defendê-la e a ascensão nazista, considerando o peso eleitoral da população rural.

Palavras-chave: República de Weimar; Nazismo; Partido Social-democrata da Alemanha

[249] Mestrando, Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ). yurhiibudzynkz@gmail.com

Temporalidades do político:
usos do direito penal pela Bancada da Bala (2014-2022)

Manuella de Souza Santana [250]

Esta pesquisa investiga as relações entre política e direito penal no Brasil contemporâneo, buscando compreender como os discursos da chamada Bancada da Bala foram atravessados por diferentes formas de experimentar e interpretar o tempo. Parte-se da hipótese de que a mobilização do direito penal não se restringiu à defesa de medidas punitivas, mas esteve associada à construção de determinadas leituras sobre o presente e à produção de expectativas acerca do futuro. Nesse processo, situações de violência, insegurança e suposta perda de controle estatal foram mobilizadas como signos de uma conjuntura de crise, diante da qual respostas penais eram apresentadas como necessárias e urgentes. O recorte tem como marco inicial julho de 2014, período de registro das candidaturas para as eleições daquele ano, quando a chamada Bancada da Bala adquiriu maior projeção no cenário político nacional, e estende-se até as eleições gerais de 2022. Interessa compreender como, ao longo desse período, seus integrantes articularam diferentes concepções de segurança, ordem e punição e como essas formulações se relacionaram às transformações do cenário político brasileiro, especialmente à ascensão do bolsonarismo. Mais do que identificar a defesa de determinadas pautas penais, busca-se observar como os discursos construíram diagnósticos sobre o presente e projetaram possibilidades de futuro por meio do setor jurídico-penal. A pesquisa insere-se no campo da História do Tempo Presente e dialoga com as reflexões de François Hartog acerca dos regimes de historicidade e das relações estabelecidas entre presente, passado e futuro. Articula-se, ainda, às reflexões de Pierre Rosanvallon sobre as transformações do político e a legitimidade democrática, bem como às contribuições de Antoine Garapon para a compreensão da crescente centralidade do Judiciário e da politização da justiça. Para tanto, serão analisados os pronunciamentos realizados nas sessões deliberativas parlamentares entre 2014 e 2022, buscando identificar as formas pelas quais categorias como crise, ameaça, urgência, ordem e segurança foram mobilizadas na construção dos discursos penais. A pesquisa pretende, assim, compreender como determinadas experiências e expectativas temporais participaram da incorporação do direito penal às disputas políticas do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Temporalidades; Bancada da Bala; Direito penal; Bolsonarismo; História do Tempo Presente.

[250] Mestranda em História Social, Universidade Federal Fluminense (UFF). manuellasouzasantana@gmail.com

SL 4 . SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 4 — junto ao ST 19

Campanha Intelectuais, Impressos e História Negra na Wiki:
práticas de História Pública Negra na disputa pela narrativa e equidade epistêmica na Wikipédia

Geferson Santana de Jesus [251]
Tatiane Maria Barbosa de Oliveira [252]

A presente comunicação apresentará um estudo de caso da Campanha Intelectuais, Impressos e História Negra na Wiki, proposta financiada no Wiki Apoia 2026 da Wikimedia Brasil, organizada pelo laboratório História Editorial, entre os dias 14 de maio e 13 de junho, na qual estudantes e professores dos cursos de licenciatura em História e Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a partir do método crowdsourcing, constituíram uma comunidade colaborativa para executar práticas de criação e edição de verbetes de intelectuais negros e suas obras, visando disputar narrrativas e promover a equidade epistêmica na Wikipédia. A análise parte da perspectiva da História Pública Negra, na qual toma fontes e mídias digitais para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história negra e de práticas de divulgação científica que democratizem o acesso ao conhecimento científico em mídias, plataformas e banco de dados digitais, preocupando-se não apenas com o desenvolvimento da temática e sua divulgação ao grande público, como com o debate político sobre o enfrentamento ao racismo institucional que afeta a carreira de pesquisadores negros. Com isso, a proposta analisará como os verbetes criados e editados contribuíram para a equidade epistêmica no ecossistema dos projetos Wikimedia, em especial a Wikipédia; como os verbetes cumprem com sua função enciclopédica para ser usada como ferramenta de informação pelo grande público; quais suas potencialidades enquanto ferramenta de letramento digital e transposição do conhecimento histórico a partir da intervenção qualificada. A pesquisa demonstrou que a campanha promoveu um total de 806 edições na Wikipédia, destacando-se a criação de 35 verbetes e o melhoramento de 112 verbetes, a inserção de 339 mil bytes de dados e 676 novas referências (teses, dissertações, e artigos científicos e jornalísticos) nos verbetes de intelectuais negros, resultando em mais de 90 mil visualizações na mídia supracitada. Destaca-se também a participação de 67 editores, que passaram a conhecer as potencialidades da Wikipédia, e a importância de promover práticas antirracistas em plataformas como esta, contribuindo para a equidade epistêmica e a difusão de narrativas plurais a partir de verbetes de intelectuais negros.

Palavras-chave: Wikipédia; Intelectuais negros; História Pública Negra; Crowdsourcing.

[251] Doutor em História, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). historiaeditorial.contato@gmail.com

[252] Doutora em Ciências, Universidade de São Paulo (USP). tatianebarbosa@alumni.usp.br

Narrativas (auto)biográficas como dispositivos de (re)existência

Gilberto Cézar de Noronha [253]

Esta comunicação tem como objetivo apresentar reflexões teórico-metodológicas iniciais sobre as potencialidades das narrativas (auto)biográficas como dispositivos de (re)existência, que têm sido articuladas desde duas frentes de trabalho desenvolvidas no âmbito do projeto guarda-chuva "Os usos políticos do passado: desafios para o ensino e a pesquisa em história", vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política (NEPHISPO), do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. O projeto mais amplo estrutura-se em torno de três eixos interconectados: (1) epistemologia da história e da memória; (2) ensino de história e formação docente; (3) história pública e usos sociais do passado em diferentes mídias e suportes. É nesse terreno fértil de problematizações mais amplas sobre as relações entre política, memória, sensibilidades, narrativas e espaço-tempo que a investigação sobre escritas autobiográficas dialoga com a temática deste Simpósio, sobretudo a primeira frente de trabalho, que constitui o eixo central da análise aqui desenvolvida, que se dedica ao estudo de narrativas (auto)biográficas produzidas por três mulheres brasileiras do século XX em situações de subalternidade: Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Maura Lopes Cançado (1929-1993) e Stella do Patrocínio (1941-1992). A investigação parte do pressuposto de que essas mulheres, por meio da escrita e da oralidade, (d)enunciaram relações de poder e produziram dispositivos de (re)existência ao confrontarem silenciamentos e violências institucionais. As fontes privilegiadas para esta análise foram o Diário de Bitita, obra póstuma de Carolina Maria de Jesus publicada primeiramente em francês sob o título Journal de Bitita: Témoignage (1982), com tradução para o português apenas em 1986; o livro-diário Hospício é Deus (1965), de Maura Lopes Cançado; e os co-enunciados de Stella do Patrocínio, transcritos no livro Reino dos bichos e dos animais é o meu nome (2001), organizado por Viviane Mosé, além das gravações do seu Falatório, realizadas com a artista Carla Guagliardi entre 1986 e 1988 e divulgadas por Sara Martins Ramos (2022). Seus relatos auto-biográficos são vozes que emergem de espaços de subalternidade e que, por meio da escrita e da fala, (re)existem ao produzirem narrativas que confrontam silenciamentos e violências institucionais, inscrevendo no espaço público memórias que resistem ao apagamento. A segunda frente de trabalho, da qual evocaremos algumas conclusões parciais, dedica-se à análise de memoriais acadêmicos de ingressantes no curso de História da UFU, investigando lembranças pessoais, motivações profissionais e expectativas de permanência, com ênfase em temas sensíveis e nos limites da narrativa autobiográfica diante de memórias traumáticas. Os resultados dessa pesquisa revelam que, apesar da diversidade de trajetórias, as narrativas convergem para lugares comuns evidenciando que o exercício de escrita autobiográfica opera como espaço de reelaboração de memórias traumáticas, ressignificando dores e integrando-as à identidade docente em meio a tensões entre memórias interditadas e silêncios geridos. Os relatos memoriais oscilam entre impulso testemunhal e impossibilidade de narrar, entre lembrar e esquecer como dispositivo fundamental de subjetivação, atuando como dispositivos teórico-metodológicos que facilitam abordagens sensíveis aos temas emergentes das trajetórias discentes, valorizando a autoria na formação inicial de uma geração atravessada pelas questões tecnológicas. A pesquisa sugere que a apropriação do passado pessoal, familiar e coletivo constitui estratégia de autoidentificação e de formulação de um projeto político, revelando que, mais que instrumentos avaliativos, os memoriais são lugares de

elaboração subjetiva onde a escrita de si se faz exercício de memória, trabalho de luto e afirmação de um futuro possível na docência em História. Ambas as frentes de trabalho, embora orientadas por objetos e problemáticas distintas, compartilham um mesmo horizonte teórico-epistemológico ao compreender a escrita autobiográfica como prática performativa que produz sujeitos e narrativas em meio a tensões constitutivas entre memória e história, lembrar e esquecer, silêncio e testemunho. Ambas problematizam as tênues fronteiras entre história e memória, fato e (auto)ficção contribuindo para a reflexão epistemológica sobre os usos políticos do passado; analisam narrativas de sujeitos em processos formativos ou em situações de subalternidade, oferecendo subsídios para pensar os usos sociais do passado. A articulação entre as duas frentes de trabalho tem permitido avançar em reflexões sobre os dispositivos (auto)biográficos como operadores de (re)existência. A escrita de si opera como um espaço de negociação entre o dizível e o indizível, entre a necessidade de testemunhar e os silêncios impostos por traumas, violências e interdições sociais. Nesse sentido, as narrativas analisadas não se reduzem a meros registros de experiências vividas, mas constituem-se como práticas discursivas e póeticas que produzem realidades, subjetividades e formas de pertencimento, redefinindo continuamente os sentidos atribuídos ao presente a partir de passados que permanecem operantes. O estudo tem revelado que a potência (re)existencial da narrativa autobiográfica não depende apenas do conteúdo evocado, mas das condições de enunciação e dos regimes de historicidade nos quais os enunciados são produzidos, circulam e são recebidos. Reconhecemos a diversidade das fontes: Carolina, Maura e Stella escrevem/falam a partir de lugares de não-reconhecimento institucional, a favela, o hospício, a colônia, os memoriais acadêmicos são produzidos em um contexto institucional que, embora marcado por assimetrias de poder, oferece um reconhecimento mínimo à voz do enunciador. Essas diferentes posições de enunciação produzem efeitos distintos nas narrativas: nas primeiras, o testemunho se faz como grito de denúncia e sobrevivência; nos segundos, a escrita de si se apresenta como exercício de autocompreensão e (re)configuração profissional. A narrativa não é simples registro do vivido, mas trabalho de composição que dá forma à experiência e a torna comunicável. As fontes são analisadas não como espelhos do real, mas como discursos que constroem versões do passado a partir de lugares de enunciação específicos, marcados por relações de poder/saber que atravessam gênero, raça e classe. Em suma, ao articular essas duas frentes de trabalho, a comunicação busca contribuir para a reflexão sobre os usos políticos do passado e os desafios éticos, políticos e metodológicos que se colocam ao pesquisador e ao professor de história em tempos de revisionismos, negacionismos e embates que disputam memórias e reconfiguram cotidianamente o trabalho do historiador.

Palavras-chave: Narrativas (auto)biográficas; Usos políticos do passado; Memória e resistência.

[253] Doutor em História Social, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). noronha.gilberto@ufu.br

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 20

ST20 HISTÓRIA, POLÍTICA E EPISTEMOLOGIAS AMERICANAS: diálogos entre a literatura e o cinema nos séculos XIX e XX

COORDENADO POR


Candida Victoria P. de Souza


Victor Silva Mota


Gustavo M. Mota

PPGH Unimontes — Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf — Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

HISTÓRIA, POLÍTICA E EPISTEMOLOGIAS AMERICANAS:

diálogos entre a literatura e o cinema nos séculos XIX e XX

7 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Candida Victoria Pereira de Souza

Victor Silva Mota

Gustavo Martins Mota

SESSÃO ÚNICA

7 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Angela Davis e a afirmação de uma identidade negra no movimento Black Power entre os anos de 1960 e 1970	8h10
2	A ordem da casa e a ordem do Estado: gênero e imaginação política em O Jequitinhonha	8h30
3	Narrativas da Repressão: autoritarismo, violência e experimentação em O Eternauta (1969)	8h50
4	Mi aporte (1969): a contradição da condição da mulher cubana	9h10
5	A utopia pessimista? O sintoma do tempo em Walden Tres (1979)	9h30
6	Reflexões críticas sobre a pátria em terra estrangeira: uma análise da obra Misterios del Plata de 1852	9h50
7	Identidade Nacional e as Telenovelas: Vale Tudo (1988) e as representações do Brasil durante a transição democrática	10h10
8	A Figura do Peregrino entre a Literatura e o Cinema: Deslocamento, Formação e Experiência em As Crônicas de Nárnia, de C. S. Lewis	10h50
9	Standing before me was Death: permanências e ressignificações do mito vampírico nas releituras de Nosferatu (1922-2024)	11h10
10	Reflexões sobre L.A. Rebellion: cinema, resistência e disputas por meio das telas em Los Angeles (1965-1979)	11h30

Reflexões críticas sobre a pátria em terra estrangeira:
uma análise da obra Misterios del Plata de 1852

Candida Victoria Pereira de Souza [254]

Na presente comunicação, visamos analisar o romance Misterios del Plata, escrito em 1852, no periódico Jornal das Senhoras, no Rio de Janeiro pela argentina radicada o Brasil Juana Paula Manso de Noronha. Nesse viés, em exílio a partir dessa obra a escritora refletiu acerca da condição política de sua nação, a Argentina, que passava por um processo de consolidação nacional e se encontrava dividida entre dois grupos políticos, os federalistas e os unitários. Nessa perspectiva, alinhada aos ideais dos unitários e por ser forçada a deixar sua terra natal em consequência da ascensão do federalista Juan Manuel de Rosas ao poder, Juana utilizou sua pena, nãos apenas como uma ferramenta para apoiar o grupo político à qual compartilhava ideias em comum. Mas também como uma forma de resistência frente a um governo à qual ela considerava autoritário. Nesse cenário, é assim que Juana inicia o seu "romance verdadeiro", histórico, tendo em vista que personagens como Alsina que fazem o contraponto com o federalismo e apontam os problemas desse governo, não se tratava apenas de personagem, era uma pessoa real. Desse modo, buscamos compreender a partir do conceito de nação de Benedict Anderson, enquanto comunidade imaginada, de que maneira Juana e os demais intelectuais pensavam a construção da Argentina. Assim, também dialogaremos com o conceito de intelectual proposto por Carlos Altamirano e Bárbara Souto. E para construção metodológica, partiremos dos apontamentos da autora Marlyse Meyer e sua obra: Folhetim: uma história.

Palavras-chave: Imprensa; Literatura; Nação; Mulheres.

[254] Coordenadora do ST20. Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista: CNPq. candidasouza948@gmail.com

A utopia pessimista? O sintoma do tempo em Walden Tres (1979)

Victor Silva Mota [255]

O presente trabalho, recorte de uma pesquisa em andamento, tem como objetivo analisar a obra utópica Walden Tres (1979), do psicólogo colombiano Rubén Ardila, buscando compreender como as temporalidades da modernidade tardia atravessaram sua experiência histórica do tempo. Inspirada em Walden (1854), do filósofo estadunidense Henry David Thoreau, e em Walden Two (1948), do psicólogo estadunidense Burrhus Frederic Skinner, a obra propõe uma reforma social no Panamá fundamentada nos princípios da Análise do Comportamento, abordagem da Psicologia dedicada ao estudo do comportamento humano. Ao longo da narrativa, um ditador e um psicólogo transformam o país em Walden Tres, uma sociedade utópica organizada segundo os princípios da ciência do comportamento. Contudo, a obra apresenta um desfecho trágico: após cinco anos de funcionamento, a comunidade é invadida pelos Estados Unidos e seus fundadores são presos e condenados à morte. Diante desse desfecho, questionamos: seria possível uma utopia culminar em uma tragédia? Considerando o histórico de interferência política e econômica dos Estados Unidos no Panamá, em que medida o contexto de produção da obra afetou o horizonte de expectativa de Ardila? Poderia esse contexto revelar uma forma de sofrimento histórico relacionada à experiência do tempo? Para investigar essas questões, propomos uma análise das temporalidades presentes na obra, considerando as relações entre sujeito, modernidade, experiência, expectativa e as condições político-culturais do período.

Palavras-chave: Teoria da História; História e Literatura; Utopia.

[255] Coordenador do ST20. Doutorando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). victormotapsi@gmail.com

Reflexões sobre L.A. Rebellion:
cinema, resistência e disputas por meio das telas em Los Angeles (1965-1979)

Gustavo Martins Mota [256]

O presente trabalho busca refletir sobre o papel da L.A. Rebellion como elemento de construção de um discurso de resistência nos Estados Unidos. Para tanto, propomo-nos a compreender os discursos fílmicos criados pelo citado movimento de maneira mais ampla, por meio da formação e trocas intelectuais utilizadas pelos seus realizadores. Compreendemos que a L.A. Rebellion atua como um cinema contracultural e político, que busca dar voz aos tensionamentos sociais vivenciados pela população negra em Los Angeles, dialogando com o contexto nacional na luta do movimento negro, que se via desmobilizada com a morte de suas principais lideranças (objetivamente: Medgar Evers, Malcolm X e Martin Luther King). A perda dessas lideranças resultara em um forte sentimento de incertezas, que se intensifica à medida que a repressão do Estado se recrudesce, havendo assim um retesamento que pode ser verificado por meio dos Riots raciais ocorridos nos EUA durante o mesmo período, o qual podemos destacar o ocorrido Watts, 1965. Tal contexto mobiliza o curso de Cinema da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), na figura de seus idealizadores Elyseo J. Taylor e, posteriormente, Teshome Gabriel, baseando-se profundamente em experiências fílmicas advindas das novas ondas do cinema e de cinemas de resistência no terceiro mundo, citadamente os exemplos do Terceiro Cinema de Octavio Getino e Fernando Solanas e o Cinema Novo e a Estética da Fome, imortalizados pelas lentes de Glauber Rocha. Nesse sentido, pensando em suas referências e o público alvo, a L.A. Rebellion dialoga com uma tentativa de utilizar os recursos da linguagem cinematográfica para construir um discurso dissidente, e o Projet One, projeto acadêmico que os idealizadores, ainda em sua graduação, realizaram obras para refletir essa fissão fílmica, nos demonstra como o cinema da L.A. Rebellion tenta construir uma narrativa de resistência e disputa política na comunidade afro-americana entre as décadas de 1960 e 1970.

Palavras-chave: L.A. Rebellion; Cinema; Movimento Negro; Formas de Resistência

[256] Coordenador do ST20. Mestre e Doutorando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (PPGH-UNIMONTES). Bolsista: CAPES (Código de Financiamento 001). gustavo.mota@outlook.com

Angela Davis e a afirmação de uma identidade negra no movimento Black Power entre os anos de 1960 e 1970

Leilane Caroline Alves Silva [257]

O presente artigo analisa a trajetória de Angela Davis e a construção de sua identidade negra no contexto dos movimentos de luta da população negra nos Estados Unidos, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. Parte-se da compreensão de que sua trajetória foi constituída a partir das experiências de racismo, segregação, militância política e participação em espaços de sociabilidade negra, destacando-se sua aproximação com o movimento Black Power e com organizações como o Partido dos Panteras Negras. A análise busca compreender a relação entre identidade e representação, considerando as formas pelas quais Angela Davis foi representada pela cultura dominante e, em contraposição, como os movimentos negros produziram outras formas de significá-la. A partir das contribuições de Patricia Hill Collins e Stuart Hall, discute-se a produção de imagens de controle, a estereotipagem e a construção do "Outro", bem como os processos de autodefinição e afirmação identitária. A trajetória de Davis evidencia, ainda, a importância da estética negra, especialmente de seu cabelo crespo, como elemento de pertencimento e identificação política. A análise de sua perseguição e prisão permite observar a disputa em torno de sua imagem pública, marcada pelo contraste entre a representação produzida pelo FBI e pela mídia hegemônica e aquela construída pelos Panteras Negras por meio da campanha Free Angela. Conclui-se que a identidade pública de Angela Davis foi historicamente construída e atravessada por diferentes posições, constituindo-se em um espaço de disputa de significados, no qual a representação e a autodefinição assumiram papel fundamental na afirmação da identidade negra e na resistência às representações produzidas pela cultura dominante.

Palavras-chave: Angela Davis; identidade negra; representação; Black Power.

[257] Mestranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista: FAPEMIG. leilanecaroline127@gmail.com

A ordem da casa e a ordem do Estado:
gênero e imaginação política em O Jequitinhonha

Ana Flávia Vitorino Honório [258]

O que a organização da casa poderia dizer sobre a organização do Estado? Nas páginas de O Jequitinhonha, periódico publicado em Diamantina (MG) - que se apresenta como político, literário e noticioso - a família, o casamento e o divórcio ultrapassaram os limites da vida privada e se tornaram imagens para pensar a sociedade e a política do Brasil oitocentista. Parte-se da compreensão de que, no século XIX, imprensa, literatura e escrita política constituíam campos profundamente imbricados: o jornal não apenas veiculava textos literários, mas também incorporava procedimentos narrativos, metafóricos e alegóricos à elaboração dos debates públicos. A análise concentra-se em duas publicações de 1863. A primeira corresponde a um trecho do romance indianista Acayaca, de Joaquim Felício dos Santos, que constrói uma imagem idealizada do antigo Tijuco, caracterizado pela harmonia matrimonial, pela preservação das virtudes cívicas e religiosas e pela inexistência do divórcio. A segunda integra um artigo contrário à centralização política do Império. Nesse discurso, a poligamia e o divórcio destruiriam a autoridade secundária atribuída à mulher e concentrariam o poder doméstico na figura paterna, conduzindo a família à "barbárie e escravidão", assim como a centralização do poder estatal resultaria em "despotismo e anarquia". Com base nas noções de representação e gênero, investiga-se como a casa e a mulher foram transformadas em imagens da ordem política e como diferentes formas de escrita participaram da construção de um projeto de sociedade. Argumenta-se que, embora pertencentes a gêneros distintos, o romance e o artigo político compartilham um repertório no qual a estabilidade familiar e a subordinação da mulher eram apresentadas como fundamentos da ordem social. Desse modo, literatura e imprensa contribuem para imaginar a nação, definir os limites da liberdade e naturalizar relações de gênero no espaço doméstico.

Palavras-chave: imprensa oitocentista; literatura; gênero; família; História Política.

[258] Doutoranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista: CAPES. anafvhonorio@gmail.com

Narrativas da Repressão:
autoritarismo, violência e experimentação em O Eternauta (1969)

Adriano G. Sabino da Silva [259]

Publicado originalmente entre 1957 e 1959, com roteiro de Héctor Germán Oesterheld e desenhos de Francisco Solano López, O Eternauta consolidou-se como uma obra fundamental dos quadrinhos argentinos ao articular ficção científica, experiência urbana e resistência coletiva. Em 1969, doze anos após a publicação da primeira versão, Oesterheld reescreveu a narrativa, agora em parceria com Alberto Breccia. A nova versão foi publicada em um contexto de crise política e institucional, sob a ditadura militar autodenominada Revolução Argentina (1966–1973). Este trabalho pretende analisar O Eternauta de 1969 como uma reelaboração ficcional dos conflitos, medos e possibilidades de resistência que atravessavam a Argentina entre o Cordobazo e a escalada da violência política que culminaria na ditadura instaurada em 1976, o Processo de Reorganização Nacional. As metáforas narrativas elaboradas por Oesterheld devem ser percebidas como representações desses eventos e da instabilidade política argentina no período. Os invasores e seus mecanismos de controle figuram as relações de dominação autoritária e a violência exercida de maneira concreta na sociedade argentina. Observamos também como a obra oferece um repertório simbólico capaz de interpretar formas de vigilância e submissão que seriam radicalizadas no Cone Sul, tais como a Operação Condor, formalizada em 1975. Será também examinada a arte expressionista e experimental de Breccia; composta por contrastes radicais, manchas, colagens, texturas e deformações visuais capazes de construir uma atmosfera de ameaça, desorientação e precariedade. Assim, O Eternauta (1969) é compreendido como uma intervenção cultural que transforma a ficção científica e a experimentação gráfica em uma linguagem de reflexão política do período.

Palavras-chave: O Eternauta; Cordobazo; Violência política

[259] Mestrando, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). adrsabino@gmail.com

Mi aporte (1969):
a contradição da condição da mulher cubana

Géssica de Assis Carvalho [260]

A comunicação oral pretende explorar as dinâmicas de gênero na Cuba pós-Revolução de 1959, como parte da pesquisa de mestrado intitulada "Y tenemos sabor...: o encontro da história na filmografia e trajetória da afro-cubana Sara Gómez (1959-1971)", em desenvolvimento no Programa de Pós- Graduação em História da UFBA, contando com financiamento da FAPESB. O ponto de partida será o média-metragem documental Mi aporte (1969), dirigido pela afro-cubana Sara Gómez, única diretora do quadro de funcionários do Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC). O documentário fora encomendado pela Federação de Mulheres Cubanas (FMC), como parte integrante das políticas propagandísticas em torno da campanha das 10 milhões de toneladas de safras de açúcar, encabeçada pelo ministério da economia. Contudo, Mi Aporte desagradou a presidenta da Federação, a cubana Vilma Espín, esposa de Raúl Castro, haja vista que supostamente a peça fílmica de Gómez ridicularizou a instituição e apresentou na narrativa, situações de assimetrias quanto às relações de gênero, quando o discurso oficial convergia para a eliminação das desigualdades de gênero na ilha (De la Fuente, 2021). A polêmica resultou na proibição da exibição do documentário nas salas de cinema de Cuba, situação comum no que tange a filmografia da diretora (Benson, 2018). A partir da controvérsia da obra, pensa-se nas disputas, contradições e adversidades em torno da melhoria das condições de vida e trabalho das mulheres cubanas, além dos papéis destinados a elas no contexto revolucionário. Indagações como: O que era esperado para as mulheres? Quais eram os papéis destinados às novas mulheres cubanas? norteiam a análise histórica e fílmica do documentário.

Palavras-chave: Revolução Cubana, Sara Gómez, ICAIC, história do cinema, gênero.

[260] Mestranda, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista: FAPESB. gessicadeassiscarvalho@gail.com

Identidade Nacional e as Telenovelas:

Vale Tudo (1988) e as representações do Brasil durante a transição democrática

Pedro Victor Silveira Ferreira [261]

Desde o importante de trabalho do pesquisador Benedict Anderson (2008), a formação das identidades nacionais passou a ocupar um lugar privilegiado na reflexão historiográfica. A Nação, assim, passou a ser entendida entendida como uma "comunidade imaginada" fruto de processos históricos e de disputas por hegemonias. Estas disputas, neste sentido, se fazem presentes na construção de representações sobre país dentro das produções audiovisuais. Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo entender as representações do Brasil dentro da telenovela Vale Tudo (1988) exigida pela rede globo no final da década de 1980. O programa de televisão foi ao ar pela primeira vez durante o período de transição entre o fim da ditadura militar e o início da Nova República, momento de grande efervescência social e de politização da sociedade brasileira. Aproveitando do momento político vivido e pelo fim da censura oficial promovida pela ditadura, Vale Tudo (1988), em seu enredo, teceu críticas explícitas a situação de penúria, corrupção e as desigualdades sociais que assolavam o país. Estas críticas tiveram ressonância em grande parte da população, tornando a telenovela um sucesso de audiência e, por isso, é cosiderada um clássico dentro das teledramaturgias produzidas pela rede Globo. Assim, buscamos compreender, as representações que a telenovela construiu sobre o Brasil e possibilitaram a difusão de uma identidade nacional para o país, ajudando a entender a identidade nacional brasileira como fruto de contextos específicos, sendo assim, historicizáveis.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Telenovelas; Vale Tudo

[261] Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). pedrovsilveira@gmail.com

A Figura do Peregrino entre a Literatura e o Cinema:
Deslocamento, Formação e Experiência em As Crônicas de Nárnia, de C. S. Lewis

Luis Lucas de Nardo [262]

Este trabalho investiga a Figura do Peregrino em As Crônicas de Nárnia, de C. S. Lewis, compreendendo-a como uma categoria literária e formativa que estrutura as trajetórias das personagens ao longo da obra e de suas adaptações cinematográficas produzidas pela Walden Media. Partindo da hipótese de que a jornada constitui um dos elementos centrais da narrativa narniana, busca-se compreender de que maneira os deslocamentos físicos, simbólicos e existenciais vivenciados pelas personagens contribuem para processos de formação, transformação subjetiva e construção de sentidos. Fundamentado nos pressupostos da crítica literária, dos estudos sobre adaptação e das reflexões acerca da narrativa de formação, o estudo analisa as relações estabelecidas entre Literatura e Cinema, observando permanências, deslocamentos, supressões e ressignificações ocorridos na transposição entre linguagens artísticas distintas. A análise considera especialmente a trajetória das personagens infantis, cuja experiência em Nárnia se configura como uma jornada marcada por provas, descobertas, perdas e transformações. Os resultados indicam que a Figura do Peregrino permanece como núcleo organizador tanto da obra literária quanto de suas adaptações cinematográficas, ainda que submetida a diferentes estratégias narrativas e visuais. Nesse sentido, a jornada assume a forma de um percurso de formação ética, imaginativa e existencial, por meio do qual as personagens ampliam sua compreensão de si mesmas e do mundo. O trabalho procura contribuir para os estudos sobre Literatura e Cinema ao evidenciar como as adaptações não apenas reproduzem narrativas preexistentes, mas também atualizam e reinterpretam temas centrais da obra de Lewis, preservando a permanência da Figura do Peregrino como expressão simbólica da busca humana por sentido, conhecimento e transformação.

Palavras-chave: C. S. Lewis; Nárnia; Peregrino; Literatura e Cinema; Adaptação.

[262] Mestre em Estudos de Literatura (PPGLit/UFSCar); doutorando em Estudos de Literatura (PPGLit/UFSCar). Bolsista: CAPES. luislucasnardo@estudante.ufscar.br

Standing before me was Death:

permanências e ressignificações do mito vampírico nas releituras de Nosferatu (1922-2024)

Isaac Vinicius Veloso Ramos [263]
Amanda Gabriela Souza Rodrigues [264]

Este trabalho propõe analisar a permanência e a ressignificação do mito vampírico a partir de uma abordagem comparativa entre o romance Drácula (1897), de Bram Stoker, Nosferatu (1922), de F. W. Murnau, e Nosferatu (2024), de Robert Eggers. Partindo da compreensão de que literatura e cinema constituem espaços privilegiados de elaboração e circulação de representações culturais, busca-se investigar como um mesmo mito é continuamente reinterpretado em diferentes contextos históricos, produzindo novas formas de representar o medo, a alteridade e as tensões sociais. Considera-se a adaptação realizada por Murnau como um marco na transposição do romance para a linguagem cinematográfica, evidenciando as transformações decorrentes tanto das especificidades do meio fílmico quanto das tensões históricas que marcaram a Alemanha da República de Weimar. Em seguida, examina-se a releitura proposta por Eggers, compreendendo-a como uma atualização estética e histórica que estabelece um diálogo simultâneo com a tradição literária inaugurada por Stoker e com o filme de 1922. Nessa perspectiva, o terror é compreendido como uma linguagem por meio da qual se materializam experiências históricas e sensibilidades coletivas. A permanência do vampiro ao longo de mais de um século evidencia como determinadas imagens atravessam diferentes contextos históricos, sendo continuamente ressignificadas para expressar inquietações sociopolítico-culturais. Assim, pretende-se discutir de que maneira as releituras de Nosferatu evidenciam a permanência e a atualização do mito vampírico, revelando como determinadas imagens e narrativas atravessam diferentes temporalidades e produzem novas sensibilidades acerca das relações entre passado e presente. Desse modo, busca-se reafirmar o potencial dessas obras como fontes para a reflexão historiográfica sobre memória, cultura e representação.

Palavras-chave: Nosferatu; Vampiro; Memória; Terror; Sensibilidades.

[263] Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). isaacvvelosor@gmail.com

[264] Mestranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). amandagabrielasouza6@gmail.com

II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 21

St21 DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE:

História Mídias digitais e narrativas em disputa

COORDENADO POR


Iuo Vinícius da Silva Pires


Ana Victória L. Rocha


M. Eduarda S. Lopes

PPGH Unimontes Programa de Pós Graduação em História Social | LAPPS ufjf Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE:

História, Mídias digitais e narrativas em disputa

9 DE OUTUBRO DAS 14H ÀS 18H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Ivo Vinícius da Silva Pires
Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI).
ivop0644@gmail.com

Ana Victória Leite Rocha
Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Bolsista: CNPq.
anavictoriarocha152@ufpi.edu.br

Maria Eduarda de Sousa Lopes
Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Bolsista: FAPEPI.
maria.lopes@ufpi.edu.br

SESSÃO ÚNICA

9 de outubro, das 14h às 18h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Negacionismos, imprensa e História do Tempo Presente: uma análise sobre o uso do discurso midiático como meio de propagação negacionista	14h10
2	Negacionismo versus pânico moral: estratégias do Escola Sem Partido no ambiente digital (2016-2023)	14h50
3	O passado que ronda o presente: transição, continuidades e a atuação digital das "novas direitas" em eventos políticos no Brasil (2011-2016)	15h30
4	Do país do futebol ao país exportador: narrativas de crise, neoliberalismo e as migrações de jogadores brasileiros para o exterior	15h50
5	Do caderno ao algoritmo: transmidialidade, memória vernacular e autoridade compartilhada no caso de Pedro Braga	16h10
6	"Como tudo começou?": tentativa de caracterizar o bolsonarismo como um movimento social iniciado em 2013	16h30
7	O Estallido Social chileno de 2019 como um entrecruzamento de temporalidades: disputas interpretativas sobre passados e futuros coletivos	16h50

Negacionismos, imprensa e História do Tempo Presente:
uma análise sobre o uso do discurso midiático como meio de propagação negacionista

Tereza D'avila Sindor Pereira [265]
Gabriela Cruz Abreu [266]

É evidente que a imprensa é uma importante força social ativa, desde o seu surgimento até os dias atuais. Mesmo com o advento das mídias digitais, dos algoritmos e da Internet, a imprensa tradicional continua mantendo papel de destaque na sociedade e muitos desses grandes veículos e conglomerados midiáticos passaram a migrar para o digital, acompanhando as inovações tecnológicas. Assim, o objetivo do trabalho em questão, tem como objetivo refletir sobre a história da imprensa e como a mesma se consolidou ao longo dos anos, diante da participação na estruturação do discurso negacionista no Brasil. Sabe-se que o fenômeno do negacionismo sofreu e sofre mutações que lhe aferem novas roupagens e permitem a sua inserção em diferentes contextos, especialmente em períodos de crise. Desse modo, é possível dizer que a imprensa brasileira tem acompanhado e auxiliado na disseminação dessas narrativas negacionistas na cena pública brasileira, acompanhando os seus ritmos de transformação e adaptação. Logo, objetiva-se que o leitor compreenda que a imprensa é uma peça importante para o entendimento do quebra-cabeça de qualquer sociedade, pois, desde o seu surgimento, esta passou a exercer diversas funções sociais de extrema importância. Afinal, a comunicação social e os seus meios são um campo crucial a ser estudado para a compreensão da vida contemporânea. Nesse sentido, jornais de grande circulação como O Globo e a Folha de São Paulo, são pertinentes objetos de análises para a compreensão da construção do fenômeno negacionista no Brasil e as suas mais diferentes faces. Por fim, entende-se que os jornais não são partidos neutros nesse processo de avalanche negacionista no debate público brasileiro e que podem ser compreendidos como parte responsável pelos problemas de “verdade” enfrentados no tempo presente, entre eles a crise da democracia e a descredibilização de discurso científico e historiográfico.

Palavras-chave: Negacionismos; Imprensa; Tempo Presente .

[265] Mestranda em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista: CNPq. terezasindor@gmail.com

[266] Doutoranda em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). gabrielaabreu@id.uff.br

Negacionismo versus pânico moral:
estratégias do Escola Sem Partido no ambiente digital (2016-2023)

João Vitor Romão de Castro [267]

O presente trabalho analisa as estratégias discursivas e a mobilização online do movimento Escola Sem Partido (ESP) no período de 2016 a 2023, compreendendo-o como um operador estratégico da articulação neoliberal-conservadora no Brasil.

Utilizando a História do Tempo Presente como marco teórico e a análise de conteúdo como metodologia, investiga-se como o grupo se estruturou no ambiente digital não apenas para difundir seu ideário, mas para orquestrar uma campanha sistemática de assédio e deslegitimação contra docentes, especialmente da área de História. A pesquisa demonstra que o ESP articulou uma "guerra cultural" que combinava negacionismo histórico e pânico moral, transformando a figura do professor em um "inimigo doutrinador" a ser combatido. Argumenta-se que essa estratégia, amplificada pela lógica algorítmica das redes sociais, objetivava criar um ambiente de vigilância e autocensura nas escolas, viabilizando a mercantilização da educação e o esvaziamento do ensino crítico. A análise revela que o movimento, embora formalmente encerrado em 2021, deixou um legado de desconfiança institucional e polarização que persiste no debate educacional brasileiro, manifestando-se em perseguições a professores, na disseminação de narrativas revisionistas sobre o passado e na tentativa de impor uma visão moralizante e tecnicista à educação. Conclui-se que o ESP não foi uma controvérsia passageira, mas um sintoma de um projeto político mais amplo que busca reconfigurar a educação básica segundo os interesses do capital e de uma agenda conservadora, representando uma ameaça concreta aos fundamentos democráticos do ensino de História e à autonomia intelectual dos educadores.

Palavras-chave: Negacionismo histórico; Pânico moral; Escola Sem Partido; Ambiente digital; Ensino de História.

[267] Mestre em História Social, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/UFAL). castrovitor922@gmail.com

O passado que ronda o presente:
transição, continuidades e a atuação digital das "novas direitas" em eventos políticos no Brasil (2011-2016)

Raimundo Itamar Lopes Pinheiro Filho [268]
Edmilson Alves Maia Junior [269]

O presente estudo compõe a construção da pesquisa de nossa dissertação, e deriva da inquietação de entender processos e disputas a partir de problematização formuladas acerca do período convencionado enquanto 'Nova República', com ênfase sobre os recortes políticos da chamada transição do pós-ditadura (Reis Filho, 2014) e atualidades, com vistas à atuação contemporânea nas redes sociais de atores sociais do espectro das direitas brasileiras. A partir de um início pautado na reflexão dessa primeira quadra histórica como contexto, discutimos as continuidades e também desconstruções de tais direitas em seus projetos para s sociedade brasileira, do imaginário à política. Nosso recorte global de questões sustenta-se sobremaneira acerca dos eventos atualizadores dos sistemas simbólicos na perspectiva de Sahlins (2003), em que agentes políticos passam a imprimir seus interesses e significados sociais nas disputas pelo poder. Assim, um debate das mídias é levantado, em princípio a partir da observação de atuação de alguns dos veículos tradicionais de imprensa na arena pública (Miguel, 2002). Dessarte, nossos estudos também versam sobre a acentuada digitalização da política a partir de 2010 (Han, 2022) e a ascensão, em seu meio, das "novas direitas" (Rocha, 2021), especialmente em ambiente como o Facebook, que ergueram novas personas políticas através de narrativas participantes dos eventos citados, direcionando perspectivas e rumos decisivos para processos políticos complexos, tais como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Para a Rua e Revoltados Online. Como definem a ideia das temporalidades históricas, presente, passado e futuro, em percepções sobre a ditadura e os rumos políticos contemporâneos do Brasil, utilizando para tal narrativas nas mídias digitais como novas formas divulgação e classificação dos fenômenos políticos, mas se atentando, em vista disso, ao campo da História do Tempo Presente (Rousso, 2016) para embasamento teórico.

Palavras-chave: Eventos Políticos; Narrativas e Redes Sociais; Temporalidades e Tempo Presente.

[268] Mestre, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista: FUNCAP. lopesitamar689@gmail.com

[269] Doutor, Universidade Estadual do Ceará (UECE). edmilson.junior@uece.br

Do país do futebol ao país exportador:
narrativas de crise, neoliberalismo e as migrações de jogadores brasileiros para o exterior

Victor Brandão de Oliveira [270]

Este trabalho examina as transformações do mercado futebolístico internacional e seus efeitos sobre as migrações de jogadores brasileiros para clubes do exterior nas últimas décadas do século XX. Para tanto, busca-se compreender como a ampliação da circulação internacional dos atletas, marcada por um processo de integração dos mercados, modificou as narrativas sobre o futebol brasileiro, as estruturas econômicas do jogo e as trajetórias dos atletas profissionais. O aumento das transferências internacionais, a partir dos anos oitenta, e a consolidação de clubes europeus como espaços privilegiados de valorização econômica alteraram o lugar ocupado pelo jogador brasileiro no mercado global. Se, em décadas anteriores, a permanência em clubes nacionais constituía parte significativa das trajetórias profissionais, sobretudo, em virtude das maiores possibilidades de integração ao selecionado nacional, a migração para o exterior passou progressivamente a ser incorporada como estratégia de carreira, com jogadores explorando mercados internacionais cada vez mais cedo. As transformações associadas às legislações na década de 1990 — a exemplo da Lei Zico (1993), do caso Bosman (1995) e da Lei Pelé (1998) — integram um processo mais amplo de neoliberalização e reorganização do mercado futebolístico. Nesse sentido, analisamos a tensão existente entre duas representações do futebol brasileiro: de um lado, a imagem consolidada de um "país do futebol", associada à formação de grandes talentos e às conquistas entre as décadas de 1950 e 1970 da seleção brasileira; de outro, a constituição do Brasil como um dos principais países exportadores de atletas do mercado mundial. A crescente saída de jogadores passou, assim, a produzir distintas narrativas de uma persistente "crise do futebol brasileiro". Ao investigar essa transformação, que se estabeleceu a partir de uma reconfiguração do futebol mediante o aprofundamento de uma racionalidade neoliberal, pretende-se compreender como a diminuição de fronteiras no mercado global alterou as expectativas e até mesmo as trajetórias das carreiras dos jogadores profissionais. Nosso intuito, portanto, é avaliar como esse processo redefiniu as formas de narrar o futebol brasileiro, tensionando as relações entre mercado, identidade nacional, trajetórias individuais e desempenho esportivo.

Palavras-chave: Crise; Exportação; Jogadores; Neoliberalismo.

[270] Mestre, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). victorbrandoliveira@gmail.com

Do caderno ao algoritmo:
transmidialidade, memória vernacular e autoridade compartilhada no caso de Pedro Braga

Valdir Macedo Neto [271]

Este artigo investiga as tensões e disputas entre passado e presente que emergem quando a memória vernacular de uma comunidade subalternizada atravessa sucessivos regimes de mediação, da voz à página manuscrita, da escrita à circulação algorítmica nacional. O caso analisado é o de Pedro Cordeiro Braga (1917-2000), garimpeiro, carpinteiro e carteiro voluntário do Povoado do Vau (Diamantina, MG), que, diante do êxodo rural e do declínio da transmissão oral, dedicou-se a "traduzir" para cadernos escolares as memórias de seu povoado, entre elas as dores da escravidão, os conflitos fundiários e a toponímia local. Quase trinta anos após sua morte, essas narrativas deixaram o isolamento do Vale do Jequitinhonha e passaram a circular nacionalmente por meio do podcast O Último Carteiro do Vau e do programa Rádio Novelo Apresenta. Tomando esse percurso transmidiático como objeto, o trabalho mobiliza as noções de operação historiográfica (Certeau), verdade diferente da memória (Portelli), tensão entre memória vernacular e oficial (Bodnar), lugares de memória (Nora) e autoridade compartilhada (Frisch/Cauvin) para perguntar o que se preserva e o que se transforma nos sentidos de uma narrativa quando ela muda de suporte e de público. Argumenta-se que Braga, embora marginalizado e de escolaridade precária, exerceu uma operação intelectual análoga (mas não igual) à do historiador, reivindicando para um sujeito das margens a autoridade de narrar o passado. Sustenta-se, ainda, a distinção entre o argumento do alcance e o argumento do valor, de modo que o êxito de circulação digital não se confunda com validação historiográfica. Por fim, demonstra-se que, ao ser reinscrito em plataformas algorítmicas indiferentes à sua ancoragem territorial, o lugar de memória do Vau se reconfigura como memória em rede, distribuída de forma assimétrica entre agentes humanos e tecnológicos. O passado revela-se, assim, permanentemente disputado e reescrito — sensível aos afetos de quem o narra, escuta e faz circular —, evidenciando que memória, sensibilidade e poder são dimensões indissociáveis na produção contemporânea do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Memória vernacular; Usos do passado; Autoridade compartilhada; Transmidialidade; Pedro Braga.

[271] Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). eu@netomacedo.com

"Como tudo começou?":
tentativa de caracterizar o bolsonarismo como um movimento social iniciado em 2013

Gustavo Machado da Silveira [272]

A apresentação consiste em um recorte da tese em desenvolvimento, cujo proposta central busca identificar a reconfiguração da autoridade mediadora da informação no tempo presente como resultado dos usos políticos das mídias digitais pela extrema-direita. A realização desta pesquisa parte do princípio da História do Tempo Presente enquanto uma história do inacabado, compreendendo que o objeto de pesquisa rompe as fronteiras temporais entre passado-presente e tem consequências diretas no tempo vivido pelo historiador. Pretende-se analisar neste trabalho o bolsonarismo (um movimento político) enquanto um movimento social, compreendendo que as manifestações de 2013 foram um turn point a partir do qual esse grupo começou a se organizar e, consequentemente, ascender politicamente até chegarem aos cargos mais altos do poder na estrutura brasileira. Através da reflexão deste objeto - o bolsonarismo - como inacabado, apesar da derrota nas eleições de 2022 e, posteriormente, criminalização de alguns dos seus integrantes - dentre eles o líder, Jair Bolsonaro -, investiga-se as redes sociais dos políticos de extrema-direita acerca das manifestações bolsonaristas em 2025 em comparação com as notícias e editorial da Folha de S. Paulo acerca de 2013. Portanto, a proposta parte das contribuições de Charles Tilly sobre os movimentos sociais, para analisar as semelhanças das manifestações de 2013 com a constante ação nas ruas dos bolsonaristas e a defesa da afirmação do bolsonarismo enquanto movimento social.

Palavras-chave: Movimento social; Bolsonarismo; Redes sociais digitais; Manifestações de 2013; Folha de S. Paulo;

[272] Doutorando, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista: PROMOP Institucional. gustavomsilveira.hist@gmail.com

O Estallido Social chileno de 2019 como um entrecruzamento de temporalidades:

disputas interpretativas sobre passados e futuros coletivos

Ana Luíza Guimarães Ribeiro [273]

Em outubro de 2019, no Chile, tudo estava em disputa. O estallido social possibilitou um momento de suspensão da vida cotidiana, reuniu milhares de pessoas nos espaços públicos das cidades e permitiu que uma sociedade marcada pela memória coletiva traumática da ditadura militar pudesse refletir sobre si mesma. Este acontecimento destacou e produziu interpretações sobre a trajetória histórica do país, evidenciando temporalidades complexas. A revolta teve a força emancipadora de fazer comparecer, performaticamente, o povo como evento, liberou uma cidadania que havia sido desativada pelo consenso da política tradicional chilena. Permitiu que novos sujeitos e identidades expressassem sua vigorosa rejeição com o "povo como re-presentação", que se deixa administrar pelo formalismo técnico e sócio-comum de uma democracia meramente procedimental. Seus participantes foram testemunhas das sombras e limites do Chile pós-ditatorial. Sua quebra histórica engatilhou sensibilidades e potências que se entrecruzam em um destino ainda em construção, e que representam um verdadeiro apêndice do Chile atual, do que foi negado, dos sedimentos que tentaram apagar. No decorrer das manifestações ficou claro que, apesar de passadas três décadas de experiência democrática, os fragmentos da ditadura seguem presentes na estrutura neoliberal imposta sob o regime de Pinochet. Produz-se uma quebra, uma rachadura, no continuum neoliberal da ditadura e da democracia intermediada pelos interesses dos empresários e militares que a seguiu. É um acontecimento que provoca uma redefinição das dinâmicas sociais, e que gera suas próprias definições e condições de possibilidade de se conhecer a verdade, coloca em evidência os tempos históricos e as experiências que coabitam de modo desigual e violento o espaço social. O tempo inaugural que despontou do estallido social foi marcado por promessas que evocavam o que estava por vir, a revolta foi vivida como um tempo enérgico, intensivo, acelerado, quase frenético em seus ritmos. Representou um marco na abertura de um tempo de deliberação coletiva sobre o futuro da sociedade chilena, da possibilidade do cancelamento do velho e invenção do novo.

Palavras-chave: Revolta; Temporalidades; Tempo Presente; Movimentos Sociais; Neoliberalismo

[273] Doutoranda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista: CAPES. luiza_ribeiro@id.uff.br

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário